

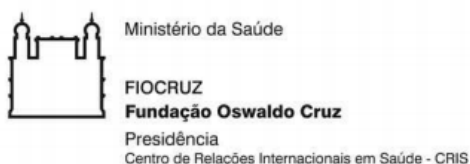
Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 02/2024
07 a 26 de fevereiro de 2024



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup*

Sistema Nações Unidas

14 De novo um epitáfio - *Santiago Alcázar*

17 Abuso do direito à vida - *Adhemar Bahadrian*

20 As antecipações para maio - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

27 Sobre a necessidade de pôr um fim à impunidade na violação dos direitos humanos e amparar as vítimas: o enlace potencial entre o CDH e a CIJ - *Armando De Negri Filho*

40 A sociedade civil na luta pela mudança climática: Um chamado por ação coletiva - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

46 Impactos migratórios sob o ritmo das mudanças climáticas - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Harim Baek, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

51 Medidas da saúde cerebral no início da vida: primeiros passos para estruturar uma medida (e meta) global - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

57 A importância da coordenação da agenda global de segurança alimentar e nutricional: do UNSCN ao UN Nutrition - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

68 Convite à esperança para dias melhores: Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

78 "América en el Centro": o Novo Programa Regional do BID - *Isis Pillar Cazumbá*

81 13ª Conferência Ministerial da OMC: O que está em jogo? - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

88 "Outro mundo é possível": o desafio é construí-lo - *Patrícia Lewis Carpio, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

110 Saúde, clima e o Tratado Pandêmico: sob os olhares do genocídio palestino e do Fórum Econômico Mundial - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

121 Ressurge o Movimento dos Não-Alinhados - *Regina Ungerer*

131 Iniciativas propostas pelo Brasil no G20 recebem amplo apoio nas discussões de saúde, combate à fome e à pobreza, e entre ministros das Relações Exteriores. O G7 sob presidência da italiana Giorgia Meloni dá início às reuniões ministeriais - *Pedro Burger,*

Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves

- 144 Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da Reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20
- 147 Viagem de Lula ajuda a fortalecer a integração do Egito e Etiópia no BRICS - *Claudia Hoirisch*
- 152 Passeio do “Tio Sam” pela América do Sul: velhos parceiros, novos interesses? – *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 162 Reorganização das instituições multilaterais com maior presença do Sul Global - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 177 Discurso do presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana
- 180 A União Europeia pede pausa humanitária imediata que leve a um cessar fogo sustentável em Gaza - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 186 Entendendo a estratégia dos EUA no Oriente Médio e suas consequências para a região e para o mundo - *Lúcia Marques*
- 198 China nos Cadernos CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *André Costa Lobato e Yuyun LI (Ana LI)*
- 201 China no fascículo 02/2024 dos Cadernos CRIS - *André Costa Lobato e Yuyun LI (Ana LI)*
- 205 Atualização EUA - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 211

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 214

***Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - 215

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 02/2024 – 07 a 26 de fevereiro de 2024

Apresentação

Os acontecimentos mais importantes da quinzena no cenário global estiveram relacionados com o G20: a primeira **Reunião dos Chanceleres** no Rio de Janeiro, dias *21 e 22 de fevereiro*; a primeira reunião (virtual) do **Grupo de Trabalho de Saúde**, dia *22 de fevereiro*; e a primeira reunião da **Aliança Global contra a Pobreza e a Fome**, que serão devidamente comentados no capítulo especial deste Caderno 2 sobre o G20. Na reunião de Chanceleres compareceram 45 delegações, incluindo países membros, convidados e organizações internacionais.

Entre *26 e 29 de fevereiro* reúne-se em São Paulo a **Trilha de Finanças do G20**, composta pelos Ministros e vice-ministros de Finanças, presidentes e vice-presidentes dos Bancos Centrais para discutir políticas econômicas, desigualdade e desenvolvimento sustentável. Na pauta, modelos de tributação internacional; como lidar com a dívida global; e mecanismos de financiamento para o desenvolvimento sustentável. Estarão presentes presidentes ou representantes de alto nível de 16 organizações e bancos multilaterais.

Para o mundo, entretanto, as notícias nada tem de alvissareiras: a **guerra da Ucrânia** chega a dois anos inteiros de duração, com milhares de perdas de vidas de militares e de civis inocentes, e na **guerra de Israel contra o Hamas**, na Palestina ocupada, os bombardeios continuam, as condições do povo palestino só se agravaram, os reféns continuam em poder de seus algozes, e as negociações empacaram.

A **União Africana** realizou sua 37ª. Cúpula Chefes de Estado e de Governo dias *17 e 18 de fevereiro* em Addis Abeba. Convidado, Lula discursou no evento, com uma importante mensagem na direção de uma cooperação efetiva com a organização e os países do continente, inclusive na área da saúde, para a qual o presidente anunciou a abertura de uma representação da Fiocruz em Addis Abeba. Num discurso de estadista, compromete-se com o desenvolvimento africano: “Com seus 1,5 bilhões de habitantes, e seu imenso e rico território, a África tem enormes possibilidades para o futuro. O Brasil quer crescer junto com a África, mas sem ditar caminhos a ninguém”. O discurso do presidente está reproduzido na íntegra neste fascículo.

Na América Latina e Caribe destacamos a **Cúpula da Comunidade de Estados do Caribe (CARICOM)**, dia *28 de fevereiro* e, logo a seguir, em *1º de março*, a **Cúpula da Comunidade de Países Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)**, em Kingston, capital de São Vicente e Granadinas, ilha-país do Caribe, que passará a presidência do grupo à Honduras. Neste Caderno, o leitor encontrará matéria a respeito de ambos os eventos. Seguindo sua trajetória internacionalista, o presidente brasileiro participará das duas Cúpulas, visando fortalecer as relações do Brasil com a região. Está previsto que seus discursos vão enfatizar as propostas da presidência do Brasil no G20 – combate à fome e à pobreza, desenvolvimento sustentável e ações contra o aquecimento global e a promoção da transição energética. Tratará também da segurança alimentar e da mudança climática, temas extremamente sensíveis para os caribenhos.

A sexta sessão da **Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-6)** será realizada de 26 de fevereiro a 1º de março de 2024 na sede do *Programa das Nações Unidas*

para o Meio Ambiente (PNUMA) em Nairóbi, no Quênia. Como o mais alto órgão global de tomada de decisão sobre o meio ambiente, a UNEA-6 se concentrará na forma pela qual o multilateralismo poderá ajudar e enfrentar a tripla crise planetária de mudanças climáticas, perdas de biodiversidade e da própria natureza, e poluição e resíduos. Segundo o PNUMA, apoiada por uma ciência sólida, determinação política e envolvimento com a sociedade, a Assembleia será uma oportunidade para os governos mundiais, grupos da sociedade civil, a comunidade científica e o setor privado moldarem a política ambiental global. Nossos analistas do grupo de saúde e ambiente tratarão do tema em capítulo específico deste Caderno.

Os debates na reunião de Chanceleres do G20

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, fez um importante pronunciamento à imprensa após o encerramento da primeira Reunião Ministerial do G20 no Brasil. O Chanceler reiterou a necessidade urgente de reforma na governança global e da importância de ações concretas para resolver os conflitos no mundo. A íntegra do seu discurso está disponibilizada aos leitores do Caderno, em seção especial.

Como anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula de Líderes de Nova Delhi em setembro passado, a Presidência do Brasil no G20 tem como foco três prioridades principais: 1) o combate à fome, pobreza e desigualdade; 2) o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental); e 3) a reforma da governança global. Nesta reunião, a Presidência Brasileira do G20 propôs que o grupo se concentrasse na terceira prioridade estabelecida pelo Presidente Lula: a reforma da governança global.

Para o chanceler Mauro Vieira, “diante do quadro que vivemos, este grupo é hoje, possivelmente, o foro internacional mais importante onde países com visões opostas ainda conseguem se sentar à mesa e ter conversas produtivas, sem necessariamente carregar o peso de posições arraigadas e rígidas que têm impedido avanços em outros foros, como o Conselho de Segurança”. Na visão do Brasil, “o G20 pode e deve desempenhar um papel fundamental para a redução das tensões internacionais, bem como no avanço da agenda de desenvolvimento sustentável”.

Vieira informou que durante as sessões de trabalho, os participantes expressaram suas preocupações e pontos de vista sobre as **tensões geopolíticas atuais, com ênfase nos conflitos na Ucrânia e na Palestina**. “Vários países mantiveram a condenação à guerra na Ucrânia e muitos países, de todas as regiões, expressaram a preocupação com o conflito na Palestina, destacando o risco de alastramento aos países vizinhos. Vários demandaram a imediata libertação dos reféns em poder do Hamas. Foi conferido especial destaque ao deslocamento forçado de mais de 1 milhão e 100 mil palestinos para o sul da Faixa de Gaza”, declarou.

O ministro enfatizou ainda que, “nesse contexto, houve diversos pedidos em favor da liberação imediata do acesso para ajuda humanitária na Palestina, bem como apelos pela cessação das hostilidades. Muitos se posicionaram contrariamente à anunciada operação de Israel em Rafah, pedindo que o governo de Israel reconsidere e suspenda imediatamente essa decisão”.

Em relação à **reforma da governança global**, o ministro disse que “todos concordaram” sobre a necessidade de reformas nas principais instituições multilaterais, como a ONU, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Destacou também a importância de conferir maior representatividade aos países em desenvolvimento e de fortalecer os mecanismos de solução de controvérsias.

A proposta apresentada pelo Brasil foi a realização de uma **segunda reunião de chanceleres do G20 em setembro**, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. Essa iniciativa pretende promover um amplo debate sobre os temas discutidos no G20, envolvendo, de forma inédita, todos os Estados-membros da ONU, e reforçar o compromisso com a reforma da governança global.

Além das sessões oficiais, ministros e autoridades realizaram múltiplas reuniões bilaterais durante a reunião de chanceleres do G20. No total, o Brasil realizou 17 reuniões, com representações de países-membros e de países e organizações internacionais convidadas, a exemplo do Fórum IBAS.

Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas)

À margem do G20, reuniram-se os Ministros das Relações Exteriores do IBAS, composto pelos três países do Sul Global, que coincidentemente formam a *troika* atual do G20. Segundo o Itamaraty, o encontro foi realizado para fortalecer laços e alinhar pontos em comum destas três democracias multiétnicas, multirraciais e do Sul-Global que buscam superar a pobreza e que têm importância geopolítica em suas regiões.

Na reunião do dia 22 de fevereiro, os ministros Mauro Vieira, do Brasil, Grace Naledi Pandor, da África do Sul, e V. Muraleedharan, da Índia, decidiram fortalecer o *Fundo Ibas*, uma iniciativa de cooperação Sul-Sul, bem como realizar uma primeira reunião de autoridades do fórum em segurança alimentar e nutrição, alinhada com uma das três prioridades definidas pelo presidente Lula para o G20.

Outro acordo estabelecido foi o de realizar uma Cúpula do Ibas no Rio de Janeiro, em novembro de 2024, que contará, pela primeira vez, com a participação de países convidados, de maneira a estabelecer diálogos não apenas no eixo Sul-Sul, mas também Sul-Norte. Para a Cúpula, IBAS buscará construir consensos em áreas importantes como tributação para reduzir as desigualdades, posições coordenadas em matérias para a reforma da ONU, incluindo seu Conselho de Segurança, fortalecimento do multilateralismo e de temas da área ambiental.

A Trilha das Finanças do G20 (um 'spoiler')

Na **1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20 Brasil**, estavam presentes representantes da gestão econômica do mais alto nível de todos os países do G20, União Europeia e União Africana, além presidentes ou representantes de alto nível de 16 organizações e bancos multilaterais, entre eles, o Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI); e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

Na abertura, o ministro Fernando Haddad defendeu uma “globalização inclusiva e sustentável”. Afirmou: “A presidência brasileira assumiu o desafio de fazer um G20 inclusivo, em que tenhamos a chance de avançar em diversos temas que nos são caros, como o combate à pobreza e à desigualdade, o financiamento ao desenvolvimento sustentável, a reforma da governança global, a tributação justa e o problema do endividamento crônico de vários países”.

Em seu discurso, Haddad afirmou que os países mais pobres estão arcando com custos ambientais e econômicos crescentes, ao mesmo tempo que veem suas economias ameaçadas por uma crescente onda protecionista por parte dos países ricos.

O ministro alertou ainda que uma parcela significativa das receitas dos países mais pobres está seriamente comprometida pelo serviço da dívida, em um cenário de juros elevados pós-pandemia. “A presidência brasileira assumiu o desafio de fazer um G20 inclusivo, em que tenhamos a chance de avançar em diversos temas que nos são caros, como o combate à pobreza e à desigualdade, o financiamento efetivo ao desenvolvimento sustentável, a reforma da governança global, a tributação justa, a cooperação global para transformação ecológica e o problema do endividamento crônico de vários países”.

Ainda que milhões de pessoas tenham saído da pobreza, houve substancial aumento das desigualdades de renda e riqueza em diversos países. “Chegamos a uma situação insustentável, em que os 1% mais ricos detêm 43% dos ativos financeiros mundiais e emitem a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade”, alertou Haddad. No fascículo 3 destes Cadernos nossos analistas trarão um informe completo sobre o evento, inclusive sua esperada declaração final.

As guerras mais midiáticas

O massacre das forças armadas do Estado de Israel contra os palestinos em Gaza continua, apesar dos protestos de quase toda as nações do mundo que pedem o imediato cessar fogo. Os Estados Unidos pretendem apresentar proposta nesse sentido ao Conselho de Segurança. Já um grupo de países árabes vai propor às Nações Unidas finalmente a criação do estado da Palestina. Entretanto, Netanyahu, com seu plano "O dia depois do Hamas", prevê o controle total de Israel sobre Gaza, a não reconstrução da Faixa e o aperto sobre a Cisjordania e Jerusalém, negando peremptoriamente a transformação da Palestina em Estado. Isto tudo a revelia da comunidade internacional e inclusive de seu principal e tradicional aliado, os Estados Unidos. Lula reiterou sua acusação de genocídio sendo executado pelo governo Netanyahu, desta vez sem cometer o equívoco de referir-se ao Holocausto. As dolorosas cenas de destruição, mortes e sofrimento dos que ficam à chorar seus mortos em Gaza se repete dia-a-dia diante dos aturcidos olhos do mundo.

A OMS, acompanhada por outras agências da ONU, lança alertas constantes sobre as tremendas repercussões humanitárias e sanitárias e apresenta soluções que não são admitidas pelas forças israelenses.

De outro lado, os dois anos de guerra na Ucrânia também não arrefeceu os ânimos bélicos na Europa. Avanços russos, com ampliação de vítimas civis inocentes, levam os dirigentes europeus não a buscar saídas pela paz, mas a perguntar-se o que farão para reforçar a máquina de guerra da OTAN se os Estados Unidos reduzirem seus aportes a aliança militar do Atlântico Norte.

Torrente de imensos absurdos destrutivos num século que já ameaça tornar-se um dos mais violentos da história. Há, entretanto, vozes sensatas e construtivas em meio à insanidade. Na sua alocação de abertura da reunião de Chanceleres do G20, o ministro Mauro Vieira declarou que o Brasil está profundamente preocupado com a situação internacional atual no tocante a paz e segurança, pois segundo estimativas, um número recorde de conflitos está em andamento no mundo – mais de 170 –, enquanto as tensões geopolíticas também estão aumentando. E sentenciou: “o Brasil não aceita um mundo em que as diferenças são resolvidas pelo uso da força militar”.

Afirmou, categórico, que “sem paz e cooperação, será extremamente difícil alcançarmos a prometida mobilização em larga escala dos recursos necessários para enfrentar as ameaças

existenciais que enfrentamos, em particular o combate à pobreza e à desigualdade e a proteção do meio ambiente”.

Neste tema, apresentou números chocantes: “Não é minimamente razoável que o mundo ultrapasse - e muito – a marca de US\$ 2 trilhões em gastos militares a cada ano. A título de comparação, os programas de ajuda da Assistência Oficial ao Desenvolvimento permanecem estagnados em torno de US\$ 60 bilhões por ano – menos de 3% dos gastos militares. Os desembolsos para combater mudanças climáticas, sob o amparo do Acordo de Paris, mal conseguem alcançar os compromissos de US\$ 100 bilhões por ano, portanto menos de 5% dos gastos militares.

O embaixador **Santiago Alcázar**, pesquisador honorário do CRIS, interpreta o papel atual das **Nações Unidas**, calcado numa evolução histórica extremamente lúcida e esclarecedora. Aponta as declarações de diversos atores políticos relevantes que propugnam sua reforma, enfatizando a crítica ampla que se faz às instituições financeiras internacionais. Numa frase lapidar, afirma que “a obrigação do Estado é com a sua população, não com planilhas de contabilidade que não põem o pão sobre a mesa”.

Do embaixador **Adhemar Bahadian** publicamos dois artigos vindos a lume originalmente em edições online do Jornal do Brasil na última quinzena, nos quais o experiente diplomata debate as implicações das posições da diplomacia brasileira na condução da reunião de Chanceleres do G20, tecendo também considerações históricas sobre a necessidade da reconfiguração do sistema internacional de comércio. Com seu humor peculiar, conta-nos que “até que chegou o urso Trump, decretando que o mel das colmeias era dele. Xingou os negociadores americanos de vendidos e decretou que o Nafta deveria ser revisto. O resto da história a gente ainda não sabe e pertence às bruxas e seus caldeirões de maus-olhados”.

O **Conselho de Direitos Humanos da ONU – CDH** iniciou sua 55ª Sessão no dia 26 de fevereiro de 2024. Mediante um resumo da programação da 55ª Sessão, **De Negri Filho** convida os leitores a localizar os principais temas em debate no CDH em uma linha de tempo até o dia 05 de abril. Como documentação sob análise preliminar, adianta o *informe do Secretário Geral da ONU sobre os informes dos relatores especiais e especialistas independentes*, o que permite mapear os temas de interesse para a saúde global e seus alcances na agenda do Conselho. A intervenção do Presidente da AGNU destacou a necessidade de estarmos atentos às vítimas das violações aos direitos humanos e identificar os que violam esses direitos, evitando a todo custo a sua impunidade. Com esta perspectiva, destacou em particular o imperativo do imediato cessar fogo em Gaza e a abertura de corredores de ajuda humanitária e sublinhou a necessidade urgente de contribuições econômicas dos países para a manutenção das atividades da *Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA)*.

O autor destaca a coincidência do início da 55ª Sessão do CDH com o término das audiências públicas da Corte Internacional de Justiça da ONU sobre pedido da Assembleia Geral da ONU de um parecer consultivo sobre as consequências legais decorrentes das políticas e práticas de Israel na Palestina Ocupada Território (solicitação anterior ao início dos 4 meses de guerra em Gaza). As posições sintetizadas no informe de imprensa do CIJ e incluídas neste informe dão a dimensão profunda do debate sobre a situação em Gaza na perspectiva do discurso do Presidente da AGNU na abertura da 55ª Sessão do CDH e alerta sobre a fragilidade das garantias dos direitos humanos no âmbito internacional, destacando que a Declaração dos Direitos Humanos não é um cardápio do qual escolhemos quais direitos respeitar ou ignorar. A interação entre os mandatos do CDH e da CIJ talvez seja a forma de construir o fim da

impunidade na violação dos direitos humanos em âmbito global, para encontrar as formas de decisões vinculantes em um sistema ONU reformado e para além dos poderes de veto hoje existentes.

A **crise climática** representa o maior desafio de nossa geração e uma ameaça iminente para as futuras. O aumento das temperaturas, ocorrência de eventos climáticos extremos e a elevação do nível do mar colocam em risco a vida na Terra como a conhecemos. Para **Galvão e Magalhães**, diante da inércia das estruturas governamentais e empresariais, a sociedade civil emerge como protagonista na busca por um futuro sustentável. Organizações não governamentais, movimentos sociais e ativistas têm desempenhado um papel fundamental, conscientizando, pressionando e promovendo ações climáticas mais ambiciosas. Este engajamento foi evidenciado recentemente no Fórum Social Mundial, onde vozes de todo o mundo se uniram em prol da justiça climática. Ações como protestos pacíficos, campanhas de conscientização e projetos de reflorestamento demonstram a diversidade e abrangência das iniciativas da sociedade civil.

No entanto, asseveram os autores, enfrentamos desafios como a falta de vontade política, desinformação e recursos limitados. Para superar tais obstáculos, é essencial fortalecer a cooperação entre os grupos da sociedade civil, ampliar o apoio à causa climática e desenvolver estratégias inovadoras de pressão. A luta contra a mudança climática é uma responsabilidade coletiva, e a sociedade civil, com sua determinação e diversidade, tem o poder de moldar um futuro mais sustentável para o planeta.

A **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e a **Organização Meteorológica Mundial (OMM)** criaram uma plataforma online reúne informações sobre os diversos impactos na saúde exacerbados pelas mudanças climáticas, a iniciativa, parte do Plano de Implementação para o Avanço das Ciências e Serviços Integrados de Clima e Saúde de 2023-2033, e busca proporcionar uma melhor compreensão das necessidades de saúde, aplicações e mecanismos operacionais para implementar ciência e serviços integrados de informação em saúde, além de capacitar e apoiar os Estados Membros e parceiros por meio da cooperação interinstitucional.

A **Assembleia das Nações Unidas sobre Ambiente (UNEA-6)** será realizada de 26 de fevereiro a 1 de março de 2024, com foco no fortalecimento do multilateralismo ambiental para lidar com a tripla crise planetária, mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição, serão consideradas 19 resoluções. Voltaremos ao tema no Caderno 3.

Os dois principais processos em discussão na **Organização Mundial da Saúde (OMS)** são a revisão do *Regulamento Sanitário Internacional* e o *Órgão Intergovernamental de Negociações do Acordo Pandêmico*. A Covid-19 expôs diversas fraquezas dos sistemas de saúde dos países e a fragilidade da solidariedade global. Com a expectativa de construir um mundo mais resiliente, os dois processos tiveram por objetivo pôr à mesa temas críticos para preparação, prevenção e resposta fortalecidas e resilientes. Segundo **Reges, Bermudez e Galvão**, às vésperas da apresentação dos trabalhos para a Assembleia Mundial da Saúde, em maio, questões sensíveis como propriedade intelectual e acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios seguem sendo nebulosas. O que esperar desses dois meses até o prazo final? Sairemos fortalecidos ou será mais um processo que mobiliza esforços, mas gera documentos vazios? – indagam nossos analistas.

Neste informe, o **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** evidencia as consequências das mudanças climáticas nos processos migratórios. A Organização Internacional das Migrações (OIM) aponta que o número de migrantes ambientais até o ano de 2050 poderá

variar entre 25 milhões e 1 bilhão. Também apresenta os resultados do relatório da **OIM**, que mostra os desafios de no monitoramento dos deslocamentos forçados causados pelas mudanças climáticas na América do Sul. Por último, usam como exemplo as migrações no Sudão e Sudão do Sul, influenciadas pela mudança climática.

A saúde do cérebro atrai cada vez mais atenção graças aos avanços científicos e tecnológicos. Investir na saúde do cérebro ao longo da vida através da educação, do acesso a cuidados de saúde e de ambientes saudáveis é essencial para enfrentar os desafios sociais modernos e impulsionar a inovação, segundo **Massari e Gomes**. No entanto, não existe uma métrica simples, direta ou global para medir a saúde do cérebro ao longo da vida. Os esforços existentes para quantificar, por exemplo, a saúde cerebral na primeira infância, baseiam-se em medidas substitutas, como o atraso no crescimento e a pobreza extrema, e consideram apenas aspectos individuais do funcionamento do cérebro, não incluindo medidas diretas da estrutura cerebral. Com a intenção de superar estas lacunas, a **OMS** reuniu um grupo interdisciplinar de especialistas para discutir o desenvolvimento de um quadro de medição da saúde cerebral com enfoque na **primeira infância**. Os participantes da reunião concluíram que uma métrica ideal de saúde cerebral combina psicométrica, neuroimagem e neuro modelagem, incorpora importantes determinantes da saúde cerebral e é capaz de prever resultados relevantes mais tarde na vida.

A 13ª Conferência Ministerial (MC13) da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** acontece de 26 a 29 de fevereiro, em Abu Dhabi. Segundo **Chamas e Cesário**, a centralidade da OMC no sistema multilateral e a urgência do restabelecimento do seu sistema de solução de controvérsias são pontos cruciais para diversos países. Uma OMC mais ágil e responsiva aos desafios atuais globais, além de outros temas como a mudança climática, a reforma agrícola e a segurança alimentar são elementos constantes no posicionamento brasileiro. Às vésperas da MC13, o Brasil e outros 121 países finalizaram o Acordo sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento, que visa simplificar operações entre os membros signatários. Timor-Leste, que formalizou o pedido de adesão à OMC em 2016, se torna membro pleno da Organização em fevereiro de 2024.

O artigo de **Cazumbá** sobre as **instituições financeiras internacionais** tem o objetivo de mostrar o novo programa do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, intitulado "*América en el Centro*" lançado durante o trigésimo sétimo encontro entre os governadores membros dos países da América Central.

O informe sobre a **sociedade civil global** dessa quinzena, preparado por **Souza e grande equipe**, abrange as manifestações de 37 das 50 organizações monitoradas. Destacaram-se dois eventos globais: o **Fórum Social Mundial 2024**, realizado em Katmandu-Nepal, e o seminário promovido pelo BRICS Policy Center para discutir a participação da **Sociedade Civil (C20) no âmbito das atividades do G20**. O Fórum Social Mundial discutiu diversos temas que impactam a saúde global, como os conflitos violentos, a crise climática, as desigualdades sociais e, com especial atenção, o avanço da extrema-direita em todo o mundo. O evento promovido pelo BRICS Policy Center destacou os desafios para uma efetiva participação da sociedade civil no âmbito do G20: o alinhamento de propostas coletivas com maiores chances de serem incorporadas ao documento final da cúpula, a importância da abordagem internacional e o monitoramento das recomendações aprovadas.

Além desses eventos, o presente informe registra as manifestações das **OSC de interesse público** que abordaram as guerras em curso no mundo, com ênfase nos conflitos na Faixa de Gaza e na Ucrânia. Foi destacada a decisão da Corte Internacional de Justiça, ordenando

medidas urgentes para prevenir o genocídio do povo palestino. A crise climática permaneceu como tema importante, com implicações nos campos da saúde, crise alimentar e dependência de combustíveis fósseis. Por sua vez, as **organizações de interesse privado** concentraram-se nos temas de pesquisa e desenvolvimento, com atenção especial para sistemas alimentares, saúde de populações vulneráveis e novos testes diagnósticos. Essas OSC levantaram ainda a relevante questão das desigualdades raciais nos contextos de pesquisa. É notável, porém, que não tenham se manifestado sobre as guerras em andamento e seus impactos nas diversas crises.

O informe de **De Negri e De Negri Filho**, trazem documentos que irão, em conjunto, tecer as narrativas presentes em dois polos: Organizações internacionais e corpos diplomáticos e, num momento de contestação, nos campos do ativismo social. Um conjunto de documentos serão abordados: o documento de 84 páginas submetido pelos advogados da **África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça** (citado aqui como ICJ, sigla da nomenclatura em inglês *International Court of Justice*) no qual são examinadas a tese de acusação contra “Israel”; o **documento rascunho do Tratado Pandêmico** apresentado na última sessão da OMS; e o informativo **Global Risk Report 2024**, apresentado pelo Fórum Econômico Mundial no seu 54º encontro, e suas conexões com as atividades realizadas em Davos, suas supostas preocupações com o clima e suas saídas para perpetuar a sustentabilidade da vida na terra. Os autores passam, assim, pelos três assuntos regularmente abordados em seus informes: saúde, tratado pandêmico e clima, trazendo também aspectos de justiça financeira. No âmbito da sociedade civil, os autores apresentam uma análise da **Declaração de Kathmandu**, oriunda do **Fórum Social Mundial 2024**, realizado no Nepal, e em convergência com a já conhecida campanha EndAusterity, a possibilidade do “Movimento dos Comuns” e as críticas feitas pelo PAN, Pandemic Action Network a respeito das novas publicações do instrumento do Tratado Pandêmico.

Ungerer destaca no seu informe sobre instituições do **Sul Global**, o Boletim do **UNOSSC** que veicula mais informações sobre a **3ª Cúpula do Sul** organizada pelo **G-77** e realizada em Kampala, em janeiro de 2024, que asseverou a necessidade de fortalecer o UNOSSC, como forma de fortalecer a **Cooperação Sul-Sul**. Desta forma, vale à pena enfatizar a reunião do *Mecanismo Interações das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e Triangular*, que reuniu mais de 40 pontos focais de Cooperação Sul-Sul da ONU para discutir áreas prioritárias para colaboração durante 2024. Uganda, na presidência do G-77, já está bastante ativa nas reuniões da AGNU e participou de 8 reuniões para discutir, entre outras coisas, o financiamento para o desenvolvimento, o HLPF, o Pacto Digital Global e o Pacto para o Futuro. Considerando que a *Cúpula para o Futuro* está sendo preparada para ser um momento de virada para o desenvolvimento em prol dos ODS, o pacto está sendo minuciosamente discutido e o G-77 e a China não perdem tempo de escrutinar todos os 148 parágrafos do documento. O **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** se comprometeu a trabalhar pela paz, promover investimentos Sul-Sul, abrir relações de mercado entre os países e melhorar o investimento em infraestruturas. O **Centro Sul** segue colaborando com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento.

G20 - O calendário do G20 segue adiante e os principais avanços do período se deram nas iniciativas propostas para as agendas da saúde e do combate à fome e à pobreza. Em meio a tensões políticas, aconteceu a reunião dos chanceleres do bloco no Rio de Janeiro, inaugurando os encontros ministeriais. **G7** - O calendário do G7 para o ano de 2024 sob a presidência italiana iniciou as atividades com reunião dos ministros do comércio no dia 07 de fevereiro e uma reunião informal dos ministros das relações exteriores no dia 17. Além disso,

houve a reunião extraordinária dos ministros dos transportes sobre a crise no mar vermelho (20 de fevereiro) e, por fim, o encontro dos líderes do G7 em Kiev e por videoconferência com ênfase na permanência do apoio e assistência à Ucrânia (24 de fevereiro). Declarações relevantes foram emitidas como resultado dos encontros. **OCDE** - Os destaques da OCDE se dividem entre atualizações de cinco de seus índices estatísticos sobre economia global, a apresentação das projeções econômicas de 2024 e 2025, a publicação de um relatório sobre comércio de serviços, o reforço na parceria com o FMA e um estudo sobre cadeias de suprimentos médicos. Assim nossos analistas, sob a liderança de **Burger, Estephanio e Esteves** reportaram o grupo de países mais ricos do planeta.

No âmbito de **BRICS**, o presidente Lula reuniu-se em fevereiro com o presidente egípcio Abdel al-Sisi, no Cairo, e anunciou acordos em cooperação técnica, bioenergia, CT&I e agricultura, uma viagem que fortalece a integração do Egito na aliança BRICS. Após visitar o Egito, Lula teve agenda em Adis Abeba, capital da Etiópia, que também ingressou recentemente no BRICS, com o PM etíope Abiy Ahmed. Os dois dirigentes discutiram temas como a cooperação para o desenvolvimento e a promoção do comércio. A narrativa destas missões, quando o Brasil realiza a Cúpula do G20 e se prepara para presidir BRICS, em 2025, foram objeto de análise da nossa analista **Cláudia Hoirisch**.

No informe sobre **América Latina e Caribe**, nossos analistas **Brito, Minayo e Tobar** trazem o panorama político da região, com destaque para a recente reunião de **Chanceleres do G-20**, a 46ª. **Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM)** e a **Cúpula da Comunidade de Países Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)**, que vai acontecer a 1º. de março. Igualmente, destacamos as principais atividades da **CEPAL**, como foi o lançamento do *Observatório de Desenvolvimento Digital* e do *Anuário Estatístico da CEPAL 2023*, que oferece um conjunto de estatísticas regionais sobre os três pilares do desenvolvimento. Também observamos as agendas de organizações regionais ligadas a saúde e desenvolvimento como: as ações nas áreas de saúde digital e combate ao câncer do **ORAS-CONHU**; a promoção de ações nas áreas de saúde digital, saúde nas fronteiras e controle de doenças não-transmissíveis pela **COMISCA**; a realização do Fórum sobre Cooperação Internacional em Desastres, liderado pela **SELA**; a participação da **OTCA** como convidada na reunião dos chanceleres do G20; e a Jornada Latino-Americana e Caribenha de Integração dos Povos.

O Presidente do Brasil, Lula da Silva, um dos convidados para participar da **37.ª Cúpula da União Africana**, salientou que sem os países em desenvolvimento “não será possível a abertura de novo ciclo de expansão mundial que combine crescimento, redução das dificuldades e preservação ambiental com ampliação das liberdades”. E no seu discurso anunciou a ampliação da cooperação em saúde com o continente, com a criação de uma representação da Fiocruz em Addis Abeba, capital da Etiópia. O Presidente da Fiocruz, Mario Moreira, acompanhando a comitiva presidencial brasileira e representando a Ministra Nísia, participou da **Reunião de Ministros da Saúde da União Africana**. Três Estados da **CEDEAO** anunciaram sua retirada imediata da organização regional com a justificativa de os seus povos não se sentirem mais representados. Lançado em Lomé o programa de prevenção de pandemias no espaço da CEDEAO com base na Saúde Única. A **SADC** e a **UNOCHA** cooperam para respostas coordenadas às crises climáticas na África Austral. A iniciativa **ZaZiBoNa** como estratégia para a equidade no acesso a medicamentos no espaço da SADC. A **FAO, EU e a SADC** cooperam para uma política agrícola verdadeiramente sustentável. **África Oriental e Austral** empenhadas em garantir melhor nutrição dos adolescentes. São os conteúdos do informe de nossos analistas **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg**.

Para **Marques**, na sua análise quinzenal sobre o **Oriente Médio**, Israel opera sob um clima de absoluta impunidade. A irredutibilidade de Israel em seguir com os massacres em Gaza e com as ocupações acompanhadas de violência na Cisjordânia e a irredutibilidade dos EUA em usar seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, impedindo um cessar fogo humanitário e em insistir que a resposta militar é a melhor solução para a região, tem tido reflexos entre aliados regionais e além, já impactando significativamente a dinâmica geopolítica global. Embora a liberdade de navegação na importante hidrovia comercial, como o Mar Vermelho, seja digna de atenção, a resposta liderada pelos EUA às ações dos Houthis na via, só piorou as coisas. As ações do grupo no Mar Vermelho são consequência das atrocidades que se desenrolam em Gaza; portanto, trabalhar num cessar-fogo humanitário e envidar esforços para diminuir as tensões pareceria ser o melhor caminho. Mas não foi o caminho escolhido pela superpotência militar de Biden. Essa resposta aponta para motivos que vão além do que os EUA estão publicizando, ou se constituem em um erro de estratégia. Ações que propaguem uma crise no Mar Vermelho, ignorando a miséria palestina, claramente vão além do argumento da segurança marítima. E precisamos entender. Como chamou atenção o Secretário Geral do Médicos Sem Fronteiras, Christopher Lockyear, ao Conselho de Segurança da ONU: “a proteção de civis em Gaza não pode estar condicionada a resoluções deste Conselho que instrumentalizem o humanitarismo para ocultar objetivos políticos.”

O Governo Federal dos **EUA** reavalia protocolos da Covid-19 à medida que a pandemia evolui, segundo nosso analista **Guto Galvão**. Isso inclui o monitoramento de novas variantes, adaptação das medidas de controle e atualização das orientações para o público. O objetivo é garantir que as medidas em vigor sejam eficazes no combate à pandemia e na proteção da saúde da população. **Galvão** aborda também a *Estratégia de Equidade em Saúde Global do CDC 2022-2027: Lutando pela Saúde para Todos*, que tem como objetivo promover a saúde para todos, independentemente de sua posição social ou qualquer outra circunstância. Embora o sucesso final dependa de sua implementação, essa estratégia estabelece uma direção clara, lembrando-nos que um mundo onde todos possam alcançar seu pleno potencial de saúde não é apenas um sonho, mas um objetivo pelo qual vale a pena lutar. A administração Biden-Harris divulgou, em 30 de dezembro, um *Relatório Anual de Progresso de Parcerias de Segurança Global para a Saúde*, demonstrando resultados dos investimentos dos Estados Unidos na segurança global para a saúde.

A robusta agenda global deste início do ano continua nas próximas semanas. Procurando sempre trazer uma descrição o mais completa possível e uma interpretação de qualidade dos acontecimentos políticos mais importantes da atualidade convidamos o leitor a desfrutar este fascículo 2, enquanto já começamos a preparar, para daqui a duas semanas, o Caderno 3.

Boa leitura e bom fim de semana!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 29 de fevereiro de 2024

Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup
Coordenação do CRIS/Fiocruz – Editores dos Cadernos

De novo um epítáfio

Santiago Alcázar

Ultimamente, o Secretário-Geral das Nações Unidas e diversos líderes mundiais têm insistido com a necessidade de realizar reformas no sistema financeiro internacional. Argumentam que a arquitetura financeira, criada há 80 anos, é injusta, obsoleta e revela grave disfunção e, por isso, não atende às necessidades do século XXI. O mundo hoje é muito diferente daquele que surgiu das cinzas da Segunda Guerra e viu com esperança a criação da Organização das Nações Unidas.

É importante entender a ONU como um espaço político integrado pela AGNU, o Conselho de Segurança, o ECOSOC, o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça¹. O CS ocupa-se do tema “paz e segurança”, o ECOSOC, do “desenvolvimento” e a Corte, da “justiça”. A AGNU, órgão maior desse espaço político, centra a sua atenção na questão dos direitos humanos em todas as suas dimensões. Registre-se que “paz e segurança”, “direitos humanos”, “desenvolvimento” e “justiça” – são as quatro ideias que impulsaram a criação da ONU. São também a razão de ser da Organização.

Ao lado desse espaço, há um espaço auxiliar cujo único propósito é apoiar o espaço ONU. Fazem parte desse espaço auxiliar a FAO, UNESCO, OMS, OIT, como também o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

O espaço ONU mais o espaço auxiliar conformam o “Sistema Nações Unidas”. Até mais ou menos o começo dos anos 1970, as peças do sistema pareciam funcionar a contento, com o espaço auxiliar servindo ao espaço ONU. Havia, claro, sérios problemas no campo dos direitos humanos, sobretudo com o regime de apartheid e a questão palestina, que a AGNU e o CS eram incapazes de resolver. Todos lembravam do compromisso que deu origem à Organização de nunca mais permitir as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra. Como conciliar aquele compromisso com o apartheid e o desastre palestino, o Nakba? Não era possível, mas, em grandes linhas, o sistema parecia funcionar bem e, sobretudo, evitava a sempre temida escalada de tensões durante a Guerra Fria que poderia levar a um conflito nuclear.

A partir do fim do padrão ouro-dólar, quando Nixon decidiu abandonar a âncora cambial acordada em Bretton Woods, a moeda norte-americana passou a flutuar. A consequência foi uma depreciação do dólar vis-à-vis outras moedas e a inundação de produtos americanos baratos no mercado internacional. O espírito de concorrência conduziu a flutuações especulativas das outras moedas, fomentando assim um mercado de capitais com ofertas de crédito com juros baixíssimos. Os países em desenvolvimento, que sempre tiveram escassez de recursos para dedicar a investimentos, endividaram-se com empréstimos do tipo pai para filho. Os dois choques do petróleo que seguiram, em 1973 e 1979, criaram inflação generalizada e enorme pressão sobre o balanço de pagamentos. As dívidas tornaram-se impagáveis e a década de 1980 foi perdida.

O FMI e o Banco Mundial, socorristas de primeira hora do espaço auxiliar da ONU, mudaram os seus perfis e passaram a guiar-se pelo chamado Consenso de Washington – desregulamentação, abertura de mercados, redução do Estado. As duas instituições começaram

¹ Originalmente existia também o Conselho de Tutela, mas desde que Palau tornou-se o último país sob tutela a adquirir sua independência e tornar-se membro da ONU, o Conselho não mais se reúne.

a condicionar a ajuda a acordos de ajuste severos, que podiam ter sentido em planilhas de contabilidade financeira, mas traziam sérios prejuízos às políticas sociais, entre as quais caberia destacar as relativas à saúde.

O FMI e o Banco Mundial não têm todo o dinheiro do mundo. A contribuição que poderiam fazer para financiar o desenvolvimento era, e é, menor, mas são instituições com enorme influência. As suas recomendações são quase tomadas como certezas indiscutíveis que têm que ser acatadas, sob pena de sanções severas.

Havia, é verdade, grande otimismo com as teses neoliberais, entendidas como decisivas para a solução do conflito Leste-Oeste, materializada com a derrubada do Muro de Berlim. O otimismo era tão grande que o livro de Francis Fukuyama, “O Fim da História” alcançou número de vendas que o projetaram para a lista de best-sellers. Nesse contexto, o Consenso de Washington deve ser interpretado como a submissão do FMI e do Banco Mundial às teses defendidas tanto por Ronald Reagan, quanto por seu sucessor, Bill Clinton, que havia entendido o quão importante era a economia – *“it’s the economy, stupid”*, como disse James Carville, principal assessor desse último. Os democratas abandonavam assim sua tradicional base eleitoral e se juntaram a republicanos na arte de seduzir os donos de Wall Street. Dizem que todos os gatos são pardos à noite, mas estes também o eram à luz do dia. Era impossível distinguir um do outro.

A década de 1990 foi célebre pelo ciclo de conferências da ONU sobre temas sociais, mas também pela onda de protestos contra o FMI, o Banco Mundial e a recém-criada OMC, integrante também do espaço auxiliar, mas como as duas primeiras, livre agora para seguir o caminho neoliberal. A batalha de Seattle contra a OMC foi emblemática e exemplo para outras manifestações onde confrontos com a polícia e palavras de ordem contra a globalização eram registradas nas manchetes dos meios de imprensa.

No espaço ONU, realizavam-se grandes cúpulas como para resgatar o compromisso de evitar as calamidades cometidas durante a Segunda Guerra. Os Chefes de Estado e de Governo pareciam ter consciência de que a globalização das teses neoliberais trazia injustiças, pobreza e exclusões. Como justificar a convocação das cúpulas que apresentaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2000 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015, senão pela incômoda percepção de que muitos haviam sido deixados para trás? Fazia-se, portanto, urgente reunir a todos para tentar resgatar a promessa de que, desta vez, ninguém seria deixado ao deus dará.

No seio do sistema das Nações Unidas havia duas lógicas, incompatíveis entre si. De um lado, a promoção e a proteção dos direitos humanos, que constituem a essência da própria razão de ser do espaço ONU e de seu espaço auxiliar; do outro, a planilha de contabilidade da macroeconomia e das finanças, alheia às políticas sociais. A contradição é evidente e insustentável. À pergunta, de que lado se resolve a contrariedade, não resta dúvida que será, é e sempre foi, em prejuízo das políticas sociais. E para isso, é fundamental manter reduzido o papel dos países em desenvolvimento dentro dos recintos do FMI, Banco Mundial e OMC.

Por ocasião do lançamento do relatório “Progresso em direção aos ODS: um plano para pessoas e Planeta”², o Secretário-Geral manifestou-se da seguinte maneira: “Na metade do

²https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-07/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition.pdf?_gl=1*xq9dhd*_ga*NzQxOTY5MzY5LjE3MDU4ODMwMjM.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTcwODY0MDkwNC40MS4xLjE3MDg2NDE2MTEuMC4wLjA

caminho para 2030, estamos deixando mais da metade do mundo para trás. Estamos parados ou em marcha à ré em mais de 30% dos ODS. A menos que atuemos agora, a Agenda 2030 será um epitáfio para um mundo que poderia ter sido”. Esse é o resultado mais visível e mais cruel da contradição entre as duas lógicas no Sistema das Nações Unidas.

Não se pense, no entanto, que o problema reside somente naqueles dois espaços. Seria grande erro não perceber que a contradição foi imposta pelos Estados membros que aplicaram em seus respectivos países as teses neoliberais. O espaço ONU e o seu espaço auxiliar, afinal, são o que os seus Estados membros decidem que eles sejam. As teses neoliberais reclamam a redução do Estado. A abertura de mercados e a desregulamentação nada mais são senão os instrumentos para alcançar aquele fim.

À luz do quadro de confluência de crises, que parecem se amontoar sem solução – mudança de clima e suas graves consequências; inequidades em crescimento exponencial; carga de doenças, algumas das quais novas como a Covid-19, prestes a colapsar os sistemas de saúde; fome e pobreza em níveis imperdoáveis; aumento do gap de conhecimento; risco de conflitos por bens primários; risco de conflito nuclear – não cabem reformas que não sejam transformadoras. As propostas para uma economia baseada na solidariedade e na justiça pecam pelo irrealismo. A probabilidade matemática de financistas abraçarem os valores de São Francisco é nula ou quase nula. Ao invés de confiar na economia solidária e justa é mais prudente apostar no fortalecimento do Estado, o único modo realista para deter a máquina neoliberal em sua corrida rumo ao desastre. Precisamos de uma transformação radical, não somente na ONU e em seu espaço auxiliar – FMI, Banco Mundial e OMC – mas também e sobretudo nas dimensões domésticas. É preciso fortalecer os Estados de maneira a fazê-los resilientes à lógica neoliberal. A obrigação do Estado é com a sua população, não com planilhas de contabilidade que não põem o pão sobre a mesa.

É agora ou nunca, porque a alternativa, se nada fizermos e seguirmos adiante com a lógica dominante das finanças, é tornar-nos um epitáfio obscuro inscrito sob alguma pedra dura, coberta de lodo e raízes, apenas visível, de uma esperança que poderia ter sido.

Abuso do direito à vida³

Adhemar Bahadian

Nesta semana que se inicia, o Rio de Janeiro será palco de importantes reuniões internacionais com a participação de altas autoridades internacionais. A agenda dessas reuniões se insere no quadro de uma tentativa de reformulação da ordem internacional e poderá levar a medidas positivas na agenda de organismos internacionais como a ONU e seus órgãos subordinados ou a ela vinculados.

Lula não esconde seu interesse de promover um diálogo frutífero entre o G-20, que presidimos este ano, e os demais agrupamentos de países sejam eles do chamado Sul Global ou do Norte desenvolvido.

O objetivo não pode ser mais nobre e urgente. Estão aí as mudanças climáticas a nos surpreenderem com a força de uma natureza arpoada pela insanidade e o descaso humanos. Forçoso reconhecer que desde a década de 60 do século passado, a reconfiguração do sistema internacional de comércio sempre foi um objetivo crucial do chamado diálogo Norte-Sul, que, infelizmente, talhou. Azedou.

A criação da OMC (Organização Mundial do Comércio) foi saudada com alento por gregos e troianos, dentre outras razões por se apresentar como o único instrumento internacional dotado de um mecanismo de solução de controvérsias teoricamente equânime entre países, independentemente de seu peso econômico. Decorridos alguns anos, os países mais vulneráveis, em especial os exportadores de produtos primários, se viram diante da triste realidade de que, mesmo quando apoiados pelo órgão de solução de controvérsias, não tinham como ressarcirem-se de seus prejuízos diante de medidas contrárias aos regulamentos da OMC. Ou não dispunham de estoque de comércio suficiente para retaliar os infratores ou simplesmente os Estados condenados pelo sistema se recusavam a pagar. Obviamente, esta última hipótese não era possível ou sequer pensável pelos países em desenvolvimento.

Por outro lado, à medida que os anos passavam as negociações de uma reforma no comércio agrícola, objeto da Rodada Doha, se tornaram inviáveis por imensos impasses, legítimos uns, abusivos outros. Diante do cansaço generalizado trazido pelo jogo de soma zero na OMC, surgiram como alternativas os acordos bilaterais e plurilaterais (jargão para permitir acordos de comércio entre vários países). Como pré-requisitos básicos dessas negociações, argumentava-se que os acordos deveriam ser “WTO-plus”, fórmula atraente para os países em desenvolvimento, que não perceberam que o “plus” tinha dupla leitura.

Para os desenvolvidos significava que os acordos seriam abertos a novos temas como serviços. Para os países em desenvolvimento parecia que haveria flexibilidade no comércio agrícola. O fato é que com a mistura aditivada dos acordos comerciais com o neoliberalismo e sua pregação do desmonte das regras de proteção contra os abusos do poder econômico surgiu o evangelho segundo Milton Friedman.

Neste ambiente neoliberal foram negociados acordos como o NAFTA, a ALCA e o acordo entre União Europeia e Mercosul. Em outras palavras, as regras de maior interesse dos países

³ Este artigo condensa dois artigos publicados pelo Embaixador Bahadian nas edições online do Jornal do Brasil dos dias 18 e 25 de fevereiro de 2024. Reproduzidos no Caderno 2 com autorização do autor.

desenvolvidos foram duplamente protegidas, pela OMC e pelo neoliberalismo. Tudo que assim não fosse era retrocesso esquerdista, velharia nacionalista ou coisa pior. Mas obrigar os países a sempre submeter a licitação internacional suas compras governamentais foi apenas uma criatividade malévola do direito econômico da OMC.

Até que chegou o urso Trump, decretando que o mel das colmeias era dele. Xingou os negociadores americanos de vendidos e decretou que o Nafta deveria ser revisto. O resto da história a gente ainda não sabe e pertence às bruxas e seus caldeirões de maus-olhados. Ou, no que mais confio, em exemplar condenação de Trump pela justiça americana. Recomendo a releitura dos discursos de Cícero contra Catilina para comprovar que a inteligência artificial de Trump antecede os tempos da era cristã. Mas, o paradoxal - e também o confusional - é que, por motivação inteiramente diversa de Trump, estaria de acordo com ele, não fosse sua inteligência artificial a serviço da confusão intencional entre Democracia e Democracia iliberal. Logo ele que acaba de ser proibido de gerir negócios em Nova York, pretende dar um calote nos trouxas mundo afora, enrolados na bandeirinha do "me engana que eu gosto".

Reconstruir uma nova ordem internacional impõe rediscutir capítulos abusivos incluídos na OMC, dentre os quais avulta o chamado direito de propriedade intelectual, hoje impeditivo de proteger eficazmente a humanidade contra doenças e pragas. É passo indispensável para um mundo melhor. Passo que pressupõe uma consciência menos predatória da humanidade, como nos alertou Hobbes. Curiosamente, mas não tanto, o comitê preparatório sobre o acordo TRIPS na OMC sugere que não sejam discutidos temas em que os países possam se sentir prejudicados por outros no capítulo sobre propriedade intelectual. A inteligência artificial avisa: não é tema ainda devidamente absorvido pelas regras do bom-tom diplomático. Qualquer semelhança com o "Mondo Cane" não é fortuita. Continuarei no próximo domingo.

=====

Apesar dos pesares, dos enganos e das maledicências, da ignorância real ou encomendada, a diplomacia brasileira mostrou a que veio, o que está disposta a aceitar e sua enérgica determinação de rejeitar shows pirotécnicos que envolvam o país e seus dignitários.

Mauro Vieira é um homem de trato cordial, diplomata até a medula, mas mostrou que a tolerância ao desaforo tem limite e respondeu a ele com dois gols de placa. O primeiro deles foi o de responder à altura a grosseria com nosso embaixador em Israel, convocado para uma conversa delicada pelo Chanceler local, levado a uma humilhação pública diante de áudio e imagem internacionais. Show de arrogância. Politicagem baixa.

O segundo, sobre o qual pretendo falar um pouco neste espaço, foi a forma como Mauro conduziu a reunião de Chanceleres do G-20 e principalmente seu discurso sobre o momento delicadíssimo que estamos a viver neste ano de 2024, onde bruxas assanhadas estão a girar mundo afora.

Não é todo dia que se reúnem, ao mesmo tempo, por mais de 24 horas, na mesma cidade, representantes diplomáticos do porte de Blinken e Lavrov, respectivamente chanceleres dos Estados Unidos da América e da Rússia. O Rio de Janeiro foi um anfitrião perfeito. Obrigado, Eduardo Paes.

Certamente, o principal resultado palpável da reunião do G-20 terá sido a determinação do Brasil em dizer alto e bom som que não podemos viver num mundo fraturado e que, para nós, as soluções bélicas são intoleráveis. Foi muito mais que discurso retórico. Foi a abertura de

uma nova agenda diplomática, talvez da mesma importância da que marcou o fim da guerra fria e teria inaugurado o que se pensou ser o fim da história. Agora, se constata no G-20, com o assentimento dos Estados Unidos da América e da Rússia, que a história está longe de acabar e que os mecanismos multilaterais surgidos após a Segunda Guerra Mundial têm que ser revistos se quisermos levar a bom termo nossa existência no Planeta.

Forçoso reconhecer que órgãos como a OMC, (Organização Mundial do Comércio) devem revisitar com outro espírito e com menor arrogância acordos internacionais como o referente aos temas de propriedade intelectual relacionada ao comércio (TRIPS) que, num mundo sujeito a epidemias e pandemias não pode se constituir em obstáculo legal à razoável disseminação de vacinas e medicamentos, imensamente prejudicada por uma distorcida visão do Direito Internacional e pelo abuso de uma concorrência cada vez mais desleal, enrijecida em mecanismos de concentração do poder econômico que as leis antitrustes haviam mitigado antes da religiosidade satânica trazida pelo neoliberalismo e pela globalização assimétrica.

Nunca um diálogo entre os BRICS e o G-20 foi mais urgente. Nunca uma cooperação tecnológica entre a o Brasil e a Índia foi mais necessária. Nunca a atração de capitais chineses ou americanos serão mais indispensáveis ao nosso neoindustrialismo porque aqui não nos faltam os minerais necessários à nova revolução tecnológica.

Criticar a atividade diplomática, chamando-a de um ativismo terceiro mundista, é prova de ignorância ou de má-fé. Nunca Democracia e Desenvolvimento haviam se tornado um binômio tão evidente e não é à toa que os postulados avançados por Trump em busca de um novo mandato mergulham num lodo pantanoso de mentiras a exigir pronta e imediata correção pelo judiciário americano. Desta decisão realmente poderá vir o fim da história. Ou o renascimento de um mundo mais racional em todos os sentidos da palavra que identifica o homem como um ser racional. E aos meus empedernidos ideólogos do caos que insistem em dizer que Lula ofendeu nossos amigos judeus - que os tenho e muitos - sugiro lerem as declarações do Chanceler da União Europeia, em nome de toda a Europa, veiculada mundo afora. Isto para não falar na importância de ler o discurso do representante chinês no Tribunal de Haia.

O Direito Internacional se revigora. E o Brasil também.

As antecipações para maio

Anticipating May

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Os dois principais processos em discussão na OMS são a revisão do Regulamento Sanitário Internacional e o Órgão Intergovernamental de Negociações do Acordo Pandêmico. A Covid-19 expôs diversas fraquezas dos sistemas de saúde dos países e a fragilidade da solidariedade global. Com a expectativa de construir um mundo mais resiliente, os dois processos tiveram por objetivo pôr à mesa temas críticos para preparação, prevenção e resposta fortalecidas e resilientes. Às vésperas da apresentação dos trabalhos para a Assembleia Mundial da Saúde em maio, questões sensíveis como propriedade intelectual e acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios seguem sendo nebulosas. O que esperar desses dois meses até o prazo final? Sairemos fortalecidos ou será mais um processo que mobiliza esforços, mas gera documentos vazios?

Palavras-chave: INB, RSI, tratado pandêmico

Abstract. *The two main processes under discussion at the WHO are the review of the International Health Regulations and the Intergovernmental Negotiations Body for the Pandemic Agreement, Treaty or Accord. Covid-19 has exposed several weaknesses in countries' health systems and the fragility of global solidarity. With the expectation of building a more resilient world, the two processes aimed to bring critical issues to the table for strengthened and resilient preparation, prevention and response. On the eve of the presentation of work to the World Health Assembly in May, sensitive issues such as intellectual property and access to pathogens and benefit sharing remain nebulous. What to expect in these two months until the deadline? Will we emerge stronger or will it be another process that mobilizes efforts but generates empty documents?*

Keywords: INB, IHR, Pandemic treaty

Momentos finais do INB e do WGIHR?

WGIHR7

A Sétima Reunião do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR7) ocorreu de 5 a 9 de fevereiro, com participação da delegação brasileira e foco em debates sobre textos agrupados por afinidade temática. Foram discutidos grupos de artigos específicos, incluindo propostas técnicas como a alteração do nome da "Declaração Marítima de Saúde" para "Declaração de Saúde de Navios" para abranger embarcações em rios e lagos internacionais, além de propostas para lidar com o "contínuo pandêmico", introduzindo novos tipos de emergência sanitária.

Durante o evento, houve discussão intensa sobre as propostas de definição de "emergência pandêmica" e "alerta de ação antecipada", sendo que a primeira teve maior aceitação entre as delegações. Países em desenvolvimento expressaram desconforto com o tratamento dado aos artigos relacionados à equidade, especialmente aqueles referentes a acesso a tecnologias em saúde e financiamento. A falta de progresso levou à manutenção em aberto da sessão para examinar esses artigos posteriormente.

Após a sessão adicional do WGIHR7 focada nos artigos 13A e 44A no dia 8 de abril, está programada apenas mais uma rodada de negociações, entre 22 e 26 de abril (WGIHR8), antes da intenção anunciada de aprovar o conjunto de emendas ao RSI durante a AMS, em maio.

Apesar do consenso alcançado em algumas emendas propostas, questões mais complexas permanecem em aberto, com países desenvolvidos resistindo a mudanças significativas no escopo do Regulamento. Está prevista uma próxima rodada de negociações antes da aprovação do pacote de emendas, mas há incertezas sobre como as divergências serão resolvidas, especialmente em relação aos artigos ligados à equidade. Países em desenvolvimento não apoiam a aprovação parcial das emendas para cumprir o prazo de maio de 2024, considerando a interdependência entre o WGIHR e o processo de negociação do INB.

Reunião Regional da OPAS sobre o INB

É importante ressaltar o papel positivo desempenhado pela OPAS na promoção da convergência das posições dos países do continente americano. Apesar das significativas divergências entre o Canadá e os Estados Unidos, por um lado, e os países latino-americanos e caribenhos, por outro, houve um avanço significativo na compreensão das perspectivas de todos os países e na concordância em intervenções conjuntas sobre pontos específicos do texto. Esta aproximação resultou em uma postura mais flexível e colaborativa por parte dos Estados Unidos, demonstrando uma disposição renovada para cooperar com os países vizinhos.

Neste sentido, foi realizada a Quarta Reunião da região das Américas sobre o INB nos dias 14 e 15 de fevereiro, em Genebra, Suíça. Na ocasião diversas intervenções conjuntas foram elaboradas e acordadas, destacando pontos cruciais para o processo em questão. O Brasil propôs uma declaração geral que enfatiza o compromisso com ambos os processos, ressaltando a importância de cumprir o prazo e chegar a um acordo ambiciosos com a equidade como princípio orientador. A proposta da Costa Rica para declaração sobre o artigo 7 enfocou a melhoria das condições da força de trabalho em saúde e cuidados, combatendo desigualdades e discriminação de gênero, e reconhece o impacto negativo das emergências em saúde na saúde física e mental do pessoal da saúde e cuidados.

Além disso, sobre os artigos 4, 5 e 6, a declaração ressaltou a importância da complementaridade e harmonia com o RSI. Por fim, a Colômbia propôs declarações conjuntas das Américas aos artigos 10 e 13, visando a diversificação geográfica da produção e o estabelecimento de uma rede global de logística para a distribuição eficiente de produtos. Estas intervenções refletem um esforço coletivo para garantir uma abordagem equitativa e eficaz nas negociações do Acordo.

INB8

De 19 de fevereiro a 01 de março a 2024 acontece o oitavo encontro do Órgão Intergovernamental de Negociações (INB, em inglês) para consolidação do acordo pandêmico.

O trabalho feito pelo INB é o de reforçar e clarificar a cooperação internacional e tem por objetivo dar a toda a humanidade uma melhor oportunidade de enfrentar as ameaças de doenças do futuro. E quando a próxima pandemia acontecer, será necessária uma abordagem de toda a sociedade para a combater. É por isso que os Estados-Membros estão a construir um acordo para ajudar os países a mobilizar todos os setores numa resposta coerente, incluindo o governo, as agências multilaterais, o setor privado e a sociedade civil. Em última análise, salvará vidas e meios de subsistência, ao mesmo tempo que protegerá a segurança e a soberania nacionais.

Às vésperas da conclusão do documento, que se espera ser aprovado na Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2024, ainda não se está claro do que estamos falando. Acordo, Instrumento, Tratado, a nomenclatura impacta no âmbito jurídico de aplicação do que seja estabelecido. O rascunho, que já sofreu algumas muitas modificações, pode ser consultado [aqui](#).

Uma outra crítica à forma de condução das negociações tem sido a porção obscura, com pouca participação da sociedade civil organizada. Foi estabelecido em momentos anteriores, que parte do processo de escrita seria realizado de forma interna, como a escrita dos rascunhos apresentados.

Como mencionado em nossos informes anteriores, um dos maiores obstáculos nas negociações diz respeito ao acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS, sigla em inglês). Mais precisamente, a questão se liga à forma como os países devem partilhar informações sobre agentes patogênicos com potencial pandêmico e se, ou como, aqueles que partilham os dados de sequenciação genômica e material biológico do agente patogênico serão recompensados.

Destaca-se que o Brasil aderiu a uma declaração conjunta do Grupo para Equidade, que enfatiza a necessidade de um sistema de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) para nivelar o campo de jogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além de defender a transferência de tecnologia e know-how, financiamento sustentável e uma governança transparente e responsável.

Desde o início das conversações, há uma evidente disparidade entre as propostas do Sul e do Norte Global. De acordo com uma nova proposta¹, partilhada com as partes interessadas no início da oitava reunião do INB, na qual se menciona que os fabricantes comerciais que produzem vacinas, produtos terapêuticos ou de diagnóstico para “patógenos com potencial pandêmico” deverão pagar uma taxa anual (relacionada com a sua dimensão) para apoiar o sistema PABS e reforçar as capacidades de prevenção, preparação e resposta a pandemias nos países.

Deverão também fazer contribuições em espécie, tais como transferência de tecnologia e know-how. Durante uma emergência de saúde pública com potencial pandêmico ou uma pandemia, devem fazer contribuições em tempo real de diagnósticos, terapêuticas e/ou vacinas relevantes, incluindo uma percentagem de preços gratuitos e sem fins lucrativos a serem disponibilizados mediante solicitação da OMS e entregues, através de mecanismos estabelecidos no Artigo 13, que trata de uma cadeia de abastecimento global.

No entanto, os países serão obrigados a partilhar imediatamente dados de sequenciação genômica e material biológico de agentes patogênicos perigosos com laboratórios e biorrepositórios participantes em Redes de Laboratórios Coordenadas pela OMS e em bases de dados de sequências recomendadas pela OMS).

Pela proposta, expõe-se que os direitos à propriedade intelectual não poderiam ser buscados sobre materiais biológicos e sequenciamento fornecidos a essas redes e bases.

A União Europeia (UE) e os EUA, onde está sediada a maioria dos grandes fabricantes farmacêuticos, no geral têm apoiado essa proposta. No entanto, muitos dos 47 membros da região africana consideram firmemente que deveriam ser compensados por fornecerem informações que conduzam ao desenvolvimento de uma vacina.

O Diretor Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, elogiou os membros do INB por identificarem os principais desafios e instou os membros do INB a procurarem “compromisso e não competição” – sugerindo também que era altura de os membros seniores das equipes de negociação dos países desempenharem papéis mais proeminentes nesta última reta.

Tedros tem reforçado que problemas não podem ser vistos como objetos únicos regionais. O problema não é só do Norte, ou só do Sul. O problema é de todos.

O The People's Vaccine expôs em texto² lançado em seus portais que haveria uma "hipocrisia" dos EUA e da UE ao anunciarem reformas para garantir que as regras de propriedade intelectual não prejudiquem o acesso a medicamentos dentro das suas próprias fronteiras, bloqueando ao mesmo tempo medidas semelhantes para países de rendimentos mais baixos.

Os EUA emitiram dezenas de licenças de “utilização governamental” para o uso forçado de tecnologias patenteadas durante a pandemia da COVID-19 e anunciaram planos para utilizar direitos federais para quebrar monopólios quando os preços dos medicamentos são elevados para os americanos. A Comissão Europeia propôs um sistema regional de licenciamento obrigatório para garantir o acesso equitativo dentro da UE.

Na declaração, publicada nos websites da Casa Branca e da UE, as administrações anunciaram o seu apoio à incorporação das mesmas medidas no Acordo Global sobre Pandemia da OMS. A declaração admitia ter insistido em proteger o monopólio da indústria biofarmacêutica, em vez de “prosseguir políticas que garantem acesso equitativo, oportuno, adequado e acessível a tecnologias de saúde que salvam vidas”.

Esse é um dos exemplos de medidas tomadas pelos EUA e pela UE para garantir que as regras de propriedade intelectual não impeçam as suas próprias populações de acessar às tecnologias médicas durante crises de saúde. Mas tem sido uma hipocrisia flagrante da parte deles impedir que os países de baixo e médio rendimento façam o mesmo.

Se o Acordo Pandêmico não incluir disposições claras e abrangentes que permitam aos países de baixa e média renda superar o controle monopolista das grandes farmacêuticas sobre o fornecimento, o preço e a distribuição de vacinas, medicamentos e diagnósticos, veremos a selvagem desigualdade da COVID -19 e aids se repetirem na próxima pandemia.

Em quase todas as crises de saúde globais, tem sido uma regra para os países ricos e outra para todos os outros. Manter o sistema atual resultará sempre em injustiças vergonhosas. O mundo precisa de medidas vinculativas que garantam que a vida de todos seja igualmente valorizada, onde quer que vivam.

**WE CANNOT HAVE
ONE RULE FOR
AMERICANS AND
EUROPEANS AND
ANOTHER FOR
EVERYONE ELSE**

#PANDEMICACCORD



(Reprodução X (previamente Twitter) @peoplesvaccine, 2024)

Vários outros stakeholders, que acompanham e participam das discussões, têm apontado o ainda enfraquecimento da linguagem proposta. O que também já tratamos nos nossos informes. As disposições, as escolhas frasais e verbais estão vagos, dando espaço a interpretação, sem compromisso firme.

Para além do compartilhamento de benefícios, propriedade intelectual em si segue sendo um tema espinhoso e diluído. Espera-se ainda do instrumento que seja capaz de lidar com essas questões de forma a não reiterar o status-quo de produtores versus mercado.

Ainda, da mesma forma que questionado no documento elaborado por diversas autoridades³, ainda faltam mecanismos de monitoramento independente. É uma forma de garantir o cumprimento do tratado de forma regular, com revisão por pares. Isso será importante para acompanhar a implementação nos diferentes cenários, bem como para servir reportando obstáculos.

Desgastes irreversíveis em Gaza

A situação na Faixa de Gaza é terrível, com um elevado risco de maior propagação de doenças com potencial epidêmico devido à superlotação, ao mau saneamento e à gestão de resíduos, bem como a um sistema de saúde disfuncional.

Em resposta a esta emergência de saúde pública, a OMS fez parceria com a UNICEF para publicar uma nota técnica⁴ sobre prevenção e controle de infecções e medidas de água, saneamento e higiene em instalações de saúde e abrigos em Gaza.

Até 31 de Janeiro de 2024, o rastreio de vigilância sindrômica em Gaza notificou 245.858 casos de infecções respiratórias agudas, 161.285 casos de diarreia, 6.625 de varicela e 7.737 casos de icterícia⁴. O risco de uma maior propagação de doenças com potencial epidêmico é elevado devido à superlotação, água inadequada, saneamento e gestão de resíduos, falta de prevenção e controle médico/infecioso (PCI) e de produtos de higiene básica, perturbação da

rotina, programas de doenças evitáveis por vacinação, e um sistema de saúde disfuncional, incluindo problemas de pessoal devido a conflitos.

É fundamental para mitigar a propagação de doenças infecciosas e garantir um ambiente seguro para pacientes, visitantes, familiares e profissionais de saúde e cuidados. No entanto, devido aos danos estruturais significativos combinados com a interrupção de serviços mínimos, o documento tem por objetivo fornecer opções alternativas para a implementação destas medidas, reconhecendo restrições contextuais e de capacidade. Os utilizadores devem avaliar as suas situações únicas para determinar a viabilidade de implementação destas medidas.

Ademais, líderes de diversas agências globais lançaram mais uma nota de posicionamento visando a importância da proteção de vidas no território⁵. Nos quase cinco meses que se seguiram aos brutais ataques de 7 de outubro e à escalada que se seguiu, dezenas de milhares de palestinos – na sua maioria mulheres e crianças – foram mortos e feridos na Faixa de Gaza. Mais de três quartos da população foram forçadas a abandonar as suas casas, e enfrentam graves carências de alimentos, água, saneamento e cuidados de saúde – o que deveria ser básico para sobreviver.

O sistema de saúde continua a ser sistematicamente degradado, com consequências catastróficas. Em 19 de Fevereiro, apenas 12 dos 36 hospitais com capacidade de internação ainda funcionavam, e apenas parcialmente. Houve mais de 370 ataques aos cuidados de saúde em Gaza desde 7 de outubro.

As doenças são galopantes. A fome é iminente. A água é escassa. A infraestrutura básica foi dizimada. A produção de alimentos foi interrompida. Os hospitais se transformaram em campos de batalha. Um milhão de crianças enfrentam traumas diários.

Rafah, o mais recente destino para mais de 1 milhão de pessoas deslocadas, famintas e traumatizadas, amontoadas num pequeno pedaço de terra, tornou-se outro campo de batalha neste conflito brutal. Uma nova escalada de violência nesta área densamente povoada causaria vítimas em massa. Poderia também desferir um golpe mortal numa resposta humanitária que já está de joelhos.

Não há lugar seguro em Gaza.

Nenhuma resposta humanitária compensa os meses de privação que as famílias em Gaza suportaram. Para garantia de medicamentos, água potável, alimentos e abrigo, é urgente cessar-fogo imediato, com estruturação de pontos de entrada fiáveis que permitam mobilização de suporte, retirada de feridos e doentes. Ainda, é preciso que seja estabelecida uma rede de comunicação estável que permita que as ajudas humanitárias se movam com segurança.

A UNRWA, que é a Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para Refugiados da Palestina, a espinha dorsal das operações humanitárias em Gaza, deve voltar a receber os recursos de que necessita para prestar assistência vital

Apela-se no documento a Israel para que cumpra a sua obrigação legal, ao abrigo do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, de fornecer alimentos e material médico e de facilitar as operações de ajuda, e apelamos aos líderes mundiais para que evitem que uma catástrofe ainda pior aconteça.

Referências

1. Article 12: Vice Chair and Co-Facilitators' proposed PABS design elements [Internet]. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/wp-content/uploads/2024/02/Article-12-PABS-design-elements-2024-02-14-for-INB-Bureau-003.pdf>. Acesso em 25 fev. 2024.
2. Pandemic Accord Hoax Highlights Hypocrisy [Internet]. People's Vaccine. [cited 2024 Feb 25]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/pandemic-accord-hoax-highlights-hypocrisy/>. Acesso em 25 fev. 2024.
3. Pandemic accord requires leadership now - an open letter signed by more than 40 former Heads of State and senior global leaders [Internet]. Disponível em: <https://gpmb.org/news/news/item/30-01-2024-pandemic-accord-requires-leadership-now---an-open-letter-signed-by-more-than-40-former-heads-of-state-and-senior-global-leaders>. Acesso em 25 fev. 2024.
4. Infection prevention and control and water, sanitation and hygiene measures in health-care settings and shelters/congregate settings in Gaza: Technical note, 22 February 2024 [Internet]. www.who.int.. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/infection-prevention-and-control-and-water--sanitation-and-hygiene-measures-in-health-care-settings-and-shelters-congregate-settings-in-gaza--technical-note--22-february-2024>. Acesso em 25 fev. 2024.
5. Statement by Principals of the Inter-Agency Standing Committee (IASC): Civilians in Gaza in extreme peril while the world watches on [Internet]. www.who.int. Disponível em: [https://www.who.int/news/item/21-02-2024-statement-by-principals-of-the-inter-agency-standing-committee-\(iasc\)-on-gaza](https://www.who.int/news/item/21-02-2024-statement-by-principals-of-the-inter-agency-standing-committee-(iasc)-on-gaza). Acesso em 25 fev. 2024.

Sobre a necessidade de pôr um fim à impunidade na violação dos direitos humanos e ampara as vítimas: o enlace potencial entre o CDH e a CIJ

On the need to put an end to impunity in the violation of human rights and protect victims: the potential link between the HRC and the ICJ

Armando De Negri Filho

Abstract. *The UN Human Rights Council – CDH, began its 55th Session on February 26, 2024. Through a summary of the schedule for the 55th Session, we invite readers to locate the main topics under debate at the CDH in a timeline until April 5th. As documentation under preliminary analysis, we present the UN Secretary General's report on the reports of the special rapporteurs and independent experts, which allows us to map the topics of interest to global health and their scope on the Council's agenda. The intervention by the President of the UNGA highlighted the need to pay attention to the victims of human rights violations and identify those who violate these rights, avoiding their impunity at all costs. With this perspective, he highlighted in particular the imperative of an immediate ceasefire in Gaza and the opening of humanitarian aid corridors and highlighted the urgent need for economic contributions from countries to maintain the activities of the United Nations Agency for Palestine Refugees in the Middle East (UNRWA). We highlight the coincidence of the beginning of the 55th Session of the HRC with the end of the public hearings of the UN International Court of Justice on the UN General Assembly's request for an advisory opinion on the legal consequences arising from Israel's policies and practices in the Occupied Palestinian Territory (request prior to the start of the 4 month war in Gaza). The positions summarized in the ICJ press report and included in this report provide a profound dimension of the debate on the situation in Gaza from the perspective of the UNGA President's speech at the opening of the 55th Session of the HRC and warn about the fragility of human rights guarantees in the international scope, highlighting that the Declaration of Human Rights is not a menu from which we choose which rights to respect or ignore. The interaction between the mandates of the CDH and the ICJ is perhaps the way to build an end to impunity in the violation of human rights at a global level, a topic that should interest us to find forms of binding decisions in a reformed UN system and beyond the veto powers that currently exist.*

Keywords: *International Court of Justice. Human Rights Council. UNRWA. Palestine. HRC 55th Session.*

Resumo. O Conselho de Direitos Humanos da ONU – CDH, iniciou sua 55ª Sessão no dia 26 de fevereiro de 2024. Mediante um resumo da programação da 55ª Sessão, convidamos os leitores a localizar os principais temas em debate no CDH em uma linha de tempo até o dia 05 de abril. Como documentação sob análise preliminar, adiantamos o informe do Secretário Geral da ONU sobre os informes dos relatores especiais e especialistas independentes, o que nos permite mapear os temas de interesse para a saúde global e seus alcances na agenda do Conselho. A intervenção do Presidente da AGNU destacou a necessidade de estarmos atentos às vítimas das violações aos direitos humanos e identificar os que violam esses direitos, evitando a todo custo a sua impunidade. Com esta perspectiva destacou em particular o imperativo do imediato cessar fogo em Gaza e a abertura de corredores de ajuda humanitária e sublinhou a necessidade urgente de contribuições econômicas dos países para a manutenção das atividades da Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA). Destacamos a

coincidência do início da 55ª Sessão do CDH com o término das audiências públicas da Corte Internacional de Justiça da ONU sobre pedido da Assembleia Geral da ONU de um parecer consultivo sobre as consequências legais decorrentes das políticas e práticas de Israel na Palestina Ocupada Território (solicitação anterior ao início dos 4 meses de guerra em Gaza). As posições sintetizadas no informe de imprensa do CIJ e incluídas neste informe dão a dimensão profunda do debate sobre a situação em Gaza na perspectiva do discurso do Presidente da AGNU na abertura da 55ª Sessão do CDH e alerta sobre a fragilidade das garantias dos direitos humanos no âmbito internacional, destacando que a Declaração dos Direitos Humanos não é um cardápio do qual escolhemos quais direitos respeitar ou ignorar. A interação entre os mandatos do CDH e da CIJ talvez seja a forma de construir o fim da impunidade na violação dos direitos humanos em âmbito global, tema que deveria interessar-nos para encontrar as formas de decisões vinculantes em um sistema ONU reformado e para além dos poderes de veto hoje existentes.

Palavras-chave: Corte Internacional de Justiça. Conselho de Direitos Humanos. UNRWA. Palestina. 55ª Sessão do CDH.

A 55ª. Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

<https://webtv.un.org/en/asset/k1u/k1u2r2pvio>

[Human Rights Council to Hold its Fifty-Fifth Regular Session from 26 February to 5 April 2024 | The United Nations Office at Geneva \(ungeneva.org\)](#)

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas realizará sua quinquagésima quinta sessão ordinária de 26 de fevereiro a 5 de abril de 2024 no Palais des Nations em Genebra, começando com seu segmento de alto nível de 26 de fevereiro a 28 de fevereiro, quando dignitários representando mais de 110 Estados-membros se dirigirão ao Conselho.

A sessão será aberta em 26 de fevereiro, sob a presidência do embaixador Omar Zniber, do Marrocos. Na abertura estarão presentes o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres; o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Dennis Francis; o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk; bem como o chefe do Departamento Federal de Relações Exteriores da Suíça, Ignazio Cassis.

Na segunda-feira, 4 de março, o Conselho deverá ouvir uma atualização oral do Alto Comissário para os Direitos Humanos sobre as atividades do seu gabinete e os recentes desenvolvimentos em matéria de direitos humanos em todo o mundo. O debate geral sobre a sua atualização oral terá lugar na sequência da apresentação de uma série de relatórios e atualizações específicos por país.

Durante a sessão, o Conselho realizará 37 diálogos interativos com o Alto Comissário, seu Gabinete e especialistas designados, com detentores de mandatos de Procedimentos Especiais e mecanismos de investigação, e com Representantes Especiais do Secretário-Geral. O Conselho realizará igualmente três diálogos interativos reforçados e um diálogo de alto nível, bem como nove debates gerais.

O Conselho realizará igualmente o painel anual de debate de alto nível sobre a integração da perspectiva dos direitos humanos; um painel de discussão sobre o combate ao ódio religioso que constitui incitamento à discriminação, hostilidade ou violência; um painel de

discussão sobre os desafios e as boas práticas para concretizar o direito à segurança social e para prestar serviços públicos de qualidade; o debate interativo anual sobre os direitos das pessoas com deficiência; a reunião anual de dia inteiro sobre os direitos da criança; e um painel de discussão sobre a comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

Serão também considerados os resultados finais da Revisão Periódica Universal de 14 Estados, nomeadamente os do Turquemenistão, Burkina Faso, Cabo Verde, Colômbia, Uzbequistão, Tuvalu, Alemanha, Djibuti, Canadá, Bangladesh, Federação Russa, Azerbaijão, Camarões e Cuba.

No final da sessão, o Conselho nomeará 14 titulares de mandatos de procedimentos especiais e mecanismos de peritos.

Uma agenda detalhada e mais informações sobre a quinquagésima quinta sessão podem ser encontradas na página da sessão. Os relatórios a serem apresentados estão disponíveis [aqui](#).

Primeira Semana da Sessão

Como mencionado, a 55a. sessão ordinária será aberta dia 26 de fevereiro, com uma breve reunião de abertura, seguida do início do segmento de alto nível, que continuará até 28 de fevereiro, e durante a qual o Conselho ouvirá discursos de mais de 110 dignitários. Seguir-se-á o segmento geral. Na tarde de 28 de fevereiro, o Conselho realizará um diálogo interativo reforçado sobre a situação dos direitos humanos na Eritreia. Dia 29 de fevereiro, o Conselho realizará um diálogo interativo sobre o relatório do Alto Comissário sobre os territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e a obrigação de assegurar a responsabilização e a justiça. Seguir-se-á um diálogo interativo sobre o relatório do Grupo de Peritos em Direitos Humanos sobre a Nicarágua e um diálogo interativo com o Relator Especial para o Afeganistão. Na sexta-feira, 1o. de março, o Conselho realizará um diálogo interativo sobre a atualização oral do Alto Comissário sobre Mianmar, um diálogo interativo reforçado sobre o relatório da Comissão dos Direitos do Homem no Sudão do Sul e um diálogo interativo reforçado sobre o relatório do Alto Comissário sobre o Sudão, com a participação do seu perito designado sobre a situação dos direitos humanos no país.

Segunda Semana da Sessão

No início da segunda semana, na manhã de 6 de março, o Conselho ouvirá uma atualização oral do Alto Comissário sobre os recentes desenvolvimentos em matéria de direitos humanos em todo o mundo, seguida de uma apresentação de relatórios sobre as atividades do seu Gabinete na Colômbia, Guatemala e Honduras, e da apresentação de outros relatórios e atualizações, incluindo em Chipre, Nicarágua e Sri Lanka. O Conselho iniciará então o debate geral no ponto dois da ordem do dia, a saber, o relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e os relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral, que terminarão na terça-feira, 5 de março. O Conselho manterá diálogos interativos separados com o Relator Especial sobre a venda, exploração sexual e abuso sexual de crianças, e com o Relator Especial sobre habitação pelo resto deste dia.

Na manhã de 6 de março, o Conselho realizará um diálogo interativo com o Relator Especial sobre a liberdade de religião ou de crença. Seguir-se-ão diálogos interativos separados com o Perito Independente sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo; o Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relacionadas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; e o Relator Especial sobre os direitos à

liberdade de reunião pacífica e de associação. Em 7 de março, o Conselho concluirá o diálogo interativo com o Relator Especial sobre os direitos à reunião pacífica e de associação, seguido de diálogos interativos separados com o Relator Especial no campo dos direitos culturais, o Relator Especial sobre o direito à alimentação e o Relator Especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Em 8 de março, realiza-se o painel de discussão sobre o combate ao ódio religioso que constitui incitação à discriminação, hostilidade ou violência. Seguir-se-á a continuação do diálogo interativo com o Relator Especial sobre a tortura e o início do diálogo interativo com o Perito Independente sobre a dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos econômicos, sociais e culturais. A segunda semana terminará com um painel sobre desafios e boas práticas para concretizar o direito à segurança social e para prestar serviços públicos de qualidade.

Terceira Semana da Sessão

O Conselho iniciará a sua terceira semana com diálogos interativos com o Relator Especial para os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Relator Especial para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais na luta contra o terrorismo. Na segunda-feira, 11 de março, à tarde, realizará seu debate interativo anual sobre os direitos das pessoas com deficiência. Em 12 de março, o Conselho realizará diálogos interativos separados com o Relator Especial sobre a situação dos defensores de direitos humanos e o Relator Especial sobre o direito à privacidade. O diálogo interativo com o Representante Especial do Secretário-Geral sobre a violência contra as crianças terá início no final do dia e terminará em 13 de março, seguindo-se um diálogo interativo com o Representante Especial do Secretário-Geral para as crianças e os conflitos armados. O dia terminará com um diálogo interativo sobre o relatório do Alto Comissário que identifica as medidas necessárias para minimizar o impacto adverso das alterações climáticas na plena realização do direito à alimentação.

O dia 14 de março iniciará com a apresentação do relatório do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre as empresas transnacionais e outras empresas em matéria de direitos humanos, e dos relatórios temáticos do Alto Comissário e do seu Gabinete, bem como do Secretário-Geral, seguindo-se o debate geral sobre o ponto três da ordem do dia, a saber, a promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Ademais, o Conselho realizará a reunião anual de dia inteiro sobre os direitos da criança sobre o tema dos direitos da criança e proteção social inclusiva.

Na sexta-feira, 15 de março, o Conselho concluirá o debate geral sobre o ponto três da ordem do dia. Em seguida, iniciará a análise do ponto 4, sobre situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho, com diálogos interativos separados com o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Irã e com a missão internacional independente de inquérito sobre a situação dos direitos humanos no Irã.

Quarta Semana da Sessão

Em 18 de março, o Conselho concluirá o seu diálogo interativo com a missão internacional independente de inquérito sobre a situação dos direitos humanos no Irã. Em seguida, realizará diálogos interativos separados com o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia, a comissão internacional

independente de inquérito sobre a Síria e a comissão internacional independente de inquérito sobre a Ucrânia.

No dia seguinte, o Conselho concluirá o seu debate sobre a Ucrânia e manterá diálogos interativos separados com o Alto Comissário sobre a sua atualização oral sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela, o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar e o Alto Comissário sobre o seu relatório sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia.

Em 20 de março, o Conselho realizará um diálogo interativo com a Missão de Inquérito sobre a Venezuela, ouvirá a apresentação da atualização oral do Alto Comissário para a República Popular Democrática da Coreia, seguida de um debate geral sobre o ponto quatro da ordem do dia, nomeadamente as situações em matéria de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho, que terminará na quinta-feira de manhã. Em seguida, o Conselho manterá um diálogo interativo com o Relator Especial sobre questões relativas às minorias. Após ouvir a apresentação de relatórios pelo Fórum sobre Questões de Minorias, o Fórum Social e os Procedimentos Especiais do Conselho, será realizado o debate geral sobre o item cinco da agenda, ou seja, órgãos e mecanismos de direitos humanos.

O Conselho terminará a quarta semana começando a analisar os resultados das Revisões Periódicas Universais do Turquemenistão, Burkina Faso, Cabo Verde, Colômbia, Uzbequistão, Tuvalu, Alemanha, Djibuti, Canadá, Bangladesh, Federação Russa, Azerbaijão, Camarões e Cuba.

Quinta Semana da Sessão

O Conselho continuará a considerar os resultados das Revisões Periódicas Universais dos 14 Estados acima mencionados durante todo o dia de segunda-feira, 25 de março, e até a manhã de terça-feira. Em seguida, realizará um debate geral sobre o ponto seis da ordem do dia, a saber, a Revisão Periódica Universal. À tarde, realizará um diálogo interativo com o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967. Seguir-se-á a apresentação dos relatórios do Alto Comissário e do Secretário-Geral no ponto sete da ordem do dia, nomeadamente a situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados, e o debate geral sobre este ponto da ordem do dia. Em 27 de março, o Conselho concluirá o debate geral sobre o ponto sete da ordem do dia e realizará o debate geral sobre o ponto oito da ordem do dia sobre o seguimento e a aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Viena.

Na quarta-feira à tarde, o Conselho ouvirá a apresentação do relatório do grupo de trabalho intergovernamental sobre a aplicação efetiva da Declaração e do Programa de Ação de Durban, a que se seguirá o debate geral sobre o ponto nove da ordem do dia, nomeadamente o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância, o seguimento e a aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban. Das 16h às 18h, o Conselho realizará uma reunião em comemoração ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Em 28 de março, o Conselho concluirá o debate geral sobre o ponto nove da ordem do dia. Em seguida, realizará diálogos interativos separados com o perito independente sobre a situação dos direitos humanos no Mali e sobre a atualização oral do Alto Comissário sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia. Concluirá a semana com um diálogo de alto nível sobre a situação dos direitos humanos na República Centro-Africana.

Sexta Semana da Sessão

Segunda-feira, 1o. de abril, é feriado. Em 2 de abril, o Conselho realizará diálogos interativos separados com o especialista internacional em direitos humanos encarregado de identificar e verificar os obstáculos à implementação do acordo de paz de 2016 na Colômbia; sobre o relatório do Gabinete do Alto Comissário sobre a assistência técnica e o reforço das capacidades para o Sudão do Sul; com o Alto Comissário para a situação dos direitos humanos no Haiti, com a participação do perito independente em direitos humanos sobre a situação dos direitos humanos no Haiti; e sobre as atualizações orais do Alto Comissário e da equipa de peritos internacionais sobre a República Democrática do Congo.

No final do dia, o Conselho ouvirá a apresentação anual do Alto Comissário para a cooperação técnica e a apresentação do relatório do Conselho de Curadores do Fundo Voluntário para a Cooperação Técnica, seguindo-se o debate geral sobre o ponto 10 da ordem do dia, nomeadamente a assistência técnica e o reforço das capacidades. O debate geral terminará em 3 de abril, quando o Conselho começará a tomar medidas sobre projetos de decisões e resoluções, nomeará novos titulares de mandatos de procedimento especial e membros de mecanismos do Conselho e adotará o relatório da sessão antes de encerrar a quinquagésima quinta sessão ordinária do Conselho.

Conselho de Direitos Humanos

O Conselho de Direitos Humanos é um órgão intergovernamental dentro do sistema das Nações Unidas, composto por 47 Estados, responsável por fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo. O Conselho foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de março de 2006 com o objetivo principal de abordar situações de violações de direitos humanos e fazer recomendações sobre elas.

A composição do Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima quinta sessão é a seguinte: Albânia (2026); Argélia (2025); Argentina (2024); Bangladesh (2025); Bélgica (2025); Benim (2024); Brasil (2026); Bulgária (2026); Burundi (2026); Camarões (2024); Chile (2025); China (2026); Costa Rica (2025); Costa do Marfim (2026); Cuba (2026); República Dominicana (2026); Eritreia (2024); Finlândia (2024); França (2026); Gâmbia (2024); Geórgia (2025); Alemanha (2025); Gana (2026); Honduras (2024); Índia (2024); Indonésia (2026); Japão (2026); Cazaquistão (2024); Kuwait (2026); Quirguistão (2025); Lituânia (2024); Luxemburgo (2024); Malawi (2026); Malásia (2024); Maldivas (2025); Montenegro (2024); Marrocos (2025); Países Baixos (Reino do) (2026); Paraguai (2024); Qatar (2024); Romênia (2025); Somália (2024); África do Sul (2025); Sudão (2025); Emirados Árabes Unidos (2024); Estados Unidos da América (2024); e Vietnã (2025). O prazo de adesão de cada Estado expira no ano indicado entre parênteses.

O presidente do Conselho de Direitos Humanos em 2024 é Omar Zniber (Marrocos). Os quatro vice-presidentes são Febrian Ruddyard (Indonésia); Darius Staniulis (Lituânia); Marcelo Eliseo Scappini Ricciard (Paraguai); e Heidi Schroderus-Fox (Finlândia). Staniulis também atua como relator do órgão com sede em Genebra.

Informações sobre a quinquagésima quinta sessão podem ser encontradas [aqui](#), incluindo a ordem do dia anotada e os relatórios a serem apresentados.

Conclusões e recomendações dos procedimentos especiais Relatório do Secretário-Geral
<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g23/258/23/pdf/g2325823.pdf?token=meDWjA8nnoEOtQnsjn&fe=true>

Resumo. O presente relatório fornece uma visão abrangente dos relatórios apresentados pelos titulares de mandatos de procedimentos especiais em 2023. Inclui a lista de detentores de mandatos que relatam em cada uma das três sessões anuais do Conselho de Direitos Humanos e na Assembleia Geral, o número de relatórios sobre visitas ao país e quaisquer outros relatórios apresentados pelos procedimentos especiais. Também contém informações sobre os principais temas abordados pelos detentores de mandatos em seus relatórios temáticos, com foco em questões transversais, como a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mudanças climáticas, migração e deslocamento, direitos humanos e gênero das mulheres, novas tecnologias, prevenção de violações de direitos humanos, segurança, conflitos e construção da paz, finanças, economia e direitos humanos. O relatório reflete igualmente sobre a ligação entre o trabalho realizado pelos procedimentos especiais e o relatório do Secretário-Geral intitulado "A nossa Agenda Comum" e o seu apelo à ação em prol dos direitos humanos. Nações Unidas A/HRC/55/19

I. Introdução

1. O Conselho de Direitos Humanos, em sua decisão 2/102, solicitou ao Secretário-Geral e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que continuassem suas atividades de acordo com todas as decisões anteriores adotadas pela Comissão de Direitos Humanos e que atualizassem os relatórios e estudos pertinentes.

2. A Comissão dos Direitos do Homem, na sua Resolução 2004/76, solicitou ao Secretário-Geral que emitisse conclusões e recomendações anuais sobre os procedimentos especiais, a fim de permitir um debate mais aprofundado sobre a sua aplicação. A Comissão solicitou igualmente ao Alto Comissário que continuasse a preparar uma compilação eletrônica exaustiva e regularmente atualizada das recomendações formuladas pelos procedimentos especiais por país, caso tal ainda não existisse. No parágrafo 29 do anexo de sua resolução 65/281, a Assembleia Geral previu que o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) continuaria a manter informações sobre procedimentos especiais de forma abrangente e de fácil acesso.

3. O Secretário-Geral chama a atenção do Conselho de Direitos Humanos para as conclusões e recomendações incluídas nos relatórios anuais e nos respectivos adendos, apresentados pelos procedimentos especiais ao Conselho em 2023 em sua quinquagésima segunda, cinquenta terceira e cinquenta e quartas sessões e à Assembleia Geral em sua setenta e oitava sessão.¹

II. Conclusões e recomendações

4. Em 2023, os detentores de mandatos de procedimentos especiais apresentaram 126 relatórios ao Conselho de Direitos Humanos e 48 relatórios à Assembleia Geral. Recomendações de procedimentos especiais emitidas após as visitas ao país estão disponíveis no Índice Universal de Direitos Humanos,² onde podem ser pesquisadas por país, tema e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

A. Relatórios temáticos

5. Conforme ilustrado pelos temas dos relatórios apresentados pelos detentores de mandatos de procedimentos especiais em 2023 (ver anexo), uma variedade de questões foi examinada e os Estados e outras partes interessadas receberam aconselhamento sobre a promoção e proteção dos direitos humanos nos níveis nacional, regional e internacional. Ao produzir seus relatórios, os detentores de mandatos endereçaram recomendações específicas não apenas aos Estados e outros atores, mas também às Nações Unidas.

6. Tal como refletido na "Nossa Agenda Comum", as Nações Unidas devem utilizar mais plenamente o trabalho dos procedimentos especiais para resolver os desafios sociais, económicos e políticos prementes. Também devem ser feitos esforços para vinculá-los melhor a outros processos das Nações Unidas, a fim de maximizar seu impacto e ajudar os Estados Partes a cumprir.³ As presentes conclusões e recomendações contribuem e são parte integrante dos esforços para garantir que os direitos humanos sejam transformadores e proporcionem soluções, como enfatizado no chamado à ação do Secretário-Geral para os direitos humanos, com o objetivo de tornar o sistema de direitos humanos responsivo e inovador no enfrentamento dos desafios dos direitos humanos e aumentar as sinergias entre os direitos humanos e todos os pilares do trabalho das Nações Unidas.⁴

7. Em 2023, sete grandes temas, delineados com mais detalhes a seguir, foram recorrentes nos relatórios apresentados. Além disso, alguns titulares de mandatos aproveitaram a oportunidade proporcionada pelos aniversários ou pelo início do seu mandato para fazer avaliações ou ilustrar a sua visão para os seus mandatos.

IV. Conclusões

75. Os detentores de mandatos desempenharam um papel crucial ao oferecer soluções essenciais, trabalhando para tornar o sistema de direitos humanos mais ágil e inovador no enfrentamento dos desafios ao longo de 2023. Os detentores de mandatos trabalharam para fortalecer as sinergias entre os direitos humanos e todos os pilares do sistema das Nações Unidas, promovendo uma abordagem unificada para lidar com questões e defendendo princípios duradouros de direitos humanos em uma variedade de contextos globais.

76. Os detentores de mandatos permaneceram firmes em seu compromisso de prevenir violações e abusos de direitos humanos, concentrando-se na questão crítica da defesa dos direitos humanos tanto em contextos de conflito quanto pós-conflito. Eles mantiveram um foco sustentado na promoção do respeito aos direitos humanos em meio a circunstâncias desafiadoras. Os detentores de mandatos examinaram as complexidades das situações em que os direitos humanos são ameaçados, enfatizando o imperativo de medidas proativas para salvaguardar os direitos humanos, ressaltando os esforços contínuos para navegar e mitigar os desafios e reforçando a importância da vigilância na promoção e proteção dos direitos humanos dentro da complexa dinâmica dos ambientes de conflito e pós-conflito.

77. Mergulhando no intrincado nexo entre finanças, economia e direitos humanos, os detentores de mandatos estenderam seu foco para além dos domínios convencionais. Reconhecendo a interconexão desses domínios, eles dedicaram sua atenção a desvendar as complexas dinâmicas que moldam o impacto das políticas financeiras e econômicas sobre os direitos humanos. Eles ressaltaram o imperativo de alcançar um equilíbrio que promova o desenvolvimento econômico sem comprometer os direitos humanos fundamentais, contribuindo com insights e recomendações valiosas para enfrentar os desafios inerentes ao

alinhamento das práticas financeiras e econômicas com os princípios dos direitos humanos em um cenário global em rápida evolução.

78. As informações apresentadas no presente relatório ressaltam o papel central dos procedimentos especiais no ecossistema de direitos humanos e no sistema mais amplo das Nações Unidas. Eles exercem uma influência positiva nos três pilares das Nações Unidas, usando suas vozes independentes para destacar preocupações e prioridades cruciais de direitos humanos no cenário global. Posicionados na vanguarda das respostas a questões emergentes, eles alavancam os direitos humanos como uma resposta tangível e uma ferramenta preventiva para lidar com situações em evolução. Alinhado com a "Nossa Agenda Comum", e em antecipação à Cúpula do Futuro em 2024, é importante que os Estados, agências e entidades das Nações Unidas e outras partes interessadas endossem, envolvam e colaborem ativamente com os procedimentos especiais para amplificar o impacto de seu trabalho e implementar suas recomendações. Os titulares de mandatos demonstram dedicação na execução dos seus mandatos, muitas vezes navegando em circunstâncias difíceis, e, como tal, devem receber o reconhecimento e o respeito proporcionais de todos os envolvidos no cumprimento das responsabilidades que lhes foram confiadas pelas Nações Unidas.

<https://news.un.org/en/story/2024/02/1146927>

3 February 2024 Law and Crime Prevention⁴

“Here are the choices: ethnic cleansing, apartheid or genocide,” said Palestine’s foreign minister at the opening of public hearings at the International Court of Justice (ICJ) this week, with a record 52 States and three international organizations providing comments and presentations on a case based on the UN General Assembly’s request for an advisory opinion on legal consequences arising from Israel’s policies and practices in Occupied Palestinian Territory.

Filed before the ongoing four-month-old war in Gaza began, the case has triggered heated commentary even before the court’s president, Judge Nawaf Salam, opened the hearings. This recap provides snapshots of the first days of hearings, from 19 to 21 February. The hearings will close on 26 February. Israel chose not to participate.

World court considers two specific questions

The General Assembly submitted two specific questions to the world court in its December 2022 request:

- “What are the legal consequences arising from the ongoing violation by Israel of the right of the Palestinian people to self-determination, from its prolonged occupation, settlement and annexation of the Palestinian territory occupied since 1967, including measures aimed at altering the demographic composition, character and status of the Holy City of Jerusalem, and from its adoption of related discriminatory legislation and measures?”
- “How do the policies and practices of Israel affect the legal status of the occupation, and what are the legal consequences that arise for all States and the United Nations from this status?”

⁴ Pelo caráter jurídico do texto, e a sensibilidade do tema entre os leitores, os editores decidiram manter a versão original em inglês

Palestine's plea

Palestine presented its arguments for three hours on 19 February, with Foreign Minister Riyad al-Maliki beginning with these words: "I stand before you as 2.3 million Palestinians in Gaza, half of them children, are besieged and bombed, killed and maimed, starved and displaced, as more than 3.5 million Palestinians in the West Bank, including East Jerusalem, are subjected to colonization of their territory and the racist violence that enables it, as 1.7 million Palestinians in Israel are treated as second class citizens and unwelcomed intruders on their ancestral land, as seven million Palestinian refugees continue to be denied their right to return to their land and home."

Successive governments in Israel have left only three choices to Palestinians, he said, "displacement, subjugation or death. Here are the choices: ethnic cleansing, apartheid or genocide."

Calling for "an end to Israel's impunity", which is "a moral, political and legal imperative", he said "our people are here to stay...and they will not forsake their rights."

South Africa describes practices as 'apartheid'

Representing **South Africa**, which filed a separate complaint with the ICJ in December against Israel for "genocide in Gaza" – for which the court already issued provisional measures, Vusimuzi Madonsela, the country's ambassador to the Netherlands, told the court on 20 February that after "decades of apartheid settler colonialism, a just solution for all who legally qualify to live in historical Palestine would need to be negotiated with the assistance of the international community".

Drawing a parallel between the situation in Palestine and the struggle of South Africans against apartheid, an "institutionalized regime of discriminatory laws", he said current practices ensure "Israeli-Jewish domination". In this vein, he called for the "immediate, unconditional and total withdrawal of Israeli troops" from the occupied territories.

From 'annexation' to a 'point of no return'

The **Chilean representative** said that Israel "neither regards itself nor behaves as a temporary occupant", and its practices amount to "annexation". He also recalled that Chile is home to the largest Palestinian community outside the Middle East and a large Jewish community, the third largest in Latin America.

Meanwhile, representing **Algeria**, law professor Ahmed Laraba estimated that Israel "aims at a point of no return" in the occupied territories to "discard all possibility of creating a Palestinian State". He asked the ICJ to put an end to Israel's "impunity" as an "oppressor" by reminding it of "a law which is not that of revenge, but justice".

Saudi Arabia's representative criticized Israel for "the dehumanization" of Palestinians, who are treated as "disposable objects" in Gaza. This situation demonstrates "how the illegality of the Israeli occupation for over more than five decades can degenerate into the ugliest of consequences", the delegate said, also accusing Israel of "continuing to ignore the provisional measures ordered by the court" as part of the South African complaint on genocide.

Arguing the right to self-defence

Speaking for the Netherlands, René J. M. Lefeber, legal advisor to the Foreign Affairs Ministry, recalled the foundations of the right to self-determination of peoples as well as the legal framework of the “use of force” and the right to self-defence in the event of an attack.

“The occupation of a territory can be legitimate within the framework of the right to self-defence in response to an armed attack” even if that does not come from a State, but from an armed group, he said, also highlighting the obligation to both respect international humanitarian law and put an end to its violations. He expressed hope that the ICJ could contribute to bringing peace to the Middle East.

Sharing borders with both Gazans and Israelis, **Egypt** challenged Israel’s use of the right to self-defence.

“The argument that a State may exercise self-defence against a territory under its own military occupation and effective control is counter-intuitive,” said Jasmine Moussa, legal advisor to Egypt’s Foreign Affairs Minister’s Office, adding that Israel committed a “war of aggression” in 1967 and then continued “decades of occupation” contrary to international law.

“Israel cannot invoke self-defence to maintain a situation created by its own illegal conduct,” she continued, underscoring the seriousness of the current situation, including in Rafah, where “Israel is continuing its policy of mass forcible expulsion of Palestinians civilians, all while the Security Council repeatedly fails to call for a ceasefire in callous disregard for Palestinian life”.

The Middle East region “yearns for peace and stability and a just, comprehensive and lasting resolution of the Palestinian-Israeli conflict based on the principles of international law and the establishment of a viable Palestinian State, on the pre-1967 lines, with East-Jerusalem as its capital”, she said.

Diego Colas, Director of Legal Affairs at the Ministry for Europe and Foreign Affairs of **France**, said Israel’s “right to defend itself” remains in accordance with international law.

Noting “the very heavy context in which these hearings take place” since the attack carried out by Hamas in Israel on 7 October, he defended “the right of Israel to defend itself and its population with the aim of preventing such attacks from happening again”.

However, this right must be exercised in strict compliance with international law, and in particular, international humanitarian law, he added, reiterating that while Israeli operations and bombings are creating thousands of civilian victims in Gaza, France has clearly, consistently and repeatedly affirmed this demand.

“Respect for international law, in particular international humanitarian law, by all stakeholders is the only possible horizon of peace,” he said.

As of early February, more than 80 per cent of Gaza’s 2.3 million population has been internally displaced since the start of the war in October 2023.

Calls for compensation, reparations

Turning to other concerns, France’s representative condemned Israel’s colonization policy, which has accelerated since 2004, as well as comments promoting the installation of

colonies in Gaza and the transfer of the Gazan population “out of this territory”, which would constitute “a very serious violation” of international law.

As for reparations, he emphasized that “France considers that this obligation extends to all damage done to the Palestinian population” by proceeding with “restitutions and, failing that, compensation”.

Bolivia, which broke off its relations with Israel on 1 November 2023, denounced a situation of “apartheid” and “atrocities amounting to the crime of genocide” in Gaza. Its representative called for “Israel’s reversal of its illegal settlement policy” in the occupied territories alongside reparations and compensation.

When the hearings continued on 21 February, **Colombia’s representative** said Israel must cease all occupation and colonization and carry out reparations. “Israel has an obligation to compensate, in accordance with the applicable rules of international law, all legal persons having suffered any form of material or immaterial damage as a result of its occupation of the Palestinian territories.”

A negotiated two-State solution

Brazil’s representative insisted on the need to move towards a negotiated two-State solution in “one of the most pressing unresolved conflicts on the international agenda since decades”, underlining that the importance of the question and the gravity of the situation were indisputable even before 7 October. “The tragic events of that date and the disproportionate and indiscriminate military operations that followed, however, show clearly that the mere management of the conflict cannot be considered an option,” the delegate said. “The two-State solution, with an economically viable Palestinian State living side by side with Israel, is the only way to bring peace and security to the Israelis and the Palestinians.”

The **United States** is in favour of a political settlement within the framework established by the UN, said Richard C. Visek, legal advisor to the Department of State. Recalling “the horror of the terrorist attacks of 7 October”, he acknowledged the context marked by “the ongoing conflict between Israel and Hamas, which has had severe, widespread and tragic consequences for Palestinian civilians in Gaza”.

He focused his presentation on the fact that stakeholders must return to the framework set by the Security Council and the UN General Assembly to resolve the conflict – a two-State solution – and highlighted the ICJ’s role in preserving this framework so as to make a negotiated solution a realistic possibility. For its part, US efforts aim not only to address the current crisis, but “to get beyond where we have been, namely to advance a political settlement that will lead to a durable peace in the region that includes lasting security for Israeli and Palestinian and a path to Palestinian statehood”.

International law is not an ‘à la carte menu’

Cuba’s representative extended its criticism to the United States, asking the world court to consider Washington’s “complicity” in Israeli policies, including in the supply of weapons to Israel. “International law cannot be an à la carte menu; it must apply equally to all,” said Lana Nusseibeh, Assistant Minister for Political Affairs of the Permanent Representation of the **United Arab Emirates** (UAE) to the UN.

End the occupation: Russia

“The occupation must come to an end,” said Vladimir Tarabrin, **Russia’s** ambassador to the Netherlands, advocating for a two-State negotiated solution and pointing to both the “persistent denial by Israel to the right of self-determination” and “the colonization policy pursued by Israel since 1967”.

He said more than 700,000 Israeli settlers live in the West Bank, including Jerusalem, and Israel’s settlement activities gained record-breaking speed in 2023, according to the latest report of the UN Secretary-General on the matter, which noted that plans for more than 24,700 housing units were advanced, approved or tendered – more than double the figure from the previous year. “This has effectively undermined the prospects of a negotiated solution,” he said, adding that Russia hopes the ICJ can contribute to a solution to the conflict by stipulating that both parties “are under the obligation” to resume peace negotiations.

What is the UN world court?

The International Court of Justice (ICJ) is the principal judicial organ of the UN, established in 1945.

- The court’s role is to settle, in accordance with international law, legal disputes submitted to it by States and to give advisory opinions on legal questions referred to it by authorized UN organs and specialized agencies.
- The court is composed of 15 judges, elected for nine-year terms of office by the 193 Member States of the UN General Assembly and the 15-member Security Council.
- Read more about the UN world court in our explainer [here](#).

A sociedade civil na luta pela mudança climática: Um chamado por ação coletiva

Civil society in the fight for climate change: A call for collective action

Guto Galvão e Danielle Magalhães

Abstract: *The climate crisis represents the greatest challenge of our generation and an imminent threat to the future. Rising temperatures, extreme weather events, and rising sea levels jeopardize life on Earth as we know it. In the face of government and corporate inertia, civil society emerges as a protagonist in the quest for a sustainable future. Non-governmental organizations, social movements, and activists have played a fundamental role in raising awareness, exerting pressure, and promoting more ambitious climate actions. This engagement was recently evidenced at the World Social Forum, where voices worldwide united in the pursuit of climate justice. Actions such as peaceful protests, awareness campaigns, and reforestation projects demonstrate the diversity and scope of civil society initiatives. However, we face challenges such as lack of political will, misinformation, and limited resources. To overcome such obstacles, it is essential to strengthen cooperation among civil society groups, expand support for the climate cause, and develop innovative pressure strategies. The fight against climate change is a collective responsibility, and civil society, with its determination and diversity, has the power to shape a more sustainable future for the planet. The World Health Organization (WHO) and the World Meteorological Organization (WMO) have created an online platform that gathers information on the various health impacts exacerbated by climate change. The initiative, part of the Implementation Plan for Advancing Integrated Climate and Health Sciences and Services 2023-2033, seeks to provide a better understanding of health needs, applications, and operational mechanisms to implement integrated health information and services, as well as to empower and support Member States and partners through interinstitutional cooperation.*

The UNEA-6 will be held from February 26th to March 1st, 2024, focusing on strengthening environmental multilateralism to address the triple planetary crisis - climate change, biodiversity loss, and pollution. Nineteen resolutions will be considered.

Keywords: civil society, health, climate change, ClimaHealth

Resumo: *A crise climática representa o maior desafio de nossa geração e uma ameaça iminente para as futuras. O aumento das temperaturas, ocorrência de eventos climáticos extremos e a elevação do nível do mar colocam em risco a vida na Terra como a conhecemos. Diante da inércia das estruturas governamentais e empresariais, a sociedade civil emerge como protagonista na busca por um futuro sustentável. Organizações não governamentais, movimentos sociais e ativistas têm desempenhado um papel fundamental, conscientizando, pressionando e promovendo ações climáticas mais ambiciosas. Este engajamento foi evidenciado recentemente no Fórum Social Mundial, onde vozes de todo o mundo se uniram em prol da justiça climática. Ações como protestos pacíficos, campanhas de conscientização e projetos de reflorestamento demonstram a diversidade e abrangência das iniciativas da sociedade civil. No entanto, enfrentamos desafios como a falta de vontade política, desinformação e recursos limitados. Para superar tais obstáculos, é essencial fortalecer a cooperação entre os grupos da sociedade civil, ampliar o apoio à causa climática e desenvolver estratégias inovadoras de pressão. A luta contra a mudança climática é uma responsabilidade coletiva, e a sociedade civil, com sua determinação e diversidade, tem o poder de moldar um futuro mais sustentável para o planeta. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) criaram uma*

plataforma online reúne informações sobre os diversos impactos na saúde exacerbados pelas mudanças climáticas, a iniciativa, parte do Plano de Implementação para o Avanço das Ciências e Serviços Integrados de Clima e Saúde de 2023-2033, e busca proporcionar uma melhor compreensão das necessidades de saúde, aplicações e mecanismos operacionais para implementar ciência e serviços integrados de informação em saúde, além de capacitar e apoiar os Estados Membros e parceiros por meio da cooperação interinstitucional.

A UNEA-6 será realizada de 26 de fevereiro a 1 de março de 2024, com foco no fortalecimento do multilateralismo ambiental para lidar com a tripla crise planetária - as mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição, serão consideradas 19 resoluções.

Palavras-chave: sociedade civil, saúde, mudanças climáticas, ClimaHealth.

A crise climática se configura como o maior desafio da nossa geração e uma herança terrível para as gerações futuras. O aumento das temperaturas, a intensificação das ondas de calor e de aterradores eventos climáticos extremos e a elevação do nível do mar ameaçam a vida no planeta como a conhecemos. Diante da demonstrada dificuldade das estruturas oficiais antiquadas, burocratizadas e a serviço das estruturas desenhadas para manter o poder, ainda que seja às custas do planeta, a sociedade civil assume um papel crucial na luta por um futuro mais sustentável.

A sociedade civil, principalmente aquelas não ligada aos interesses oficiais e do lucro se mobilizam de diversas maneiras para pressionar por mudanças. Organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e ativistas conscientizam a população sobre os impactos da crise climática, promovem debates e pressionam governos e empresas a tomar medidas mais ambiciosas.

Isso foi visto agora no [Fórum Social Mundial onde as vozes da sociedade civil se reuniram para pedir justiça climática, de 15 a 19 de fevereiro](#). Representantes de inúmeras organizações estavam presentes no FSM no Nepal, um país montanhoso que também sofre os efeitos da crise climática. Os organizadores dizem que mais de 30.000 pessoas se reunirão na HSF de Katmandu, onde dezenas de atividades diárias se sobrepuseram, desde assembleias e debates temáticos, até várias expressões ao ar livre de ativistas de todo o mundo - especialmente da própria região da Ásia e da África - para este pequeno país situado na região do Himalaia.



O jovem ativista climático queniano Kiprotich Peter do movimento [Green World do Quênia](#) está pedindo subsídios em vez de empréstimos para países que enfrentam crises

induzidas pelo clima no Fórum Social Mundial em Katmandu, de 15 a 19 de fevereiro. Fonte: [IPS](#) e [Fórum 21](#)

Ações e Iniciativas:

As ações da sociedade civil são amplas e abrangentes e incluem:

- Protestos pacíficos e greves exigindo medidas climáticas urgentes.
- Campanhas de boicote e desinvestimento pressionam empresas poluentes.
- Projetos de educação ambiental para conscientizar as novas gerações sobre a importância da preservação ambiental.
- Iniciativas de reflorestamento e agroecologia como alternativas sustentáveis.

A jovem ativista sueca, [Greta Thunberg](#), inspirou milhões de jovens a se unirem à luta climática, lançando o movimento [Fridays for Future](#) que mobiliza estudantes em todo o mundo em greves climáticas. A organização [Greenpeace](#) realizou campanhas de impacto global contra a exploração desenfreada dos recursos naturais. A organização [350.org](#) luta por um mundo livre de combustíveis fósseis.

Apesar da mobilização crescente, a sociedade civil enfrenta desafios:

- Falta de vontade política: Governos e empresas ainda resistem a mudanças que impactam seus interesses econômicos.
- Desinformação e negacionismo: A indústria de combustíveis fósseis investe em campanhas para negar a ciência climática e deslegitimar as ações da sociedade civil.
- Falta de recursos: ONGs e movimentos sociais geralmente têm recursos limitados para suas ações.

Para superar esses desafios, muitos líderes das ONGs dizem que é necessário:

- Fortalecer a articulação e o diálogo entre os diferentes grupos da sociedade civil.
- Ampliar a base de apoio para a ação climática, conscientizando a população sobre a urgência do problema.
- Desenvolver estratégias inovadoras para pressionar governos e empresas a tomar medidas mais ambiciosas.
- Construir pontes com o setor privado e com a academia para buscar soluções conjuntas.

A luta contra a mudança climática é uma responsabilidade de todos. A sociedade civil, com sua força e diversidade, tem um papel fundamental a desempenhar na construção de um futuro mais sustentável para o planeta. Unidos, podemos fazer a diferença.

Existem inúmeras plataformas com oportunidade a cada um de nós de participar ativamente desse esforço que só será superado com uma mobilização geral de todos os habitantes do planeta. Algumas se vinculam à luta por um futuro mais sustentável, equitativo e saudável como aqueles citados a seguir que tem sido muito relevante para clima, saúde e equidade como o [Grand Challenge on Climate Change, Human Health, and Equity \(Climate Grand Challenge\) da Academia Nacional de Medicina dos EUA](#), o [Climate Action Network](#): reúne mais de 1.300 ONGs de 130 países, trabalhando em conjunto para pressionar governos a tomar medidas ambiciosas na COP e que mantém um [grupo de trabalho específico sobre saúde](#), os [Médicos Sem Fronteiras](#) que fornece atendimento médico de qualidade a populações em situações de vulnerabilidade, incluindo áreas afetadas por crises climáticas e conflitos.

- [People's Health Movement](#) que defende um modelo de saúde pública e clima baseado na justiça social e na equidade.
- [Oxfam](#) que trabalha para reduzir a pobreza e a desigualdade no mundo, com foco em comunidades marginalizadas e que lançou o relatório **Igualdade Climática: um Planeta para os 99%**.
- A [Anistia Internacional](#) que luta pelos direitos humanos de todas as pessoas, combatendo a discriminação e a desigualdade em todas as suas formas inclusive na crise climática.

A questão da saúde também está presente nas plataformas de Integração dos Movimentos Sociais de Clima como:

- **Climate Action Tracker:** <https://climateactiontracker.org/> Uma plataforma independente de ciência climática que acompanha a ação climática governamental e a compara com os objetivos do Acordo de Paris. Ela fornece informações sobre o status das políticas climáticas e o que precisa ser feito para evitar os piores impactos da mudança climática.
- **Avaaz:** <https://www.avaaz.org/> Uma plataforma global que permite que as pessoas se mobilizem em torno de petições e campanhas sobre questões climáticas e outras questões sociais. Ela oferece ferramentas para criar e assinar petições, enviar emails para representantes e organizar eventos.
- **350.org:** <https://350.org/> Uma plataforma que organiza campanhas e ações para pressionar governos e empresas a tomar medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e evitar os piores impactos da mudança climática. Ela oferece ferramentas para encontrar eventos, se conectar com outros ativistas e doar para a organização.
- **Greenpeace:** <https://www.greenpeace.org/international/> Uma organização ambiental global que faz campanha por um futuro verde e pacífico. A plataforma Greenpeace oferece informações sobre as campanhas da organização, ferramentas para se envolver e oportunidades para doar.

As plataformas de integração são ferramentas digitais que conectam e apoiam os movimentos sociais de clima. Elas facilitam a comunicação, a colaboração e a ação conjunta entre diversos grupos e indivíduos e alguma também tem tido uma ação importante para clima, saúde e equidade como:

- CAN International: <https://climatenetwork.org/>
- Climate Nexus: <https://climatenexus.org/>
- EcoWatch: <https://www.ecowatch.com/>
- World Resources Institute: <https://www.wri.org/>

As ONGs sempre nos lembram que:

- Cada ação conta: Adote hábitos de consumo mais conscientes, participe de ações da sociedade civil e cobre medidas dos seus representantes políticos.
- Juntos, somos mais fortes: A união da sociedade civil é essencial para pressionar por mudanças reais.
- O futuro é agora: A hora de agir é hoje. Não podemos esperar mais para enfrentar a crise climática.

Em tempos de instabilidade geopolítica e com a emergência de governos de ultradireita conservadora que nega os impactos climáticos, a sociedade civil tem papel fundamental na luta

contra o negacionismo climático, trabalhando para aumentar a conscientização, promover políticas sustentáveis e responsabilizar os líderes políticos por suas ações e omissões em relação às mudanças climáticas. Podem monitorar as ações dos governos e das empresas em relação às mudanças climáticas e divulgar publicamente suas descobertas sem sofrerem repreensões, podendo ser vozes de grupos que são obrigados a se calar, como oficiais e funcionários de governo. Isso ajuda a expor o negacionismo e a promover a transparência e a prestação de contas. Sua participação ativa em audiências públicas, consultas governamentais e eleições garantem que as preocupações com o clima sejam ouvidas e consideradas pelos líderes políticos.

Portal sobre os efeitos das mudanças climáticas na Saúde

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) criaram uma plataforma online, chamada [ClimaHealth](#) com informações e conhecimento sobre os efeitos do clima na saúde e na saúde pública. A plataforma é resultado do O [Plano Diretor De Saúde, Meio Ambiente E Clima Para Serviços Da OMS-OMM](#).

Essa iniciativa, parte do [Plano de Implementação para o Avanço das Ciências e Serviços Integrados de Clima e Saúde de 2023-2033](#), busca proporcionar uma melhor compreensão das necessidades de saúde, aplicações e mecanismos operacionais para implementar ciência e serviços integrados de informação em saúde.

O objetivo é capacitar e apoiar os Estados Membros e parceiros por meio da cooperação interinstitucional, seguindo os objetivos do Framework de Colaboração OMS-OMM sobre Clima, Meio Ambiente e Saúde (2018), a [Resolução Cg-18 sobre o Avanço dos Serviços de Saúde Integrados](#) e o Plano Mestre de Ciências de Saúde Ambiental e Climática da OMS-OMM para Serviços de 2019-23. Essa plataforma reúne dados científicos e informações de países para proteger a saúde humana das mudanças climáticas, bem como prevenir e enfrentar condições climáticas extremas, segurança hídrica, poluição do ar, radiação solar e outros riscos ambientais.

UNEA 6

Ministros e líderes de mais de 180 nações se reuniram em Nairóbi para o início da sexta sessão da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA-6), que ocorre em Nairobi de 26 de Fevereiro a 1 de março de 2024, com foco no fortalecimento do multilateralismo ambiental para lidar com a tripla crise planetária - as mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição. A UNEA-6 visa negociar resoluções que abordem questões como soluções baseadas na natureza, acerca de pesticidas perigosos, degradação do solo e sustentabilidade para exploração de minerais e metais.

A Assembleia, composta por todos os 193 Estados Membros da ONU, estabelece prioridades ambientais globais e desenvolve legislação ambiental internacional a cada dois anos. Mais de 7.000 delegados de 182 Estados Membros da ONU e 170 Ministros se registraram para a UNEA-6, com o tema "ações multilaterais eficazes, inclusivas e sustentáveis". O evento visa acelerar a implementação da Agenda 2030 da ONU e abordar a pobreza e a desigualdade, especialmente em regiões em desenvolvimento.

Na abertura, a presidente Leila Benali enfatizou a necessidade de multilateralismo inclusivo para enfrentar eficazmente os desafios globais, instando à inclusão de vozes além dos governos. Com as mudanças climáticas, extinção de espécies e poluição representando ameaças significativas, a UNEA-6 considerará 19 resoluções para estimular ações ambientais mais

ambiciosas. Inger Andersen, Diretora Executiva do PNUMA, enfatizou a importância de deixar de lado as diferenças políticas para o futuro do planeta.

Durante a UNEA-6, serão apresentados relatórios de progresso sobre várias questões, incluindo esforços para um acordo internacional para combater a poluição plástica, especialmente no ambiente marinho. Os delegados também receberão atualizações sobre tópicos como gestão sustentável de nitrogênio, a interseção do bem-estar animal, ambiente e desenvolvimento sustentável, gestão eficaz de produtos químicos e resíduos, infraestrutura resiliente, iniciativas de economia circular e aspectos ambientais de gestão de minerais e metais.

Além disso, um segmento de alto nível e três diálogos de liderança abordarão temas críticos como o papel da ciência e da digitalização no avanço da sustentabilidade, a capacidade do sistema financeiro global de enfrentar as mudanças climáticas, perda de natureza e poluição, e a eficácia do multilateralismo ambiental. Um diálogo multi-stakeholder enfatizará a importância do multilateralismo inclusivo na abordagem das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

A página do evento e os documentos podem ser encontrados [aqui](#).

Comitê de Representantes Permanentes de Mandato Aberto

A UNEA-6 foi precedida pelo do Comitê de Representantes Permanentes de Mandato Aberto (OECPR-6), realizado de 19 a 23 de fevereiro, onde deveriam encontrar consenso sobre várias resoluções e decisões preliminares relacionadas a produtos químicos e resíduos, biodiversidade, causas fundamentais da crise tripla planetária, governança ambiental internacional e questões administrativas e orçamentárias, que devem ser aprovadas na UNEA-6, no entanto, apesar das intensas negociações e do trabalho contínuo dos delegados ao longo do dia sem intervalos, nenhuma resolução ou decisão preliminar foi totalmente acordada, para que pudesse ser encaminhada à UNEA para adoção. Em vez disso, os delegados concordaram em encaminhar os textos preliminares mais recentes na esperança de resolver as pendências restantes no Comitê Geral (CoW). Com otimismo cauteloso em relação ao tempo necessário para abordar algumas das resoluções mais controversas no CoW, incluindo a modificação da radiação solar e a justiça climática, os delegados concordaram em realizar consultas informais durante o fim de semana na esperança de encontrar um consenso.

Impactos migratórios sob o ritmo das mudanças climáticas

Migratory impacts under the pace of climate change

**Rafael Gomes França, Caio Murta,
Giulia Mariano Machado, Harim Baek,
Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura**

Resumo: Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global evidencia as consequências das mudanças climáticas nos processos migratórios. A Organização Internacional das Migrações (OIM) aponta que o número de migrantes ambientais até o ano de 2050 poderá variar entre 25 milhões e 1 bilhão. Também apresenta os resultados do relatório da OIM, que mostra os desafios de no monitoramento dos deslocamentos forçados causados pelas mudanças climáticas na América do Sul. Por último, usam como exemplo as migrações no Sudão e Sudão do Sul, influenciadas pelo câmbio Climático.

Palavras-chave: Refúgio. Saúde Global. Mudanças climáticas.

Abstract: *In this report, the Migration, Refugee, and Global Health Working Group highlight the consequences of climate change on migratory processes. The International Organization for Migration (IOM) indicates that the number of environmental migrants by the year 2050 could range from 25 million to 1 billion. The report also presents the findings of the IOM, revealing the challenges in monitoring forced displacements caused by climate change in South America. Finally, they use migrations in Sudan and South Sudan as an example, influenced by climate change.*

Keywords: *Refugee. Global Health. Climate Change.*

Impactos migratórios sob o ritmo das mudanças climáticas.

As questões políticas e socioeconômicas vêm sendo consideradas, por um longo período, as maiores motivadoras dos processos migratórios. No entanto, as alterações climáticas estão sendo cada vez mais reconhecidas como um fator contribuinte extremamente relevante, pois, embora possam não causar conflitos diretamente, podem exacerbar significativamente as condições que levam a tensões, destituição e deslocamento. Mais e mais compreende-se que a crise climática pode atingir um enorme impacto na migração neste século, e a migração pode ser interpretada como uma resposta de adaptação frente às mudanças climáticas. Espera-se que as mudanças no clima desloquem vastas populações das áreas rurais para as urbanas, enquanto a vida nas áreas urbanas se torna insustentável.⁵

Os riscos e vulnerabilidades à saúde acrescentam mais uma camada de complexidade ao cenário composto pelas mudanças climáticas e pelos processos migratórios. As ameaças de exposição à saúde suscetível ao clima, desde o calor extremo até doenças infecciosas, estão presentes muito antes da migração e em todas as fases do processo migratório. Vale ressaltar,

⁵ Artigo completo: Climate Change, Migration, and Civil Strife, 2020.

que além dos desafios de saúde como desnutrição e doenças diarreicas, por conta da insegurança alimentar e hídrica, as mudanças climáticas estão vinculadas ao surgimento ou reemergência de problemas de saúde de caráter infeccioso. Algumas dessas doenças, antes ditas como controladas, agora são consideradas endêmicas novamente ou emergiram em locais novos com escassez de recursos para realizar vigilância, prevenção e intervenção. A discussão dos efeitos primários, secundários e terciários das mudanças climáticas auxilia na compreensão dos eventos relacionados a essa problemática, fornecendo um pano de fundo para diversos outros problemas, incluindo muitos relacionados à saúde, que estão na origem das decisões de migração.⁶

A Organização Internacional das Migrações (OIM) aponta que o número de migrantes ambientais até o ano de 2050 poderá variar entre 25 milhões e 1 bilhão, realizando o deslocamento tanto dentro de seus países, quanto através das fronteiras, ocorrendo de forma permanente ou temporária. O Institute for Economics and Peace estimou que o número de pessoas vivendo em locais que passam por ameaças ecológicas importantes até 2050 será de 3,4 bilhões.² De acordo com o Banco Mundial, as migrações dentro das regiões de origem também devem ser observadas. Até 2050, sem ações concretas para combater as mudanças climáticas, serão 86 milhões de migrações na África Subsaariana, 49 milhões na Ásia Oriental e no Pacífico, 40 milhões no sul da Ásia, 19 milhões no norte da África e 18 milhões na América Latina. Os maiores motivos para esses números de migrações são escassez de água, menor produtividade na agricultura, aumento do nível do mar e tempestades.⁷

Ainda conforme o modelo do Banco Mundial, as possibilidades de redução de migrantes e apaziguamento da situação através da ação humana (por exemplo, a redução de emissões de gases de efeito estufa) poderia resultar em até 80% menos deslocados internos nas seis regiões analisadas. O grande impacto se daria em regiões com um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade, como na Ásia oriental, meridional e Pacífico, na África ao sul do Saara e na África do norte. Nas outras regiões, há menores diferenças entre ambos os cenários: na América Latina, aponta-se que o fato de a maioria dos países já ter atravessado a transição demográfica em direção à urbanização populacional confere menor risco às populações dessa região — além das capacidades econômicas dos países locais para as respostas, com rendas médias e economias diversificadas.

A interseção dos deslocamentos forçados com as mudanças climáticas destaca a necessidade urgente de políticas e ações coordenadas em níveis nacional e internacional. Investir em soluções sustentáveis, promover a resiliência das comunidades afetadas e implementar medidas de adaptação e mitigação são passos cruciais para lidar com as complexas interconexões entre refúgio, saúde global e mudanças climáticas. Abaixo, veremos os resultados de um relatório da OIM que expõe gargalos na elaboração de dados que poderiam facilitar a tomada de decisão de países da América do Sul e o caso do Sudão do Sul, que, há algum tempo, sofre com os deslocamentos forçados causados pela mudança climática.

Mecanismos e fontes de dados sobre mobilidade humana no contexto de câmbio climático, desastres e degradação ambiental na América do Sul.

Especialmente na região da América do Sul, atentando para a mobilidade humana num contexto de emergência climática, a OIM divulgou recentemente um relatório sobre a

⁶ Artigo completo: Interseções de mudanças climáticas, migração e saúde: experiências de migrantes de primeira geração da América Latina para a área metropolitana de Atlanta (tandfonline.com)

⁷ Infográfico World Bank: Groundswell: Acting on Internal Climate Migration

mobilidade humana num contexto de crise climática para essa região do planeta⁸. O relatório divulgado busca analisar fontes e bases de dados para 10 países da América do Sul, organizando os resultados em 4 dimensões: migração, imobilidade, realocação planejada e deslocação. O estudo analisa as bases de dados regionais e supranacionais, considerando enfoques de gênero, direitos humanos e grupos em situação de vulnerabilidade.

Sobre os dados de migração, aponta-se o foco nos monitoramentos nacionais de fronteiras com grande produção de estatísticas, mas com um déficit sobre questões ambientais. No entanto, ainda há um grande potencial para integrar dados de migração e meio ambiente para entender melhor os impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Essa integração de dados de diferentes fontes é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que atendam às necessidades dos migrantes e das comunidades afetadas pelas mudanças climáticas. Nos dados sobre deslocamentos, averigua-se que há uma maior disponibilidade de informações sobre desastres climáticos, além da possibilidade de dados sobre risco, ameaças e exposição a desastres auxiliarem na identificação e antecipação de riscos de contextos de deslocamentos.

Nas realocações planejadas, identificou-se uma lacuna nas medidas para sistematizar, explorar e produzir os dados relacionados a esses processos, embora os dados sobre riscos e ameaças que os países possuem geralmente sejam suficientes para identificar os contextos de risco e ameaça ambiental, indicando as necessidades de intervenção. Quanto à imobilidade, vê-se que os países da região geram dados que permitem identificar zonas e populações expostas a riscos e ameaças, articulados com análises de vulnerabilidades socioeconômicas, que podem ser analisados de forma sistematizada para produzir evidências sobre a imobilidade associada a fatores ambientais.

Além disso, um dos pontos centrais para a análise do estudo foi o enfoque transversal de gênero, direitos humanos e grupos em situação de vulnerabilidade. O estudo aponta que os países possuem dados transversais sobre a mobilidade destes grupos e de fatores humanos que poderiam ser reforçados através da integração. Afirma-se que embora haja certas iniciativas para essa integração e análise conjunta, não há uma estratégia eficaz e coordenada para uma coleta e análise integrada e extensa dessas informações.

O estudo minucioso da mobilidade ambiental e climática na América do Sul destacou não apenas as fortalezas existentes, mas também desafios significativos. A heterogeneidade na produção de dados entre os países da região revela a necessidade de uma abordagem mais uniforme. O progresso notável e a consolidação da agenda relacionada ao deslocamento causado por desastres em todos os 10 países destacam a importância dada a essa temática.

A análise aponta para uma lacuna na atenção dada à migração associada a fatores ambientais e climáticos, que permanece, em grande parte, invisível. Identificar esses fluxos migratórios torna-se desafiador, especialmente quando associados a processos de evolução lenta, frequentemente encobertos por outras formas de migração e urbanização tradicional. A falta de experiências significativas na produção de dados que abranjam essas dinâmicas complexas, com múltiplas causas, destaca a necessidade de estratégias mais eficientes na coleta de informações. Além disso, a análise ressalta a ausência notável de dados sobre situações de

⁸Relatório completo: Mecanismos y fuentes de datos sobre movilidad humana en contexto de cambio climático, desastres y degradación ambiental en América del Sur (OIM)

imobilidade na região, apontando para uma lacuna crítica na compreensão das diferentes facetas da mobilidade humana.

No âmbito das relocações planejadas, a escassez e a encapsulação desses dados em processos específicos indicam a necessidade de uma abordagem mais abrangente. A predominância da lógica programática e de prestação de contas na sistematização de informações sugere a consolidação de bases limitadas, especialmente em relação a dados macroeconômicos. Uma nota de destaque é a falta de transversalização do enfoque de gênero nas ferramentas de coleta de dados. A análise destaca a necessidade premente de incorporar de maneira mais eficaz a perspectiva de gênero na obtenção e análise de dados, especialmente quando se trata dos impactos diferenciados da degradação ambiental, mudanças climáticas e desastres.

Como recomendações, o estudo indica a necessidade de definição de categorias e conceitos padronizados: i) estabelecer categorias e conceitos padronizados para a mobilidade humana; ii) adotar um glossário regional para garantir consistência e comparabilidade dos dados; iii) desenvolver protocolos e metodologias comuns para a coleta, compilação e disseminação de dados. Quanto à integração de perguntas e categorias em censos e pesquisas, propõe: i) incorporar questões relacionadas à mobilidade humana em censos, pesquisas de população e outras específicas; ii) adaptar censos e pesquisas de domicílios para identificar as diferentes dimensões da mobilidade associada a fatores ambientais.

Destaca também a importância da integração de indicadores e estatísticas ambientais com perspectiva de mobilidade humana, a fim de: i) enfatizar a integração e a perspectiva de mobilidade humana nos indicadores e estatísticas ambientais e de mudança climática; ii) desenvolver indicadores específicos para capturar as diversas dimensões da mobilidade associada a fatores ambientais. Exalta a necessidade de coordenação e integração entre bases de dados e instituições, para: i) estabelecer diálogo e integração entre fontes e bases de dados relacionadas a ambiente, mudança climática, desastres e mobilidade humana; e ii) reforçar a coordenação interinstitucional para aprimorar a produção de dados específicos e de alta qualidade.

Realça como relevante combinar dados de movimentos de população com mudanças climáticas, com o intuito de: i) propor o cruzamento de dados de deslocamento da população com dados climáticos e outras mudanças ambientais; e ii) destacar a importância dessa combinação para gerar evidências sobre pessoas em situações de vulnerabilidade climática. Também incide na transversalização do enfoque de gênero e vulnerabilidade, para desenvolver estratégias e diretrizes regionais para coleta, análise e divulgação de dados desagregados por gênero e outras categorias de vulnerabilidade.

Assim, esta análise aprofundada e as recomendações detalhadas buscam fornecer um entendimento abrangente e prático das questões abordadas no texto original, oferecendo orientações específicas para avançar na efetividade da coleta, análise e utilização de dados sobre mobilidade ambiental e climática na América do Sul.

O caso do Sudão do Sul

A relação entre migrações, saúde e mudanças climáticas pode ser observada concretamente no caso do Sudão e do Sudão do Sul. Os países vêm sendo atravessados por anos de conflitos armados locais e entre Estados, que ocorrem desde a separação entre os dois países em 2011. Em 2020, foi assinado um acordo de paz, mas a violência continuou a aumentar e a

forçar uma grande parcela da população a deslocar-se internamente ou para os países vizinhos. Além dessa conjuntura de violência, os países são profundamente afetados pelas mudanças climáticas, enfrentando consequências de curto-prazo do gradual aumento de temperatura, como secas prolongadas e inundações, que deslocam um número ainda maior de pessoas e impõem desafios para a alimentação, moradia e acesso à saúde nos países.

Em 2022, a Comissão Europeia publicou o relatório “Local conflict and climate anomalies in Sudan and South Sudan”⁹, buscando explorar a associação entre clima e conflito na complexa crise humanitária que se instalou na região. A literatura do tema tem comprovado que as mudanças climáticas não geram conflitos, mas aumentam a probabilidade de sua ocorrência. Essa relação dá-se, principalmente, pela deterioração das condições de vida em comunidades dependentes das atividades agrícolas e recursos naturais, bem como mudanças na mobilidade humana que elevam significativamente o fardo sobre a comunidade receptora de fluxos migratórios.

A partir destes entendimentos, o relatório faz uso de dados geo-codificados do Sudão e do Sudão do Sul, e por meio da geolocalização de eventos de violência localizada, combinados com dados espaciais de anomalias climáticas e dados demográficos que refletem a dinâmica populacional local, estima-se a associação entre a temperatura local, anomalias nas chuvas e a ocorrência de conflitos armados no período de 1989 a 2015.

De maneira geral, os resultados da pesquisa demonstram que uma elevação nas anomalias climáticas, em particular relacionadas à temperatura, correlaciona-se com um aumento da violência organizada, e também com um fluxo migratório positivo nestes locais. Assim, há uma incidência mais elevada de violência armada em áreas urbanas e densamente populosas com anomalias de temperatura, maiores variações no regime de chuvas e imigração. O documento também chama a atenção para o fato de que muitos países africanos estão passando por um processo de urbanização acelerado, muito impulsionado pelos chamados migrantes ambientais ou climáticos, que deixam áreas rurais devido às condições climáticas adversas que dificultam as atividades econômicas agrícolas. A urbanização e a imigração, ao não serem acompanhadas pelo desenvolvimento econômico e social dessas regiões, potencialmente aumentam o risco de tensões sociais e violência.

⁹ <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC128367>

Medidas da saúde cerebral no início da vida: primeiros passos para estruturar uma medida (e meta) global

*Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

Resumo: A saúde do cérebro atrai cada vez mais atenção graças aos avanços científicos e tecnológicos. Investir na saúde do cérebro ao longo da vida através da educação, do acesso a cuidados de saúde e de ambientes saudáveis é essencial para enfrentar os desafios sociais modernos e impulsionar a inovação. No entanto, não existe uma métrica simples, direta ou global para medir a saúde do cérebro ao longo da vida. Os esforços existentes para quantificar, por exemplo, a saúde cerebral na primeira infância, baseiam-se em medidas substitutas, como o atraso no crescimento e a pobreza extrema, e consideram apenas aspectos individuais do funcionamento do cérebro e não incluem medidas diretas da estrutura cerebral. Com a intenção de superar estas lacunas, a OMS reuniu um grupo interdisciplinar de especialistas para discutir o desenvolvimento de um quadro de medição da saúde cerebral com enfoque na primeira infância. Os participantes da reunião concluíram que uma métrica ideal de saúde cerebral combina psicométrica, neuroimagem e neuromodelagem, incorpora importantes determinantes da saúde cerebral e é capaz de prever resultados relevantes mais tarde na vida.

Palavras-chave: Saúde da criança; Desenvolvimento humano; Indicadores básicos de saúde

Abstract: *Brain health is increasing attention thanks to scientific and technological advances. Investing in brain health in life through education, access to healthcare and healthy environments is essential to meeting modern societal challenges and driving innovation. However, there is no simple, direct, or global metric for measuring brain health through life. Existing efforts to quantify, for example, early childhood brain health rely on proxy measures such as stunting and extreme poverty and consider only individual aspects of brain function and do not include direct measures of brain structure. With the intention of overcoming these gaps, the WHO brought together an interdisciplinary group of experts to discuss the development of a framework for measuring brain health with a focus on early childhood. The experts concluded that an ideal brain health metric combines psychometrics, neuroimaging, and neuromodeling, incorporates important determinants of brain health, and is capable of predicting relevant outcomes later in life.*

Key words: *Child health; Human development; Health status indicators*

A saúde do cérebro é um campo em rápida expansão. Ela inclui e estende conceitos relacionados, como neurodesenvolvimento, desenvolvimento na primeira infância, neurodiversidade e neuroplasticidade, à medida que o funcionamento do cérebro se desenvolve, adapta-se e flutua ao longo da vida em resposta a influências internas e externas e a presença ou ausência de doenças que afetam o cérebro^[1].

Algumas definições da Organização Mundial da Saúde

Saúde do Cérebro - um estado de funcionamento do cérebro nos domínios cognitivo, sensorial, socioemocional, comportamental e motor, que permite que uma pessoa realize todo o seu potencial ao longo da vida, independentemente da presença ou ausência de distúrbios.

Interações contínuas entre diferentes determinantes e o contexto individual de uma pessoa levam à adaptação da estrutura e funcionamento do cérebro ao longo da vida. Otimizar a saúde do cérebro melhora a saúde mental e física e também cria impactos sociais e econômicos positivos, os quais contribuem para um maior bem-estar e ajudam o avanço da sociedade.

Condições que afetam o cérebro e funcionamento do sistema nervoso - Condições que podem surgir ao longo da vida, perturbar o crescimento do cérebro, danificar a estrutura cerebral ou os nervos e prejudicar o cérebro ou nervos. Incluem problemas congênitos e de neurodesenvolvimento, distúrbios cerebrovasculares e neurodegenerativos, neuroinfecções ou distúrbios neuroimunológicos, distúrbios neuromusculares, lesões traumáticas e cânceres do sistema nervoso.

Sua etiologia, sintomas e curso variam. Algumas causam deficiências ao longo da vida enquanto outras estão associadas a elevadas taxas de mortalidade; algumas são tratáveis ou mesmo evitáveis, enquanto para outros não há cura. De acordo com a definição de saúde cerebral da OMS, a presença de qualquer uma dessas condições não significa ausência de saúde cerebral, mas pode alterar a função cerebral em um ou mais domínios.

Desenvolvimento na primeira infância - As capacidades cognitivas, físicas, linguísticas, motoras e sociais das crianças, e seu desenvolvimento emocional, entre a concepção e os 8 anos de idade. Para efeitos do relatório, o foco principal está no período de gravidez até os 5 anos, e como as experiências de uma criança durante os primeiros anos fornecem a base para o curso de vida e influenciam sua aprendizagem, sucesso escolar, participação social/econômica e saúde.

Neurodesenvolvimento - O desenvolvimento de vias neurológicas, moldadas por fatores biológicos e ambientais que influenciam habilidades e funcionamento (por exemplo, funcionamento intelectual, capacidade de leitura, habilidades sociais, memória, atenção ou foco).

Neurodiversidade - A ideia de que as pessoas experimentam e interagem com o mundo ao seu redor de muitas maneiras diferentes; não existe uma maneira “certa” de pensar, aprender ou se comportar, e as diferenças não são vistas como déficits. A neurodiversidade abrange a visão de que variações naturais do cérebro humano podem se manifestar como diferenças no funcionamento neurológico e estrutura, que contribuem para a riqueza da sociedade humana e portanto, não deve ser patologizado nem normalizado.

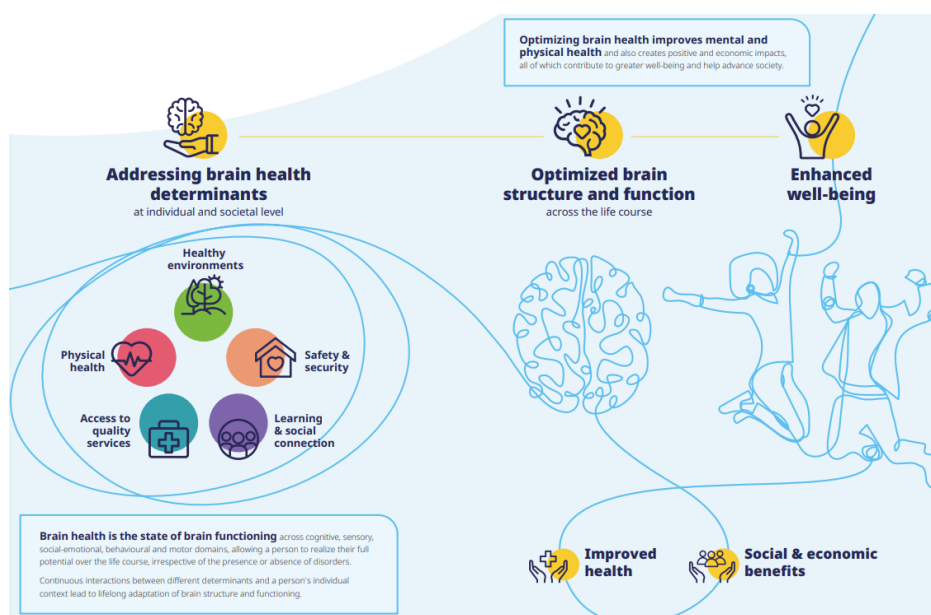
Oportunidades para promover o melhor desenvolvimento do cérebro ocorre durante a gravidez e na primeira infância, quando o crescimento do cérebro é mais rápido em termos de tamanho e complexidade. Assim, garantir que todas as crianças recebam cuidados educativos nas janelas de oportunidade é fundamental para a saúde e bem-estar das gerações futuras.

Experiências adversas e positivas durante este período moldam a saúde do cérebro das crianças, escolaridade, bem-estar psicológico e capacidade econômica, afetando assim também o bem-estar das gerações subsequentes. Intervenções para maximizar a aprendizagem e adaptação nos primeiros anos são críticas para o crescimento e funcionamento do cérebro. Ações econômicas, redução das desigualdades na saúde e bases para a saúde e o bem-estar dos adultos são fundamentais.

Em 2022, a OMS publicou um documento que propõe uma estrutura conceitual para otimizar a saúde cerebral para todos ao longo da vida, abordando determinantes interconectados de saúde cerebral (Figura 1). Ao defender a saúde cerebral para todos, o

documento mostra que melhorar a saúde do cérebro têm um impacto mais amplo, trazendo benefícios para a saúde, benefícios sociais e benefícios econômicos.

Figura 1 - Uma estrutura conceitual para otimizar a saúde do cérebro



Fonte: World Health Organization, 2022.

Métricas para a saúde do cérebro

Até o momento, não existe uma medida direta ou global da saúde do cérebro ao longo da vida. Por causa das múltiplas dimensões do conceito, é difícil capturar todo o espectro da saúde do cérebro em todos os domínios de seu funcionamento (cognitivo, linguagem, sensorial, sócio emocional, comportamental e domínios motores) e a ampla gama de determinantes (aspectos da saúde física, incluindo pré-natal, ambientes saudáveis, aprendizagem, conexão social, segurança, proteção e acesso a serviços de qualidade).

Embora vários estudos psicométricos tenham proposto medidas para quantificar aspectos da saúde do cérebro, a maioria mede função, mas não todos os domínios do cérebro em funcionamento. Além disso, não existe uma única métrica confiável que possa ser usada em todas as idades, como indicador para a saúde do cérebro em nível populacional.

Avanços em psicomетria, neuroimagem e neuro modelagem podem ser usadas para desenvolver uma métrica global integrada de saúde cerebral, o que permitiria tanto a medição da saúde do cérebro quanto o uso da medida para prever resultados mais tarde na vida, avaliar intervenções para otimizar o desenvolvimento infantil e a saúde do cérebro em toda a vida.

Reunião técnica OMS

Em maio de 2023 um grupo técnico, representado por 53 especialistas, de seis regiões, se reuniu com o objetivo de identificar componentes para a medição da saúde do cérebro, com foco no início da vida, que seja robusto e versátil e possa ser usado em diferentes contextos e ambientes. Este quadro poderia ser usado para combinar o trabalho atual sobre medição da estrutura e função cerebral (direta e indiretamente) em vários domínios, considerando diferentes condições de saúde e determinantes.

É importante ressaltar que parte do grupo técnico foi composto por especialistas de países de baixa e média renda e que os participantes detêm conhecimentos diversos, incluindo saúde e desenvolvimento infantil, neuroimagem, saúde, epidemiologia, ciência da computação e neurociência.

Os objetivos da reunião foram:

- mapear o trabalho atual para operacionalizar e medir a saúde do cérebro no início da vida;
- delinear os componentes de uma estrutura de medição para saúde cerebral;
- compreender os requisitos e estratégias de modelagem para integração de métricas individuais de saúde cerebral na população; e
- identificar sinergias com iniciativas e conjuntos de dados existentes e discutir lacunas e necessidades para o desenvolvimento futuro de métricas.

Determinantes da saúde cerebral

Muitos fatores afetam a saúde do cérebro em diferentes fases da vida e levam a adaptações da função e estrutura cerebral. Esses determinantes podem ser amplamente divididos em saúde física, ambientes saudáveis, segurança, aprendizagem ao longo da vida, conexão e acesso a serviços de alta qualidade (Figura 2).

Figura 2 - Determinantes da saúde cerebral ao longo da vida



Fonte: World Health Organization, 2024.

A saúde do cérebro ao longo da vida pode ser melhorada pela minimização dos fatores de risco, especialmente no início da vida, aumentando a promoção e fatores protetores que constroem a neuroplasticidade, a capacidade do cérebro de crescer, criar novas conexões e recuperar ou compensar lesões.

Ao considerar os determinantes ideais de saúde do cérebro, o grupo de especialistas reconheceu a importância do período inicial da vida como crítico para estabelecer a base para a vida física e mental. Quase todas as habilidades físicas, cognitivas e sociais são desenvolvidas durante o início da vida. Embora os genes contribuam para o projeto básico de desenvolvimento inicial do cérebro, o curso definitivo do desenvolvimento humano é influenciado por

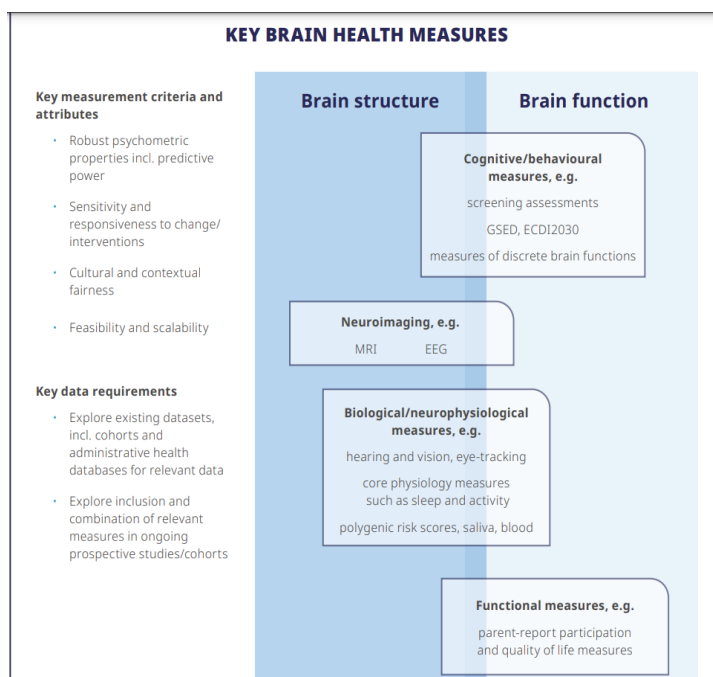
experiências durante os primeiros anos, quando o ritmo de desenvolvimento do cérebro é maior, a uma taxa de geração de mais de um milhão sinapses por minuto entre o período final do pré-natal e o segundo e terceiro anos de vida. Esta abundância sináptica é seguida por poda sináptica, por meio da qual a experiência cultiva circuitos neurais, que por sua vez levam a uma redução no número de sinapses e no cérebro, tornando-se cada vez mais eficiente.

As experiências em si (positivas ou negativas) não são determinísticas, o que também se aplica aos genes; em vez disso, o desenvolvimento comportamental é quase sempre o produto de uma interação genética e ambiental.

Milhões de crianças em todo o mundo estão expostas a vários riscos biológicos e psicossociais, desde desnutrição a maus-tratos infantis, incluindo risco poligênico, alterações epigenéticas, metabolismo, nutrição, estresse, neuroinflamação, trauma (psicológico e físico), poluição luminosa que afeta os ritmos circadianos e o sono, interação, isolamento, mídias sociais e atividades físicas. Embora as pessoas possam estar expostas a riscos e adversidades em qualquer momento de sua vida, exposição durante períodos críticos do desenvolvimento do cérebro – muitos dos quais ocorrem durante os primeiros 5 anos de vida – podem colocar as crianças em particular desvantagem.

Muito trabalho já foi feito para entender os determinantes da saúde do cérebro e desenvolvimento da criança, e ao final do segundo dia de discussões os especialistas esboçaram um quadro com os componentes para estruturar a medição na primeira infância (Figura 3).

Figura 3 - Componentes de um projeto de estrutura de medição para a saúde cerebral na primeira infância



Fonte: World Health Organization, 2024.

Um progresso significativo na melhoria da saúde cerebral para todos pode ser alcançado apenas incluindo a saúde do cérebro no discurso político da saúde pública e global, uma vez que o construto latente “saúde do cérebro” se torna mensurável. Idealmente, isso seria feito com uma única métrica integrada para a saúde do cérebro, desde a primeira infância, que poderia prever resultados distais ao longo da vida e ser incorporado em modelos populacionais. O

relatório apresenta os primeiros passos neste sentido. O grupo de especialistas foi capaz de mapear e propor um modelo inicial que pode vir a contribuir para as políticas de saúde e desenvolvimento humano.

Conteúdo relacionado

- [Otimizando a saúde do cérebro ao longo da vida: documento de posição da OMS](#)
- [Escala Global para o Desenvolvimento Inicial](#)
- [Saúde mental e cerebral de crianças e adolescentes](#)

Referência

1. World Health Organization. Measures of early-life brain health at population level [Internet]. 2024; Available from: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/375913/9789240084797-eng.pdf?sequence=1>

A importância da coordenação da agenda global de segurança alimentar e nutricional: do UNSCN ao UN Nutrition

Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana

Resumo: *Nesse informe, abordaremos o histórico das iniciativas para articular a agenda global de nutrição, particularmente entre as agências das Nações Unidas, passando desde o Comitê Permanente de Nutrição (UNSCN) à nova proposta representada pelo UN Nutrition. Nesse sentido, detalharemos mais particularmente o papel e o funcionamento do UN Nutrition, que representa o hub de coordenação e articulação das agendas de nutrição entre os organismos das Nações Unidas estabelecido em 2020, mas cujo papel diante dos compromissos globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das iniciativas da ONU como a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula de Sistemas Alimentares só mais recentemente tem sido colocado de maneira mais clara.*

A necessidade de uma coordenação das ações de alimentação e nutrição no âmbito das agências das Nações Unidas é reconhecida historicamente, por conta da natureza transversal do tema, e passou por mudanças em suas configurações e atribuições ao longo do tempo. Desde o início, contudo, foi ponto comum foi a participação dos dirigentes dos principais organismos, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), e posteriormente o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Ifad), na governança dessas iniciativas, visando o alinhamento de ações e a construção de sinergias, mas com grandes desafios de implementação e legitimação.

Primeiras iniciativas: O Comitê Permanente de Nutrição da ONU

Diante dessa necessidade, a criação do Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas (*United Nations Standing Committee on Nutrition – UNSCN ou SCN*) em 1977, foi um importante marco, a partir de uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc). O UNSCN foi concebido como uma plataforma harmonizada para facilitar o trabalho conjunto dos participantes, reunindo, além das agências da ONU, uma rede de grupos da sociedade civil e organizações não-governamentais.

Com o tempo, o UNSCN, passou por diferentes estágios, mas permanecia uma grande crítica às dificuldades para transformar as discussões entre os parceiros em ações harmonizadas e efetivas, com altos e baixos na tentativa de construção de consensos nas agendas (Longhurst, 2010). Nesse processo, passou de seu foco inicial no *advocacy* pela nutrição global, para buscar uma articulação mais efetivamente para contribuir para ações conjuntas da rede em torno de compromissos globais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em nível global, regional e nacional (UNSCN, 2009).

Diante dessas transformações, o mandato do UNSCN trazia o aumento da conscientização sobre os problemas de nutrição e a mobilização de compromissos para resolvê-

los em nível global, regional e nacional, além da harmonização de abordagens e fortalecimento e ganho de escala de ações para o enfrentamento da má nutrição e da promoção da cooperação entre agências e outras instituições parceiras para apoiar as políticas nacionais. Esse mandato era exercido por meio de sessões anuais entre os participantes (incluindo uma sediada no Brasil, em 2005), a atuação em temáticas específicas por meio de grupos de trabalho e forças tarefas e na elaboração de documentos como relatórios sobre a situação da nutrição global, *policy papers* e de um informativo institucional.

Seus princípios foram evoluindo para incorporar, a partir de 2006, a construção de consensos e a da inclusão, apoiando os países para que se empoderassem da agenda de desenvolvimento e desempenhassem seu papel de liderança em sua implementação, assim como o fortalecimento da capacidade institucional para a promoção do desenvolvimento baseado nos direitos humanos e em uma boa governança e a integração das agendas de desenvolvimento nacional, regional e global.

No campo da governança, nas normas do UNSCN havia uma abertura para a participação do setor privado, orientado por uma política específica de engajamento, em que são reconhecidos os riscos dos conflitos de interesses, trazendo alguns critérios gerais sem detalhes de quem e como implementá-los e sem um consenso sobre uma abordagem unificada para a questão. Ao mesmo tempo, essa política coloca uma lista de possíveis oportunidades dessas parcerias com o setor privado, como atividades bem definidas como o aumento do financiamento, a participação na fortificação de alimentos e a construção de compromissos voluntários em nutrição pelas corporações, assim como algumas sugestões menos claras de participação, como a resposta à crescente industrialização e comercialização de alimentos e bebidas globalmente e a exploração de novas abordagens sustentáveis diante da capacidade limitada de muitos governos (UNSCN, 2006)

Vale destacar, ainda, em relação ao UNSCN, a importância de trazer prioridades e temáticas que se consolidariam mais fortemente depois, como o reconhecimento da má nutrição como reflexo da insegurança alimentar e nutricional, cujos determinantes se agrupam em torno da alimentação, da saúde e da atenção, e cujas consequências representam uma grande carga à saúde e à economia dos países. Outro ponto importante foi de reconhecer a natureza intersectorial das ações sobre a nutrição, em que se relaciona em particular com setores como a educação e o desenvolvimento social, além da necessidade de usar o UNSCN para ligar mais efetivamente a nutrição à agricultura, antecipando-se a discussões globais da atualidade como a Cúpula de Sistemas Alimentares.

Em termos históricos, houve regularidade das atividades e reuniões do UNSCN ao longo do tempo, mas o período de 2010 a 2015 foi particularmente difícil, marcado por um aumento das divergências entre os membros de seu comitê diretivo e das dificuldades em seu financiamento. Esse cenário foi agravado pela criação do movimento *Scaling Up Nutrition* (SUN) a partir do plano de ação global do Banco Mundial sobre a agenda da nutrição, que passou a concorrer com o UNSCN em parte das agendas, encaminhando para uma primeira tentativa frustrada de fusão entre o UNSCN e o SUN para formar o UN Nutrition. Além disso, nesse mesmo período, essa fragilização e certo esvaziamento do UNSCN se acentuaram com a divisão do protagonismo das agências em outros eventos e compromissos internacionais envolvendo a nutrição, como as metas de nutrição da OMS para 2025, os ODS, a segunda Conferência Internacional de Nutrição (ICN2) e a Década de Ação sobre a Nutrição (UNSCN, 2020).

A criação do UN Nutrition e suas bases

Finalmente, em 2020, foi criado o *UN Nutrition*, que reunia o UNSCN e o SUN, por meio de uma carta de criação pelo Secretário-Geral da ONU e uma carta aos parceiros. Em seguida, como parte de seu plano de ação, foi estabelecida sua Estratégia para 2022-2030, contudo somente em 2023-2024 foi renovado e ampliado o seu sítio eletrônico, dando mais clareza e organização à plataforma (UN Nutrition, 2024a).

Semelhantemente ao UNSCN, o *UN Nutrition* busca abarcar todo o conjunto intersetorial das questões de nutrição, agrupando as agências das Nações Unidas, programas e fundos com mandato ou interesses para a nutrição, consolidando o objetivo maior de um mundo sem a má nutrição por meio da coordenação e apoio à resposta das agências da ONU para o enfrentamento da má nutrição em todas as suas formas, bem como de suas causas primárias.

Para tanto, busca atuar em múltiplos níveis, com base em seus dois objetivos gerais: desenvolver políticas, abordagens e posições coerentes sobre os desafios da nutrição no Sistema ONU e promover a ação conjunta consistente e implementação das políticas. Diante disso, suas cinco prioridades para o enfrentamento dos desafios complexos da nutrição global incluem:

- Facilitar da coordenação das agências da ONU nos países;
- Dietas saudáveis vindas de sistemas alimentares sustentáveis;
- Engajamento do setor privado;
- Nutrição em contextos de fragilidade; e
- Acelerar o trabalho coordenado sobre as metas internacionais de nutrição.

Os novos esforços de coordenação pelo *UN Nutrition* não se limitam às agências, ampliando seu escopo, ao buscar a integração com processos e esforços regionais e globais na agenda de nutrição, como o Comitê de Segurança Alimentar (CSA), a Assembleia Mundial da Saúde (AMS), a Força Tarefa Interagencial para a Prevenção e Controle de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (UNIATF) e a iniciativa 2022-2023 da União Africana para o Ano da Nutrição, entre outros.

Além disso, vale lembrar que o *UN Nutrition* também traz em seu escopo interligar a rede de apoio das agências da ONU ao Movimento SUN (*Scaling Up Nutrition*), particularmente em relação ao apoio a governos em políticas e programação por meio do apoio técnico e operacional e alcance do Sistema ONU. O Movimento SUN já abarca 60 países com maior carga de má nutrição, em que o *UN Nutrition* faz parte do Sistema de Apoio Global (*Global Support System – GSS*) e ajuda a apoiar a atuação sinérgica das redes do SUN e junto aos governos nacionais, assim como atua no monitoramento de suas ações e resultados (*Scaling Up Nutrition*, 2024).

O *UN Nutrition* também vai buscar integrar as ações e responsabilidades específicas de cada agência no escopo de conferências e compromissos globais tais como a Cúpula de Sistemas Alimentares e a continuidade e ampliação das ações no âmbito das Conferências Nutrição para o Crescimento (*Nutrition for Growth*), que acompanham os Jogos Olímpicos desde Tóquio 2021, e os encaminhamentos da Segunda Conferência Internacional de Nutrição (ICN2). Por fim, visa articular-se com os grandes objetivos globais da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e com as metas estabelecidas nas Assembleias Mundiais da Saúde e nos planos de ação para o enfrentamento das DCNTs.

O Plano Estratégico 2022-2030

O Plano Estratégico do *UN Nutrition* para 2022-2030 se inicia com os resultados de um planejamento estratégico da iniciativa, trazendo sua Missão, qual seja, “um mundo sem desnutrição, onde todos, em todos os lugares, desfrutam do direito a uma alimentação adequada, interdependente e indivisível de todos os direitos humanos agora e no futuro”. Além disso, o Plano traduz sua Missão de “coordenar e alavancar as ações das Organizações Membros das Nações Unidas para abordar efetivamente a má nutrição em todas as suas formas, juntamente com suas causas primárias, maximizando a coerência política, o alinhamento programático e a advocacia harmonizada aos governos e parceiros, sem deixar ninguém para trás” (UN Nutrition, 2022)

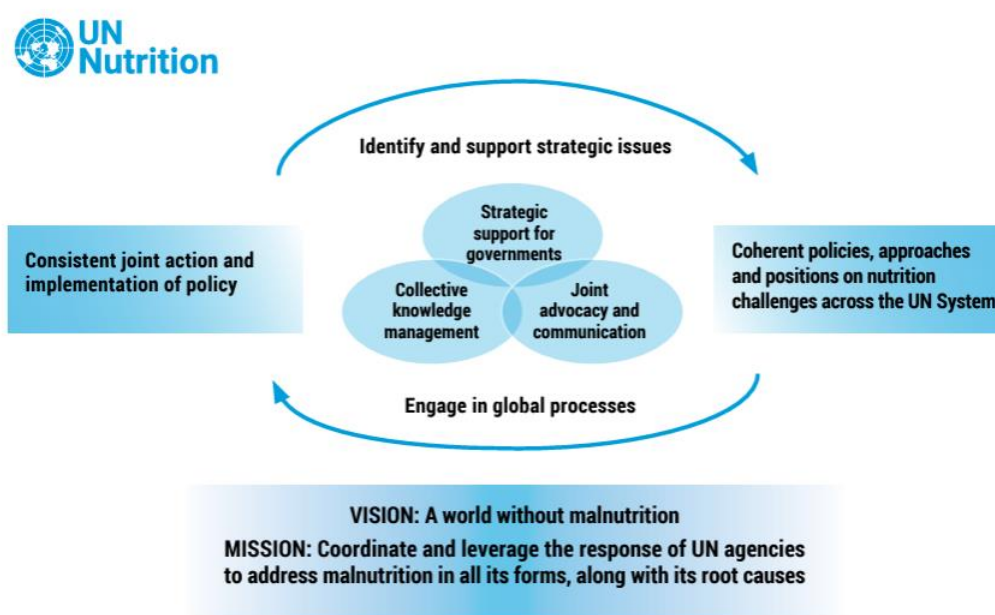
O Plano também traz os objetivos do *UN Nutrition*:

(1) Consistência na ação conjunta e na implementação das políticas, ou seja, garantir que o sistema das agências atue de forma uníssona e em coerência com a atuação dos governos e demais parceiros, assim como articulando e coordenando as políticas ao longo de todos os setores relevantes, incluindo a saúde, a agricultura, o saneamento, a proteção social, o comércio, a educação e o meio ambiente.

(2) Políticas, abordagens e posições coerentes sobre os desafios da nutrição em todo o Sistema das Nações Unidas, ou seja, ajudar na integração das agendas de governos, forças tarefas, fóruns e compromissos, tais como a AMS, o CSA, o Fórum Político de Alto Nível (HLPF), a Força Tarefa para o Enfrentamento das DCNTs e a Assembleia Geral da ONU, bem como reunindo atores da ciência e da academia para estudos como o Relatório Global de Nutrição, o Painel Global de Agricultura e Sistemas Alimentares para a Nutrição e a União Internacional para Cientistas da Nutrição, além da articulação com o SUN e da colaboração para as Diretrizes Voluntárias do CSA para os Sistemas Alimentares e para a Nutrição.

Isso está resumido na Figura 1, que sistematiza a abordagem de uma estratégia de “Uma ONU para a Nutrição” adotada pelo *UN-Nutrition*, como um mecanismo de coordenação que reúne agências, programas e fundos das Nações Unidas em nível global, regional e nacional, com mandato ou interesse em melhorar a nutrição como meio de alcançar o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030. Essa estratégia deve atuar para garantir a sinergia das ações, o aumento da efetividade e a visibilidade das ações de nutrição, diretamente ou indiretamente, implementadas pelas agências das Nações Unidas em países e regiões, de modo que seus membros falem sobre nutrição com uma única voz.

Figura 1 – A Estratégia de “Uma ONU para a Nutrição”, segundo o *UN Nutrition*



Source: *UN-Nutrition (2022)*.

Nesse sentido, o gerenciamento do conhecimento coletivo inclui o papel de curadoria e disseminação do conhecimento existentes entre países e organizações, a coordenação das contribuições das agências da ONU para discussões e documentos técnicos, a identificação de lacunas de conhecimento e busca de alternativas para preenchê-las e criar espaços para os conhecimentos de povos indígenas, da juventude e de países de baixa renda. A advocacia e comunicação conjunta se traduzem na atuação com uma só voz, integrando plataformas de comunicação e levando a agenda de nutrição para diferentes fóruns e outras instâncias e compromissos, integrando agendas e objetivos.

Em sua atuação, o *UN Nutrition* deve apoiar-se nos seguintes princípios orientadores, que alinham princípios das Nações Unidas, as agências e das prioridades planetárias atuais:

- Tornar a abordagem baseada em direitos humanos, incluindo o princípio PANTHER (*participation, accountability, non-discrimination, transparency, human dignity, empowerment and rule of law*), central em todo o trabalho do *UN-Nutrition*.
- Promover boa governança para a nutrição.
- Manter a inclusão, subsidiariedade e responsabilidade na colaboração e coordenação interagências.
- Alinhar-se por abordagens multissetoriais, envolvendo todo o governo, abrangendo contextos humanitários e de desenvolvimento, e adotar uma abordagem holística de sistemas para alcançar uma mudança transformadora, livre de conflitos de interesse.
- Respeitar, apoiar e agir de acordo com as prioridades dos países e abraçar o direito dos países e das pessoas à autodeterminação.
- Reconhecer a interconexão entre a saúde humana e planetária, trabalhando em harmonia com a natureza e adotando uma abordagem de Saúde Única.

- Colocar as pessoas no centro, concentrando-se nos mais vulneráveis e priorizando ação transformadora de gênero.

Em termos práticos, essa atuação do *UN Nutrition* envolverá, até 2025, focar esforços da segunda metade da Década da Nutrição, cujo objetivo é acelerar a implementação dos compromissos da ICN2, alcançar as metas globais de nutrição e doenças não transmissíveis relacionadas à dieta até 2025, e contribuir para a realização dos ODS até 2030. Ainda em relação aos compromissos globais outro foco para o *UN-Nutrition* é a realização dos compromissos de nutrição feitos na Cúpula dos Sistemas Alimentares Sustentáveis e na Cúpula Nutrição para o Crescimento (N4G) em apoio à Década da Nutrição.

Considerando a importância das questões ambientais e climáticas que impactam a nutrição, e vice-versa, e o momentum crescente para a discussão dos temas de sistemas alimentares, dietas e nutrição, as inúmeras conferências das partes sobre clima e biodiversidade estão proporcionando importantes oportunidades para integrar a nutrição com as demais agendas. As reuniões regulares dos órgãos governamentais das Nações Unidas, como a Conferência da FAO, a AMS, o ECOSOC, o HLPF e as Assembleias Ambientais das Nações Unidas, fornecem importantes oportunidades adicionais para garantir que a mensagem de nutrição seja mantida de forma consistente e coerente em todo o Sistema das Nações Unidas.

Adicionalmente, a próxima Cúpula N4G deve ser realizado na França em 2024, em que o *UN-Nutrition* ajudará os países na apresentação de seus resultados, coincidindo com o lançamento da estratégia SUN 3.0, cujos objetivos deve apoiar.

Por fim, está previsto que, a partir de 2026, o *UN-Nutrition* continuará a advogar pelo engajamento político de alto nível para a nutrição ao longo da Agenda 2030 e a gerar ferramentas e conhecimentos para apoiar as agências membros das Nações Unidas na integração da nutrição e ajudar os países a alcançar as metas da Agenda 2030 e eliminar todas as formas de desnutrição. Está planejado, ainda, no primeiro trimestre de 2025, o lançamento de uma revisão robusta para informar a implementação da Estratégia do *UN-Nutrition* a partir de 2026, trazendo prioridades mais específicas para a segunda metade da década que serão definidas após a revisão intermediária para serem refletidas nos subsequentes planos de trabalho.

A governança global, regional e nacional do UN Nutrition

No tocante à governança das ações do *UN Nutrition*, naturalmente os governos têm a responsabilidade primária de melhorar a alimentação e a nutrição de seus cidadãos, enquanto o Sistema das Nações Unidas apoia os governos no cumprimento dessa responsabilidade. Devido à natureza multissetorial da nutrição e ao risco de ações e políticas fragmentadas entre setores e atores, é fundamental o papel do *UN-Nutrition* em aumentar a harmonização das prioridades e agendas na nutrição e fornecer apoio coordenado e alinhado aos governos, para que possam ter um maior impacto sobre as pessoas em todos os lugares. Além disso, por intermédio do *UN-Nutrition*, as agências, programas e fundos das Nações Unidas aproveitam suas forças coletivas, constroem sinergias, aumentam eficiências e complementaridades e, em última análise, apoiam os governos e seus parceiros na entrega de objetivos e metas de nutrição em todos os níveis. Nesse sentido, o papel do *UN Nutrition* na governança da nutrição global envolve conectar-se com os órgãos governantes, fóruns e conferências de partes em todo o Sistema das Nações Unidas, promovendo a integração da nutrição.

Para tanto, considerando a governança global das ações, o *UN Nutrition* possui uma Presidência rotativa a cada 2 anos entre seus membros fundadores (OMS, FAO, PMA, Ifad, Unicef, FAO), além da participação de membros rotativos como o CGIAR e o IAEA e de outras agências das Nações Unidas. Em suas atividades, cujo secretariado está sediado na FAO, o *UN Nutrition* responde ao Ecosoc, trabalhando na facilitação do trabalho coletivo e da colaboração dentro da família ONU por meio do alinhamento de posições e falas uníssonas para elevar a nutrição na agenda política global e no compartilhamento de informações entre as instituições. Além disso, o Secretariado do *UN Nutrition* organiza comitês de seu comitê permanente e de outros esforços de coordenação global, incluindo a articulação com o Sistema Global de Apoio ao SUN.

Em nível regional, o *UN-Nutrition* aproveita os escritórios regionais das Nações Unidas e os mecanismos de coordenação interagências para apoiar as agendas de nutrição. Nesse sentido, os Assessores Regionais de Nutrição das agências membros são cruciais para apoiar o trabalho conjunto do *UN-Nutrition* nos países, promovendo uma maior colaboração interagencial em nível regional sob a liderança dos Diretores Regionais de cada agência. Além disso, o Secretariado do *UN-Nutrition* trabalha em estreita colaboração com os Centros Regionais do Movimento SUN, como aqueles existentes em Bangkok, Dakar, Nairobi e Cidade do Panamá, com o objetivo de apoiar os coordenadores de país do SUN e as plataformas multissetoriais de nutrição (PMNs).

Em nível nacional, quando possível, o *UN-Nutrition* é mobilizado por funcionários seniores da ONU para atuar na como coordenadores ou co-coordenadores nos países, em base rotativa. Nessa configuração, o coordenador do *UN-Nutrition* pode ser o Coordenador Residente (CR) ou um chefe designado de uma agência da ONU no país, cujo papel principal é facilitar a coordenação entre as respectivas entidades das Nações Unidas que atuam na agenda de nutrição em um determinado país, especialmente com seus pontos focais técnicos.

Está previsto que o financiamento das *UN Nutrition* pode vir das ações previstas no orçamento das agências para ações conjuntas, além de contribuições voluntárias das agências e a disponibilização de pessoal. Outras formas de financiamento podem envolver recursos de doadores externos para o apoio a atividades específicas e projetos, que devem ser administrados segundo as regras e regulamentos das agências financiadas.

Em relação à responsabilização e prestação de contas, o *UN-Nutrition* deve reportar-se aos Estados Membros por meio do Ecosoc anualmente sobre o progresso dos esforços para abordar a má nutrição em todas as suas formas. Além disso, a *UN-Nutrition* apoia o monitoramento da Década da Nutrição para a Assembleia Geral das Nações Unidas e responde a outros órgãos e fóruns das Nações Unidas como a Conferência da FAO, a AGNU, as AMS e os Conselhos Executivos de programas e fundos. Os membros constituintes se reunirão anualmente para revisar o progresso do *UN-Nutrition* no alcance de seus objetivos, para revisar o progresso a partir do plano de trabalho bienal e dos resultados da pesquisa anual nos países, e para corrigir seu curso conforme necessário.

Está previsto também que, no tocante ao monitoramento e avaliação, os planos de trabalho bienais devem incluir seções sobre atividades e resultados mensuráveis, bem como o orçamento que será utilizado para monitorar o progresso. Além desses dois elementos-chave de análise detalhada, atualizações intermediárias da estratégia do *UN-Nutrition* podem ser necessárias com base em novos dados, lições aprendidas importantes sobre o cenário nutricional em evolução.

A Coalizão de Ação sobre Dietas Saudáveis a partir de Sistemas Alimentares Sustentáveis para Crianças e Todos (HDSFS)

O *UN Nutrition* dá, também, grande destaque à Coalizão de Ação sobre Dietas Saudáveis a partir de Sistemas Alimentares Sustentáveis para Crianças e Todos (*Coalition of Action on Healthy Diets from Sustainable Food Systems for Children and All - HDSFS*), que é parte das iniciativas ligadas à Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UN Nutrition, 2024b), em que o *UN Nutrition*, a FAO e a OMS atuam como secretariado e já contam com a participação de mais de 20 países (incluindo o Brasil) e diversas instituições internacionais e de pesquisa envolvidas com a nutrição que oferecem apoio técnico e expertise para acelerar a ação e, nível nacional e apoiar projetos especiais (UN Nutrition, 2024b).

Essa prioridade nasce do grande impacto dos sistemas alimentares sobre a saúde e a sustentabilidade planetária, visto que seis dos dez principais fatores de risco à saúde são associados à alimentação e que os sistemas alimentares têm grande impacto sobre as mudanças climáticas. Nesse sentido, o propósito da Coalizão é acelerar ações efetivas sobre os sistemas alimentares para promover dietas saudáveis baseadas na produção sustentável. A partir desse propósito, vem seu objetivo geral, que é de reduzir o número de pessoas que não têm acesso a uma dieta saudável e contribuir para construir consensos a respeito de indicadores relevantes para avaliar dietas saudáveis e sustentáveis, bem como sua visão de futuro, qual seja, um mundo em que as pessoas tenham dietas saudáveis e sustentáveis que sejam disponíveis física e financeiramente para todos.

Dessa maneira, espera-se que a Coalizão alcançaria uma multiplicidade de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como acabar com a fome e a má nutrição em todas as suas formas, promover vidas saudáveis e bem-estar para todos, reduzindo substancialmente a carga de DCNTs e melhorando a saúde materna e infantil, reduzindo desigualdades, promovendo o consumo e produção responsáveis, e fomentando ação urgente para combater as mudanças climáticas.

Uma iniciativa como essa Coalizão é vista com grande expectativa na medida em que os sistemas alimentares sustentáveis chamam uma ampla gama de atores, desde governos até o setor privado e a sociedade civil, para trabalharem juntos para alcançar dietas saudáveis para todos. Para tanto, foram desenvolvidas Regras de Adesão para permitir que atores não estatais se envolvam com o plano de trabalho da Coalizão, utilizando abordagens baseadas em direitos humanos e identificando quaisquer potenciais conflitos de interesse.

FAO manifesta apoio à iniciativa brasileira no G20

Em paralelo à discussão das mudanças e aperfeiçoamentos no *UN Nutrition*, aproveitando a reunião do G20 no Brasil na última semana, vale a pena destacar a notícia da manifestação de apoio da FAO, por meio de seu Diretor Geral da FAO, à presidência brasileira do fórum, em particular em suas propostas para o enfrentamento da fome e das mudanças climáticas. O evento reuniu representantes das agências das Nações Unidas, de representações diplomáticas em Roma e de organizações internacionais.

No início de fevereiro de 2024, foi organizada uma reunião de alto nível pela Delegação Permanente do Brasil para as agências baseadas em Roma, com o objetivo de discutir as propostas para as presidências do G7 e do G20 pelo Brasil em relação às agendas de segurança alimentar e nutricional e do clima. Destacaram-se, entre as prioridades apresentadas, a Aliança

Global contra a Fome e a Pobreza que será lançada em novembro, que foi apoiada oficialmente pela FAO.

Em sua fala, o Diretor da FAO reforçou que há necessidade urgente de priorizar as ações para garantia da segurança alimentar e nutricional global e para a ação pelo clima durante 2024, tendo em vista que ainda em 2022 temos 735 milhões de pessoas no mundo sofrendo com a fome crônica e que esse problema está fortemente ligado aos conflitos, aos eventos climáticos extremos e às crises econômicas que causam uma pressão desproporcional sobre a segurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis.

Ainda nesse sentido, foi enfatizada a relação entre fome e pobreza, assim como as desigualdades que contribuem para uma tripla carga da má nutrição, ou seja, a coexistência da desnutrição, das carências de micronutrientes e do excesso de peso e obesidade, como diferentes faces da insegurança alimentar nutricional que afetam particularmente os mais vulneráveis. Como resposta a essas questões, colocou que é urgente ampliar políticas de proteção social, citando o Brasil como exemplo exitoso com suas políticas de transferência de renda e enfatizando a necessidade de inovações nessas políticas com vistas a também responder aos choques climáticos. Porém, além das respostas urgentes aos problemas, destacou que é preciso trabalhar paralelamente com soluções de longo prazo, que demandam investimentos em infraestrutura, inovação e tecnologias caminhando junto com o foco no desenvolvimento do capital humano por meio de serviços aprimorados de educação e de saúde.

A FAO também falou da importância da construção de sinergias e da efetiva colaboração entre parceiros nessa iniciativa para enfrentamento da fome, da pobreza e desigualdades, colocando à disposição o pleno apoio técnico e profissional da organização.

Na continuidade, o Diretor Geral falou do investimento na transformação dos sistemas agroalimentares para reduzir a fome, tirar pessoas da situação de pobreza e promover a produção agrícola sustentável. Nesse sentido, os recursos precisam ser direcionados para uma agricultura mais diversificada e produtiva, para promover alimentos nutritivos e, ao mesmo tempo, impulsionando o papel do setor no apoio a todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Para tanto, falou que seria necessário investir em torno de US\$4 trilhões até 2030 em países de baixa e média renda.

Por fim, destacou a relação dos sistemas alimentares com as questões climáticas, visto que são responsáveis por 30% das emissões de gases de efeito estufa, sendo essencial aumentar sua eficiência e resiliência e usar a recém-lançada Rota Global para 2030 (*Global Roadmap for Achieving SDG2*) para catalisar investimentos e criar um pacote de soluções concretas para agregar os esforços para alcançar o Fome Zero e acelerar as soluções para o clima (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024).

Além disso, no momento, a presidência brasileira da G20, trabalha, por meio do T20, na seleção de propostas de resumos relacionados à redução da fome, pobreza e desigualdades que serão detalhados em *policy briefs* que serão propostos para o grupo governamental para subsidiar as políticas e prioridades de ação. Com isso, espera-se um conjunto robusto de alternativas

Conclusão

A necessidade histórica de coordenação das agendas de nutrição entre as agências das Nações Unidas se traduziu na criação inicial do UNSCN na década de 1977 e, décadas depois, em

2020, com a proposição do *UN Nutrition*, que se baseou nas lições aprendidas e se adapta ao novo contexto global da nutrição e de seus desafios, particularmente em relação à transformação dos sistemas alimentares com vistas a garantir dietas saudáveis produzidas de forma sustentável para as populações, interligando-se com os ODS. Os desafios atuais da nutrição são grandes, portanto, será igualmente desafiadora a atuação do *UN Nutrition*.

Enquanto as propostas e metas da iniciativa são coerentes e alinhadas com as necessidades globais e a nova transparência garantida pela revisão e ampliação do portal do *UN Nutrition*, algumas questões permanecem incompletas em suas respostas, como o financiamento das ações conjuntas e a participação de atores privados. Para além dos projetos específicos em que podem se engajar, há problemas não solucionados na transparência e manejo e controle de conflitos de interesses no âmbito do *Scaling Up Nutrition (SUN)* e da Cúpula de Nutrição para o Crescimento (N4G), além do permanente desafio de garantir o alinhamento e harmonização entre as agências e demais atores internacionais diante de múltiplos interesses e pressões políticas e econômicas contrapondo-se às demandas técnicas.

É preciso, assim, considerar, em todas as iniciativas globais, regionais e nacionais, a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequados, colocando a saúde humana, animal e planetária acima dos interesses comerciais, considerando a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas que está associada aos sistemas alimentares hegemônicos.

Mais particularmente, diante do recrudescimento da fome em nível global devido à pandemia, crises econômicas, guerras e conflitos e às mudanças climáticas, é necessária urgência na ação coordenada pelas Nações Unidas por meio do *UN Nutrition* e dos governos nas instâncias como o G20, Brics e outras para colocar a eliminação como prioridade por meio de ações emergenciais somadas a políticas estruturantes que interrompam a transmissão intergeracional da pobreza e garantam o desenvolvimento com inclusão e resiliência. Nesse sentido, o protagonismo brasileiro mais uma vez se coloca no chamamento ao compromisso global pela paz e pelo enfrentamento da fome e da múltipla carga da má nutrição.

A nova governança global precisa aprender com os erros e acertos do passado para que agências, nações e instituições trabalhem harmonicamente com o objetivo comum dos ODS e reverter os retrocessos e estagnações observados em muitas metas para efetivamente não deixar ninguém para trás. Nesse sentido, a discussão da revisão papel e da atuação das Nações Unidas deva ir para além do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, permeando todas as agências para uma agenda única seja o objetivo comum a todos, incluindo o *UN Nutrition* em seu mandato diante dos compromissos e prioridades globais de nutrição.

Referências

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Director-General reaffirms FAO's commitment to support G20 Brazilian Presidency, urges action on food security and climate**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/director-general-reaffirms-fao-s-commitment-to-support-g20-brazilian-presidency--urges-action-on-food-security-and-climate/en>>.

LONGHURST, R. **Global Leadership for Nutrition: The UN's Standing Committee on Nutrition (SCN) and its Contributions**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/publications/global-leadership-for-nutrition-the-uns-standing-committee-on-nutrition-scn-and-its-contributions-3/>>.

SCALING UP NUTRITION. **Scaling Up Nutrition**. Disponível em: <<https://scalingupnutrition.org/>>.

UN NUTRITION. **One UN for Nutrition - UN-Nutrition Strategy 2022–2030**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.unnutrition.org/sites/default/files/2023-03/UN-Nutrition-Strategy-2022->

2030_WEB_28Oct2022_EN.pdf>.

____. **UN Nutrition**. Disponível em: <<https://www.unnnutrition.org/>>.

____. **The Coalition of Action on Healthy Diets from Sustainable Food Systems for Children and All (HDSFS)**. Disponível em: <<https://www.unnnutrition.org/coalition-action-healthy-diets-sustainable-food-systems-children-and-all-hdsfs>>.

UNSCN. **Private Sector Engagement Policy**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.unscn.org/files/Structure/SCN_and_the_Private_Sector/SCN_Private_Sector_Engagement_Policy.pdf>.

____. **The United Nations Standing Committee on Nutrition (SCN)**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.unscn.org/files/Publications/Briefs_on_Nutrition/Brief_on_SCN_11_02_09.pdf>.

____. **The UNSCN 2016-2020 - Capturing the learnings from its final years**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.unscn.org/uploads/web/news/UNSCN-final-years-Final.pdf>>.

Convite à esperança para dias melhores: Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

Invite to hope for better days: Recommendation for Peace, Human Rights and Sustainable Development

**Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Vitor Rodrigues**

Abstract. *The 42nd General Conference of the UNESCO adopted the Recommendation on Education for Peace and Human Rights, International Understanding, Cooperation, Fundamental Freedoms, Global Citizenship and Sustainable Development, revising and updating the text of the 1974 Recommendation in the face of contemporary and future challenges, linking different issues, from human rights, digital technologies and climate change to gender equality, health and well-being and cultural diversity, so as to cover all aspects and dimensions of education in order to facilitate the commitment of States and local, national and international communities in favour of education and the effective implementation of the Recommendation.*

Keywords: UNESCO. Education. Human Rights. Sustainable Development

Resumo. A 42ª Conferência Geral da UNESCO adotou a Recomendação sobre Educação para a Paz e os Direitos Humanos, Compreensão Internacional, Cooperação, Liberdades Fundamentais, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável, revisando e atualizando o texto da Recomendação de 1974 diante dos desafios contemporâneos e futuros, vinculando diferentes questões, desde direitos humanos, tecnologias digitais e mudanças climáticas até gênero igualdade de gênero, saúde e bem-estar e diversidade cultural, de forma a cobrir todos os aspectos e dimensões da educação em busca a facilitar o compromisso dos Estados e das comunidades locais, nacionais e internacionais em prol da educação e a efetiva implantação da Recomendação.

Palavras-chave: UNESCO. Educação. Direitos Humanos. Desenvolvimento Sustentável

Introdução

A 42ª Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em novembro de 2023, adotou a Recomendação sobre Educação para a Paz e os Direitos Humanos, Compreensão Internacional, Cooperação, Liberdades Fundamentais, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável¹⁰ em substituição à Recomendação sobre Educação para o Compreensão Internacional, Cooperação e Paz e Educação relacionada aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais adotada em 1974¹¹. Chamada de forma simplificada de Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e

¹⁰ Vide anexo VI das resoluções da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388394> Acesso em 26 fev.2024

¹¹ Sugerimos a leitura do folheto explicativo introdutório publicado pela UNESCO, em inglês, sobre a revisão e as principais mudanças. Disponível em:

Desenvolvimento Sustentável, a revisão busca atualizá-la diante dos desafios contemporâneos e futuros, vinculando diferentes questões, desde direitos humanos, tecnologias digitais e mudanças climáticas até gênero igualdade de gênero, saúde e bem-estar e diversidade cultural, de forma a cobrir todos os aspectos e dimensões da educação em busca a facilitar o compromisso dos Estados e das comunidades locais, nacionais e internacionais em prol da educação e a efetiva implantação da Recomendação. Este informe destina-se a listar resumidamente a estrutura da Recomendação e destacar os principais pontos da revisão, em especial, os relacionados aos desafios contemporâneos apresentados no preâmbulo, as definições, objetivos, os princípios orientadores e as suas respectivas áreas de atuação.

Os desafios de nosso tempo

Figura 1. Capa do folheto explicativo publicado pela UNESCO



Passados 50 anos desde a adoção da Recomendação sobre Educação para o Compreensão Internacional, Cooperação e Paz e Educação relacionada aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais adotada em 1974, o preâmbulo da Recomendação revisada elenca desafios de nosso tempo em que a educação é fundamentalmente importante em seu papel de transformação e de atuação para diminuir, adaptar e até mitigar tais desafios.

A Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável inclui entre os desafios o aumento global da desinformação, da informação incorreta, do discurso de ódio e do assédio on-line, a necessidade de se intensificar os esforços para melhorar a alfabetização midiática e informacional das pessoas em todo o mundo. A Recomendação também

indica nesse sentido, a importância do livre fluxo de informações, o acesso à informação e ao conhecimento, a liberdade de expressão e de opinião, a liberdade acadêmica e científica, a responsabilidade profissional e a autonomia institucional como fundamentais para o aprendizado e o ensino.

Outro ponto a ser destacado é quanto a educação deve nutrir o respeito pela diversidade cultural como uma característica intrínseca das sociedades, bem como ser direcionada para promover a compreensão internacional e a cidadania global, a tolerância, o pluralismo, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, a solidariedade

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388330?posInSet=5&queryId=036cfd74-a369-4408-9c72-bc9d2c1d6582> Acesso em: 25 fev. 2024

entre todas as nações e povos, e para promover o multilateralismo e os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Em relação às mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, a Recomendação indica importante papel da educação no empoderamento de indivíduos, comunidades e sociedades para enfrentar os desafios globais e tomar medidas transformadoras para garantir o desenvolvimento sustentável e na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, a Recomendação recorda a Estrutura de Ação para a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030, e o Artigo 6, sobre educação, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e o Acordo de Paris sob a UNFCCC, que conclama os países a "melhorar a educação [e] o treinamento sobre mudança climática", e a Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que destaca o papel da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) como facilitador para a realização de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e afirma que "a EDS deve se basear e promover o respeito pela natureza, bem como os direitos humanos, a democracia, o estado de direito, a não discriminação, a equidade e a igualdade de gênero".

Outro ponto importante observa-se quanto à urgência em tomar medidas para fechar as lacunas que separam os ideais proclamados da implementação de compromissos legais e políticos e da realização de mudanças positivas e concretas e de que, para moldar sociedades pacíficas, justas, iguais, equitativas, solidárias, inclusivas, democráticas, saudáveis e sustentáveis, os ambientes educacionais devem ser um modelo de inclusão, justiça, cuidado, relevância e adaptação, e expandidos para o benefício de todos.

Reconhecendo também a importância de salvaguardar o direito à educação para todos, especialmente para crianças e alunos afetados por conflitos armados, ocupações, desastres e outras crises, inclusive para refugiados, deslocados internos e outros grupos e populações em situações vulneráveis e, nesse sentido, a necessidade de garantir a continuidade da educação de qualidade e proteger as instituições educacionais e o pessoal civil ligado a elas contra ataques e ameaças de ataques, e afirmando a necessidade de garantir a implementação de medidas em conformidade com as resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluindo a resolução 2601 (2021), tomando nota dos esforços destinados a facilitar a continuidade da educação em conflitos armados, incluindo os esforços dos Estados Membros que endossaram a Declaração de Escolas Seguras.

Aspectos gerais da Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

Após o preâmbulo, a Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável é constituída por 7 partes: I – Definições, II – Objetivos, III – Escopo, IV – Princípios Orientadores, V – Áreas de Ação, VI – Acompanhamento e Revisão e VII – Promoção.

I - Definições

Em seu item I sobre as definições, foram incluídas algumas inovações, definindo a educação como "um direito humano inalienável", inclusão da "cultura da paz" conforme a Declaração e Programa de Ação sobre a Cultura de Paz (Documento A/RES/53/243), os "direitos humanos" e as "liberdades fundamentais" são reconhecidos e definidos de acordo com os instrumentos internacionais de direitos humanos, principalmente a Carta das Nações Unidas, a

Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, bem como outras convenções e tratados sobre direitos humanos, derivam da dignidade inerente à pessoa humana e são universais, indivisíveis, inalienáveis e inter-relacionados; a "educação em direitos humanos" é entendida como na Declaração das Nações Unidas sobre Educação e Treinamento em Direitos Humanos (A/RES/66/137); a "educação para o desenvolvimento sustentável", conforme definido no Quadro de Ação Educação 2030, "capacita os alunos a tomar decisões com base em informações e ações responsáveis para a integridade ambiental, viabilidade econômica e uma sociedade justa, para as gerações presentes e futuras, respeitando a diversidade cultural"; a "educação para a cidadania global" é entendida como referida no Marco de Ação Educação 2030¹², a "inclusão" está de acordo com as diretrizes da UNESCO para inclusão; e por fim, a "educação transformadora" envolve ensino e aprendizagem cocriados que reconhecem e valorizam a dignidade e a diversidade dos alunos em ambientes educacionais, eliminam todas as barreiras à sua aprendizagem e os motivam e capacitam a refletir criticamente, tornando-se agentes de mudança e protagonistas de seu próprio futuro, possibilitando a tomada de decisões e ações informadas em nível individual, comunitário, local, nacional, regional e global, inclusive por meio de abordagens como educação para a cidadania global, educação para o desenvolvimento sustentável e educação para os direitos humanos, entre outras, que apoiem a construção de sociedades pacíficas, justas, inclusivas, igualitárias, equitativas, saudáveis e sustentáveis..

II Objetivos

Quanto aos objetivos, a Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável elenca como seu principal objetivo a de fornecer orientação aos Estados Membros em seus esforços para incorporar à educação, por meio de uma abordagem de múltiplas partes interessadas, os objetivos e propósitos estabelecidos na Carta das Nações Unidas, na Constituição da UNESCO, na Carta Internacional dos Direitos Humanos e em outros instrumentos internacionais relevantes de direitos humanos.

Dentro do amplo aspecto da educação, no esforço por parte dos Estados Membros mas não somente pois visa incluir orientações e apoio para as iniciativas e programas de atores não-estatais envolvidos em atividades educacionais em toda a sociedade, implementar a Recomendação inclui a de garantir que todas as pessoas, ao longo de toda a vida, estejam equipadas e capacitadas com o conhecimento, as habilidades, incluindo habilidades sociais e emocionais, valores, atitudes e comportamentos necessários para a participação efetiva em processos democráticos de tomada de decisão, capacitação econômica, conscientização e ações individuais e coletivas nos níveis comunitário, local, nacional, regional e global que promovam a paz e a compreensão internacional, a cooperação, a erradicação da pobreza e a tolerância, a fim de garantir o pleno gozo dos direitos humanos, das liberdades fundamentais, da cidadania global e do desenvolvimento sustentável por meio da educação.

Um outro objetivo da Recomendação é de que a educação deve enfatizar a importância da prevenção e do enfrentamento da guerra, da agressão e de todas as formas de violência e de violações dos direitos humanos, e levar cada pessoa e comunidade a compreender e assumir suas responsabilidades de manter, promover e exigir a paz. A educação também deve contribuir

¹² Declaração de Incheon e o Marco de Ação da Educação 2030 estão disponíveis em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656> Acesso em 25 fev. 2024.

para as atividades de luta contra o racismo, a xenofobia e todas as ações e ideologias que incitem o ódio, todas as formas de intolerância, discriminação e violência.

E com relação ao objetivo da educação transformadora, esta deve construir uma base sólida de letramento e numeramento¹³ e permitir o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e comportamentos, tais como:

(a) pensamento analítico e crítico: a capacidade de questionar normas, práticas e opiniões, analisar criticamente e compreender sistemas complexos e ambientes multiculturais, bem como compreender a dinâmica do poder e as interconexões entre países, populações e o ambiente natural e entre os níveis local, nacional, regional e global;

(b) habilidades de antecipação: a capacidade de agir como agentes de mudança e a capacidade de avaliar e compreender oportunidades e ameaças emergentes e futuras e de se adaptar a novas possibilidades com o objetivo de promover um futuro pacífico, justo, igualitário, equitativo, inclusivo, saudável e sustentável para todos;

(c) respeito à diversidade: a capacidade de compreender, valorizar e respeitar a dignidade e os direitos iguais de todas as pessoas, independentemente de raça, cor, descendência, sexo, idade, idioma, religião, opinião política, origem nacional, étnica ou social, condição econômica ou social de nascimento ou deficiência e quaisquer outros motivos, bem como suas necessidades, perspectivas e ações pacíficas, valorizando seus diversos sistemas de conhecimento e atividades de aprendizagem;

(d) autoconsciência: a capacidade de reconhecer e refletir criticamente sobre seus valores, percepções e ações pessoais, de conhecer, valorizar e estar em paz consigo mesmo, compreender e administrar emoções, sentir e demonstrar empatia e respeito pelos outros e pelo seu papel na comunidade local, nacional, regional e global;

(e) senso de conexão e pertencimento a uma humanidade comum e diversa e ao planeta Terra: entender a humanidade como uma comunidade global que compartilha a responsabilidade por um planeta saudável e por respeitar as necessidades e os direitos uns dos outros, de outros seres vivos e da própria natureza;

(f) empoderamento, ação e resiliência: a motivação, a confiança e a capacidade de agir e responder de forma eficaz, proativa, consciente e responsável aos desafios em nível local, nacional, regional e global, sendo capaz de lidar com riscos, conflitos de objetivos e incertezas;

(g) habilidades de tomada de decisão: a capacidade de avaliar o impacto das ações e tomar decisões usando as informações disponíveis de fontes diversas e confiáveis;

(h) habilidades colaborativas: a capacidade de comunicar sentimentos e opiniões de forma eficaz e construtiva e de se envolver em interações colaborativas, planejamento participativo e solução compartilhada de problemas, marcada por um comportamento responsável e respeitoso;

¹³ Numeramento ou letramento matemático trata das relações dos conhecimentos matemáticos com as práticas sociais. Para mais sobre o conceito, vide verbete “numeramento” disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/numeramento> Acesso em 25 fev.2024

(i) habilidades adaptativas e criativas: a capacidade de adaptar-se, envolver-se, criar, inovar e prosperar em um ambiente de rápida evolução e em contextos diversos e mutáveis, de modo que novas ideias possam ser transformadas em ações;

(j) habilidades de cidadania: a capacidade de agir de forma ética e responsável e de participar plenamente da vida cívica e social, em uma era digital e em um contexto local, nacional e global;

(k) habilidades pacíficas de resolução e transformação de conflitos: capacidade de lidar com conflitos e contribuir para a prevenção, mediação e resolução de conflitos de forma pacífica, construtiva e negociada, e encerrar ciclos de violência e hostilidade;

(l) literacia midiática e informacional, comunicação e habilidades digitais: a capacidade de pesquisar, acessar, avaliar criticamente, produzir, usar e disseminar eticamente informações e conhecimentos por meio de vários canais e tecnologias. Isso também implica ser resiliente, ter a capacidade de detectar e combater a desinformação e a informação incorreta, o discurso de ódio, todas as formas de violência, inclusive a violência de gênero, o conteúdo nocivo e o abuso e a exploração on-line, compreender os próprios direitos e responsabilidades on-line e off-line e envolver-se em ambientes digitais de forma segura, eficaz, criteriosa e respeitosa, que aumente a segurança digital e proteja a privacidade.

III Escopo

O escopo da Recomendação se aplica a todo ciclo de vida de forma equitativa e inclusiva e, como tal, abrange atividades educacionais: (a) para todas as pessoas; (b) realizadas em todos os contextos e em ambientes formais, não formais e informais; (c) usando diferentes modalidades e pedagogias; e (d) em todos os níveis e de todos os tipos e disposições, inclusive por meio de apoio de várias partes interessadas e outros tipos de parcerias.

IV Princípios Orientadores

Os princípios orientadores da Recomendação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável são:

(a) reconhecer que a educação de qualidade é um bem público e comum, que deve ser acessível a todos;

(b) fundamentada em direitos e obrigações correspondentes, consagrados no direito internacional e no direito internacional dos direitos humanos, incluindo todos os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, e o direito ao desenvolvimento, e operacionalmente direcionada à promoção e proteção dos direitos humanos;

(c) independentemente de raça, cor, descendência, sexo, idade, idioma, religião, opinião política, origem nacional, étnica ou social, condição econômica ou social de nascimento ou deficiência e quaisquer outros motivos, garantir a não discriminação, a inclusão e a equidade na educação e por meio dela, conforme prescrito pela legislação internacional de direitos humanos, ao mesmo tempo em que capacita os alunos como detentores de direitos;

(d) promover uma ética de cuidado e solidariedade por meio do cultivo da reciprocidade e da compaixão, com o objetivo de incentivar relações de convívio, vizinhança e senso de pertencimento;



(e) promover a igualdade de gênero na educação e por meio dela. Isso é fundamental para a realização do direito à educação para todos e para o empoderamento de mulheres e meninas;

(f) reconhecer que todos têm o direito à educação e devem ter acesso equitativo a uma educação inclusiva e de qualidade que respeite sua identidade e incentive o conhecimento de sua história, tradições, idioma e cultura, bem como a de outras pessoas, sem discriminação de qualquer tipo. Conforme declarado na Declaração Universal da UNESCO sobre Diversidade Cultural, a defesa da diversidade cultural "implica um compromisso com os direitos humanos e as liberdades fundamentais [...]. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para infringir os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance";

(g) assegurar que a segurança, a saúde e o bem-estar de todos os alunos, professores e funcionários da educação sejam protegidos e promovidos;

(h) reconhecer a educação e o aprendizado como um processo contínuo, vitalício, holístico, humanístico e transformador;

(i) reconhecer, valorizar e promover a conscientização entre todos os formuladores de políticas educacionais, líderes educacionais, professores e funcionários da educação de que todos os alunos, sem discriminação, criam e cocriam conhecimento ativamente;

(j) garantir a liberdade de pensamento, consciência, crença e religião, bem como a liberdade de expressão e opinião, o que inclui a garantia do direito de buscar, receber e transmitir informações e ideias, em todas as formas e em todas as mídias, ao mesmo tempo em que proíbe qualquer defesa do ódio por qualquer motivo que constitua incitação à discriminação

ou à violência, conforme estabelecido na legislação internacional relevante sobre direitos humanos;

(k) incentivar, capacitar e apoiar a disposição e desenvolver a capacidade dos indivíduos de se envolverem proativamente na solução de problemas em nível comunitário, local, nacional, regional e global, especialmente por meio do uso ético e responsável das tecnologias atuais e futuras;

(l) possibilitar uma perspectiva internacional e global na educação, destacando as interconexões entre o local e o global;

(m) promover o diálogo intercultural e intergeracional para a cooperação e a solidariedade e reforçar a comunicação eficaz para ajudar a desenvolver relações amistosas entre os povos, as sociedades e os países;

(n) aumentar a conscientização sobre a crescente interdependência de indivíduos, comunidades, sociedades, países, recursos naturais e ecossistemas, e cultivar uma ética de cidadania global e responsabilidade compartilhada pela paz, direitos humanos e desenvolvimento sustentável para o benefício de todos, dentro dos limites do planeta.

V - Áreas de Ação

A quinta seção da Recomendação trata das áreas de ação para a implementação da Recomendação de acordo com os objetivos e alinhados aos princípios orientadores. A primeira área se dedica a orientações para o sistema como um todo para leis, políticas e estratégias; governança, prestação de contas/responsabilidade financeira e parcerias, currículo e pedagogia, monitoramento e avaliação, materiais e recursos de ensino e aprendizagem, ambientes de aprendizagem e desenvolvimento de professores e equipe de educação. A segunda parte é específica por nível e tipo de educação que envolve todo o ciclo de vida desde a primeira infância até a educação de adultos, incluindo não somente o ambiente escolar, mas todos os espaços formais, não-formais e informais, incluindo educação e ensino técnico e vocacional.

O folheto informativo preparado pela UNESCO sobre a Recomendação dá exemplos práticos quanto a ações que podem ser realizadas:

(a) garantir que os livros didáticos sejam antirracistas e verificados quanto a preconceitos e estereótipos;

(b) incorporar a cultura e as artes nas práticas educacionais para uma melhor compreensão do patrimônio cultural;

(c) integração de perspectivas múltiplas e diversas no ensino de história;

(d) garantir a liberdade de expressão e opinião dos professores e seu acesso à informação;

(e) desenvolver sistemas e ambientes de aprendizado digital seguros e inclusivos;

(f) acompanhamento de ferramentas digitais por meio de medidas de proteção de dados pessoais e confidenciais;

(g) garantir que as avaliações sejam acessíveis e adaptadas às necessidades individuais, inclusivas e livres de preconceitos;

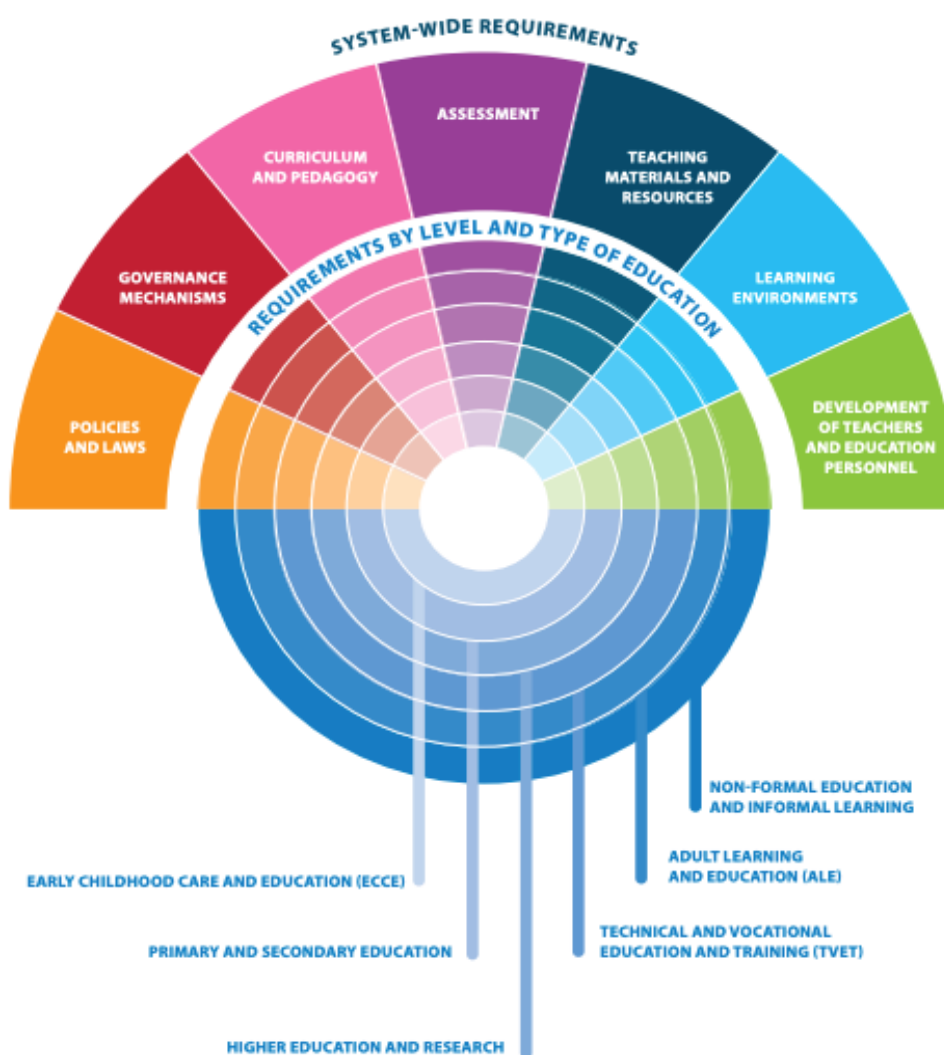
(h) fortalecimento dos sistemas escolares para promover a saúde física e mental e bem-estar;

(i) usar o ar livre como espaço de aprendizado para ensinar sobre sustentabilidade e mudanças climáticas;

(j) financiamento de programas educacionais que promovam a cidadania global e o desenvolvimento sustentável;

(k) investir na infraestrutura escolar para melhorar a sustentabilidade e se preparar para os impactos da mudança climática.

Figura 2 Áreas de ação da Recomendação



Fonte: UNESCO

VI – Acompanhamento e Revisão

A seção visa o acompanhamento e revisão da Recomendação que será feita a cada quatro anos por meio de consulta global e relatórios de implementação. As orientações para os Estados-Membros para acompanhar a implementação da Recomendação destacando a

importância de envolver uma variedade de atores da sociedade civil no processo de elaboração do relatório.

A Recomendação quanto ao acompanhamento e revisão trata de processo transparente, participativo, com amplo engajamento por parte da população, não somente envolvendo os governos e áreas técnicas.

VII - Promoção

Por fim, a última seção trata da promoção da Recomendação para que os Estados Membros e todas as outras partes interessadas devam respeitar, promover e proteger os valores, princípios e padrões relacionados a esta Recomendação e tomar todas as medidas possíveis para implementá-la; incentivam que cooperem entre si por meio de uma abordagem intergovernamental e com todas as partes interessadas relevantes, tanto nacional quanto internacionalmente, com o apoio dos programas e redes relevantes da UNESCO, como as redes UNESCO Chairs e UNITWIN, e a Rede de Escolas Associadas da UNESCO (ASPnet) e a divulgação da Recomendação por parte da UNESCO por todos os meios disponíveis.

Convite à esperança para dias melhores

Após 50 anos da adoção da Recomendação sobre Educação (1974), a Recomendação sobre Educação para a Paz e os Direitos Humanos, Compreensão Internacional, Cooperação, Liberdades Fundamentais, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável, adotada na 42ª Conferência Geral da UNESCO, em novembro passado, traz a educação em uma proposta holística, multidisciplinar e transversal, para ser aplicada para além do ambiente escolar, abrangendo todo o ciclo de vida do ser humano que está em constante aprendizagem, visando a transformação e preparação para todos os tipos de situações e complexidades. Nesse sentido, podemos enxergar a educação em sua essência, a de ter total capacidade de transformar o comportamento do ser humano e a de construir espaços saudáveis, inclusivos, equitativos, como um convite à esperança em dias melhores.

"América en el Centro": o Novo Programa Regional do BID

"América en el Centro": the IDB New Regional Program

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to show the new IDB program, entitled "América en el Centro", launched during the thirty-seventh meeting between the member governors of the Central American countries.*

Keywords: *IDB 1. Latin America 2. Central America 3. New Program 4.*

Resumo. O presente artigo tem o objetivo de mostrar o novo programa do BID, intitulado "América en el Centro" lançado durante o trigésimo sétimo encontro entre os governadores membros dos países da América Central.

Palavras-chave: BID 1. América Latina 2. América Central 3. Novo Programa 4.

Apresentação

Identificados os desafios que vivem os países da América Central, o BID propôs a criação de um programa que poderá ajudar estes países atuarem nas áreas complexas, buscando o desenvolvimento eficaz para trazer mudanças significativas para a população.

Anúncio do Programa "América en el Centro"

Antes da realização das Reuniões Anuais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹⁴, que acontecerá em março, foi realizado um encontro de alto nível entre a instituição e os governadores dos países membros da América Central (AC)¹⁵ em meados de fevereiro, na Guatemala. A reunião foi liderada pelo presidente do BID, Ilan Goldfajn e contou com as presenças dos ministros das Finanças e da Economia da região e dos especialistas da instituição.

Durante as sessões da reunião foram apresentados os preocupantes desafios regionais atuais e opções políticas para combatê-los. Foram discutidas as áreas prioritárias da região e de como o BID pode atuar com mais eficiência nos próximos anos, prestando maior apoio financeiro e técnico.

Ao falar sobre a economia da região centro-americana, o presidente analisou que há resiliência diante das dificuldades externas mescladas com "os desafios estruturais não resolvidos". Goldfajn quis dizer que, mesmo com o crescimento identificado nos últimos dez anos, os altos índices de pobreza e disparidades sociais continuam a crescer na AC. Isso é devido a região ser fortemente dependente das poucas *commodities* que possui¹⁶, o que acaba

¹⁴ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-idb-invest-hold-annual-meetings-dominican-republic-march-6-10>

¹⁵ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-its-governors-central-america-and-dominican-republic-discuss-common-goals>

¹⁶ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/decline-exports-latin-america-and-caribbean-softens>

fortalecendo a estagnação da produtividade. Outro ponto identificado é o baixo investimento em infraestrutura.

Para o presidente do BID, os países centro-americanos assim como o restante da América Latina e Caribe (ALC) “são agora parte da solução para os problemas do mundo”¹⁷, pois a região traz consigo uma gama de oportunidades em áreas com alta demanda atualmente (fontes de energia renovável, diversidade, alterações climáticas e capital estrangeiro direto).

Retratadas as questões, o BID anunciou a criação do programa "América en el Centro". O programa surgiu através de uma solicitação dos governadores dos países membros e este foi apresentado aos mais importantes economistas da região. Com o objetivo de encarar os desafios que foram identificados na reunião, o programa possui três alvos a serem trabalhados: aumentar a produtividade e a integração econômica, construção no desenvolvimento social para a juventude e apoiar a adaptação climática. De acordo com o BID, para este programa alcançar os resultados esperados, se faz necessária a vinda de recursos do setor privado e de outros doadores e a formação de um corpo técnico que possa supervisionar se as ações têm conexão com os objetivos do programa.

As Ações do BID na América Central

De acordo com o BID, no ano de 2023, o financiamento para os países da AC chegou a US\$ 4,7 bilhões para os setores público e privado. Isso resultou para estes países melhorias nos serviços públicos, na segurança, na educação, na resiliência climática e na economia, ajudando a integração regional.

Foram realizados investimentos e mobilização de recursos através do setor privado, com o apoio do BID Invest. Áreas como negócios, turismo, comércio exterior e conectividade digital receberam bastante atenção, pois são consideradas em expansão. A atuação do BID Lab concentrou-se no último ano apoiar a inclusão financeira aos mais vulneráveis, promovendo tecnologias e inovações no setor da saúde e técnicas empresariais voltadas para o meio ambiente.

Considerações finais

Um projeto disposto a contribuir para o desenvolvimento de uma região ou um país é sempre bem-vindo. Organizações como o BID precisam estar presentes para ajudar a diminuir as distâncias econômicas, estruturais e sociais.

Entretanto, as expectativas das ações precisam vir também dos responsáveis políticos, pois de nada adiantará se estes não estiverem comprometidos com a ideia de desenvolver. Se não forem responsáveis, acabarão dificultando a trajetória da população, que anseia por evolução em mitigar as questões desafiadoras.

Com a chegada das Reuniões Anuais do BID, certamente os recursos para este projeto se tornarão realidade. O desejo é de que, os responsáveis políticos façam um bom proveito desse dinheiro, investindo corretamente nas áreas identificadas como críticas, criando as oportunidades para ampliar gradualmente o desenvolvimento.

¹⁷ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/37th-meeting-governors-central-american-isthmus-and-dominican-republic-guatemala>

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] 37th Meeting of Governors of the Central American Isthmus and the Dominican Republic in Guatemala [acesso em: 24 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/37th-meeting-governors-central-american-isthmus-and-dominican-republic-guatemala>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Decline in Exports from Latin America and the Caribbean Softens [acesso em: 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/decline-exports-latin-america-and-caribbean-softens>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and Its Governors for Central America and Dominican Republic Discuss Common Goals [acesso em: 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-its-governors-central-america-and-dominican-republic-discuss-common-goals>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and IDB Invest to Hold Annual Meetings in Dominican Republic, March 6-10 [acesso em: 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-idb-invest-hold-annual-meetings-dominican-republic-march-6-10>

13ª Conferência Ministerial da OMC: O que está em jogo?

13th WTO Ministerial Conference: What is at stake?

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *The 13th Ministerial Conference (MC13) of the World Trade Organisation is set to occur from the 26th to the 29th of February in Abu Dhabi. The pivotal role of the World Trade Organisation within the multilateral framework and the pressing need to revigorate its dispute settlement mechanism are key focal points for numerous nations. Ahead of MC13, Brazil and 121 other countries have concluded the Agreement on Investment Facilitation for Development, aimed at streamlining procedures among signatory states. Timor-Leste, which submitted its application for WTO membership in 2016, is poised to attain full membership in the Organisation come February 2024.*

Keywords: *WTO; Ministerial Conference; intellectual property; Investment Facilitation; Timor-Leste*

Resumo. A 13ª Conferência Ministerial (MC13) da Organização Mundial do Comércio acontece de 26 a 29 de fevereiro, em Abu Dhabi. A centralidade da Organização Mundial do Comércio no sistema multilateral e a urgência do restabelecimento do seu sistema de solução de controvérsias são pontos cruciais para diversos países. Uma OMC mais ágil e responsiva aos desafios atuais globais além de outros temas como a mudança climática, a reforma agrícola e a segurança alimentar são elementos constantes no posicionamento brasileiro. Às vésperas da MC13, o Brasil e outros 121 países finalizaram o Acordo sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento, que visa simplificar operações entre os membros signatários. Timor-Leste, que formalizou o pedido de adesão à OMC em 2016, se torna membro pleno da Organização em fevereiro de 2024.

Palavras-chave: OMC; Conferência Ministerial; propriedade intelectual; facilitação de investimentos; Timor Leste

A 13ª Conferência Ministerial da OMC

Às vésperas da 13ª Conferência Ministerial (MC13) da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), que acontece de 26 a 29 de fevereiro, em Abu Dhabi, DG Okonjo-Iweala, declara em reunião especial do Conselho Geral: "Nós vamos conseguir". Ao mesmo tempo em que reconhece os desafios que os membros enfrentam para garantir um pacote de resultados, procura demonstrar confiança para obter avanços. Mensagem semelhante foi feita por Dr. Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, Ministro de Estado do Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos e Presidente do MC13, que incentivou os países a continuar trabalhando para reduzir suas diferenças antes da Conferência: "No atual contexto internacional, com desafios e incertezas consideráveis, é fundamental receber os ministros na Conferência com algumas notícias positivas" (...) "Precisamos mostrar a eles que, sim, de fato, chegar a acordos sobre questões comerciais é possível hoje." (Imagem 1) (OMCa, 2024).

Em uma reunião do Conselho para Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (*Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - TRIPS Council*) em 13 de fevereiro, os membros da OMC adotaram dois relatórios que a Presidente do Conselho, a Embaixadora Pimchanok Pitfield da Tailândia, desenvolveu para concluir o trabalho em Genebra com vista à apreciação dos ministros que se reúnem em Abu Dhabi. Os relatórios foram gerados após extensas consultas realizadas pela Embaixadora Pitfield com várias delegações e coordenadores de grupos nos meses anteriores. Ambos os documentos foram apresentados ao Conselho Geral em 14 de fevereiro, marcando a última reunião do conselho antes da MC13 (OMCb, 2024).

Os relatórios discutem duas questões principais que o Conselho vem deliberando desde a 12ª Conferência Ministerial, em junho de 2022: a possível extensão da Decisão Ministerial sobre o Acordo TRIPS para abranger a terapêutica e o diagnóstico da COVID-19, e o trabalho em andamento e futuro do Conselho descrito nos parágrafos 23¹⁸-24¹⁹ da [Declaração Ministerial sobre a resposta da OMC à pandemia da COVID-19 e a preparação para futuras pandemias](#) (*Ministerial Declaration on the WTO Response to the COVID-19 Pandemic and Preparedness for Future Pandemics*) (OMCb, 2024).

O primeiro relatório fornece resumo das discussões realizadas desde 2022 sobre a possível extensão da Decisão MC12 sobre o Acordo TRIPS para incluir diagnósticos e terapias para a COVID-19. Ele reconhece os esforços dos membros para apoiar encaminhamentos baseados em fatos e evidências. No entanto, também observa que, apesar desses esforços, não foi possível chegar a consenso sobre a extensão. O texto destaca as áreas de interesse dos membros com relação à propriedade intelectual, com foco no licenciamento voluntário, na transferência de tecnologia, na função do Pool de Patentes de Medicamentos (*Medicines Patent Pool - MPP*), nas restrições geográficas às licenças e na operação do Artigo 31(f) do Acordo TRIPS. (OMCb, 2024).

O segundo relatório afirma que o Conselho do TRIPS prosseguirá com seu trabalho de acordo com as diretrizes descritas na Declaração Ministerial da MC12. Isso envolve a revisão e o aprendizado com as lições e os desafios encontrados durante a pandemia da COVID-19 e a elaboração de soluções eficientes para possíveis pandemias futuras (OMCb, 2024).

¹⁸ 23. We underscore the importance of understanding how WTO rules have supported Members during the COVID-19 pandemic, and their role in future pandemics. We affirm the need to review and build on all the lessons learned and the challenges experienced during the COVID-19 pandemic, to build effective solutions in case of future pandemics including on balance of payments, development, export restrictions, food security, intellectual property, regulatory cooperation, services, tariff classification, technology transfer, trade facilitation, and transparency, in an expeditious manner.

¹⁹ 24. Relevant WTO bodies¹ will, within their fields of competence, and on the basis of proposals by Members, continue or initiate work as soon as possible, to analyze lessons that have been learned and challenges experienced during the COVID-19 pandemic. A stocktaking exercise will be taken of the work by WTO bodies under this declaration yearly at the General Council until the end of 2024, based on the reports of those relevant bodies.

Imagem 1 – Reunião do Conselho Geral da OMC



Fonte: OMC

Documento “Acompanhamento da Declaração Ministerial sobre a Resposta da OMC à Pandemia da COVID-19 e a Preparação para Pandemias Futuras” (WT/MIN(24)/8)

Na Décima Segunda Sessão da Conferência Ministerial da OMC, os Ministros aprovaram uma Declaração sobre a Resposta da OMC à Pandemia da COVID-19 e a Preparação para Pandemias Futuras (“Declaration on the WTO Response to the COVID-19 Pandemic and Preparedness for Future Pandemic”), enfatizando no Parágrafo 23 a importância de avaliar como os regulamentos da OMC apoiaram os Estados Membros durante a crise da COVID-19 e sua aplicabilidade em futuras pandemias. Eles enfatizaram o imperativo de avaliar e capitalizar rapidamente as lições aprendidas e os desafios encontrados durante a pandemia, especialmente em áreas como balanço de pagamentos, desenvolvimento, restrições à exportação, segurança alimentar, propriedade intelectual, cooperação regulatória, serviços, classificação tarifária, transferência de tecnologia, facilitação do comércio e transparência. Além disso, o parágrafo 24 da Declaração orientou os órgãos relevantes da OMC a trabalharem prontamente dentro de seus mandatos, com base nas propostas dos membros, para examinar as lições da experiência da COVID-19. Esses órgãos abrangem o Conselho de Comércio de Bens e seus órgãos subsidiários, o Órgão de Revisão da Política Comercial, o Conselho de Comércio de Serviços, o Conselho de Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, o Comitê de Comércio e Desenvolvimento e vários grupos de trabalho. Além disso, os Ministros mandataram o Conselho Geral para realizar exercícios anuais de balanço sobre o progresso desse trabalho até a conclusão de 2024, utilizando relatórios dos órgãos relevantes, com o balanço inaugural que ocorreu em julho de 2023.

Finalização do Acordo de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento

Às vésperas da MC13, em Abu Dhabi, o Brasil e outros 121 países finalizaram o Acordo sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (Investment Facilitation for Development - IFID, na sigla em inglês), que visa simplificar operações entre os membros signatários, conferindo previsibilidade a investidores e promovendo conduta empresarial

responsável nas operações internacionais. De acordo com a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres: “Há muito valor no estabelecimento de padrões globais mínimos para transparência, simplificação e facilitação de investimentos, além de prevenção de disputas”. A nota do MDIC informa que: o acordo vem sendo negociado desde 2017, com forte atuação do Brasil, que possui reconhecida experiência nessa área e é ator-chave na formulação de propostas e nas negociações na OMC. Desde 2012, o Brasil conclui Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) em nível bilateral e regional. Na reunião, os ministros emitiram documento solicitando que a MC13 incorpore o Acordo IFD ao Anexo 4 do Acordo de Marrakesh que estabelece a OMC. (Imagem 2) (Imagem 3) (MDIC, 2024).

Imagem 2 – Alckmin celebra assinatura do Acordo



Geraldo Alckmin 🇧🇷 🗨️ @geraldoal... · 1h ...

O Brasil e outros 122 membros da OMC adotaram hoje um importante acordo para simplificar operações e facilitar investimentos entre as economias signatárias. Uma grande conquista do governo do presidente @LulaOficial, com potencial de alavancar nosso PIB em mais de 2% em cinco... [Mostrar mais](#)



Fonte: MDIC Twitter

Imagem 3 – Finalização do Acordo IFID



Fonte: OMC

Adesão de Timor-Leste à OMC

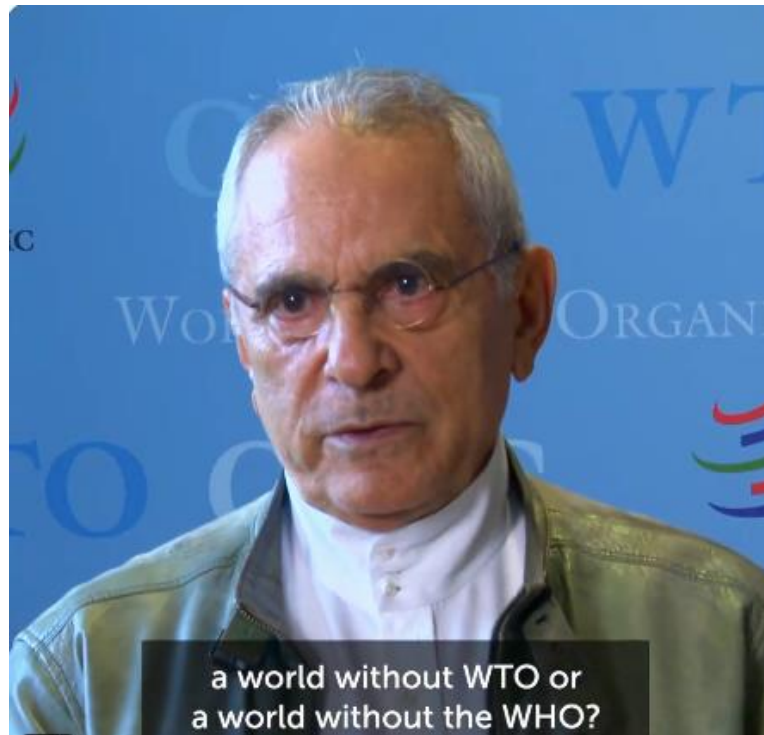
Timor-Leste, que formalizou o pedido de adesão à OMC em 2016, se torna membro pleno da Organização em fevereiro de 2024, informa nota do Parlamento Nacional, que também destacou audiência no Parlamento com a Diretora da Divisão de Adesão à Organização Mundial do Comércio, Maika Oshikawa, acompanhada pela Embaixadora de *Timor-Leste* em Genebra, Sra. Maria Lourdes Bessa, no dia 25 de janeiro de 2024 (Imagem 4) (Parlamento Nacional, 2024). Em [vídeo](#) publicado pela OMC na rede Twitter, em 27 de janeiro, o Presidente José Ramos Horta destaca a importância do comércio e do multilateralismo, da integração à economia global e o contexto de adesão de Timor-Leste à Organização (Imagem 5).

Imagem 4 – Reunião no Parlamento Nacional



Fonte: Twitter

Imagem 5 - Presidente de Timor-Leste, José Ramos-Horta



Fonte: OMC Twitter

Considerações finais

Entre as décadas de 1980 e 1990, muitos defendiam que a liberdade econômica e o comércio global seriam as chaves para a prosperidade e a redução da pobreza. Nesse contexto, a criação da OMC seria o braço regulatório internacional a desempenhar papel de esteio na liberalização econômica. No entanto, a realidade contemporânea revelou uma série de desafios que testam essa premissa. As tensões geopolíticas, conflitos armados, a proliferação de acordos multilaterais e bilaterais, incertezas políticas decorrentes do surgimento de movimentos de extrema direita, mudanças climáticas, os desafios impostos pela era digital e inteligência artificial, o avanço tecnológico liderado pela China, além da demanda por participação decisória mais ampla de países de média e baixa renda, têm exigido reposicionamento das organizações multilaterais, incluindo a OMC. Diante desse cenário complexo, a modernização das regras de cooperação multilateral e o fortalecimento institucional parece premente para a própria sobrevivência da Organização e para o enfrentamento a esse conjunto complexo de desafios do século XXI. É esse contexto que permeia as negociações na MC13.

Tal visão transparece em recente fala do Ministro Mauro Vieira por ocasião da reunião de ministros das Relações Exteriores do G20: “Na sessão de hoje pela manhã, tratou-se da reforma da governança global, que para o Brasil é urgente e prioritária. Todos concordaram quanto ao fato de que as principais instituições multilaterais – ONU, Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, entre outras – precisam de reforma para se adaptarem aos desafios do mundo atual. (...) A centralidade da Organização Mundial do Comércio e a urgência do restabelecimento do seu sistema de solução de controvérsias também foi mencionada em diversos discursos.”. Uma OMC mais ágil e responsiva aos desafios atuais globais e o bom funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias têm sido elementos

constantes no posicionamento brasileiro, além de outros temas como a mudança climática, a reforma agrícola e a segurança alimentar (MRE, 2024).

Em 2022, na MC12, a OMC aprovou o pacote de Genebra, que incluía um acordo histórico que visa salvaguardar os oceanos por meio da redução de subsídios prejudiciais à pesca e uma decisão sobre propriedade intelectual com foco na pandemia da COVID-19. A decisão sobre patentes e outros ativos intangíveis não gerou frutos práticos, como já analisamos em outros informes. Apesar deste resultado, a OMC é organização-chave para lidar com a interface entre saúde e questões comerciais. No entanto, à medida que nos afastamos da fase crítica da gravíssima crise sanitária, observamos que o tema saúde perde potência na agenda da Conferência Ministerial. Essa tendência representa um desafio, considerando que o surgimento de novas crises de saúde, incluindo possíveis pandemias, é uma realidade iminente. Como o sistema multilateral de comércio pretende se preparar para futuros enfrentamentos no campo da saúde? Ou, mais uma vez, teremos de nos contentar com soluções de baixa eficácia? A reforma da OMC parece ser uma grande oportunidade para propostas e soluções.

Referências

- 1.OMCa. DG Okonjo-Iweala on MC13: “We are going to get it done”. 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/gc_14feb24_e.htm
- 2.OMCb. TRIPS Council finalizes preparations for MC13. 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/trip_13feb24_e.htm
- 3.MDIC. Brasil e outros 121 países fecham acordo para aumentar investimentos estrangeiros. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/brasil-e-outros-121-paises-fecham-acordo-para-aumentar-investimentos-estrangeiros>
- 4.MRE. Declaração à imprensa do Ministro Mauro Vieira por ocasião da reunião de ministros das Relações Exteriores do G20 – Rio de Janeiro, 22 de fevereiro. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/declaracao-a-imprensa-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-g20-2013-rio-de-janeiro-22-de-fevereiro>

"Outro mundo é possível": o desafio é construí-lo

Patrícia Lewis Carpio, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza

Resumo: O informe dessa quinzena abrange as manifestações de 37 das 50 organizações monitoradas. Destacaram-se dois eventos globais: o Fórum Social Mundial 2024, realizado em Katmandu-Nepal, e o seminário promovido pelo BRICS Policy Center para discutir a participação da Sociedade Civil (C20) no âmbito das atividades do G20. O Fórum Social Mundial discutiu diversos temas que impactam a saúde global, como os conflitos violentos, a crise climática, as desigualdades sociais e, com especial atenção, o avanço da extrema-direita em todo o mundo. O evento promovido pelo BRICS Policy Center destacou os desafios para uma efetiva participação da sociedade civil no âmbito do G20: o alinhamento de propostas coletivas com maiores chances de serem incorporadas ao documento final da cúpula, a importância da abordagem internacional e o monitoramento das recomendações aprovadas. Além desses eventos, o presente informe registra as manifestações das OSC de interesse público que abordaram as guerras em curso no mundo, com ênfase nos conflitos na Faixa de Gaza e na Ucrânia. Foi destacada a decisão da Corte Internacional de Justiça, ordenando medidas urgentes para prevenir o genocídio do povo palestino. A crise climática permaneceu como tema importante, com implicações nos campos da saúde, crise alimentar e dependência de combustíveis fósseis. Por sua vez, as organizações de interesse privado concentraram-se nos temas de pesquisa e desenvolvimento, com atenção especial para sistemas alimentares, saúde de populações vulneráveis e novos testes diagnósticos. Essas OSC levantaram ainda a relevante questão das desigualdades raciais nos contextos de pesquisa. É notável, porém, que não tenham se manifestado sobre as guerras em andamento e seus impactos nas diversas crises.

Introdução

Nesta quinzena, destacaram-se dois eventos mundiais que tratam temas relevantes e desafiadores para o contexto atual, reunindo inúmeras organizações da sociedade civil como protagonistas de debates, discussões e construção de alternativas. Uma delas foi o Fórum Social Mundial, reunido no Nepal, onde foram abordadas questões como o conflito em Gaza, migrações, gênero, trabalho, crise climática, entre outros, visando encontrar alternativas ao cenário de guerras, destruição e desesperança. Outro evento relevante foi "O G20 e a sociedade civil", realizado pelo BRICS Policy Centre, onde foram detalhados os procedimentos de participação da sociedade civil na cúpula de chefes de Estado a ser realizada em novembro no Brasil assim como as questões mais relevantes para a construção da agenda do G20.

No presente informe, também foram registradas as manifestações de 37 das 50 organizações monitoradas, incluindo tanto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quanto as de Interesse Privado. O conflito em Gaza continua sendo o principal tema das manifestações, destacando-se as denúncias de várias OSC diante das atrocidades cometidas

contra o povo palestino. A guerra na Ucrânia também foi um assunto destacado. No momento em que se completam dois anos da invasão russa no dia 24 de fevereiro, algumas OSC manifestaram seu repúdio e publicaram relatórios sobre o conflito.

O aquecimento global, a crise climática e o meio ambiente foram outros assuntos muito discutidos pelas organizações da sociedade civil, ressaltando-se o impacto da crise ambiental na saúde de populações vulnerabilizadas. O desmatamento da Amazônia, o uso de agrotóxicos e os efeitos na saúde das pessoas e as relações diretas entre mudança climática e migração forçada foram outros assuntos bastante presentes nas manifestações de muitas OSC.

Com menor número de menções, diversas outras temáticas foram levantadas pelas organizações da sociedade civil, mostrando o grande desafio que é a Saúde Global hoje, tendo sido objetos de manifestações: o controle do tabaco, a insegurança alimentar, a propriedade intelectual, doenças infecciosas (em especial, o HIV/aids) e vacinação, doenças crônicas, direitos humanos e direitos LGBTQIA, Dia Mundial da Justiça Social, direitos dos idosos, violência familiar, saúde mental, Regulamento Sanitário Internacional, proteção de profissionais da saúde, mutilação genital feminina, saúde auditiva, entre outros.

As organizações da sociedade civil de interesse privado, em particular, se manifestaram sobre desenvolvimento científico e pesquisa, o impacto das práticas agrícolas na saúde das populações e doenças relacionadas à dieta. Outras temáticas relevantes para a saúde global que também tiveram destaque foram o combate à pobreza, a democracia, as mudanças climáticas, testes diagnósticos, fornecimento de oxigênio a países de baixa renda e a vacinação HIV.

GRANDES EVENTOS INTERNACIONAIS

Fórum Social Mundial

O [Fórum Social Mundial](#), realizado em Katmandu-Nepal, reuniu ativistas de mais de 90 países que discutiram a justiça climática, as desigualdades sociais e o conflito na Faixa de Gaza. Com o lema "Um outro mundo é possível", o evento defendeu um desenvolvimento social inclusivo, destacando a resistência global ao capitalismo neoliberal. Durante quatro dias, os participantes discutiram questões relevantes e desafiadoras no contexto atual como desigualdade e justiça econômica; trabalho, migração, escravidão moderna e tráfico; discriminação baseada no trabalho e descendência, casta, raça, etnia, povos indígenas, xenofobia e outras formas de discriminação; identidade, gênero, sexualidade e violências baseadas no gênero; terra, agricultura, soberania alimentar, agroecologia, energia e recursos naturais; paz, conflito, guerra, ocupações, deslocamento e segurança; educação, arte e cultura; comunicação redes digitais e mídia; democracia, direitos humanos, autoritarismo, direito e justiça; saúde, proteção social e equidade; justiça climática, ecologia, transições justas, habitat e desenvolvimento sustentável; mulheres, crianças, jovens, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; movimentos sociais, espaço cívico e futuro do Fórum Social Mundial.²⁰

Avaliações críticas do Fórum Social Mundial, como as de Eric Toussaint, fundador e porta-voz do Comitê para a Abolição das Dívidas Ilegítimas²¹, e de Liszt Vieira, que coordenou o

²⁰ Agência Brasil. Agência Brasil [Internet]. Crise climática e desigualdade social marcam debate de Fórum Social; 2024 [citado 22 fev 2024]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/crise-climatica-e-desigualdade-social-marcam-abertura-de-forum-social>

²¹ <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/forum-social-mundial-o-que-sugere-a-viagem-ao-nepal/>

Fórum Global da Conferência Rio 92²², destacam que os encontros do Fórum têm mobilizado a sociedade civil nas regiões em que se realiza, mas não têm tido uma participação efetivamente mundial. Enquanto Toussaint sugere que as organizações da sociedade civil que compõem o FSM busquem a aproximação com partidos políticos progressistas – modificando sua Carta de Princípios, aprovada em 2001 – para fazer frente ao avanço da extrema-direita em todo o mundo, Vieira propõe tornar deliberativo os encontros do FSM que deixariam de ser apenas espaços de debate, tornando-se fóruns para definição de agendas comuns de mobilização. Vieira acrescenta que é importante construir uma agenda comum que articule as lutas de classe com as lutas ecológicas e identitárias.

Organizações da Sociedade Civil no G20 (C20)

As Organizações da Sociedade Civil e os movimentos sociais de diferentes países do mundo podem propor, formalmente, recomendações para incorporar o documento final apresentado na cúpula do G20. Para tanto, precisam participar do grupo de engajamento denominado C20 - Civil Society 20. Os [grupos de engajamento](#) “envolvem diferentes atores da sociedade para promover uma discussão mais ampla e diversificada”²³ com o objetivo influenciar as decisões do G20²⁴.

O C20 existe desde 2013, a cada ano sendo presidido por Organizações da Sociedade Civil de um país, de acordo com a agenda do G20, e tem produzido recomendações que buscam proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento social e econômico, além de direitos humanos visando não deixar ninguém para trás. Tem como princípios: transparência, independência, colaboração, direitos humanos, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, inclusão, continuidade e previsibilidade²⁵.

No dia 23 de fevereiro de 2024, o BRICS Policy Center²⁶ realizou o evento “O G20 e a sociedade civil”. O evento teve início com a apresentação do [presidente do C20](#) sobre a história de participação das Organizações da Sociedade Civil ao longo das edições do G20. Também foram apresentados alguns desafios do C20 para esta edição que acontece no Brasil. Entre os desafios foram destacados: i) o alinhamento entre grupos de engajamento a fim de produzir propostas coletivas e efetivas, que tenham maiores chances de serem incorporadas ao documento final da cúpula; ii) a produção de propostas com questões de importância internacional sem que estas se sobreponham às questões nacionais; iii) o monitoramento das recomendações aprovadas, uma vez que as propostas do G20 não são vinculantes e não há um mecanismo estabelecido de transparência e prestação de contas dos compromissos assumidos.

Foi destacada ainda a entrada do antirracismo como tema transversal, como um importante diferencial do Brasil, país que tem a segunda maior população negra no mundo. O tema também configura entre as preocupações sobre o legado que o Brasil deixará, em especial porque a próxima presidência do C20, em 2025, será assumida pela África do Sul.

²² <https://www.brasil247.com/blog/forum-social-mundial-morte-e-ressurreicao>

²³ Garcia, AES., Fernández, M. Caderno para entender o G20. ISSN: 2357-7681Rio de Janeiro, PUC, BRICS Policy Center, 23.02.2024. Disponível em <https://bricspolicycenter.org/publicacoes/caderno-para-entender-o-g20/>

²⁴ GRUPOS de Engajamento. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/g20-social/grupos-de-engajamento>. Acesso em: 23 fev. 2024.

²⁵ C20 Brazil. Disponível em: <https://c20brasil.org/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

²⁶ BRICS POLICY Center - BRICS Policy Center. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

A autonomia de participação da sociedade civil é um princípio que foi garantido pelo Brasil, não há representantes do setor público em nenhum grupo de trabalho do C20 e não há recebimento de recurso público. Esse tema veio à baila ao ser citada a interferência do governo da Índia nos grupos de trabalho, na definição de que organizações participariam ou não e na produção das recomendações finais do C20 em 2023. Essa situação pode ocorrer, pois não há uma regulamentação sobre a participação da sociedade civil. Os países que assumem a presidência do G20 têm autonomia para organizar o G20, incluindo as possibilidades e os limites de participação da sociedade civil nacional que assume a presidência do C20 e orienta a participação das organizações nacionais e internacionais que compõem o grupo. O evento contou com cerca de 50 pessoas e foi um momento importante para o esclarecimento de dúvidas sobre o G20 e sobre como será a participação das organizações. De acordo com o presidente do C20, já havia 1.500 organizações nacionais e internacionais inscritas para participar do C20. Ao final do evento, foi lançada a publicação “[Caderno para entender o G20](#)”.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Conflitos armados no mundo

Faixa de Gaza

A World Medical Association, preocupada com a situação humanitária e de saúde pública em Gaza, reiterou seu [apelo à neutralidade médica](#) e condenou veementemente qualquer violação das leis internacionais humanitárias, exigindo a segurança de todos os civis, especialmente crianças, bem como de pessoal e instalações de saúde, assim como a libertação imediata e passagem segura dos reféns, em resposta aos relatos da séria ameaça à vida que eles enfrentam.²⁷

No dia 22 de fevereiro, o secretário-geral de MSF, Christopher Lockyear, fez um pronunciamento ao Conselho de Segurança da ONU em nome da organização e de centenas de [trabalhadores humanitários](#) pedindo um cessar fogo imediato em Gaza e denunciando os crimes contra os civis por parte de Israel, assim como a impossibilidade de manter uma atuação humanitária devido aos perigos extremos, constantes bombardeios às estruturas médicas, falta de alimentos e medicamentos.²⁸

A CARE trouxe reflexões sobre a situação precária dos palestinos na Cisjordânia e Gaza, ressaltando que as mais de 1,7 milhões de pessoas deslocadas vivem em abrigos superlotados e que muitos estão na rua em locais improvisados, carecendo de itens básicos para a sobrevivência, como: local para dormir, banheiro, água potável, comida e acesso a cuidados médicos. Alertou que a maior prioridade é o [cessar fogo imediato](#) e atendimento ao preconizado

²⁷ World Medical Association [Internet]. WMA TAKES STAND AGAINST HUMANITARIAN VIOLATIONS, CALLS FOR URGENT ACTION IN GAZA; 16 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-takes-stand-against-humanitarian-violations-calls-for-urgent-action-in-gaza/>

²⁸ MSF Brasil [Internet]. Pronunciamento do secretário-geral de MSF, Christopher Lockyear, ao Conselho de Segurança da ONU - MSF Brasil; [citado 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/pronunciamento-do-secretario-geral-de-msf-christopher-lockyear-ao-conselho-de-seguranca-da-onu/>.

no direito internacional.²⁹ Em outra postagem, a CARE chamou atenção para a situação catastrófica na cidade de Rafah considerando-a como um **futuro catastrófico**, principalmente, para mulheres e crianças³⁰.

A Human Rights Watch informou sobre a **decisão histórica da Corte Internacional de Justiça** ordenando medidas urgentes para prevenir o genocídio contra os palestinos em Gaza. Esta decisão alerta Israel e seus aliados de que ação imediata é necessária para evitar novas atrocidades contra os palestinos em Gaza.³¹

No entanto, A OXFAM lamentou que, apesar da decisão do tribunal internacional de justiça, Israel tenha tornado quase impossível para as agências entregarem alimentos e água que salvam vidas para **Gaza**.³² Por outro lado, a organização alertou que a suspensão de financiamento poderia significar o fim das operações de ajuda das Nações Unidas em **Gaza** e o colapso total da assistência aos palestinos em Gaza.³³

A OXFAM continua urgindo por ação imediata em **Gaza**, pois, apesar dos esforços para fornecer ajuda e salvar vidas, a escala da destruição e do deslocamento está tornando a resposta insuficiente, com mais de 2 milhões de pessoas em necessidade e os sistemas humanitários sobrecarregados.³⁴

Também a OXFAM chamou a atenção para a situação das pessoas deslocadas por bombardeios em **Gaza**, enfrentando o inverno sem abrigo adequado, alimentos ou água suficientes, especialmente as crianças.³⁵

Rússia - Ucrânia

A CARE denunciou em **relatório** a situação de crianças ucranianas refugiadas na Polônia acerca das barreiras linguísticas, do isolamento social e obstáculos para frequência em escolas, mesmo após dois anos do conflito Rússia X Ucrânia. Junto com outras instituições apelou ao país para assegurar o direito das crianças ucranianas à educação de qualidade, especialmente

²⁹ CARE [Internet]. CARE 5 things you should know about the lack of shelter in Gaza; 9 Feb 2024 [citado em 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/life-in-gaza-a-different-kind-of-suffering/>.

³⁰ CARE [Internet]. CARELife in Gaza: "A different kind of suffering"; 15 Feb 2024 [citado em 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/5-things-you-should-know-about-the-lack-of-shelter-in-gaza/>.

³¹ HUMAN RIGHTS WATCH. Human Rights Watch on LinkedIn: Balkees Jarrah at ICJ | Human Rights Watch | 42 comments. 26 jan. 2024. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/human-rights-watch_balkees-jarrah-at-icj-human-rights-watch-activity-7156722209498034176-lzUT/?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 22 fev. 2024.

³² Oxfam International. Twitter [Internet]. It is outrageous that despite the @CIJ_ICJ 's ruling, Israel has made it almost impossible for agencies to deliver lifesaving [Tweet]; 20 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1759956112550363540?s=20>

³³ Oxfam International. Twitter [Internet]. An end to UNRWA operations in #Gaza would mean the total collapse of aid in an already dire situation. This [Tweet]; 15 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1758040684966129778?s=20>

³⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. Despite Oxfam and partners' efforts in #Gaza, delivering life-saving aid, the scale of destruction and displacement renders our response insufficient [Tweet]; 3 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1753744471559131155?s=20>

³⁵ Oxfam. Twitter [Internet]. Most people displaced by bombing in #Gaza now face winter without proper shelter, warm clothes, or enough food and water [Tweet]; 1 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1752991374528413706?s=20>

daquelas afetadas por conflitos e deslocamentos³⁶. A instituição também lembrou o [aniversário de dois anos de guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia](#), em 24 de fevereiro, ressaltando a escalada de sofrimento e devastação, com mais de 3,3 milhões de pessoas, incluindo 800 mil crianças vivendo próximas à linha de frente do conflito. A CARE destacou que seus programas alcançaram mais de 1,2 milhões de pessoas nos últimos dois anos, centrados na habitação e no atendimento de necessidades básicas.³⁷

A Human Rights Watch divulgou descobertas sobre o devastador [ataque da Rússia a Mariupol, Ucrânia](#), entre elas o elevado número de mortes diretamente relacionadas à guerra, estimado em 8000. A organização enfatizou o imenso sofrimento civil e a necessidade urgente de atenção para evitar mais atrocidades.³⁸

A OXFAM ressaltou o mais recente [relatório](#), que aborda a adaptação dos esforços de auxílio da organização e seus colaboradores a mais de 1,88 milhões de pessoas na Ucrânia e em países vizinhos, afetadas pela escalada da guerra entre Rússia e Ucrânia desde fevereiro de 2022.³⁹

Crise humanitária

A CARE destacou que a [crise humanitária no Leste da República Democrática do Congo \(RDC\)](#) atingiu níveis críticos, resultando em mais de 200 mil deslocamentos generalizados entre crianças e mulheres, somados aos mais de 6 milhões de pessoas que encontram-se deslocadas. A instituição alega que o deslocamento de pessoas trouxe como consequência o aumento dos alimentos, por conta da oferta, agravando ainda mais a elevada taxa de desnutrição e uma maior vulnerabilidade das mulheres e crianças à violência de gênero.⁴⁰

A CARE ressaltou a situação de [desnutrição das crianças no Sudão](#) em decorrência dos conflitos que se intensificaram na região, com mais de 18 milhões de pessoas em situação de fome. Estima-se que uma criança morra a cada duas horas por desnutrição. Diante do cenário de crise humanitária, a CARE apelou aos governos e aos doadores institucionais para apoiarem a resposta humanitária que se encontra subfinanciada, conclamando por uma cessação dos conflitos, proteção das pessoas, da infraestrutura civil e dos trabalhadores humanitários⁴¹.

³⁶ CARE [Internet]. CARE Joint NGO Report Highlights Challenges Faced by Ukrainian Youth in Poland; 22 Feb 2024 [citado em 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/joint-ngo-report-highlights-challenges-faced-by-ukrainian-youth-in-poland/>.

³⁷ CARE [Internet]. CARE on the Two-Year Mark of the War in Ukraine: Life on the frontline is a Daily Lottery.; 22 Feb 2024 [citado em 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-on-the-two-year-mark-of-the-war-in-ukraine-life-on-the-frontline-is-a-daily-lottery/>.

³⁸ HUMAN RIGHTS WATCH. How Russia Devastated Mariupol, Ukraine. 9 fev. 2024a. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/how-russia-devastated-mariupol-ukraine-human-rights-watch-nlx2e/?trackingId=co7dPN+6WuRzTsg3Z1mvjg==>. Acesso em: 22 fev. 2024.

³⁹ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. The Ukraine crisis: Adapting to an evolving crisis through partnerships. | Oxfam International; 2 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/ukraine-crisis-adapting-evolving-crisis-through-partnerships>

⁴⁰ CARE [Internet]. CARE Humanitarian Crisis Escalates in Eastern Democratic Republic of Congo Due to Renewed Clashes and Flooding; 19 Feb 2024 [citado em 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/humanitarian-crisis-escalates-in-eastern-democratic-republic-of-congo-due-to-renewed-clashes-and-flooding/>.

⁴¹ CARE [Internet]. CARE Ten Months of Turmoil in Sudan: Children Battling Malnutrition as Conflict Rages; 14 Feb 2024 [citado em 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/ten-months-of-turmoil-in-sudan-children-battling-malnutrition-as-conflict-rages/>,

A CARE instou aos legisladores dos Estados Unidos da América que priorizem civis iemenitas e não aprovem legislação, [de designação terrorista](#), que pode agravar a crise humanitária no Iêmen, pois acrescentaria mais obstáculos para o acesso da população civil do país às suas necessidades básicas e de assistência à saúde. Também apelou para o governo do Iêmen para reduzir a escalada de conflitos, facilitem as ações humanitárias e priorizem o acordo de paz⁴².

A CARE lembrou a situação de milhões de pessoas na [Turquia e Síria](#) após decorridos um ano dos terremotos que ocorreram na região. Os desafios advêm da dificuldade de enfrentamento dos desafios por conta do inverno rigoroso, que aprofundam a falta de água, instalações sanitárias adequadas, além de representar riscos maiores para mulheres, crianças e idosos. Alertou que sem financiamento suficiente não haverá condições de manter a ajuda humanitária a fim de reduzir o impacto e riscos socioeconômicos associados aos terremotos que atingiram estes países e da guerra que ocorreu na Síria⁴³.

A OXFAM destacou que um ano após o terremoto na [Turquia](#) e na Síria, sua resposta alcançou mais de 2 milhões de pessoas com assistência, arrecadando mais de 50 milhões de euros para fornecer água essencial, alimentos e proteção. No entanto, persiste no esforço de fornecer a ajuda necessária.⁴⁴

Mudanças ambientais, justiça climática e saúde

A STOPAIDS divulgou uma matéria que alerta para o aumento da [propagação da malária](#) devido aos conflitos e às mudanças climáticas. Abordar simultaneamente essas crises e fortalecer os sistemas de saúde pode ser crucial para evitar que esse antigo flagelo se espalhe para novas regiões. A organização afirmou que é necessário um apoio audacioso a instituições comprovadamente eficazes, como o Global Fund, ao mesmo tempo em que se protegem os direitos humanos e se expande a transformação digital na saúde.⁴⁵

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) divulgou sua newsletter “Highlights of SHEM” de fevereiro que explora a ligação crítica entre o [meio ambiente e saúde](#), destacando o impacto dos produtos químicos e da poluição na saúde⁴⁶.

A Planetary Health Alliance anunciou o webinar “Perdas e Danos”, em que será abordada a [justiça climática](#) em toda sua complexidade, explorando soluções para todos os tipos

⁴² CARE [Internet]. NGO Statement on Humanitarian Impacts of Potential U.S. FTO Designation in Yemen; 6 Feb 2024 [citado em 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/ngo-statement-on-humanitarian-impacts-of-potential-u-s-fto-designation-in-yemen/>.

⁴³ CARE [Internet]. Türkiye and Syria: One year after the earthquakes, millions of people still face impacts amid harsh winter; 6 Feb 2024 [citado em 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/turkiye-and-syria-one-year-after-the-earthquakes-millions-of-people-still-face-impacts-amid-harsh-winter/>.

⁴⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. One year after the #TürkiyeSyriaEarthquake, Oxfam's response reached 2M+ with aid, raising over 50M EUR for essential water, food, and [Tweet]; 6 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1754763483567071302?s=20>

⁴⁵ STOPAIDS [X]. Responding to the climate crisis and conflict requires bold support for proven-effective institutions like [...]; 14 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://x.com/STOPAIDS/status/1757761217790115896?s=20>

⁴⁶ SHEM - Sustainable Health Equity Movement. Explore the critical link between our environment and health in the latest SHEM Highlights. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1760793388125741148>. Acesso em: 22 fev. 2024.

de injustiça que incluem desde locais culturais perdidos até comunidades deslocadas. Inscrições podem ser feitas aqui: <https://lnkd.in/eEi38yJT>⁴⁷

A Rotary International ressaltou a destinação de 18,4 milhões de dólares em subsídios globais para [causas ambientais nos últimos cinco anos](#), elencando algumas ações onde atuou com vistas à proteção, restauração e capacitação de comunidades para gerenciar os recursos naturais, abordando as mudanças climáticas, formas de fortalecer a resiliência dos ecossistemas e incentivando a justiça ambiental com foco na saúde ambiental pública. A perspectiva da instituição é atuar para proteger o ambiente e promover uma mudança geracional para novas iniciativas ambientais⁴⁸.

A Greenpeace destacou que a [prosperidade](#) não deve comprometer nosso planeta, e criticou o comércio de combustíveis fósseis, que beneficia principalmente o 1% mais rico. A organização mencionou a contradição na China, que busca a prosperidade comum, mas continua a permitir a exploração de carvão, ampliando a crise climática e as desigualdades.⁴⁹

A Greenpeace denunciou o envio de toneladas de [roupas usadas](#) para países africanos como Gana, onde grande parte acaba poluindo o ambiente, afetando a vida marinha e prejudicando as comunidades locais. Ativistas têm se mobilizado para devolver algumas dessas roupas às cidades europeias e protestar durante as semanas da moda.⁵⁰

A Greenpeace também destacou a oposição das comunidades sul-africanas, moçambicanas e ugandesas às atividades extrativas da Shell e da Total Energies, exigindo [reparações](#) por crises de saúde e impactos ambientais causados por esses projetos.⁵¹

A Greenpeace divulgou que as principais empresas de [petróleo e gás](#), como BP, Chevron, Equinor, Exxonmobil, Shell e Total, registraram lucros recordes de quase US\$ 140 bilhões em 2023, um ano marcado por eventos climáticos extremos e aumento dos custos de vida que afetam as economias globalmente, incluindo perdas agrícolas em países como Senegal e Gâmbia. A organização fez um apelo para que os poluidores interrompam a perfuração e contribuam para soluções climáticas, enfatizando a necessidade de responsabilidade e justiça ao redirecionar os lucros para lidar com os impactos que causam, garantindo uma transição justa para longe dos combustíveis fósseis. Além disso, sugeriu que os governos implementem políticas como impostos sobre lucros excessivos e redirecionamento de subsídios para financiar ações climáticas. Destacou também a importância do consenso internacional na COP 29 sobre o princípio do poluidor, fundamental para estabelecer metas ambiciosas de financiamento global

⁴⁷ PHA - Planetary Health Alliance. Want to understand “Loss and Damage” better? 21 fev. 2024. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1760352624837369984. Acesso em: 22 fev. 2024.

⁴⁸ Rotary International. Twitter [Internet]. We work together to protect our shared heritage; [Tweet]; fev 2024. [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1760348431514472739>.

⁴⁹ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. A future filled with prosperity doesn't have to damage the planet - Greenpeace International; 7 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65178/a-future-filled-with-prosperity-doesnt-have-to-damage-the-planet/>.

⁵⁰ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Return to sender: Why Africa doesn't need any more of your clothes - Greenpeace International; 12 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65273/return-to-sender-why-africa-doesnt-need-any-more-of-your-clothes/>.

⁵¹ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Demanding reparations: voices from the People's Health Tribunal against Shell and TotalEnergies - Greenpeace International; 15 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65304/demanding-reparations-voices-from-the-peoples-health-tribunal-against-shell-and-totalenergies/>.

para a ação climática. O Greenpeace ressaltou que a pressão pública e o ativismo global desempenham um papel crucial em pressionar os governos a responsabilizarem os poluidores, impulsionando uma mudança em direção a práticas energéticas sustentáveis e enfatizando a necessidade de uma transição rápida para fontes de energia renováveis.⁵²

A Greenpeace destacou o crescente [aquecimento global](#), que possivelmente excedeu uma média de 1,5°C acima da linha de base ao longo de um ano inteiro, conforme indicado por dados da UE. A organização enfatizou a necessidade urgente de que as ações governamentais alcancem zero emissões, instando à interrupção de novos projetos de petróleo e gás e à responsabilização dos principais poluidores. Além disso, o Greenpeace exortou os governos a exigirem que a indústria de combustíveis fósseis cesse a perfuração e contribua para uma transição justa.⁵³

O Greenpeace inaugurou um [escritório](#) no Sri Lanka durante a turnê do navio Rainbow Warrior, marcando o lançamento oficial. Além disso, deu início à jornada "Pessoas pelo Clima", enfatizando a ação coletiva em prol da resiliência climática. O evento incluiu apresentações culturais e discussões sobre a defesa ambiental, destacando a vulnerabilidade da região às mudanças climáticas. O escritório reuniu partes interessadas para abordar questões climáticas em uma reunião recente.⁵⁴

O Greenpeace divulgou que o Parlamento Europeu aprovou recentemente uma [resolução](#) expressando preocupação com a decisão do governo norueguês de permitir a exploração mineral no fundo do oceano no Ártico.⁵⁵

A OXFAM ressaltou o [relatório](#) sobre equidade climática, que se concentra na tentativa de deter a exploração de recursos naturais pelos países mais ricos, afetando os mais pobres.⁵⁶

Regras de propriedade intelectual

A People Vaccine Alliance informou que fez uma [publicação falsa](#) no X (antigo twitter) em que afirmava que as delegações dos Estados Unidos e da União Europeia haviam revertido sua oposição a facilitar as [regras de propriedade intelectual](#) em pandemias futuras. Com essa ação, a organização pretende destacar a "hipocrisia flagrante" dos EUA e da UE por anunciarem reformas para garantir que as regras de propriedade intelectual não comprometam o acesso a

⁵² Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Their profits are our loss - Greenpeace International; 23 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65421/their-profits-are-our-loss-oil-profits-climate/>.

⁵³ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Global heating exceeds 1.5°C threshold for 12 months – Greenpeace reaction - Greenpeace International; 8 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65224/global-heating-1-5-degrees-12-months-greenpeace/>.

⁵⁴ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace marks launch of South Asia office in Sri Lanka with Rainbow Warrior ship tour - Greenpeace International; 14 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65295/greenpeace-marks-launch-of-south-asia-office-in-sri-lanka-with-rainbow-warrior-ship-tour/>.

⁵⁵ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Members of the European Parliament have approved a resolution expressing their concerns with Norway's decision to open the Arctic to [Tweet]; 7 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1755221582639755346?s=20>

⁵⁶ Oxfam International. <https://makerichpolluterspay.org> [Internet]. CLIMATE EQUALITY- A PLANET FOR THE 99%; 20 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://makerichpolluterspay.org/climate-equality-report/>.

medicamentos dentro de suas próprias fronteiras, ao mesmo tempo em que bloqueiam medidas semelhantes para países de baixa renda.⁵⁷

A Public Citizen informou sobre os avanços do governo da Colômbia no passo histórico em direção à emissão de sua primeira [licença compulsória para superar barreiras de patente ao tratamento do HIV](#) e importar versões genéricas do medicamento para HIV, dolutegravir, sem permissão do detentor da patente, a ViiV Healthcare. A iniciativa da Secretaria de Comércio e Indústria da Colômbia abriu um chamado para fabricantes manifestarem interesse em fornecer o medicamento à Colômbia sob essa licença compulsória, sendo que o governo colombiano já estabeleceu as taxas de royalties que os fabricantes precisam pagar ao detentor da patente pelo uso do dolutegravir, sem a autorização do detentor da patente.⁵⁸

Os membros da Aliança do Tratado da Agência Africana de Medicamentos, uma aliança que representa pacientes africanos, acadêmicos, sociedade civil e indústria, aproveitam a realização da 37ª Cúpula da União Africana (UA) (17 a 18 de fevereiro de 2024), para pedir aos Estados membros que [acelerem a ratificação unânime e a operacionalização do Tratado da Agência Africana de Medicamentos](#). Entre as demandas da organização estão: i) a garantia do acesso oportuno a medicamentos de qualidade, seguro e eficazes para todos os pacientes na África, e a ratificação e o depósito de instrumentos pelos 55 Estados membros (27 já ratificaram). A agência lembra que a efetivação de um sistema regulatório unificado e forte é fundamental para o combate à falsificação de medicamentos e de medicamentos abaixo do padrão, assim como significa “um passo crucial rumo a um futuro mais brilhante e saudável para todos os africanos”⁵⁹.

A Public Citizen informou que a FDA respondeu a uma petição realizada em 2011 do Public Citizen's Health Research Group, solicitando a inclusão de [advertências adicionais de segurança nos rótulos de glicocorticosteroides](#). Na resposta, concede parcialmente os pedidos da organização e exigiu advertências mais abrangentes sobre o aumento do risco de sarcoma de Kaposi e a ativação de infecções latentes devido a patógenos especiais.⁶⁰

Saúde auditiva

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou o movimento do [Dia Mundial da Audição](#), celebrado em 3 de março, convocando todas as organizações a se envolverem na promoção de cuidados auditivos para todos⁶¹.

⁵⁷ People Vaccine Alliance [Internet]. PANDEMIC ACCORD HOAX HIGHLIGHTS “BLATANT HYPOCRISY” OF US AND EU APPROACH TO BIG PHARMA; 14 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/pandemic-accord-hoax-highlights-hypocrisy/>

⁵⁸ Public Citizen [Internet]. Colombia Moves Forward with Compulsory License for HIV Medicine Dolutegravir; 6 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/colombia-takes-significant-next-step-to-expand-peoples-access-to-affordable-hiv-treatment-moves-forward-with-compulsory-license-for-hiv-medicine-dolutegravir/>

⁵⁹ CALL TO Heads of State of the African Union to Ratify and Operationalise the African Medicines Agency Treaty | International Alliance of Patients' Organizations. 14 fev. 2024. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15662>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁶⁰ Public Citizen [Internet]. FDA Should Protect Patients by Prioritizing Prompt Revisions of Safety Labeling for Drugs; 20 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/fda-should-protect-patients-by-prioritizing-prompt-revisions-of-safety-labeling-for-drugs/>

⁶¹ IFA. International Federation of Ageing. oin the global movement for #WorldHearingDay. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1760786618263171556>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Controle do Tabaco

A ACT Promoção da Saúde divulgou campanha #CancelaOVape, esta iniciativa foi pensada em apoio à consulta pública da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os [cigarros eletrônicos e outros dispositivos eletrônicos para fumar](#) estão proibidos no Brasil desde 2009 pela Anvisa. Atualmente, encontra-se em consulta pública uma norma ainda mais abrangente e detalhada, fundamentada em evidências científicas e alinhada às recomendações da OMS, que irá substituir a regulamentação vigente. A campanha apresenta 10 motivos para manter a proibição, juntamente com um link fornecendo orientações sobre como participar da consulta pública.⁶²

A ACT Promoção da Saúde emitiu uma nota referente à sua [participação na COP 10](#), onde delegados de mais de 180 países estão reunidos na Cidade do Panamá para a 10ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS (COP10). As regras de procedimento das COPs estabelecem critérios para a participação como Observador nas sessões públicas ou abertas, sendo necessária a aprovação do pedido. Essas normas têm como objetivo proteger o tratado contra interferências indevidas da indústria do tabaco e seus aliados, cujos interesses são incompatíveis com os da saúde pública. A ACT Promoção da Saúde está participando da COP10 na condição de membro da delegação da Campaign for Tobacco-Free Kids, uma organização credenciada como observadora. Desde segunda-feira, parlamentares e representantes do setor produtivo do tabaco e seus aliados têm divulgado vídeos nas redes sociais e na mídia, alegando que foram impedidos de entrar e que tiveram suas inscrições negadas. Eles solicitaram a intervenção do Embaixador brasileiro no Panamá em seu favor. No entanto, é importante esclarecer que o processo de credenciamento e aprovação está sob a responsabilidade do Secretariado da COP10.⁶³

A World Heart Federation participou 10ª Sessão da Conferência das Partes da CQCT da OMS, no Panamá, entre 5 e 10 de fevereiro de 2024. Na reunião, foi feito um balanço sobre o progresso na implementação do tratado, regulamentação da publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. A federação apresentou algumas declarações, abordando o [progresso global](#)⁶⁴ na implementação da CQCT e dos produtos de tabaco mais novos e emergentes; sobre sua [preocupação com a interferência da indústria do tabaco](#)⁶⁵ na implementação da Convenção e a estratégia de [reduzir os riscos da nicotina e dos cigarros eletrônicos](#)⁶⁶.

Insegurança alimentar

A European Public Health Alliance (EPHA) lançou um novo consórcio europeu, com a University College Cork e outros parceiros, intitulado [Zero Hidden Hunger EU](#), com objetivo de

⁶² ACT Promoção da Saúde [Internet]. ACT e parceiros lançam a campanha #CancelaOVape; 19 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/act-e-parceiros-lancam-a-campanha-cancelaovape/19691/>

⁶³ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Nota sobre a participação na COP 10; 7 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/nota-sobre-a-participacao-na-cop-10/19690/>

⁶⁴ ADVOCATING for a tobacco free-world at COP10. 19 fev. 2024. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/advocating-tobacco-free-world-cop10/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁶⁵ ADDRESSING global progress in implementation of the WHO FCTC at COP10 - World Heart Federation. 12 fev. 2024. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/global-progress-who-fctc-cop10/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁶⁶ ADDRESSING novel and emerging tobacco products at COP10 - World Heart Federation. 19 fev. 2024. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/addressing-novel-and-emerging-tobacco-products-at-cop10/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

combater a deficiência de micronutrientes, alçada como um problema que traz desafios significativos à saúde humana e ao desenvolvimento da Europa. O projeto terá duração de 4 anos e recebeu um aporte de 10 milhões de euros, com a intenção de estimar a prevalência da desnutrição e desenvolver soluções a partir das evidências científicas⁶⁷.

A Greenpeace denunciou os desafios enfrentados por [agricultores](#) em todo o mundo devido aos sistemas alimentares industriais. Destacou recentes protestos motivados por preocupações com políticas agrícolas, acordos de livre comércio exploratórios e práticas do agronegócio influenciadas por poderosos grupos de lobby, que exacerbam a crise e contribuem para o declínio de pequenas e médias fazendas. A organização denunciou que os agricultores enfrentam impactos climáticos e são manipulados por políticos e lobistas, já que políticas verdes muitas vezes acabam traindo seus interesses, enquanto grupos de lobby como COPA/COGECA favorecem grandes fazendas, perpetuando um sistema alimentar injusto. Além disso, apontou que os governos, influenciados pelo agronegócio, priorizam o lucro em detrimento da sustentabilidade, o que força os agricultores a adotarem práticas insustentáveis.⁶⁸

Justiça Social

A European Public Health Alliance (EPHA) apelou pela ação climática no [Dia Mundial da Justiça Social](#), como uma ação necessária para equidade em saúde⁶⁹.

Direitos dos idosos

O 9º [Fórum Social Mundial da População Idosa](#), organizado por Pró diversitas Brasil, Instituto Amigos FSM Porto Alegre e o Sindicato Nacional dos Aposentados reuniu em Porto Alegre, entre 22 e 26 de janeiro de 2024, participantes presenciais e virtuais, destacando o crescimento da população idosa globalmente. Apesar das legislações existentes, há uma lacuna na aplicação prática dos [direitos dos idosos](#). O documento enfatiza a importância de atenção especial às necessidades físicas e financeiras dos idosos, assim como às pessoas com deficiência. Propostas incluem o fortalecimento dos conselhos e fundos dos direitos da pessoa idosa, a progressiva isenção de Imposto de Renda para aposentados e pensionistas e a criação de programas habitacionais para idosos. Outras demandas visam à inclusão digital, à proteção relativa a violência cometida contra pessoas idosas nos diferentes setores financeiros e ao fortalecimento das políticas de envelhecimento saudável. O texto conclui com a convocação para a continuidade do fórum e a aspiração de Porto Alegre sediar a III Assembleia Mundial sobre Envelhecimento.⁷⁰

⁶⁷ European Public Health Association. Twitter [Internet]. EPHA and partners are launching the milestone initiative [#ZeroHiddenHungerEU](#) project; [Tweet]; 22 j fev 2024. [citado 23 fev 2024]. Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1760610643554578489.

⁶⁸ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. What's grinding our farmers down? - Greenpeace International; 16 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65354/agriculture-protests-whats-grinding-our-farmers-down/>.

⁶⁹ European Public Health Association. Twitter [Internet]. On #WorldDayOfSocialJustice, we continue our call for climate action; [Tweet]; 20 j fev 2024. [citado 23 fev 2024]. Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1759860319596261390,

⁷⁰ FSM. | FSM [Internet]. Fórum Social Mundial; 2024 [citado 22 fev 2024]. Disponível em: <https://www.forumsocialmundial.com.br/>.

Saúde mental

A World Federation for Mental Health escolheu Barcelos, Portugal, como a primeira **Capital Mundial da Saúde Mental**. Essa decisão foi tomada após o congresso "Recovery Summit 2023", onde líderes, especialistas e empresários locais demonstraram um forte engajamento em associar a cidade à luta contra o estigma e outros desafios globais em saúde mental.⁷¹

Violência familiar

A *World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)* lançou a Iniciativa Global sobre **Violência Familiar**, visando desenvolver e implementar um programa de e-learning acessível para os médicos generalistas de todo o mundo. Para mais informações: <https://donorbox.org/the-fav-project>⁷².

Regulamento Sanitário Internacional

A People Vaccine Alliance e a Oxfam fizeram um apelo na revisão do **regulamento sanitário internacional** para adotar medidas concretas para garantir acesso equitativo e oportuno a tecnologias médicas, visando proteger todas as populações.⁷³

Manifestações contra o poder corporativo

A OXFAM destacou a vida cada vez mais difícil para as pessoas comuns em todo o mundo, devido ao **poder corporativo** e à ampliação da desigualdade, sugerindo que os governos devem controlar o poder corporativo e taxar os mais ricos.⁷⁴

A OXFAM enfatizou o **Relatório Anual 'Speaking Truth To Power'**, que destaca um ano de impacto das grandes corporações e de resiliência das comunidades, com o objetivo de continuar capacitando as comunidades e responsabilizar as corporações, enquanto inova para ajudar milhões de pessoas.⁷⁵ **Preparação para a 4ª Reunião de Alto Nível sobre DCNT em 2025**

A NCD Alliance convida seus membros e sua rede a fazerem parte do encontro de **preparação para a 4ª Reunião de Alto Nível sobre DCNT que será realizada em setembro de 2025** para participar do Simpósio sobre Engajamento Significativo de Pessoas que vivem com DCNT (PLWNCD sigla em inglês). Organizado pelo Mecanismo de Coordenação Global da OMS sobre

⁷¹ World Federation for Mental Health. World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation for Mental Health; 2024 [citado 21 fev 2024]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2023.23-12-07_recovery-summit-2023

⁷² WONCA - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Global Family Violence Initiative. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1760693406920069535>. Acesso em: 22 fev. 2024.

⁷³ People Vaccine Alliance [Internet]. OXFAM AND THE PEOPLE'S VACCINE ALLIANCE STATEMENT FOR IHR REVIEW; 5 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/oxfam-and-pva-ihr7th/>

⁷⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. Everyday life for ordinary people is incredibly hard all over the world as corporations only serve the super-rich and widen [Tweet]; 2 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1753323579435794546?s=20>

⁷⁵ Oxfam International. SPEAKING TRUTH TO POWER [Internet]. SPEAKING TRUTH TO POWER; 23 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://annualreport.oxfam.org/2024/en/speaking-truth-to-power/>.

DCNT, o simpósio reunirá pessoas com experiência vivida, reconhecendo seu conhecimento e experiência na criação de políticas, programas e serviços de DCNT⁷⁶.

Direitos LGBTQI+

A STOPAIDS expressou sua preocupação ao convite estendido pelo Presidente da Câmara dos Comuns do Reino Unido, Lindsay Hoyle, à Presidente do Parlamento de Uganda, Anita Among, uma fervorosa defensora da [Lei Anti-Homossexualidade](#), para participar do próximo aniversário da Commonwealth no Reino Unido. A Presidente Anita Among anunciou publicamente sua intenção de utilizar a oportunidade para defender a Lei Anti-Homossexualidade. A organização ressalta que o 75º aniversário da Commonwealth não deveria ser usado para endossar uma lei tão regressiva e prejudicial. Neste contexto, a STOPAIDS lançou uma petição para apoiar a comunidade LGBTQI+ de Uganda. A petição insta o Presidente Hoyle a reconsiderar o convite a Anita Among.⁷⁷

HIV/aids

A Fundación Huésped lançou a série de vídeos "[Viver com HIV](#)", apresentando relatos em primeira pessoa sobre diversas situações, como nascer e crescer, moradia, trabalho, migração com HIV, entre outros. A série foi desenvolvida com o objetivo de oferecer apoio e acompanhamento àqueles que possam estar enfrentando experiências semelhantes.⁷⁸

A Global Network of People Living with HIV (GNP+) e a Global Network of Young People Living with HIV (Y+ Global) estão buscando 15 defensores jovens para o Programa de Jovens Líderes Emergentes, concentrado em questões de HIV e Saúde Sexual e Reprodutiva. O programa visa formar uma equipe de elite para influenciar políticas globais e espaços de governança em saúde, fortalecendo a representação de jovens em organizações como a ONU e a OMS. Para mais informações, os interessados devem acessar o [site da rede](#).⁷⁹

Helminthíases

A DNDi divulgou a [Plataforma de Eliminação de Helminthos](#) (HELP), noticiando a visita de jornalistas à unidade de saúde do Instituto de Saúde de Ifakara, na Tanzânia, onde aprenderam como são conduzidos os ensaios clínicos⁸⁰

⁷⁶ SYMPOSIUM on Meaningful Engagement: People living with NCDs leading the way to the High-Level Meeting on NCDs 2025. 23 fev. 2024. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/symposium-on-meaningful-engagement-people-living-with-ncds-leading-the-way-to-the-high-level-meeting-on-ncds-2025>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁷⁷ STOPAIDS [X]. Urgent: Help stop Uganda's Anti-Homosexuality Act from being promoted in the UK. [...]; 8 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://x.com/STOPAIDS/status/1755604506417758552?s=20>

⁷⁸ Fundación Huésped [X]. Queremos que conozcas su historia completa, por eso lanzamos "Vivir con VIH", una serie de videos que te pueden acompañar si estás atravesando algo parecido. [...]; 1 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1753156633440448654?s=20>

⁷⁹ GNP+. Call for applications: Young Emerging Leaders (YEL). Disponível em: <https://gnpplus.net/latest/news/call-for-applications-young-emerging-leaders-yel/> Acesso em 22 fev. 2024.

⁸⁰ DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. Helminth Elimination Platform (HELP). Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1760702237414744256>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Força de trabalho

Desenvolvimento de profissionais

O International Council of Nurses (ICN) lançou a Fase Três do seu [programa de desenvolvimento ODEENNA](#), com o objetivo de fortalecer as associações de enfermagem na África. Esta iniciativa, financiada pela Fundação BD e pela Fundação Johnson & Johnson, reúne enfermeiros sêniores de 23 nações africanas para aumentar a capacidade e influência das associações de enfermagem. Através desses esforços, o ICN continua a defender o papel essencial das enfermeiras na promoção da equidade em saúde e na melhoria dos resultados de saúde em todo o mundo.⁸¹

A InterAcademy Partnership anunciou o lançamento do seu mais recente [Policy Brief](#) que aborda [Desafios Globais em Ciência, Engenharia e Medicina](#). Oferece também uma revisão detalhada das ações da IAP ao longo de 2023, destacando os resultados tangíveis e contribuições decorrentes dos seus esforços colaborativos. As principais estratégias da organização para abordar os principais desafios envolvem: 1) Construir a capacidade e capacitar academias para fornecer conselhos confiáveis, independentes e autoritativos sobre questões globais, regionais e nacionais. 2) Promover educação, pesquisa, alfabetização científica, discurso público e engajamento em ciência, engenharia e medicina para apoiar a sustentabilidade global. 3) Colaborar com organizações científicas internacionais e outras no enfrentamento de questões globais importantes e responder de maneira oportuna durante crises. 4) Expandir a visibilidade, acessibilidade, alcance e impacto de relatórios, declarações e outras atividades da IAP, suas redes regionais e suas academias membros.⁸²

Proteção de profissionais da saúde

O International Council of Nurses (ICN) informou que na 154ª reunião do Conselho Executivo da OMS, em Genebra, Suíça, representantes do ICN destacaram [desafios urgentes de saúde global](#), enfatizando o papel crucial das enfermeiras no enfrentamento de questões como Cobertura Universal de Saúde, emergências de saúde e doenças não transmissíveis. Eles também condenaram o ataque a instalações de saúde e profissionais em zonas de conflito, reafirmando seu compromisso em proteger os trabalhadores da saúde em todo o mundo.⁸³

Igualdade de gênero e mutilação genital feminina

A International Federation of Social Workers está divulgando o evento virtual [“Proteções sociais transformadoras sensíveis ao gênero num mundo ecossocial”](#), que será realizado no dia 14 de março de 2024. O evento visa destacar a importância das proteções sociais

⁸¹ INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES. ICN development programme lifts and strengthens nursing in Africa. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-development-programme-lifts-and-strengthens-nursing-africa>. Acesso em: 22 fev. 2024.

⁸² Public Citizen [Internet]. The IAP's new Policy Brief addresses Global Challenges in Science, Engineering and Medicine; 20 Feb 2024 [citado em 21 Feb 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/iaps-new-policy-brief-addresses-global-challenges-science-engineering-and-medicine>

⁸³ INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES. ICN voices concerns at the crucial challenges facing world's nurses and our health care systems. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-voices-concerns-crucial-challenges-facing-worlds-nurses-and-our-health-care-systems>. Acesso em: 22 fev. 2024.

transformadoras e sensíveis ao gênero para um mundo ecossocial que potencialize a vida de meninas e mulheres⁸⁴.

A International Federation of Medical Students Associations (IFMSA) anunciou, em 06 de fevereiro de 2024, sua adesão à campanha para aumentar a consciencialização sobre a prática prejudicial da [Mutilação Genital Feminina](#), defendendo um mundo onde todas as mulheres estejam livres desta violação⁸⁵.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Pesquisa e Desenvolvimento

Sistema alimentar

Com o suporte da Fundação Rockefeller, o Instituto de Inovação para Alimentação e Saúde (IIFH) da Universidade da Califórnia, Davis (UC Davis) empregará ferramentas recentemente desenvolvidas e análises de ciclo de vida para determinar o [impacto das práticas agrícolas na composição molecular dos alimentos e na saúde humana](#). Através da colaboração entre a indústria e a comunidade acadêmica, o instituto visa também identificar refeições à base de proteínas que sejam nutritivas, saborosas e sustentáveis. Com essas informações objetiva-se criar um banco de dados global contendo diversas informações biomoleculares alimentares da biodiversidade consumida em todo o mundo.⁸⁶

A Fundação Rockefeller anunciou um investimento de US\$80 milhões nos próximos cinco anos para impulsionar o programa "[Alimento é Medicina](#)" nos Estados Unidos. Em colaboração com o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, a Fundação Rockefeller visa produzir evidências científicas definitivas e clínicas que orientem os custos e o design ideal do programa. O objetivo de médio prazo é melhorar os resultados de saúde de populações norte-americanas vulneráveis, especialmente onde [doenças relacionadas à dieta](#) são uma das causas principais de mortes, incapacidades e custos de saúde.⁸⁷

⁸⁴ 4 March: Webinar on Transformative Gender-responsive Social Protections in an Eco-social World – International Federation of Social Workers. 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ifsw.org/transformative-gender-responsive-social-protections-in-an-eco-social-world/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁸⁵ IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. Female Genital Mutilation. 6 fev. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1754962776445878583>. Acesso em: 22 fev. 2024.

⁸⁶ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation Supports Innovation Institute for Food and Health and Periodic Table of Food Initiative Collaboration for Improving Understanding of Agricultural Sustainability Practices on Human Health; fev 2024 [citado 17 fev 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-supports-innovation-institute-for-food-and-health-and-periodic-table-of-food-initiative-collaboration-for-improving-understanding-of-agricultural-sustainability-practices-on/>

⁸⁷ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation to Increase Investment in U.S. Food is Medicine Solutions to \$100 Million; 2024 [citado 17 fev 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-to-increase-investment-in-u-s-food-is-medicine-solutions-to-100-million/>

Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. U.S. Department of Health and Human Services and The Rockefeller Foundation Partner to Accelerate the Adoption of Food is Medicine in Health Systems; 2024 [citado 17 fev 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/u-s-department-of-health-and-human-services-and-the-rockefeller-foundation-partner-to-accelerate-the-adoption-of-food-is-medicine-in-health-systems/>.

Saúde de pessoas com deficiência visual

O CORE Group, em parceria com a Fundação Margaret A. Cargill anunciou um programa de pequenas doações em Bangladesh, Camboja e Nepal, apoiando seis organizações da sociedade civil. Além disso, representantes do CORE Group recentemente se reuniram com membros da comunidade de pessoas com deficiência no distrito de Surkhet, Nepal, para discutir [melhorias de acessibilidade em instalações de saúde](#) e apresentar um aplicativo amigável para pessoas com deficiência visual, voltado para compartilhamento de informações sobre saúde sexual e reprodutiva.⁸⁸

Saúde global

A Gates Foundation divulgou sua carta anual de 2024 abordando os interesses da fundação em diversos assuntos, incluindo a saúde e o bem-estar. O texto destaca os [principais desafios em saúde global](#), incluindo a ressurgência da pobreza extrema, as doenças infecciosas mortais, os desastres climáticos e seus impactos na agricultura, assim como a necessidade de equidade no desenvolvimento e uso da inteligência artificial na saúde. A Gates Foundation estará empenhada numa agenda de inovação e soluções emergentes para melhorar e salvar vidas, especialmente em países de baixa renda. O texto menciona exemplos de progresso na saúde global, como a redução significativa da paralisia infantil e os esforços para erradicar doenças como a malária e a poliomielite.⁸⁹

Combate à pobreza

A Fundação Rockefeller elogiou a expansão do Crédito Tributário para Crianças (CTC) no Projeto de Lei Tributária da Câmara dos Estados Unidos, prevendo um impacto positivo em 16 milhões de crianças e famílias. Foi destacado que o sucesso do CTC na [redução da pobreza infantil](#) durante a pandemia já demonstrava que a sua expansão seria um passo crucial para famílias de baixa renda.⁹⁰

Democracia

A Fundação Rockefeller anunciou seus investimentos para fortalecer [práticas democráticas globais](#), considerando a iminência de 4 bilhões de pessoas indo às urnas em 2024 e o potencial impacto negativo das novas tecnologias de inteligência artificial. Uma das iniciativas se concentrará no desenvolvimento de ferramentas destinadas a fomentar transparência e confiança durante os processos eleitorais, enquanto a outra buscará estabelecer redes de diálogo entre membros da sociedade civil e responsáveis pela formulação de políticas.

⁸⁸ CORE GROUP. CORE Group on LinkedIn: We are working to implement a small grants program funded by the Margaret... 12 fev. 2024. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_we-are-working-to-implement-a-small-grants-activity-7162846910104395777-unhj?utm_source=li_share&utm_content=feedcontent&utm_medium=g_dt_web&utm_campaign=copy. Acesso em: 22 fev. 2024.

⁸⁹ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. 2024 Gates Foundation Annual Letter; 2024 [citado 17 fev 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/2024-gates-foundation-annual-letter>

⁹⁰ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Statement by Elizabeth Yee, Executive Vice President of Programs at The Rockefeller Foundation, on the Child Tax Credit; [citado 17 fev 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-by-elizabeth-yee-executive-vice-president-of-programs-at-the-rockefeller-foundation-on-the-child-tax-credit/>.

Estes esforços têm como objetivo incentivar a adoção de tecnologias que promovam a democracia.⁹¹

Mudanças climáticas

A GAVI, the Vaccine Alliance, atentou ao fato de que as [mudanças climáticas podem prejudicar de diversas formas os sistemas de imunização](#). Eventos climáticos extremos, intensificados pelas mudanças climáticas, podem interromper a prestação de serviços e acesso. Além do ressurgimento de doenças infecciosas, eventos climáticos como enchentes ou secas podem deslocar populações, rompendo conexões com instalações de saúde. Em situações de crise priorizando necessidades essenciais como comida e abrigo, a imunização pode não ser uma preocupação prioritária. Garantir o status vacinal de crianças deslocadas é considerado pela GAVI um desafio significativo para os trabalhadores em saúde⁹².

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance, enumerou cinco pontos responsáveis pelo [sucesso da iniciativa COVAX](#) em ter entregado aproximadamente 2 bilhões de doses de vacinas para a COVID-19 no mundo. Segundo a GAVI, A COVAX, criada para garantir acesso global às vacinas contra a COVID-19, passou por evoluções significativas durante a pandemia. Isso incluiu a maior implantação de equipamentos de cadeia de frio ultrabaixa na história, a implementação de uma política de realocação de vacinas, o foco em populações vulneráveis por meio da Parceria de Entrega de Vacinas contra a COVID-19, abordando ambientes humanitários com o Reservatório Humanitário COVAX, e a integração de serviços para fortalecer sistemas de saúde, com um aporte adicional de US\$ 667 milhões para Apoio à Entrega de Vacinas contra a COVID-19 (CDS)⁹³.

Desigualdades raciais na pesquisa

A GAVI, the Vaccine Alliance, afirmou que a área da saúde enfrenta um [viés racial devido à representação desproporcional de participantes brancos em ensaios clínicos](#), resultando em dados médicos distorcidos. A participação diversificada é crucial para abordar disparidades na saúde e promover equidade. Doenças frequentemente afetam grupos demográficos específicos, exigindo consideração da epidemiologia e carga da doença no design dos ensaios. O impacto do viés racial vai além do desenvolvimento de medicamentos, afetando o treinamento de modelos de Inteligência Artificial (IA) para tomada de decisões médicas, potencialmente exacerbando disparidades na saúde. No entanto, há uma oportunidade para a IA aprimorar a monitorização de pacientes e identificar novos fatores de risco relacionados à raça⁹⁴.

⁹¹ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. GMF Launches Project To Pioneer Novel Technologies That Strengthen Democratic Resilience; fev 2024 [citado 17 fev 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/gmf-launches-project-to-pioneer-novel-technologies-that-strengthen-democratic-resilience/>

⁹² GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Climate change and immunization: time to widen the scope?. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/climate-change-and-immunisation-time-widen-scope>. Acesso em 22 fev. 2024.

⁹³ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Five key factors that allowed COVAX to deliver two billion COVID-19 vaccines. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/five-key-factors-allowed-covax-deliver-two-billion-covid-19-vaccines> Acesso em 22 fev. 2024.

⁹⁴ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Healthcare suffers from a racial bias. What can we do to change that?. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/healthcare-suffers-racial-bias-what-can-we-do-change> Acesso em 22 fev. 2024.

HIV/AIDS

O Global Fund destacou o apoio à estreia japonesa da [peça vencedora](#) do Tony Award, "The Inheritance", uma produção cinematográfica que explora três gerações afetadas pela epidemia de AIDS em Nova York e ressalta a contínua luta contra a AIDS.⁹⁵

O Global Fund anunciou [doações](#) de quase um bilhão de dólares para a Nigéria, visando manter os avanços na luta contra o HIV, Malária e Tuberculose.⁹⁶

Oxigênio suplementar

O Global Fund continuou a enfatizar seu papel como líder na "Global Oxygen Alliance", fornecendo [oxigênio](#) para países de baixa e média renda, como a Síria, onde desde 2023 todos os centros hospitalares têm acesso a oxigênio vital.⁹⁷

Testes diagnósticos

A FIND ressaltou a melhoria de um [painel de testagem](#) para identificar resistência antimicrobiana, desenvolvido em colaboração com a Universidade de Boston, e incentivou a incorporação de testes desenvolvidos por diferentes instituições.⁹⁸

A FIND destacou o trabalho realizado com a Universidade de Princeton e outros parceiros para aprimorar os testes contra a COVID durante as Olimpíadas de 2021, identificando aprendizados que podem beneficiar estratégias de [vigilância](#) e o futuro da saúde global.⁹⁹

A FIND anunciou o lançamento do terceiro [plano](#) de implementação para a missão dos mil dias pela International Pandemic Preparedness Secretariat, destacando a colaboração para fortalecer a testagem diagnóstica ao longo dos últimos anos.¹⁰⁰

A FIND enfatizou o [relatório](#) da organização G-FINDER, que analisa os investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento para doenças negligenciadas, destacando que apenas

⁹⁵ The Global Fund. Twitter [Internet]. The @GlobalFund is proud to support the Japanese debut of the Tony Award-winning play, The Inheritance. The powerful production examines [Tweet]; 14 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1757679725911146557?s=20>

⁹⁶ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Nigeria and Global Fund Launch New Grants to Reinforce Progress against HIV, TB and Malaria; 5 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-02-05-nigeria-global-fund-launch-new-grants-reinforce-progress-against-hiv-tb-malaria/>.

⁹⁷ The Global Fund. The Global Fund [Internet]. IN SYRIA, PEOPLE CAN BREATHE WITH NEW SUPPLY OF MEDICAL OXYGEN New Oxygen Plants Vital to Rebuilding Health Care System; 20 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://globalfund.exposure.co/in-syria-people-can-breathe-with-new-supply-of-medical-oxygen>

⁹⁸ FIND. Twitter [Internet]. In partnership with @CARB_X , FIND continues to upgrade the #AMR Test Directory for a wide range of diagnostics relevant in [Tweet]; 2 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1753061525583982921?s=20>

⁹⁹ FIND. Twitter [Internet]. In partnership with @Princeton and others, we helped optimize #testing strategies to keep people safe during the @Olympics in 2021 [Tweet]; 1 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1753089582537625781?s=20>

¹⁰⁰ FIND. Twitter [Internet]. At the launch of the 3rd implementation plan for the #100DaysMission by @IPPsecretariat last week, we highlighted a collaborative, 5-year [Tweet]; 2 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1753327480637710652?s=20>

uma pequena parcela do financiamento de P & D está atualmente sendo destinada ao diagnóstico.¹⁰¹

A FIND destacou sua participação no evento de lançamento do inovador "[Programa Brasil Saudável - Unir para Cuidar](#)", onde o presidente Lula da Silva apresentou uma iniciativa visionária que visa transformar a saúde pública no Brasil até 2030.¹⁰²

A FIND organizou um [workshop](#) de três dias em Hyderabad, na Índia, com o objetivo de melhorar a qualidade dos testes de TB no âmbito do Programa Nacional de Eliminação da TB do país.¹⁰³

A FIND destacou a [reunião](#) dos 16 delegados de países africanos da African Cervical Health Alliance em Nairóbi, Quênia, para desenvolver um scorecard em toda a África para o progresso em direção à eliminação do câncer cervical.¹⁰⁴

A FIND destacou sua recente [parceria](#) com a Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI) para desenvolver testes de diagnóstico rápido para o vírus Nipah e a febre Lassa, permitindo uma identificação rápida em caso de surtos.¹⁰⁵

A FIND destacou que, em conjunto com o governo de Ruanda, está facilitando a [digitalização](#) da triagem e diagnóstico integrados de doenças em nível comunitário, tornando os dados de diagnóstico mais precisos e acessíveis a todos.¹⁰⁶

A FIND destacou a parceria com o Governo de [Bihar](#) para realizar um treinamento visando aumentar as capacidades laboratoriais, com sessões destinadas a expandir as instalações de testes em alinhamento com uma lista de doenças de diagnóstico essencial.¹⁰⁷

Cúpula do G20

A FIND ressaltou a participação do CEO da organização na primeira reunião do Grupo de Trabalho de Saúde para [G20 Brasil](#), onde fez uma declaração elogiando as prioridades de saúde

¹⁰¹ FIND. Twitter [Internet]. The G-FINDER Report has launched its 16th edition, providing analysis of global investments in research and development for neglected diseases [Tweet]; 2 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1753357676363321844?s=20>

¹⁰² FIND. Twitter [Internet]. Last week, we teamed up with the Central #TB Division to organize a 3-day workshop in Hyderabad, #India, aimed at [Tweet]; 12 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1757026327515869227?s=20>

¹⁰³ FIND. Twitter [Internet]. Last week, we teamed up with the Central #TB Division to organize a 3-day workshop in Hyderabad, #India, aimed at [Tweet]; 12 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1757026327515869227?s=20>

¹⁰⁴ FIND. Twitter [Internet]. The African Cervical Health Alliance (#ACHA) has gathered its member delegates from 16 African countries in Nairobi, #Kenya to [Tweet]; 13 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1757413261874495793?s=20>

¹⁰⁵ FIND. Twitter [Internet]. We have a new partnership with @CEPIvaccines for rapid diagnostic tests for Nipah virus and Lassa fever. We'll be leading [Tweet]; 15 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1758159419584524693?s=20>

¹⁰⁶ FIND. Twitter [Internet]. In collaboration with @BCRWanda , @RwandaHealth , and @sfhRwanda we are enabling the digitisation of integrated disease screening and diagnosis at a [Tweet]; 23 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1760999933555950016?s=20>

¹⁰⁷ FIND. Twitter [Internet]. With the Government of Bihar's Urban Health Cell, we hosted a 3-day training in #India. The programme focused on reimagining [Tweet]; 21 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1760346969145294857?s=20>

da Presidência brasileira do G20 e expressando o compromisso de apoiar seus objetivos e esforços.¹⁰⁸

EVENTOS

A Consortium of Universities for Global Health divulgou a agenda de debates para a sua Conferência Internacional, que ocorrerá em Los Angeles, nos Estados Unidos. As atividades prévias ao evento serão transmitidas simultaneamente e os interessados podem participar das mais de 20 sessões, que versam sobre temas como mudanças climáticas, sistemas de saúde, Tecnologia e Inovação, dentre outros. É necessário acessar o [site do evento](#) e realizar gratuitamente a inscrição em cada atividade¹⁰⁹.

Em 20 de fevereiro de 2024, a Federação Mundial das Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a sessão de abertura da 3ª edição da Semana Global de Saúde Pública a ser realizada em 8 de abril. A cerimônia constará de um painel de discussão intitulado "[A paz como pré-requisito para uma saúde equitativa](#)"¹¹⁰

Nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2024, aconteceu a [Reunião Anual da IANPHI em Kigali, na Ruanda](#). Os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) de todo o mundo reuniram-se para discutir como reforçar a resiliência dos sistemas de saúde e das comunidades frente à ameaça crescente das doenças, à persistente e crescente desigualdade na saúde, às alterações climáticas e ambientais e a outros riscos para a saúde.

O Global Health Council anunciou o próximo evento "[Global Health Council Budget 101](#)", agendado para 29 de fevereiro de 2024. Esta sessão informativa tem como objetivo fornecer aos participantes uma compreensão abrangente do orçamento no contexto das iniciativas de saúde global. Os participantes terão a oportunidade de aprofundar os princípios-chave de orçamento, explorar estratégias de alocação de recursos e obter insights sobre práticas de gestão financeira essenciais para a programação eficaz de saúde global.¹¹¹

Considerações finais

O presente informe revela a diversidade e a complexidade dos desafios para a saúde global apontados pelas organizações da sociedade civil tanto públicas como privadas. Ao mesmo tempo que são expostas situações graves de iniquidade, vulnerabilidade, violência e violações de direitos humanos em decorrência de conflitos e dos próprios sistemas opressores de cada região; novos horizontes de participação, justiça e democracia são reformulados e se evidencia a importância da participação da sociedade na formulação da agenda global, destacando o papel dos movimentos sociais, líderes populares e grupos vulnerabilizados para pensar novas

¹⁰⁸ FIND. Twitter [Internet]. Today marked the first meeting of the Health Working Group for #G20Brazil Acting CEO, @drsergiocarmona, gave a statement commending [Tweet]; 22 fev 2024 [citado 23 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1760706233927926222?s=20>

¹⁰⁹ Consortium of Universities for Global Health. CUGH 2024. Disponível em: <https://www.cugh2024.org/satellite-registration> Acesso em 22 fev. 2024.

¹¹⁰ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. GPHW2024: Opening Ceremony | WFPHA. 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/gphw2024-opening-ceremony/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

¹¹¹ GLOBAL Health Council Budget 101. Disponível em: <https://globalhealth.org/event/global-health-council-budget-101/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

alternativas possíveis de mundo, onde a justiça, a equidade, a soberania e a paz sejam norteadores das formulações de políticas e ações.

Se está claro que não há saída democrática e equitativa para as crises atuais sem a participação da sociedade civil, há que se pensar em estratégias para fortalecer e tornar mais efetiva essa participação. Este informe registra que o esvaziamento de espaços como o Fórum Social Mundial, em um contexto de avanço da extrema-direita em todo o mundo, está a provocar reflexões importantes que podem contribuir para a retomada de mobilizações sociais: a necessidade de construção de uma agenda comum a todos os setores populares que articule as lutas dos explorados pelo sistema capitalista com as lutas dos grupos discriminados por questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e local de nascimento, assim como as lutas pela preservação da vida no planeta.

Saúde, clima e o Tratado Pandêmico: sob os olhares do genocídio palestino e do Fórum Econômico Mundial

Health, climate and the Pandemic Treaty: from the perspective of the Palestinian genocide and the World Economic Forum

**Rafaela De Negri
Armando De Negri Filho**

Abstract. *In this report, we bring documents that will, together, weave the narratives present in two poles: International organisations and diplomatic bodies and, in a moment of contestation, in the fields of social activism. A series of documents will guide us: the 84-page document submitted by South African lawyers to the International Court of Justice (cited here as ICJ, an acronym for the International Court of Justice) which holds the case for the accusation against “Israel”; the draft document of the Pandemic Treaty presented at the last WHO session; the 2024 Global Risk Report written by the World Economic Forum at its 54th meeting and its connections with its activities taking place in January 2024 and its supposed concerns with the climate and its solutions to perpetuate the sustainability of life on earth, thus going through the three subjects regularly covered in our reports: health, pandemic treaty and climate, along with financial justice. On the part of civil society advances, there is an analysis of the Kathmandu Declaration published during the activities of the World Social Forum in Nepal and in convergence with the already known EndAusterity campaign, the possibility of the “Commons Movement” and the criticisms made by the PAN, Pandemic Action Network regarding the new publications of the Pandemic Treaty instrument.*

Keywords: *Universal Health Care. WEF. Pandemic Treaty. Palestine. Health System.*

Resumo. Neste informe, trazemos documentos que irão, em conjunto, tecer as narrativas presentes em dois polos: Organizações internacionais e corpos diplomáticos e, num momento de contestação, nos campos do ativismo social. Nos guiarão uma série de documentos: o documento de 84 páginas submetido pelos advogados da África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça (citado aqui como ICJ, sigla da nomenclatura em inglês International Court of Justice) no qual são examinadas a tese de acusação contra “Israel”; o documento rascunho do Tratado Pandêmico apresentado na última sessão da OMS; o informativo Global Risk Report de 2024 redigido pelo Fórum Econômico Mundial no seu 54º encontro e suas conexões com as atividades do mesmo que ocorrem no mês de Janeiro de 2024 e suas supostas preocupações com o clima e suas saídas para perpetuar a sustentabilidade da vida na terra, passando assim pelos três assuntos regularmente abordados em nossos informes: saúde, tratado pandêmico e clima, trazendo também aspectos de justiça financeira. Por parte dos avanços da sociedade civil, há a análise de da Declaração de Kathmandu publicada durante as atividades do Fórum Social Mundial no Nepal e em convergência com a já conhecida campanha EndAusterity, a possibilidade do “Movimento dos Comuns” e as críticas feitas pelo PAN, Pandemic Action Network a respeito das novas publicações do instrumento do Tratado Pandêmico.

Palavras-chave: Sistema de Saúde Universal. FEM. Acordo Pandêmico. Palestina. Sistema de Saúde.

O informe número dois será nosso primeiro informe do ano. Cobrimos o espaço temporal de dezembro de 2023 até a última semana de fevereiro de 2024, analisando as principais mobilizações, conectando as áreas de saúde pública, clima e direitos humanos usando de complexo de fundo documentos que exploram saídas para crise atual. Nossos assuntos de especial atenção serão o documento de 84 páginas submetido pelos advogados da África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça (citado aqui como ICJ, sigla da nomenclatura em inglês International Court of Justice) no qual são examinadas a tese de acusação contra “Israel”, o documento de análise do Tratado Pandêmico, informativo Global Risk Report de 2024 redigido pelo Fórum Econômico Mundial e suas conexões com as atividades do mesmo que ocorreu no mês de Janeiro de 2024 e suas supostas preocupações com o clima e suas saídas para perpetuar a sustentabilidade da vida na terra, passando assim pelos três assuntos regularmente abordados em nossos informes: saúde, tratado pandêmico e clima.

Na publicação do dia 16 de Fevereiro de 2024, o economista canadense Michel Chossudovsky coloca em análise os últimos quatro anos, expressando sua preocupação com o que ele chama de “uma crise em escalada e complexidade” que seria superior ao que passamos como comunidade internacional nos anos de 2008 e 2009, curiosamente ano no qual o artigo foi escrito, antes de ser atualizado para os dias atuais. Um mix de acontecimentos interrelacionados seria a origem desse cenário, como a pandemia de covid-19, a guerra na ucrania, o genocídio palestino, a desestabilização da economia mundial que acaba por criar pobreza extrema (e tudo o que a segue), a desintegração do Estado e a constante fragilização da democracia, a pandemia da desinformação e fakenews, a ameaça de uma guerra nuclear e a realidade pouco solidária dos corpos diplomáticos internacionais. Com isso, destaca o economista, temos o aumento exorbitante dos preços dos 3 fatores de “sustentação da vida”: comida, água e combustível. O notável aqui é que, diferente de outras análises que colocam a crise dos preços como catalisadores, aqui são analisados como resultados de como a economia neoliberal se reestrutura. São o ônus de uma economia que está em crise e cujos atores - apontados como o Estado (presume-se que neoliberal), Comunidade e Atores Internacionais e megacorporações - alimentam ano após ano, num emaranhado de causa, causadores e efeitos.

O perigo não se limita apenas aos fatores de “reprodução da vida”, já avisa Chossudovsky, mas se alastra também para outras áreas de direitos básicos.

“O acesso aos alimentos, à água e à energia refere-se à “reprodução da vida real”, que é a própria base da civilização humana.

A “Reprodução da Vida Real” não se limita às “Necessidades Humanas Básicas” (por exemplo, privatização da água, reprodução do ciclo agrícola). Também se refere à reprodução simultânea das instituições da sociedade civil, incluindo escolas e universidades, ciência, conhecimento, relações sociais e familiares, as estruturas do Estado-nação, justiça, cultura, história, relações internacionais, todas as quais estão atualmente em perigo.”

O interessante de comentar e perceber um mundo em crise, é perceber como a crise é lucrativa para alguns. Segundo o relatório anual “Billionaires Index”, os ultra ricos lucraram 1,5 trilhões de dólares em 2023 e os cinco homens mais ricos do mundo (Elon Musk, Bernard Arnault, Jeff Bezos, Larry Ellison and Warren Buffett) tiveram suas fortunas duplicadas no mesmo ano que vimos a interação entre pobreza e clima gerar zonas com fome extrema (nível 5 na famine scale).

Interessante mencionar a ação internacional Proud to Pay. Anunciada durante o 54 encontro do Fórum Econômico Mundial, a iniciativa parte de um grupo de milionários de várias

regiões do mundo - High Net Worth Individuals - que foi a público pedir para que suas fortunas sejam taxadas de forma a evitar a super riqueza “improdutiva” e realocar os valores em zonas de investimento comum. A princípio, a proposta parece interessante e vai na mesma direção que muitas outras ações que vimos no ano passado - End Debt, Tax Justice Campaign, EndAusterity - que pautaram e pautam justiça econômica ao introduzir questões de equidade e responsabilidade diferenciada em políticas tributárias e fiscais, ao cobrar mais de quem tem mais, evitando assim paraísos fiscais, fluxos monetários ilícitos e o acúmulo de capital individual. O que gostaríamos de chamar atenção aqui é o paradoxo: a riqueza exorbitante é um dos pilares formadores e de manutenção da pobreza extrema e a pobreza extrema - per se e como componente da erosão do campo dos direitos humanos - é um fator do enfraquecimento da democracia e de tudo que ela envolve (paz, segurança, prosperidade) e de tudo que está sendo apontado como local de investimento desse novo montante taxado. Resumidamente, os super ricos querem ser taxados - agora - porque estão sentindo o chão erodir pelas suas próprias ações, num movimento pendular de um pequeno alívio ao sistema - e não sistêmico - mediante um aumento de preços e falta de direitos.

A taxação das super riquezas também é comentada no documento informativo da Oxfam “Working for the Few: Political capture and economic inequality” que explora como a riqueza mundial é construída nas costas da desigualdade e na captura do lucro produzido pelo proletariado pouco remunerado. O informativo expressa recomendações baseadas em experiências nacionais de reformas fiscais e redistribuição de capital na forma de políticas sociais, sendo citado inclusive o exemplo da América Latina. Compreendemos a necessidade de programas pontuais, mas há também a necessidade de rediscutir o funcionamento do sistema e de expressar a possibilidade de uma reforma maior e urgente. O documento recomenda taxações progressivas, o uso deste dinheiro para financiar saúde pública e universal, educação e e seguridade social, roga aos super ricos para não usarem sua fortuna para procurar favores políticos e para que se envolvam nessas políticas de equidade fiscal.

Num movimento similar de “mea culpa, mea reforma” o Fórum Econômico Mundial teve espaço para discussões sobre a emergência da mudança climática, necessidade de crescimento econômico e de uma governança global cooperativa. A partir destes diálogos, foram tirados quatro pontos centrais: cooperação política e solidariedade internacional (em meio a um genocídio e uma indústria bélica altamente lucrativa que mobiliza “proxy wars”), um novo modelo de crescimento (capaz de reativar o comércio internacional), a inteligência artificial como uma nova “ferramenta” que irá ajudar a humanidade (menos o proletariado que será substituído) e a urgência como aliada das ações para controlar a mudança climática, com revisões sobre a crise climática como crise também da saúde e a necessidade de uma transição justa e sustentável. Tirando alguns pontos de embasamento irreal, os objetivos não foram necessariamente o problema: é necessário solidificar uma liderança global solidária e cooperativa, é necessário rever nosso modelo de crescimento econômico e é necessário avaliar as relações entre inteligência artificial e humanidade, assim como é necessário - e urgente - encontrar soluções para a crise climática que ceva a crise da saúde, a crise da alimentação e a crise da democracia. O detalhe está na falta de responsabilização, junto de um diálogo real sobre maneiras efetivas de alimentar economicamente e assim levar a cabo as mudanças necessárias. As propostas de construção e manutenção da paz não podem ser feitas nos escombros e nas bases teóricas que secularmente vem alimentando conflitos. Não há possibilidade de construir paz enquanto um sistema de restos e abundância funciona pela erosão constante dos direitos universais e através de propostas que de recuperação que sejam contra o pleno

desenvolvimento do campo da seguridade social: saúde pública, proteção à natureza e distribuição real de renda.

Num movimento mais desperto de crítica sistêmica, o FSM lançou um manifesto interessante pela revisão do sistema financeiro internacional. Assunto altamente pautado ano passado em nossos informes, a campanha EndAusterity esteve presente no evento do Fórum Social Mundial no Nepal (janeiro de 2024). “End Austerity: There Are Alternatives” organizou a Declaração de Kathmandu, expressando o descontentamento com a atualidade das políticas fiscais de taxação que empobrecem o Sul Global enquanto enriquecem o Norte, limitando a solidificação dos e negando o acesso de milhões aos seus direitos humanos, políticos e sociais. A crise da dívida externa - também explorada nos informes de 2023 - foi citada como outro fator de enfraquecimento dos direitos humanos em sua universalidade. Há pautas em comum com os movimentos do WEF e com o Proud to Pay, claro, mas há também uma profunda crítica ao corte total. Há que taxar, mas há também que ver onde colocar o montante gerado a partir dessa taxação.

“Declaração de Katmandu para Acabar com a Austeridade: Um mundo melhor é possível com educação pública, saúde, segurança social, empregos dignos e uma economia mais justa para todos

O Fórum Social Mundial no Nepal é um Espaço Aberto de movimentos sociais, ONGs, organizações da sociedade civil, sindicatos, cidadãos que exigem que “Outro Mundo seja Possível”. Acreditamos que acabar com a austeridade é fundamental para os objetivos desta assembleia reunida em Katmandu, de 15 a 19 de fevereiro, e é por isso que apelamos à atenção imediata para a crise da austeridade que só está a piorar, e exigimos ação imediata sobre muitas alternativas que existem para a austeridade.

Hoje, mais de 6 mil milhões de pessoas sofrem com a austeridade, a chamada “consolidação fiscal”, de acordo com um estudo recente da Campanha EndAusterity. Exigimos que os governos parem imediatamente com os cortes prejudiciais no orçamento público em áreas essenciais como a educação, a saúde e a protecção social, e que parem com as reformas prejudiciais, como a privatização dos serviços públicos e os direitos à segurança social, que estão a exacerbar a desigualdade de gênero, uma vez que as mulheres são os amortecedores devidos pelo subsídio que fornecem à economia global através do seu trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Em vez de cortes/reformas de austeridade, os governos devem procurar novas fontes de espaço fiscal para cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Especificamente, nós, os movimentos sociais abaixo assinados, as organizações da sociedade civil, os sindicatos e os académicos exigimos que os governos, as organizações regionais e as organizações multilaterais:

1. Parem de cortar a tão necessária protecção social, educação, saúde, transportes públicos, habitação e outros programas sociais;
2. Acabar com os cortes na massa salarial do setor público, em particular no número e nos salários dos professores, assistentes sociais e de saúde, bem como dos funcionários públicos a nível local;
3. Parem de reduzir os subsídios que apoiam as famílias;
4. Acabar com as reformas das pensões e da segurança social que resultam em menos apoio e evitar reduzir as contribuições dos empregadores para a segurança social para garantir que os sistemas sejam equitativos e sustentáveis;

5. Acabar com as reformas de flexibilização laboral;
6. Acabar com a privatização e as parcerias público-privadas em áreas socialmente relevantes;
7. Acabar com a adesão às primeiras abordagens de financiamento privado;
8. Impedir quaisquer outros cortes orçamentais ou reformas com impactos sociais negativos, especialmente nas mulheres.

Em vez disso, instamos os governos, as organizações regionais e as organizações multilaterais a implementarem alternativas de financiamento, principalmente:

1. Aumentar a tributação progressiva sobre as empresas, o setor financeiro e os ricos, incluindo os impostos sobre o rendimento e a riqueza das empresas e das pessoas singulares, os impostos sobre lucros excessivos, os impostos sobre os lucros inesperados, os impostos sobre os serviços digitais sobre as empresas e os impostos sobre as transações financeiras; em vez de impostos regressivos, como IVA/impostos sobre vendas;
2. Combater os fluxos financeiros ilícitos (FFI), os abusos fiscais e o sigilo financeiro, especialmente nos paraísos fiscais que contribuem para os FFI, abrindo registos de propriedade efetiva para acesso público, publicando todos os relatórios fiscais das empresas numa base pública, país por país, e acabando com a impunidade dos paraísos fiscais e dos facilitadores que facilitam o sigilo financeiro e o combate aos preços incorretos do comércio;
3. Rever, cancelar e parar de assinar acordos fiscais prejudiciais, tais como tratados fiscais bilaterais e incentivos fiscais prejudiciais para empresas e indivíduos ricos;
4. Reduzir/eliminar as dívidas soberanas, para que o serviço da dívida não reduza as despesas sociais.
5. Acabar com tetos fiscais prejudiciais ou regras fiscais que não permitem investir recursos públicos para combater a emergência climática ou a desigualdade;
6. Aumentar as contribuições dos empregadores para a segurança social para garantir a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e formalizar os trabalhadores da economia informal com contratos dignos;
7. Explorar as reservas fiscais e cambiais, para que as poupanças nacionais sejam investidas nas pessoas, na realização dos direitos humanos e no desenvolvimento sustentável hoje;

Nós, membros de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, sentimos que estas mudanças não são apenas urgentes e necessárias, mas também realistas para serem implementadas aqui e agora a todos os níveis. Estas decisões afetam as vidas e os meios de subsistência de milhares de milhões de pessoas, mas as decisões são muitas vezes tomadas à porta fechada em instituições financeiras internacionais (IFI) e de formas que não envolvem o público e, mais ainda, os marginalizados. Da mesma forma, as negociações relativas aos tratados fiscais internacionais, à governação fiscal internacional, à governação da dívida e à reestruturação da dívida também carecem de transparência, participação e envolvimento eficaz dos cidadãos.”

Após essa longa introdução, nos dedicamos agora a avaliar os polos da saúde e do clima, como de costume. A introdução geral apresentou um panorama de descontentamento de ambos os lados: organizações internacionais e sociedade civil. Nos próximos blocos vemos como saúde e clima estão sendo tratados em cada esfera.

Saúde

A destruição do sistema de saúde Palestino talvez seja a maior prova da instrumentalização que o aniquilamento programado dos sistemas de seguridade tem - dentro e fora de conflitos bélicos. No documento de 84 páginas, submetido pelos advogados de acusação sul africanos contra “Israel”, acusando o governo de genocídio, a palavra “saúde” aparece cento e dez vezes. Cerca de 20 dessas são em notas de rodapé, as outras 90 são descrições sobre a destruição planejada do sistema de saúde: bombardeios em hospitais, centros de cuidado, a negativa ao acesso de comida e água ao território de Rafah, o assassinato de trabalhadores da saúde e a tentativa de inabilitar a UNRWA; ações que vem vitimizando o povo palestino, em especial mulheres, crianças e idosos, criando oportunidades para endemias virais e mortes por não atendimento. No documento as ações são postas dentro de um planejamento maior, mostrando a intenção de planificar a anulação de Gaza, numa destruição sucinta, constante e altamente bem pensada.

“Profissionais médicos avaliam que “[os] efeitos na saúde de todas as crianças, mulheres, homens, idosos, pessoas com deficiências e pessoas de identidades marginalizadas são imensas”. Um Coordenador de Emergência para Médicos sem Fronteiras entrevistado no seu regresso de cinco semanas em Gaza descreve:

“É ainda pior na realidade do que parece. É - a quantidade de sofrimento é apenas algo...incomparável. É realmente insuportável. Fico sem palavras quando tento pensar no futuro disso para as crianças. São gerações de crianças que ficarão deficientes, que ficarão traumatizadas. Muitas crianças do nosso programa de saúde mental dizem-nos que preferem morrer a continuar vivendo em Gaza agora.” (...) A Emergência da Organização Mundial da Saúde, o Coordenador das Equipes Médicas descreveu a cena no Hospital Al Ahli Arab, onde a equipe médica estava lutando para lidar “sem comida, sem combustível, sem água”, afirmando que “agora parece mais um hospício do que um hospital. Mas um hospício implica um nível de cuidados que os médicos e enfermeiros (aqui) são incapazes de prestar (...) Quase acima de tudo, o ataque militar de Israel a Gaza tem sido um ataque aos serviços médicos de Gaza, ao sistema de saúde, indispensável à vida e à sobrevivência dos palestinianos em Gaza. Israel “declarou uma ‘guerra implacável’ ao sistema de saúde em Gaza”, conforme observado pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre o direito de todas as pessoas ao gozo do mais elevado nível de saúde física e mental possível. Numa declaração emitida em 7 de dezembro de 2023, o especialista das Nações Unidas observou que “[a] infraestrutura de saúde na Faixa de Gaza foi completamente destruída” e que “[nós] suportamos testemunha de uma guerra vergonhosa contra os profissionais de saúde”. Ela alertou que “[estamos] no momento mais sombrio para o direito à saúde em nossas vidas” e que “descemos a profundezas das quais devemos rapidamente emergir.” (...) A destruição sistemática de hospitais palestinianos e o assassinato de médicos palestinianos especializados não está apenas a ter impacto nos cuidados prestados aos palestinianos em Gaza neste momento, mas também está a afetar a perspectiva de um futuro sistema de saúde palestino em Gaza, destruindo a sua capacidade de reconstruir e cuidar eficazmente do povo palestiniano em Gaza. (...) Especialistas avaliam que o número de mortes por doenças e fome “poderia ser múltiplos daqueles de combates e ataques aéreos”. Israel está através de seus ataques implacáveis ao sistema de saúde palestino em Gaza a infligir deliberadamente aos palestinianos em Gaza condições de vida calculadas para provocar sua destruição. (...)”

Ademais da procura pela Tribunal Internacional de Justiça, somam-se vozes por uma nova acusação, focada na destruição do sistema de saúde, no Tribunal Penal de Justiça (ICC na

sigla em inglês, International Criminal Court) com procura por responsabilização de indivíduos, e não de Estado, como é feito pelo Tribunal Internacional de Justiça (ICJ) no qual o processo sul africano está tramitando. Um artigo publicado pela Foreign Policy no dia 9 de Fevereiro reforça este apelo, fazendo paralelos com ataques similares executados durante o conflito na Ucrânia e na Síria. Num paralelo mais amplo, é possível ver a destruição ordenada dos sistemas de saúde como um ato não necessariamente bélico, mas como um programa de anulação humana mais amplo, usado diariamente por Estados que não se importam com a sobrevivência de parte de sua população.

Numa análise do boletim 66 do People's Health Dispatch, vemos as frustrações mundiais com os sistemas de saúde pública no ano de 2023. A saúde passa por dificuldades, seja de financiamento, de pessoal, de insuficiência - todas programadas. Se destruir centros médicos com bombas é crime - e é - como podemos não considerar criminosa a falta de financiamento crônica que afeta os sistemas de saúde públicos ao redor do mundo? As tentativas de privatização que iriam privar - expressão de escolha intencional - milhares de cidadãos ao acesso a cuidados que são, por lei, direitos? E como não podemos considerar criminosos outros atos que cerceiam e limitam o campo da seguridade social? O Lancet publicou um artigo neste mês mostrando as conexões entre fatores de risco ao aparecimento de câncer em pessoas em situação de rua, expondo as dificuldades de diagnosticar e tratar a doença e de, primariamente, prevenir e notar sinais de surgimento inicial, junto de comportamentos de risco que são alimentados pelos sentimentos de isolamento social e emocional (tabaco, álcool, drogas, etc).

Vemos a falha das propostas de projetos de saúde pública e universal (UHC) uma vez atrás de outra, e projetos de privatização sendo vendidos como a solução final de um sistema que simplesmente não funciona e não é rentável (deveria ser a saúde, como originariamente um bem público, avaliada por essas lentes?). A privatização e a financeirização da saúde são o segundo passo da estratégia de desestruturação programada. Primeiro se impossibilita o desenvolvimento dos serviços públicos e sistemas universais de saúde e depois se narra a administração pública como incapaz de prover esses serviços, dando como única via possível a administração privada e a venda dos serviços.

O assunto da financeirização da saúde foi discutido num workshop da organização Society for International Development no dia 30 de Janeiro. Dialogando sobre o que foi intitulado como “a pandemia da financeirização da saúde e da comida”, explorando como esses dois aspectos - inicialmente direitos básicos - vêm sendo transformados em mercadorias e sendo assim, trabalham sob os aspectos do lucro e da lógica das corporações.

“A consequência mais preocupante da financeirização é precisamente a alavancagem exorbitante que os intervenientes e instituições financeiras privadas obtiveram na área da saúde e da alimentação. A definição de orientações políticas e de estruturas de governação, influenciadas pelos intervenientes financeiros que promovem constantemente o envolvimento não regulamentado do setor privado, transfigurou literalmente os direitos humanos à saúde e à alimentação. Estes foram amplamente subjugados aos valores dos acionistas, às soluções de mercado, aos regimes de monopólio, à volatilidade financeira; a mercantilização da saúde e da alimentação tem sido amplamente utilizada para a extração de lucros oligopolistas. (...) O workshop mergulhou nas várias modalidades através das quais a financeirização mercantilizou necessidades básicas como o fornecimento de saúde e os produtos agrícolas, abrindo caminho para especulações orquestradas pelo sistema financeiro privado. Estas incluem regimes de seguros inovadores nos domínios da saúde e da alimentação, a utilização de “financiamento misto” através do modelo das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), a concepção de títulos

pandêmicos e catastróficos, bem como pacotes de assistência para os pobres. O Grupo Banco Mundial (GBM), com o seu braço do sector privado, a Corporação Financeira Internacional (IFC), é o mediador incontestado destes esquemas, que alavancam deliberadamente o investimento do sector privado desmarcados pelo financiamento público. Na saúde, a utilização de PPP altamente encorajada como instrumento de ajuda ao desenvolvimento acaba por implicar um custo elevado para o erário público e um nível excessivo de risco para o sector público, em contraste direto com a agenda da Cobertura Universal de Saúde para o desenvolvimento sustentável.

Tal como recordado pela Relatora Especial da ONU sobre a Dívida Externa e Direitos Humanos, Attiya Waris, os 7 princípios da legitimidade fiscal – transparência, responsabilização, responsabilidade, eficácia e eficiência; equidade, justiça – são impossíveis de implementar num cenário totalmente desregulamentado, onde não existe um controle mínimo sobre os movimentos de capitais. As contribuições dos oradores nos dois painéis permitiram uma melhor compreensão das correlações existentes entre as áreas da saúde e da alimentação.”

Os mecanismos internacionais de saúde parecem demorar a internalizar essa realidade, ainda caindo nas armadilhas dos investidores privados. Durante a 154ª sessão do Comitê executivo da Organização Mundial da Saúde, que aconteceu entre os dias 22 e 27 de janeiro de 2024, foi prestada especial atenção ao assunto do financiamento tanto para as atividades da OMS, quanto para a prática do futuro Acordo Pandêmico, sendo frisada a impossibilidade do montante dos Estados Membros de criar suficiência econômica (investment round). Foi apontada a possibilidade de incorporar financiamentos privados. Foi também discutida a possibilidade de atores não estatais interferirem e opinarem na tomada de decisões - faltando a importante diferenciação entre organizações da sociedade civil e corporações empresariais. Abaixo, as críticas do People’s Dispatch:

“Os Estados-Membros poderiam promover políticas para melhores resultados de saúde, incluindo a abordagem dos determinantes sociais da saúde e a atribuição de recursos financeiros mais significativos aos serviços públicos através de impostos progressivos. Poderiam também optar por colocar ênfase na abertura de mais espaço de participação a grupos que representam os interesses das pessoas, em vez de prioridades corporativas. Contudo, a atual agenda parece carecer de lições substanciais retiradas de experiências recentes, levantando dúvidas sobre as perspectivas de tais políticas – pelo menos por enquanto.”

A mesma crítica foi compartilhada pela Relatora Especial em Dívida e Direitos Humanos, Attiya Waris, que escreveu ao vice-presidente Makhtar Diop relatando suas preocupações com a International Finance Corporation (braço privado do BM), e como as políticas de parcerias público privadas e financiamentos privados em saúde afetam o acesso ao direito à saúde e seu gozo em máximo grau e a relação desses com a crise da dívida externa - extrapolada por empréstimos com provedores privados.

“A principal preocupação é o impacto que os investimentos da IFC podem ter sobre a concretização do direito à saúde, especialmente no que diz respeito ao contexto de restrição pública financeira devido à crise premente da dívida em muitos países em desenvolvimento. A IFC supostamente gerencia uma carteira de investimentos em saúde de US\$ 3,5 bilhões em cuidados de saúde para seus mercados emergentes. A abordagem “Casca” do Grupo Banco Mundial (GBM), que busca estabelecer ainda mais seu relacionamento com o setor privado para atingir as metas de desenvolvimento delineadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e poupar financiamento e recursos públicos para as áreas que mais os necessitam,

também faz parte da estratégia IFC 3.0. Esta abordagem parece ser problemática em relação aos cuidados de saúde, uma vez que contraria não só a obrigação dos direitos humanos de respeitar, proteger e cumprir o direito à saúde decorrente do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, mas também os direitos da Organização Mundial de Saúde e a orientação política da OMS, que afirma que os Estados-Membros devem reduzir a dependência de financiamento privado de cuidados de saúde e progresso no sentido de cuidados de saúde com financiamento público para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (UHC)". Especialistas em financiamento da saúde, destacando a afirmação de que "nem tudo vai no caminho da cobertura universal de saúde", afirmaram que nem todos os investimentos privados na saúde contribuem para a CUS\UHC. Além disso, a pandemia da COVID-19 revelou ao mundo o papel essencial da saúde pública no combate ao contágio e a necessidade de reforçar os sistemas de saúde pública (...)"

Uma saída proposta pela Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights (GI-ESCR) é o "movimento dos comuns", uma forma de inclusão econômica pautada no caráter público dos bens comuns, da sua administração e acesso - citados no relatório, 3: energia, água e moradia - que transformaria o caminho do desenvolvimento socioeconômico e seria capaz de solidificar uma estrutura de serviços públicos baseados em equidade, universalidade e acessibilidade.

"Ela esclarece as diferenças entre o lucro e outras formas de prosperidade. Enquanto os mercados privados declaram que são movidos pelo lucro, presume-se geralmente que os Estados personificam o interesse público, embora muitos Estados procuraram ativamente o crescimento econômico extraindo excedentes dos recursos naturais e pessoas. A Câmara dos Comuns defende um modelo diferente de prosperidade. O crescimento econômico não é uma condição prévia essencial. O seu objetivo é criar uma economia inclusiva na qual as pessoas possam inventar as suas próprias soluções, prosperar e ser avaliados em termos das contribuições que fazem."

Pandemic treaty - O Acordo Pandêmico

A última semana de Janeiro recebeu o oitavo encontro do Corpo Intergovernamental de Negociação (INB, criado em 2021) para a avaliação de um novo rascunho do documento do instrumento pandêmico para "prevenção, preparação e resposta" (o PPR). Já comentado em informes de 2023, o primeiro rascunho do acordo foi altamente criticado pelas organizações da sociedade civil, como falho em profundidade e demasiadamente burocrático, evitando normas vinculantes (binding) e ignorando assuntos urgentes como a questão da propriedade intelectual e equidade de acesso às tecnologias necessárias para seguir as 3 guias (PPR) do acordo, sem estabelecer metas ou rotas reais e claras para o instrumento criado e a nova versão repete os mesmos erros. Um nono encontro está marcada para a segunda semana de Março de 2024. Durante os qual os 3 capítulos do documento e seus respectivos assuntos (terminologia, equidade global, solidificação dos sistemas de saúde nacionais, colaboração e cooperação internacionais, compromisso nacional com o combate a desinformação, propriedade intelectual e financiamento).

A questão do financiamento do instrumento pandêmico através de uma política internacional que promova justiça financeira tem sido assunto constante da organização Geneva Global Health Hub (G2H2), e em Fevereiro a G2H2 tocou novamente no assunto do acordo, desta vez relacionando o novo mecanismo com o direito à saúde - "ao mais alto grau de gozo" - como noção fundadora do documento, frisando a necessidade de normas vinculativas que promovam

a solidificação dos sistemas de saúde nacionais, normas equitativas de propriedade intelectual e meios de financiamento que respeitam os países do Sul Global.

Outro aspecto criticado foi a falta de diversidade de vozes. A organização Pandemic Action Network (PAN) vem organizando encontros para discutir o mecanismo. As reuniões - as duas primeiras foram focadas, respectivamente, em acesso e repartição de benefícios e responsabilização e arranjos institucionais - são comunitárias e abertas a todos e os grupos da sociedade civil vem insistindo na presença dos representantes do INB, para que “venham e escutem”.

“Grupos de toda a sociedade civil têm trabalhado arduamente para criar oportunidades para que as vozes das organizações da sociedade civil (OSC) sejam ouvidas pelos negociadores do INB para o acordo sobre a pandemia, inclusive para a próxima semana – o que precisamos é de uma garantia inabalável por parte dos estados membros de que eles aparecerão, ouvirão e considerarão incorporar as solicitações da sociedade civil no acordo”, afirma Eloise Todd, diretora executiva e co fundadora do PAN.

“O futuro acordo será mais eficaz se se basear na experiência vivida pela sociedade civil e pela comunidade e nos ensinamentos retirados das vastas desigualdades da pandemia da COVID-19 e de outras pandemias.

“Apelamos às OSC de todo o mundo e com sede em Genebra para se juntarem a nós nestas sessões, e a nossa mensagem aos Estados-membros é clara: esperamos e esperamos vê-los lá”, acrescenta Todd.”

Clima

Em um início de ano que contou com fazendeiros protestando contra o capitalismo, novas resoluções sobre o tratado dos mares, um aumento da produção e do preço do petróleo e reuniões de pressão que poderão levar a empresa Shell a rever sua adesão ao Acordo de Paris, chega a ser irônico que o Fórum Econômico Mundial e seu 54th encontro pautem nossa discussão. Mas como evento anual que recebe líderes mundiais de todas partes do globo e que dita as tendências de produção, comércio e trocas do mercado internacional, é o lugar para se discutir um novo modelo de relação entre economia e meio ambiente.

Com diversos painéis e declarações sobre os avisos e preocupações que a mudança climática carrega para a economia, o 19a Global Risks Report 2024, acompanha um aviso de Saadia Zahidi diretora geral do Fórum: “Uma ordem global instável, caracterizada por visões de mundo cada vez mais polarizadas e insegurança geral. O constante agravamento da situação ambiental e econômica. Estes são os fatores de risco com os quais teremos de lidar nos próximos anos.” A narrativa do FEM é altamente securitizada: devemos proteger o clima ou iremos sofrer danos econômicos e quem irá decidir como proteger e o que proteger seremos nós. Essa narrativa é conectada com o que *Eiroa caracteriza como “os mitos” que os países usam para não assumir sua responsabilidade climática: interpretação dúbia de dados, falta responsabilização equitativa e um certo distanciamento do centro real da questão. O clima e o planeta não devem ser preservados para salvar a economia, mas a economia deve trabalhar para salvar o clima e o planeta (e nós mesmos).* Outro aspecto não pautado pelo documento é a necessidade de avaliar os “riscos” a partir das interseccionalidades sociais: a mudança climática é global, mas temos grupos mais afetados que outros. Dados e análises mostram que mulheres e jovens meninas estão sujeitas a intersecção entre saúde e clima, tanto pelas situações de minorização social, quanto por serem maioria entre os trabalhadores da saúde.

“As mulheres e as raparigas fazem parte das populações vulneráveis mais duramente atingidas pela dupla crise climática e sanitária. Juntos, representam 20 milhões dos 26 milhões de pessoas que se estima já terem sido deslocadas pelas alterações climáticas. Devido à pobreza, às normas sociais e culturais prejudiciais e a outros fatores semelhantes, muitas vezes ficam em último lugar no acesso a serviços de saúde vitais. Os números são tão nítidos que parece quase redundante destacar que se trata de uma injustiça profundamente ligada ao gênero.

No entanto, a estreita ligação entre clima, saúde e gênero não termina aqui. A esmagadora maioria das pessoas que lidam com os impactos dos desastres climáticos nos serviços de saúde em todo o mundo são – adivinhou – mulheres.

As mulheres representam 70% da força de trabalho da saúde e 90% dos profissionais de saúde da linha da frente durante situações de crise, como catástrofes naturais ou a pandemia da COVID-19. São eles que tendem a suportar o peso das enormes perturbações, mantendo os sistemas de saúde em funcionamento – e salvando vidas. Como vimos na pandemia, eles trabalham nos turnos extras, colocam a sua própria saúde em risco e fazem o que é necessário para manter todos seguros em tempos de alto risco e dificuldades.”

Ressurge o Movimento dos Não-Alinhados

Regina Ungerer

Abstract: *In this report, we highlight the UNOSSC Newsletter, which provides additional information about the G-77's 3rd South Summit, which was held in Kampala in January 2024 and highlighted, in its final document, the need to strengthen the UNOSSC as a means of strengthening South-South Cooperation. To that end, the UN Inter-Agency Mechanism on South-South Cooperation held a meeting with over 40 UN South-South Cooperation focal points to discuss priority areas of collaboration for 2024. Uganda, as pro tempore president of the G-77, has already been very active in UNGA meetings, discussing issues such as development financing, the HLPF, the Global Digital Compact, and the Pact for the Future. Given that the Summit of the Future is expected to be a watershed moment for development in support of the SDGs, the pact is being thoroughly discussed, and the G-77 and China are wasting no time in scrutinizing all 148 paragraphs of the document. The MNA pledged to work for peace, promote South-South investment, open up market relations between countries, and increase infrastructure investment. The South Centre remains committed to promoting developing countries' common interests.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Neste informe destacamos o Boletim do UNOSSC com mais informações sobre a 3ª Cúpula do Sul organizada pelo G-77 e realizada em Kampala em janeiro de 2024 que destacou em seu documento final a necessidade de fortalecer o UNOSSC, como forma de fortalecer a Cooperação Sul-Sul. Desta forma, vale à pena enfatizar a reunião do Mecanismo Interagências das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, que reuniu mais de 40 pontos focais de Cooperação Sul-Sul da ONU para discutir áreas prioritárias para colaboração durante 2024. Uganda, na presidência do G-77, já está bastante ativa nas reuniões da AGNU e participou de 8 reuniões para discutir, entre outras coisas, o financiamento para o desenvolvimento, o HLPF, o Pacto Digital Global e o Pacto para o Futuro. Considerando que a Cúpula para o Futuro está sendo preparada para ser um momento de virada para o desenvolvimento em prol dos ODS, o pacto está sendo minuciosamente discutido e o G-77 e a China não perdem tempo de escrutinar todos os 148 parágrafos do documento. O MNA se comprometeu a trabalhar pela paz, promover investimentos Sul-Sul, abrir relações de mercado entre os países e melhorar o investimento em infraestruturas. O Centro Sul segue colaborando com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC

[Boletim Mensal do UNOSSC](#)

Informações detalhadas de diversas ações promovidas pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul e Sul. Nesta edição: Mais sobre a Cúpula do Sul realizada pelo G-77 em Kampala de 21 e 22 de janeiro de 2024. E ainda muitas informações sobre os Fundos IBSA e Índia/UN.

Basta clicar na figura abaixo, para entrar no Boletim. Destacamos:

O Mecanismo Intergências das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e Triangular que se reuniu em 30 de janeiro de 2024 para destacar áreas prioritárias para colaboração durante 2024. Presidida pela Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, a reunião recebeu mais de 40 pontos focais de Cooperação Sul-Sul da ONU.

Entre as informações pertinentes estavam os próximos passos na implementação das [Diretrizes para a Integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular no Trabalho em nível Nacional e Regional do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas](#).

O UNOSSC atualizou sobre o trabalho de [Gestão do Conhecimento do UNOSSC](#) e sobre diversos serviços integrados, complementares e novos para facilitar a troca de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e o desenvolvimento e transferência de tecnologia. Ver tabela abaixo sobre a estratégia do UNOSSC (2022 – 2025).

UNOSSC Strategic Framework 2022-2025

Outlines a multi-faceted strategy that includes 5 service lines designed for advancing South-South and triangular cooperation towards the SDGs:

- Facilitation of and reporting on intergovernmental processes;
- Capacity development;
- **Knowledge co-creation and management;**
- **South-South and Triangular Cooperation Solution Lab;** and
- Trust-fund management.

The Knowledge Management team is leading on 2 of those service lines.

Em relação ao [South-South Galaxy](#), foi informado que este está sendo reformulado para melhorar suas funcionalidades e consequentemente, a experiência do usuário. O Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular, uma das principais linhas de ação do Quadro Estratégico do UNOSSC, irá concentrar-se na inovação e compartilhamento do conhecimento,

com soluções de desenvolvimento sustentável que sejam eficazes, replicáveis e específicas ao contexto.

A 2ª fase da Iniciativa de Pensadores Globais Sul-Sul se concentrará no fortalecimento da elaboração de políticas baseadas em evidências através de investigação e análise rigorosas.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹¹², Nairóbi (UNEP)¹¹³, Paris (UNESCO)¹¹⁴, Roma (FAO/IFAD)¹¹⁵, Viena (UNIDO)¹¹⁶ e Washington (G-24)¹¹⁷.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

De volta aos trabalhos junto à ONU, o G-77 participou de 8 reuniões da AGNU que já estão discutindo o financiamento para o desenvolvimento, o HLPF, o Pacto Digital Global e o Pacto para o Futuro.

New York - 19 de fevereiro de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas na sessão informativa dos co-facilitadores sobre o roteiro do documento final do Fórum ECOSOC de 2024 sobre o financiamento para o desenvolvimento (FFD)

O Embaixador considerou que o Fórum ECOSOC de 2024 sobre o acompanhamento do financiamento para o desenvolvimento (FFD) acontece em um momento crucial em que o mundo necessita de tomar medidas ousadas para resgatar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e quando se iniciam as discussões sobre a 4ª conferência internacional sobre financiamento para o desenvolvimento. O G-77 segue profundamente preocupado com o lento progresso na implementação da Agenda 2030 nos países em desenvolvimento. Os esforços destes países são prejudicados, entre outros aspectos, pelo crescente déficit de financiamento, pelo elevado peso da dívida, pela proliferação de medidas coercivas universais e pelo espaço fiscal limitado. Isto demonstra claramente que a implementação das políticas e ações concretas contidas na Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), que é parte integrante da Agenda 2030, é significativamente insuficiente. A este respeito, apelou à comunidade internacional para que tome medidas urgentes para fornecer os

¹¹² UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹¹³ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹¹⁴ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹¹⁵ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹¹⁶ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹¹⁷ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

meios de implementação necessários para apoiar os países em desenvolvimento nos seus esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável.

New York - 15 de fevereiro de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas na primeira reunião informal para revisar os dispositivos sobre o fortalecimento do ECOSOC e a revisão do HLPF sobre o desenvolvimento sustentável

O G77 e a China destacaram que a última revisão sobre o fortalecimento do ECOSOC e a revisão do HLPF sobre o desenvolvimento sustentável foi realizada em 2021, durante a pandemia da COVID-19 e que esta revisão foi substantiva e que incluiu várias alterações. Agora, é necessário tempo para implementar integralmente as disposições contidas nas resoluções e avaliar o seu impacto no ECOSOC e no HLPF. Além disso, o mundo ainda está longe de alcançar os ODS até 2030. O HLPF para o Desenvolvimento Sustentável adotou a Declaração Política na Cúpula dos ODS em setembro de 2023 para acelerar ações cuja implementação ainda está em fase inicial. O G-77 e a China reiteraram que os processos de revisão de 2024 devem centrar-se na atualização técnica das [resoluções 75/290 A](#) e [75/290 B](#) da AGNU para garantir que o ECOSOC e o HLPF cumpram eficazmente os seus mandatos. A este respeito, o grupo considera que os processos de revisão de 2024, devem concentrar-se apenas nos temas anuais do ECOSOC e do HLPF para 2025-2027, para seguir o ciclo de quatro anos (2024-2027) do HLPF, bem como o conjunto de ODS deve ser revisto em profundidade em cada ano.

New York - 12 de fevereiro de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas durante as consultas informais sobre o Pacto Digital Global

O Grupo considera que questões importantes relacionadas com a cooperação digital global devam incluir: acabar com a exclusão digital, evitar a fragmentação da Internet, aumentar o investimento em infraestruturas digitais, expandir o papel das tecnologias digitais para combater a pobreza e a erradicação da fome, especialmente na pobreza extrema, combater a desinformação e proteger os dados, ter governação de dados, avanço da transferência de tecnologia e educação para os países em desenvolvimento, fim do monopólio tecnológico, abstenção de promulgar e aplicar quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais, avanço do desenvolvimento de capacidades e da conectividade global, promoção do acesso e utilização de bens públicos digitais, expansão do empreendedorismo e o reforço dos quadros regulamentares relevantes.

O Grupo enfatiza a importância da participação plena e igual de todos os países em quaisquer decisões e processos relativos a recomendações para a governança internacional da inteligência artificial. Quaisquer quadros de governança global desenvolvidos para a inteligência artificial ou quaisquer outras tecnologias novas e emergentes devem levar em consideração as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, bem como o papel de liderança da ONU a este respeito. Para atingir este objetivo, é vital que haja transferência de tecnologia em condições favoráveis para os países em desenvolvimento, bem como o desenvolvimento de capacidades associadas.

New York - 07 de fevereiro de 2024

Declaração feita pela Sra Celia Kafureka Nabeta, Ministra Conselheira da Missão permanente da república de Uganda junto às Nações Unidas sobre o informe do Secretário Geral sobre suas prioridades para 2024.

[Link para as prioridades do Secretário Geral para 2024](#)

Resumo das prioridades do SG para 2024

- 1) Importante e necessária uma conversa séria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; entre economias ricas e emergentes; entre norte e sul, leste e oeste.
- 2) Reforma de instituições que foram construídas no passado, para uma época passada. A começar pela reforma do Conselho de Segurança e das instituições de Bretton Woods.
- 3) Já não estamos num mundo de duas superpotências ou num mundo unipolar. A multipolaridade cria oportunidades para justiça e equilíbrio nas relações globais. Mas esta multipolaridade deve ser acompanhada por mecanismos eficazes, renovados e inclusivos de governação multilateral
- 4) – Este ano é para os países se concentrarem no futuro – e vai-se realizar a Cúpula do Futuro em setembro de 2024.
- 5) Temos instituições que precisam estar alinhadas com nossos tempos. E temos princípios que nos norteiam, que devemos preservar em todas as situações. Por exemplo:
 - a) Respeito pela Carta das Nações Unidas.
 - b) Respeito pelo direito internacional e direito humanitário internacional.
 - c) Paz com justiça que aborde as desigualdades.

Seguir esses princípios nos levará aos caminhos para soluções, tais como: a Nova Agenda para a Paz; o estímulo aos ODS; o Pacto Digital Global; o trabalho do Órgão Consultivo em Inteligência Artificial; o Pacto de Solidariedade Climática e muito mais.

O G-77 e a China simpatizaram com o apelo do Secretário-Geral para a reconstrução da confiança e a restauração da esperança. Concordaram que ao multilateralismo e a cooperação internacional desempenham um papel importante e que as guerras e os conflitos aumentam as necessidades humanitárias em um momento de declínio de recursos para responder a essas necessidades. É, portanto, urgente que a comunidade internacional se reúna para abordar as causas profundas destes conflitos e encontrar soluções duradouras para a paz.

Sobre as alterações climáticas: 2023 atingiu o recorde de ser o ano mais quente da história. Portanto é hora de transformar compromissos em ações. O G-77 e a China apelam à plena implementação das decisões adotadas durante a CoP 28 em Dubai, de acordo com os princípios de equidade e responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades, incluindo a contribuição de mais de 700 milhões para o fundo de perdas e danos para enfrentar às perdas e danos associados aos efeitos das alterações climáticas nos países em desenvolvimento.

O G-77 e a China concordam com o Secretário-Geral que é necessário um sistema financeiro global que atenda a todos. As estruturas financeiras internacionais, produção e comércio, incluindo o comércio agrícola, devem tornar-se mais justas e equitativas. Há uma necessidade imperiosa de reestruturação da dívida e de revisão dos programas de austeridade para planos de reembolso da dívida para apoiar os esforços globais em direção ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade da dívida a longo prazo. O Grupo apoia o

abandono da dependência apenas do PIB como critério para determinar o acesso ao financiamento concessional e aguarda as discussões sobre a reforma da arquitetura financeira internacional.

A fome e a desnutrição são crises enormes nos países em desenvolvimento. Milhões de pessoas enfrentam a insegurança alimentar, seguida pela desnutrição. O Grupo faz eco das palavras do Secretário-Geral: “Se não alimentamos as pessoas, alimentamos a insegurança”. O progresso no sentido da eliminação da fome e da pobreza só será possível se transformarmos as palavras em ações concretas para que os países em desenvolvimento alcancem a Agenda 2030.

É mais evidente do que nunca que a tecnologia cresce exponencialmente e o G-77 e a China reconhecem que devemos fazer parte do crescimento e garantir que ninguém fique para trás. O grupo registra o apelo do Secretário-Geral "as oportunidades são tremendas: desde a transformação da educação e dos cuidados de saúde, até à aceleração da ação climática e à realização de todos os objetivos de desenvolvimento sustentável". O Grupo participará das negociações para o desenvolvimento de um **Pacto Digital Global** através de um processo intergovernamental aberto, transparente e inclusivo.

A **Cúpula do Futuro** será um momento oportuno para o mundo voltar ao caminho certo para alcançar os ODS de 2030. O G-77 e a China estão comprometidos com as negociações para o Pacto para o Futuro. Em relação ao Pacto para o Futuro, o G-77 e a China se manifestaram nos dias 06, 07 e 08 de fevereiro, desse a primeira leitura e mais especificamente nos capítulos 1, 3 e 5.

O [rascunho do Pacto para o Futuro](#) que está sendo discutido e que vai ser apresentado na Cúpula do Futuro em setembro de 2024, tem 148 capítulos.

A Cúpula do Futuro será uma oportunidade única para fortalecer a cooperação, enfrentar desafios, fechar lacunas na governança global, reafirmar os compromissos existentes, incluindo os ODS e a Carta das Nações Unidas, e avançar em direção a um sistema multilateral revigorado e melhor posicionado para impactar positivamente a vida das pessoas.

Com base na Cúpula dos ODS em 2023, os Estados-Membros devem considerar formas de lançar as bases para uma cooperação global mais eficaz que possa lidar com os desafios atuais, bem como com novas ameaças no futuro. Para ler mais sobre o que esperar da Cúpula pra o Futuro, clique na imagem abaixo, em inglês.

The image shows a webpage from the United Nations website, specifically the page for the Summit of the Future. The page is titled "SUMMIT OF THE FUTURE: WHAT WOULD IT DELIVER?" and includes a sub-header "How would a Pact for the Future that adopts the proposals of the Secretary-General change our world?". The page is divided into several sections: PURPOSE, BACKGROUND, IMPACT, SAFEGUARDING THE FUTURE, MANAGING GLOBAL SHOCKS, MEANINGFUL INCLUSION OF YOUNG PEOPLE, MEASURING WHAT WE VALUE, and ACCELERATING THE SDGs. Each section contains a brief overview of the topic and links to more detailed information. The page also features the United Nations logo and the Summit of the Future logo.

O Capítulo 1 é sobre o Desenvolvimento Sustentável e Financiamento para o Desenvolvimento

De acordo com o G-77, o capítulo não reflete adequadamente as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Embora os desafios das alterações climáticas estejam bem articulados, a luta contra as desigualdades entre e dentro dos países é insuficiente e deve ser reforçada. Mais ainda, o capítulo centra-se quase exclusivamente nas alterações climáticas, deixando sem resposta muitos outros desafios socioeconômicos e ambientais que os países em desenvolvimento enfrentam. Assim, é necessária uma linguagem que garanta que o Pacto reflita um equilíbrio cuidadoso dos desafios da pobreza extrema, da fome e das alterações climáticas, para o tornar equitativo e capaz de responder às necessidades dos países em desenvolvimento, bem como para reforçar o papel dos países em desenvolvimento. as Nações Unidas.

O Capítulo 3 é sobre Ciência, Tecnologia e Inovação e Cooperação Digital

De acordo com o G-77, este capítulo deve destacar o importante papel da ciência, da tecnologia e da inovação como pilares, facilitadores e catalisadores para apoiar o crescimento sustentável, acelerando a plena implementação da Agenda 2030 e da Agenda de Ação de Adis Abeba, bem como alcançando outros objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados.

O Capítulo 5 é Transformar a Governança Global

De acordo com o G-77, este capítulo do Pacto para o Futuro não reflete as ações urgentes e necessárias para tornar a arquitetura financeira internacional mais equitativa e capaz de responder às necessidades dos países em desenvolvimento. É preciso uma reforma da governança das instituições financeiras internacionais para ampliar e fortalecer a voz e a participação de todos os países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais, especialmente o FMI e o Banco Mundial. É necessário também melhorias da arquitetura da dívida soberana com a participação significativa de todos os países em desenvolvimento; recanalização urgentemente os Direitos de Saque Especiais (SDRs) não utilizados para os países em desenvolvimento e uma nova atribuição de SDR para catalisar o seu potencial como fonte de financiamento do desenvolvimento sustentável.

Na verdade, o Capítulo 5 deveria enfatizar a necessidade de uma recapitalização urgente e considerável dos bancos multilaterais de desenvolvimento para satisfazer as necessidades financeiras dos países em desenvolvimento; aumento das subvenções e do financiamento concessional; a utilização de mecanismos inovadores para aumentar o espaço fiscal dos países em desenvolvimento além de reexaminar a política de empréstimos do FMI, incluindo condicionalidades, limites de acesso, sobretaxas e racionalizar o papel das agências de crédito. É fundamental que os mandatos dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento estejam alinhados com os ODS.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.



De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do

Presidente na ONU.

Assumindo a presidência pró tempore do MNA, do G-77 e da Coordenação do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC), o país passa a ser o representante e porta voz do Sul Global.

Desenvolveram um [novo site](#) (banner abaixo) com diversas informações sobre a história do Movimento e principalmente a 19ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo que ocorreu durante a 3ª Cúpula do Sul em Kampala/Uganda, para divulgar o trabalho que será feito pelo país pelos próximos 3 anos. Vislumbramos que serão bem ativos.



Mas ao assumir a presidência, mesmo que pró tempore destes 2 organismos, o presidente Museveni tem enfrentado muitas críticas internas pelo seu regime autoritário, violações dos direitos humanos e repressão da oposição política. O Presidente Yoweri Museveni está no poder desde 1986.

No entanto, vozes governamentais de Uganda veem este momento, como uma oportunidade de dar mais visibilidade ao país que tem sofrido sanções internacionais, a mais recente, sua expulsão da AGOA, em 1º de janeiro de 2024, juntamente com a República Centro-Africana, o Gabão e o Níger.

AGOA é a lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA). Desde a sua promulgação em 2000, a Lei tem estado no centro da política econômica e do envolvimento comercial dos EUA com África. AGOA oferece aos países elegíveis da África Subsaariana acesso, isento de impostos, ao mercado dos EUA para mais de 1.800 produtos, além dos mais de 5.000 produtos que são elegíveis para acesso isento de impostos no programa do sistema geral de preferências. As proibições da AGOA estão ligadas a violações dos direitos humanos e a mudanças governamentais inconstitucionais.

Ao ser o interlocutor do Sul Global, à frente tanto do G-77 quanto do MNA, poderá contribuir para diminuir o isolamento que Uganda vem enfrentando no cenário internacional, atraindo mais investimentos externos, incentivos, turismo, eventos científicos e conferências internacionais, para citar alguns dos benefícios que o país espera usufruir. Um ponto importante a ser destacado é que Uganda se posicionou neutro no que concerne a Guerra entre Rússia e Ucrânia e isso foi importante para que Uganda pudesse assumir o MNA, já que um dos tópicos mais relevantes para o Movimento é a resolução pacífica de conflitos e não uso da força.



[Fonte da foto](#)

No que diz respeito à presidência do MNA e do G-77 + China, o presidente Yoweri Museveni destacou quatro pontos principais em que pretende concentrar o trabalho de sua presidência no MNA.

- 1) Trabalhar pela paz no mundo,
- 2) Promover investimentos Sul-Sul através da produção de bens e serviços,
- 3) Abrir relações de mercado entre os países,
- 4) Melhorar o investimento em infraestruturas.

De acordo com Museveni, a presidência do Uganda será ancorada na visão de **“Um MNA mais forte e unido que contribua para um mundo melhor para todos”**. Vão concentrar-se, entre outras áreas, na paz e segurança internacionais; na luta contra o terrorismo; nas crises humanitárias; no tráfico de seres humanos e contrabando de drogas e Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Logicamente, que para alcançar resultados significativos nestas e em muitas outras áreas exigirá cooperação e colaboração entre todos os membros do MNA e outros parceiros que partilhem das mesmas ideias. Por isso, ele pediu a todos que trabalhassem com Uganda para promover um MNA mais forte e unido, que fosse coeso e que possa contribuir para um mundo melhor para todos. Isto será importante para permitir que o movimento continue a ser relevante e tenha influência na tomada de decisões a nível internacional.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



<https://twitter.com/namyouthorg>

22 de fevereiro de 2024 – O movimento Jovem dos não-alinhados segue firme com sessões de informações detalhadas sobre a criação da MNA e NAMYO, suas missões e valores e como se engajar em seus países.

O propósito é sempre captar de mais jovens para se integrarem ao movimento e se tornarem líderes do futuro. A sede do movimento continua a ser no Azerbaijão.

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em

desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.



Sobre o Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) conhecido como instrumento pandêmico que deve aumentar a equidade, a cooperação multilateral e a responsabilização, o Centro Sul se posicionou e considerou que havia a expectativa de que o instrumento aumentasse a cooperação multilateral, a equidade e a responsabilização, estabelecendo novas regras, abordando problemas-chave que dificultam uma resposta coletiva eficaz às pandemias.

E que o instrumento deveria servir para:

Apoiar os países no desenvolvimento de capacidades mais fortes para prevenir e lidar com emergências sanitárias e pandemias, com base no RSI e com uma abordagem de Saúde Única. Deveria também oferecer uma coordenação e cooperação mais estreitas entre as Partes e restringir a especulação com aumento da transparência nos contratos com partes privadas para a produção e aquisição de contramedidas médicas e acima de tudo deveria estabelecer alicerces para um ecossistema global de investigação e desenvolvimento mais colaborativo que proporcione inovação para o benefício de todos, com partilha de informações sobre pistas de investigação, ensaios clínicos, acesso facilitado à tecnologia e know-how, capacidades de produção regional além da distribuição justa de contramedidas médicas que salvam vidas durante pandemias. Importante também aumentar o financiamento.

Para saber mais sobre a posição do Centro Sul, [clique aqui](#).



Acima de tudo, o instrumento pandêmico da OMS deveria comprometer as Partes a limitar os efeitos de exclusão que as patentes concedidas pelo governo e outros direitos de propriedade intelectual podem ter durante as pandemias, em apoio à rápida difusão de novas vacinas, diagnósticos, medicamentos e outras ferramentas e a facilitar a colaboração e a liberdade de operação. O atual projeto de texto do artigo 11º não introduz qualquer alteração ao status quo.

Para saber mais sobre Como as negociações do tratado sobre pandemia da OMS deveriam abordar a propriedade internacional,

[clique aqui](#).

Outras publicações recentes do Centro Sul

- 1) Implementação das flexibilidades e liminares do TRIPS: um estudo de caso da Índia. Para ler o documento, [clique aqui](#)
- 2) Contribuições para o estudo analítico sobre o impacto das perdas e danos decorrentes dos efeitos adversos das alterações climáticas no pleno gozo dos direitos humanos, nos termos da [Resolução 53/6 do Conselho de Direitos Humanos](#) sobre direitos humanos e alterações climáticas. Para saber mais, [clique aqui](#)

Iniciativas propostas pelo Brasil no G20 recebem amplo apoio nas discussões de saúde, combate à fome e à pobreza, e entre ministros das Relações Exteriores.

O G7 sob presidência da italiana Giorgia Meloni dá início às reuniões ministeriais.

Brazilian initiatives at the G20 receive broad support in discussions on health, poverty and hunger, and among foreign ministers.

G7 under Italian Giorgia Meloni's presidency starts ministerial meetings.

Pedro Burger

Vitória Kavanami

João Miguel Estephanio

Thaiany Medeiros Cury

Nina Bouqvar

Paulo Esteves

Abstract

G20 - G20's calendar is moving forward, and the main advances made during the period were on the initiatives proposed for the health agenda and the efforts to combat hunger and poverty. Amid political tensions, the foreign ministers met in Rio de Janeiro, inaugurating the first ministerial meeting of the group.

G7 - The G7 calendar for 2024 under the Italian presidency began on trade issues (February 7) and an informal meeting of foreign ministers (February 17). In addition, there was the extraordinary meeting of transport ministers on the Red Sea crisis (February 20). Finally, there was also the meeting of G7 leaders in Kiev and also via videoconference regarding the continued support and assistance to Ukraine (February 24). Relevant statements were adopted as a result of the meetings.

OCDE - The OECD's highlights include updates of five of its statistical indices on the global economy, the release of economic projections for 2024 and 2025, the release of a report on trade in services, the strengthening of the partnership with the FMA and a study on medical supply chains.

Keywords: G20; G7; OECD, Brazil

Resumos

G20 - O calendário do G20 segue adiante e os principais avanços do período se deram nas iniciativas propostas para as agendas da saúde e do combate à fome e à pobreza. Em meio a tensões políticas, aconteceu a reunião dos chanceleres do bloco no Rio de Janeiro, inaugurando os encontros ministeriais.

G7 - O calendário do G7 para o ano de 2024 sob a presidência italiana iniciou as atividades com reunião dos ministros do comércio no dia 07 de fevereiro e uma reunião informal dos ministros das relações exteriores no dia 17. Além disso, houve a reunião extraordinária dos ministros dos transportes sobre a crise no mar vermelho (20 de fevereiro) e, por fim, o encontro dos líderes do G7 em Kiev e por videoconferência com ênfase na permanência do apoio e assistência à Ucrânia (24 de fevereiro). Declarações relevantes foram emitidas como resultado dos encontros.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre atualizações de cinco de seus índices estatísticos sobre economia global, a apresentação das projeções econômicas de 2024 e 2025, a publicação de um relatório sobre comércio de serviços, o reforço na parceria com o FMA e um estudo sobre cadeias de suprimentos médicos.

Palavras-chave: G20, G7, OCDE, Brasil

Iniciativas propostas pelo Brasil no G20 recebem amplo apoio nas discussões de saúde, combate à fome e à pobreza, e entre ministros das Relações Exteriores.

A agenda da saúde continuou mobilizando discussões dentro do G20 durante o mês de fevereiro. Após a reunião da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde, abordada na última edição dos Cadernos, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, esteve no Brasil para uma série de encontros. Dentre eles, a inauguração do Programa Brasil Saudável no início do mês, uma iniciativa lançada pelo governo brasileiro com o intuito de erradicar as principais doenças infectocontagiosas determinadas socialmente até 2030¹¹⁸. O Programa, além de estar alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), faz parte das prioridades da presidência brasileira para o G20 e reforça o compromisso com a eliminação de doenças e infecções que são perpetuadas pelas desigualdades, como hanseníase, malária, tuberculose, doença de Chagas, aids, dentre outras.

Em reunião, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra da Saúde Nísia Trindade e do diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) Jarbas Barbosa, Adhanom anunciou apoio ao programa e aproveitou para elencar temas que devem pautar as futuras discussões sobre a pasta no âmbito do bloco, sobretudo a questão do financiamento. Em entrevista exclusiva concedida para o site do G20, o diretor-geral da OMS ressaltou a necessidade de investimentos na saúde que sejam contínuos e sustentáveis, não apenas em momentos de emergências, e elogiou a presidência brasileira do fórum por colocar a saúde como prioridade na agenda global¹¹⁹. Uma possível parceria na produção de vacinas, como a da dengue, a partir da participação do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), também esteve entre os temas do encontro.

¹¹⁸ OMS apoia plano brasileiro para eliminar doenças que atingem mais pobres. **G20**. 06 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/oms-apoia-aco-es-de-saude-do-governo-brasileiro>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹¹⁹ O investimento na saúde deve ser constante, defende Tedros Adhanom, da OMS, em entrevista exclusiva ao site do G20. **G20**. 07 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/o-investimento-na-saude-deve-ser-constante-defende-tedros-adhanom-da-oms-em-entrevista-exclusiva-ao-site-do-g20>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Imagem 1: Ministra da Saúde, Nísia Trindade, Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, Presidente Lula e Diretor da OPAS, Jarbas Barbosa.



Fonte: [Palácio do Planalto](#), 2024.

Ainda na agenda da saúde, aconteceu de maneira virtual a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Saúde do G20¹²⁰. De acordo com o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA) do Ministério da Saúde, embaixador Alexandre Ghisleni, o encontro foi bem-sucedido e contou com amplo engajamento de organizações internacionais e de outros setores, como instituições financeiras, além de não ter havido resistência aos temas colocados pela gestão do Brasil. "Esse nível de envolvimento nos dá esperança de alcançar resultados concretos que abordem tanto a dimensão social como econômica da saúde. Combinar essas duas perspectivas é um dos nossos maiores esforços", afirmou Ghisleni.

O maior interesse dos participantes foi em aprofundar a discussão sobre o que tem sido uma das principais propostas do Brasil nessa pasta: a criação de uma Aliança para a Produção Regional e Inovação¹²¹. A iniciativa tem como objetivo criar uma rede que una os principais atores, incluindo países, academia, setor privado e organizações internacionais, para pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas, medicamentos, diagnósticos e insumos estratégicos. Os próximos passos do GT são justamente abordar os detalhes sobre como essa iniciativa será concretizada e alcançar o consenso dos membros até a reunião ministerial do Grupo, que ocorre em outubro deste ano. "O fato de não termos enfrentado questionamentos fundamentais sobre

¹²⁰ Com foco na redução das desigualdades, GT Saúde realiza primeira reunião no G20. **Ministério da Saúde**. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/com-foco-na-reducao-das-desigualdades-gt-saude-realiza-primeira-reuniao-no-g20>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹²¹ Proposta brasileira de aliança global por insumos médicos e vacinas é bem aceita no G20. **G20**. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/proposta-brasileira-de-alianca-global-por-insumos-medicos-e-vacinas-e-bem-aceita-no-g20>. Acesso em: 25 fev. 2024.

o interesse de lançar uma iniciativa nessa área indica que há um terreno fértil para avançarmos", destacou o chefe da AISA. Não menos importante, outros assuntos discutidos foram os avanços na preparação e respostas a pandemias, a equidade no acesso à saúde, a promoção de saúde digital e as relações entre mudanças climáticas e saúde.

Um dos maiores acontecimentos do período foi a reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20 que ocorreu nos dias 21 e 22 de fevereiro, na Marina da Glória, no Rio de Janeiro – o primeiro encontro a nível ministerial realizado nesta gestão. O encontro ocorreu após uma declaração de Lula, feita durante viagem oficial à África, que gerou tensões diplomáticas com o governo de Israel. Em entrevista coletiva, o presidente brasileiro classificou as mortes de civis em Gaza como genocídio, traçando um paralelo com o holocausto, e criticou os países desenvolvidos por reduzirem ou cortarem a ajuda humanitária na região¹²². Apesar dos receios sobre uma interferência da polêmica sobre o que é considerado um dos principais encontros do ano, a reunião não foi prejudicada, ainda que não tenha produzido um documento conjunto ao final¹²³. Algo que não foge do esperado, tendo em vista a dificuldade encontrada desde a gestão passada do G20 em gerar consenso nessas declarações.

O ministro Mauro Vieira iniciou o evento com um discurso que enfatizou o posicionamento brasileiro perante as guerras em curso e afirmou que não é do interesse do país viver em um mundo fraturado. Ainda, fez questão de reafirmar a importância do bloco enquanto um essencial foro para debates e para o progresso na redução das tensões internacionais e na agenda de desenvolvimento sustentável: "Diante do quadro que vivemos, este grupo é hoje, possivelmente, o foro internacional mais importante onde países com visões opostas ainda conseguem se sentar à mesa e ter conversas produtivas", destacou¹²⁴.

Ao longo da programação foram realizadas duas sessões principais de trabalho, uma primeira para debater as tensões geopolíticas atuais e o papel do G20 enquanto fórum para busca de diálogo, e uma segunda sobre reformas na governança global¹²⁵. Em relação ao primeiro tema, vários países reiteraram a condenação da guerra na Ucrânia, como tem acontecido desde 2022 após o início do embate. Já sobre a situação da Faixa de Gaza, os pronunciamentos foram diversos, mas houve unanimidade no apoio à solução de dois Estados como sendo a única solução possível para o conflito entre Israel e Palestina¹²⁶. Em *briefing* concedido para a imprensa, Mauro Vieira informou outra consonância no que tange ao

¹²² Controvérsia de Lula com Israel ameaça ofuscar plano do Brasil para o G20? **BBC News**. 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cek77ve7ezvo>. Acesso em 25 fev. 2024.

¹²³ Reunião do G20 não terá comunicado final, sinalizando dificuldades de consenso no grupo. **CNN**. 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/reuniao-do-g20-nao-tera-comunicado-final-sinalizando-dificuldades-de-consenso-no-grupo/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹²⁴ Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da reunião de ministros de Relações Exteriores do G20 – Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024. **G20**. 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/discursos/discorso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-g20-rio-de-janeiro-21-de-fevereiro-de-2024>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹²⁵ Reunião de Chanceleres do G20 – Briefing à imprensa do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira - Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024. **G20**. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/discursos/reuniao-de-chanceleres-do-g20-briefing-a-imprensa-do-ministro-das-relacoes-exteriores-do-brasil-mauro-vieira-rio-de-janeiro-22-de-fevereiro-de-2024>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹²⁶ Solução de dois estados entre Palestina e Israel é unanimidade no G20. **Agência Brasil**. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/solucao-de-dois-estados-entre-palestina-e-israel-e-unanimidade-no-g20>. Acesso em: 25 fev. 2024.

entendimento de que as principais instituições multilaterais, como a ONU e o Banco Mundial, precisam de reformas para se adaptarem aos desafios atuais.

Especificamente sobre o Conselho de Segurança, o Brasil espera impulsionar uma reforma que inclua a adição de novos países enquanto membros rotativos e permanentes, sobretudo da América Latina, do Caribe e da África. Nesse sentido, a proposta de uma segunda reunião dos chanceleres foi aceita e será realizada em setembro, à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. Será a primeira vez em que o G20 se reunirá dentro da sede ONU e a iniciativa é vista como uma forma para promover um “chamado à ação” em favor da reforma da governança global. Ainda segundo Vieira, além desses assuntos, foram acolhidas no encontro as demais prioridades elencadas pelo país, como a busca da inclusão social e combate à fome e à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável em seus três pilares (o social, o econômico e o ambiental).

A despeito do encontro principal, reuniões bilaterais foram organizadas. No total, o Brasil realizou 17 encontros, tanto com representações de países-membros quanto de países e organizações convidadas. De acordo com informações do Itamaraty, todos os ministros que compareceram ao evento no Rio de Janeiro solicitaram reuniões bilaterais com o Brasil¹²⁷. Dentre elas, destacamos o encontro com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken. O encontro ocorreu no momento em que os países completam 200 anos de relações diplomáticas. Em coletiva para imprensa, Blinken destacou pontos que foram priorizados na conversa, como investimentos e cooperação na área ambiental, no combate à fome, na agricultura, na proteção dos direitos dos trabalhadores, e ações para diminuir as desigualdades raciais. Disse também que os EUA vão apoiar o Brasil e assegurar que a presidência do país no G20 seja um sucesso. Em relação ao conflito em Gaza, afirmou que discorda da fala de Lula, mas que “podemos ter discordâncias e ao mesmo tempo trabalharmos juntos”¹²⁸.

Imagem 2: Ministro Mauro Vieira discursa na abertura da reunião de chanceleres do G20



Fonte: [G20 Brasil](#), 2024.

¹²⁷ Agenda cheia: encontros bilaterais marcam reunião de Chanceleres. **G20**. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/agenda-cheia-encontros-bilaterais-marcam-reuniao-de-chanceleres>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹²⁸ Secretary Antony J. Blinken At a Press Availability. **US Department of State**. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-at-a-press-availability-47/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Por fim, outro desdobramento importante nesse íterim foi em relação ao andamento das discussões sobre a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma das principais inovações impulsionadas pela gestão brasileira no G20 neste ano. Em razão do cenário de múltiplas crises que aglutinam os desafios climáticos aos econômicos, as tensões geopolíticas e os efeitos duradouros da pandemia de COVID-19, a fome e a insegurança alimentar aumentaram muito nos últimos anos. Estudos de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), relatam que o mundo tem 735 milhões de pessoas nessa situação e que é necessário cerca de 78 bilhões de dólares anuais para alcançar o objetivo de tirar pessoas do Mapa da Fome e reduzir a pobreza mundial até 2030¹²⁹.

A solução para essa questão, todavia, passa longe de ser apenas financeira. Por essa razão, a Aliança Global está sendo estruturada com base em três pilares: o financeiro, o técnico e o institucional. Nas palavras do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias: “a Aliança é um mecanismo prático para mobilizar recursos financeiros e conhecimento de onde são mais abundantes e canalizá-los para onde são mais necessários”.

Assim sendo, no pilar financeiro, a proposta é que países mais ricos e fundos doadores mobilizem recursos para auxiliar países em desenvolvimento na implementação de ações contra a fome e a pobreza. No institucional, a ideia é o comprometimento com a implementação de políticas consideradas prioritárias. Já no pilar técnico, a intenção é aproveitar os conhecimentos existentes de diversas experiências de políticas públicas e tecnologias sociais que foram exitosas para a redução da fome e da pobreza. No caso do Brasil, os projetos como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Bolsa Verde e o plano Brasil Sem Fome, são exemplos de boas práticas nessa seara.

Importante ressaltar que a adesão dos países é voluntária e que cada um decidirá como implementar as políticas propostas, conforme a própria realidade local. Sobre isso, Renato Godinho, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apontou que “a Aliança Global não tenta impor uma gama de políticas a ninguém (...) mas tenta juntar as ferramentas e os recursos para basear decisões sobre o que tentar primeiro, depois, o que faz mais sentido naquela realidade e como será adaptado no momento da implementação”¹³⁰. Em relação ao aporte técnico, Dias afirmou que o Brasil vai colaborar para a meta com a transferência de conhecimento a partir de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fiocruz.

O resultado da primeira reunião técnica da Força-Tarefa para o estabelecimento da iniciativa foi positivo e uma proposta para mobilização de recursos financeiros começou a ser estruturada. Durante o encontro foram discutidos também os termos de adesão dos países interessados, além da possibilidade de financiamento privado. De acordo com o cronograma de reuniões do grupo, é esperado que uma proposta mais estruturada do documento de adesão seja apresentada em julho durante as reuniões ministeriais. A expectativa é que a iniciativa seja oficialmente lançada em novembro, durante a Cúpula de chefes de Estado e de Governo no Rio de Janeiro. Até lá, a coordenação tentará firmar parcerias públicas e privadas com partes

¹²⁹ Brasil propõe ao G20 aliança global contra a fome e pobreza. **Agência Brasil**. 21 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-02/forca-tarefa-do-g20-para-o-estabelecimento-de-uma-alianca-global-cont>. Acesso em: 25 fev. 2024.

¹³⁰ Brasil deve lançar em novembro aliança global contra fome e pobreza. **Agência Brasil**. 21 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/brasil-deve-lancar-em-novembro-alianca-contr-a-fome-e-pobreza>. Acesso em: 25 fev. 2024.

interessadas para financiarem e cooperarem de diversos modos para a implementação dessas políticas. Durante a viagem do presidente Lula ao continente africano houve, inclusive, o objetivo de angariar apoio dos países da União Africana à iniciativa.

O G7 sob presidência da italiana Giorgia Meloni dá início às reuniões ministeriais

Conforme calendário compartilhado no último informe, a agenda do G7 para o ano de 2024 sob presidência italiana começou com a reunião ministerial sobre comércio no dia 07 de fevereiro. O evento se deu via videoconferência e resultou na adoção de um comunicado conjunto¹³¹. O primeiro evento do ano no âmbito do grupo das sete potências foi presidido pelo vice-primeiro-ministro da Itália e Ministro das Relações Exteriores, Antonio Tajani¹³². Um dos objetivos da reunião era tratar da pauta do G7 para a 13ª Conferência Ministerial (MC13) da Organização Mundial do Comércio (OMC), que será realizada em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, no final de fevereiro. Segundo Tajani: “Trata-se de uma reunião crucial, considerando também o atual contexto geopolítico, caracterizado por crescentes tensões e conflitos que afetam diretamente as trocas comerciais, os portos e a economia mundial”, ainda acrescenta que “a Itália está fortemente convencida de que uma OMC reformada é fundamental para regular o comércio mundial em prol de nossas empresas e do desenvolvimento global, incluindo o da África, que é uma prioridade para a nossa Presidência”¹³³ (tradução livre).

As ações comerciais definidas para a presidência italiana do G7 estão baseadas em quatro pilares: 1) transformar o G7 em um agente de apoio para um sistema de comércio multilateral, colocando a OMC em seu centro; 2) dar continuidade às discussões sobre a promoção e o respeito de condições iguais em terceiros mercados, ou seja, “*Level-Playing Field*” (cenário com igualdade de regras de mercado ou taxações tributárias para todos os concorrentes); 3) promover debates sobre a relação entre o comércio e a sustentabilidade ambiental; 4) analisar a relação entre um comércio justo, acessível e sustentável e a segurança econômica. A próxima reunião com os Ministros do Comércio do G7 está prevista para julho em Reggio Calabria.

Embora não previsto no calendário, no último dia 17 de fevereiro ocorreu, em Munique, o primeiro encontro informal dos Ministros das Relações Exteriores do G7. A reunião também foi presidida por Antonio Tajani e emitiu uma declaração final em nome da Itália e dos ministros do Canadá, França, Alemanha, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, além do Alto Representante da União Europeia para Política Externa¹³⁴. O objetivo do encontro foi vir a público para renovar o compromisso com a defesa do Estado de Direito, princípios humanitários, direitos humanos universais e o direito internacional. No encontro, os ministros também aproveitaram a oportunidade para marcação da indignação contra a morte de Alexei Navalny¹³⁵

¹³¹ The Joint Communiqué issued by the G7 Trade Ministers on 7 February 2024. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Trade-Ministers-Joint-Communique-7-February-2024-FINAL.pdf>>. Acesso em: 25/02/2024.

¹³² Recentemente eleito por unanimidade novo secretário-geral do partido conservador italiano, Antonio Tajani, além da carreira política também é jornalista e ex-oficial da Força Aérea italiana.

¹³³ First G7 Trade Ministers’ Meeting. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/first-g7-trade-ministers-meeting/>>. Acesso em: 25/02/2024.

¹³⁴ Statement by Antonio Tajani, Minister for Foreign Affairs and International Cooperation of Italy in his capacity as Chair of the G7 Foreign Ministers’ Meeting at the Munich Security Conference (17 February 2024). G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-FM-Munich-Chair-Statement.pdf>>. Acesso em: 25/02/2024.

¹³⁵ Alexei Anatolievitch Navalny (1976-2024) foi um advogado, ativista e opositor de Putin. Enquanto líder da oposição russa, Navalny coordenava protestos contra o governo de Putin e lutava contra a corrupção.

e a cobrança à Rússia para que apure e esclareça as circunstâncias da morte. O G7 ainda cobrou da Rússia o "esclarecimento total das circunstâncias que envolveram a morte de Navalny", a "libertação de todos os prisioneiros injustamente detidos" e o "fim da perseguição da oposição política e a repressão sistemática dos direitos e liberdades dos russos". Além disso, a declaração também reforça o apoio inabalável à Ucrânia perto de completar dois anos da guerra com a Rússia.

Por fim, a declaração também traz luz ao conflito Israel x Hamas ao condenar os ataques terroristas do Hamas e exigir que o grupo entregue os reféns, também expressa apoio ao direito de defesa do Estado de Israel. No entanto, embora a declaração peça ações humanitárias urgentes para lidar com a situação em Gaza, não faz qualquer menção à parcela de responsabilidade do exército de Israel na morte de civis além de expressar "profunda preocupação" e a intenção de trabalhar por pausas prolongadas e duradouras nas hostilidades com o objetivo de um cessar-fogo. Ainda, pede que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, também conhecida pela sigla UNRWA (do inglês, *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*) atue com transparência sobre as alegações contra seus funcionários. Por fim, dentre outras menções, enfatizam que a violência de colonos é injustificável e atribuem à solução de dois Estados a alternativa de paz duradoura e se dizem comprometidos com isso.

Além desses 2 eventos, também ocorreu em 20 de fevereiro uma reunião extraordinária convocada pela presidência italiana com os ministros dos transportes. Presidida pelo ministro Matteo Salvini, a reunião via videoconferência objetivou discutir a crise no Mar Vermelho e a conectividade marítima internacional. Uma declaração foi emitida ao fim da reunião defendendo as rotas marítimas e a conectividade global, condenando os ataques realizados pelos Houthis contra embarcações comerciais que transitam pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Aden, e mostrou como as interrupções na navegação no Mar Vermelho levaram a aumentos significativos nas tarifas de transporte, com consequências para as cadeias de suprimentos e os preços globais¹³⁶. Um grupo de trabalho sobre cadeias de suprimentos de transporte será criado na próxima reunião ministerial de transporte do G7 que ocorrerá em Milão entre 11 e 13 de abril de 2024.

Além da menção aos dois anos da Guerra entre a Rússia e Ucrânia no encontro dos Ministros das Relações Exteriores no último dia 17, foi organizado também o encontro dos líderes do G7 no dia 24 de fevereiro com o objetivo de enfatizar o apoio à Ucrânia. O encontro ocorreu em Kiev, e contou com a presença de Volodymyr Zelensky (Ucrânia), Giorgia Meloni (Itália), Justin Trudeau (Canadá), Ursula von der Leyen (Comissão Europeia) e também o Primeiro-Ministro belga, Alexander De Croo. Na ocasião, o G7 reforçou o apoio a Kiev bem como a manutenção da assistência ao país e intensificação das sanções a Moscou, derrubando as suposições de que o G7 enfraqueceria o apoio com demais conflitos ocorrendo. O grupo também pediu à Rússia que investigue as circunstâncias da morte de Navalny, como já havia declarado em 17 de fevereiro. Sem previsão de fim do conflito, a Ucrânia pede remessas de armas e soldados. Meloni assinou um pacto de defesa de 10 anos com Zelensky e afirmou "A

No final de 2023 havia sido transferido para uma colônia penal remota na Sibéria e morreu subitamente no dia 16 de fevereiro sob suspeitas de assassinato. O Kremlin, no entanto, afirma não ter qualquer envolvimento com a morte.

¹³⁶ Extraordinary Meeting of G7 Transport Ministers on the Red Sea Crisis. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/g7-extraordinary-meeting-of-g7-transport-ministers-on-the-red-sea-crisis/>>. Acesso em: 25/02/2024.

mensagem que quero enviar hoje a todo o povo ucraniano é que não está sozinho". Já Trudeau assinou um acordo semelhante e prometeu cerca de 2,25 bilhões de dólares em apoio financeiro e militar este ano - "Estaremos ao lado da Ucrânia no que for preciso, durante o tempo que for preciso", disse o primeiro-ministro canadense¹³⁷. A declaração emitida na conclusão do evento pode ser lida na íntegra em: [G7 Leaders' Statement \(g7italy.it\)](https://www.g7italy.it)¹³⁸.

A economia de 2023 e as projeções econômicas de 2024 para a OCDE

Ao longo do mês de fevereiro de 2024, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou o retorno de uma série de atualizações de seus usuais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais, atualizando seus cinco principais índices de análise econômica internacional.

A começar pela atualização referente ainda ao mês de dezembro de 2023 de seu estudo e acompanhamento do consumo e da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)¹³⁹. O resultado de suas medições expõe que a inflação global da OCDE aumentou de 5,8% em novembro para 6,0% no último mês do ano de 2023, após três



meses seguidos de quedas.

Houve também a divulgação dos dados coletados pela organização de crescimento e bem-estar econômico internacional referentes ao período do terceiro trimestre do ano de 2023¹⁴⁰. Seus resultados apontam que a renda familiar per capita sofreu uma queda de 0,2% na OCDE, enquanto o produto interno bruto (PIB) per capita cresceu 0,3%. O cenário apresentado se caracteriza por encerrar os quatro trimestres consecutivos de crescimento no rendimento familiar real per capita, iniciados no terceiro trimestre de 2022. No entanto, apesar da

¹³⁷ Western leaders in Kyiv, G7 pledge support for Ukraine on war anniversary. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/western-leaders-kyiv-g7-pledge-support-ukraine-war-anniversary-2024-02-24/>>. Acesso em: 25/02/2024.

¹³⁸ G7 Leader's Statement. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Leaders-Statement.pdf>>. Acesso em: 25/02/2024.

¹³⁹ OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 7 February 2024. OCDE [Internet]. 2024 Feb 07 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-7-february-2024.htm>.

¹⁴⁰ OCDE. Growth and economic well-being: Third quarter 2023, OECD. OCDE [Internet]. 2024 Feb 08 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/sdd/na/growth-and-economic-well-being-third-quarter-2023-oecd.htm>.

diminuição global, onze países membros da organização registraram um aumento durante o período, com o maior aumento registrado na Hungria (5,5%).

Já a análise das taxas de desemprego internacionais de dezembro de 2023¹⁴¹ indicaram um cenário de estabilidade, mantendo-se em 4,8% e permanecendo assim abaixo de 5,0% ao longo do ano de 2023. Nesse sentido, tal ano é apresentado como o terceiro ano consecutivo a diminuir o número de desempregados na OCDE, atingindo 33,2 milhões – o nível anual mais baixo registrado desde o início da série de mapeamento sobre o tema da organização.

A organização publicou ainda sua mais recente atualização de seu monitoramento e estudo referente aos seus dados econômicos captados sobre o PIB da própria OCDE, da União Europeia, da Zona do Euro e de países participantes do G7¹⁴². Focando principalmente no quarto trimestre de 2023, seus dados indicaram a alta de 0,4% do PIB da OCDE, de acordo com as estimativas provisórias, e mantendo os baixos desempenhos econômicos apresentados nos últimos dois anos.

Outro índice atualizado foi o “*G20 International Trades*”¹⁴³, parte da iniciativa especializada no monitoramento de dados estatísticos e tendências em comércio e economia internacional, referente também ao quarto trimestre de 2023. Após alguns trimestres de declínio, o crescimento do comércio de mercadorias do G20 apresentou uma estabilização em termos de valor medidos em dólares estadunidenses, com poucas mudanças nas exportações e importações em comparação ao trimestre anterior do mesmo ano, devido ao contrabalanceamento da recuperação robusta no Leste Asiático com a desaceleração nas regiões europeia e norte-americana.

Sobre serviços, as estimativas preliminares apontam para um crescimento moderado do grupo no período, em relação ao trimestre anterior. Estima-se que as exportações e as importações de serviços tenham crescido em 1,6% e 1,3%, respectivamente, após a diminuição de 0,9% nas exportações e o aumento de 0,2% nas importações no terceiro trimestre.

Na esteira de tais dados, a organização econômica apresentou também sua mais recente análise e projeção econômica para a economia mundial e países do G20 para os anos de 2024 e 2025¹⁴⁴. O relatório intitulado “*OECD Economic Outlook, Interim Report February 2024: Strengthening the Foundations for Growth*”¹⁴⁵ aponta que as perspectivas de que o crescimento global se manterá, embora o ritmo do crescimento permaneça desigual entre países e regiões, e a inflação ainda esteja acima das metas. Os principais riscos de curto prazo identificados

¹⁴¹ OCDE. Unemployment Rates, OECD - Updated: February 2024. OCDE [Internet]. 2024 Feb 15 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-updated-february-2024.htm>.

¹⁴² OCDE. GDP Growth - Fourth quarter of 2023, OECD. OECD [Internet]. 2024 Feb 21 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/gdp-growth-fourth-quarter-2023-oecd.htm>.

¹⁴³ OCDE. International trade statistics: trends in fourth quarter 2023. OECD [Internet]. 2024 Feb 22 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/international-trade-statistics-trends-in-fourth-quarter-2023.htm>.

¹⁴⁴ OCDE. Growth continuing at a modest pace through 2025, inflation declining to central bank targets. OCDE [Internet]. 2024 Feb 05 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/growth-continuing-at-a-modest-pace-through-2025-inflation-declining-to-central-bank-targets.htm>

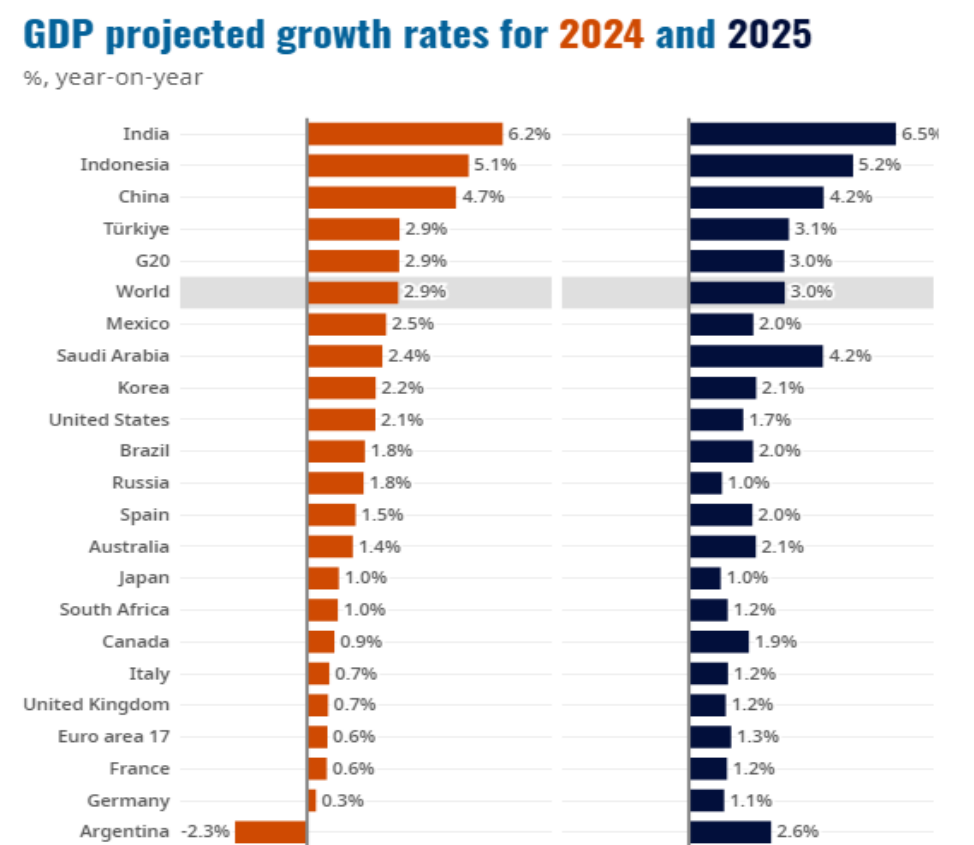
¹⁴⁵ OCDE. OECD Economic Outlook, Interim Report February 2024: Strengthening the Foundations for Growth. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://doi.org/10.1787/0fd73462-en>

incluem as altas tensões geopolíticas, principalmente se o conflito no Oriente Médio afetar os mercados de energia, e a incerteza sobre a força do impacto contínuo das taxas de juros mais altas.

O panorama projeta, portanto, um crescimento de 2,9% do PIB global em 2024 e uma ligeira melhora para 3,0% em 2025, em conformidade com as projeções anteriores da OCDE em novembro de 2023. Estima-se ainda que a inflação permaneça a diminuir gradualmente, conforme as pressões de custo se moderem, prevendo também que a inflação básica nos países do G20 diminua de 6,6% em 2024 para 3,8% em 2025 e que o núcleo de inflação (*core inflation*, em inglês) nas maiores economias do G20 caia para 2,5% em 2024 e 2,1 em 2025. As projeções do PIB para o cenário brasileiro são de 1,8% em 2024 e de 2,0% em 2025.

O documento publicado indica assim que a política monetária deve permanecer prudente para garantir que a inflação retorne de forma duradoura à meta, embora as taxas de juros possam ser ajustadas e reduzidas de acordo com a inflação. Os governos necessitam então concentrar seus esforços a fim de garantir a sustentabilidade fiscal, inclusive por meio de medidas para reduzir as pressões de gastos futuros e por reformas políticas estruturais que fortaleçam as bases do crescimento sustentável, com as ações prioritárias para acelerar a descarbonização, reavivar o comércio global e a otimização de resultados educacionais.

Figura 1: Projeção das taxas de crescimento do PIB para 2024 e 2025



Fonte: OCDE, 2024.

Paralelamente, o período foi marcado também pela divulgação do relatório “*OECD Services Trade Restrictiveness Index: Policy Trends up to 2024*”¹⁴⁶. Baseando-se no Índice de Restritividade do Comércio de Serviços da OCDE (STRI, em sua sigla em inglês) e suas informações comparáveis e atualizadas anualmente sobre regulamentações que afetam o comércio de serviços em 50 países e 22 setores no período entre 2014 e 2024, a organização busca identificar e destacar os principais desenvolvimentos de políticas até 2024 e as últimas tendências que afetam o comércio de serviços e o comércio digital, indicando também as melhores práticas e países que lideraram as reformas no setor de serviço. A edição mais atual do estudo indica, por exemplo, que Japão, Espanha e Reino Unido obtiveram as menores barreiras regulatórias para o comércio de serviços em 2023, enquanto China, Coreia do Sul e Portugal foram identificados como os países que promulgaram os mais altos níveis de reformas de liberalização no comércio de serviços no ano¹⁴⁷.

Outra pauta de destaque do período foi o reforço em medidas de fortalecimento da parceria entre a OCDE e o Fundo Monetário Árabe (AMF), que prorrogaram o prazo de um Memorando de Entendimento de 2017¹⁴⁸. De acordo com o documento, as duas instituições projetam e desenvolvem programas conjuntos com o objetivo de aumentar a estabilidade monetária e o desenvolvimento econômico na região árabe e, devido a extensão de sua atividade, ambas permanecerão em sua cooperação e diálogo.

Por fim, no que tange às publicações diretamente relacionadas à área de saúde, ressalta-se a publicação do estudo “*Securing Medical Supply Chains in a Post-Pandemic World*”¹⁴⁹. Parte de sua iniciativa de publicações de análises sobre desempenho e organização dos sistemas de saúde e fatores que explicam as variações de performance, a nova adição à série volta sua atenção para as complexas e internacionalizadas cadeias de suprimentos médicos, bases também dos sistemas de saúde resilientes.

Ao analisar como a pandemia de Covid-19 combinou um aumento sem precedentes na demanda com interrupções no fornecimento e no comércio, que exacerbou também a crescente escassez preexistente de medicamentos essenciais (como antibióticos e anestésicos) e gerou o desabastecimento de dispositivos médicos (como máscaras faciais e respiradores), o relatório busca oferecer percepções sobre as vulnerabilidades e riscos das cadeias de suprimentos de medicamentos e dispositivos médicos, buscando apontar também mecanismos e políticas alternativos que antecipem e atenuem os riscos de escassez de medicamentos e dispositivos médicos, tanto em situações rotineiras, quanto no contexto de crises graves.

Dentre seus pontos tratados e achados, o estudo ainda enfatiza a necessidade do fortalecimento da resiliência de longo prazo das cadeias de suprimentos médicas, que exigem

¹⁴⁶ OCDE. *OECD Services Trade Restrictiveness Index: Policy Trends up to 2024*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://doi.org/10.1787/b9e5c870-en>.

¹⁴⁷ OCDE. Renewed efforts are needed to open markets as barriers to services trade remained high in 2023. OCDE [Internet]. 2024 Feb 12 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/renewed-efforts-are-needed-to-open-markets-as-barriers-to-services-trade-remained-high-in-2023.htm>.

¹⁴⁸ OCDE. OECD, Arab Monetary Fund reinforce cooperation to support regional financial and economic development. OCDE [Internet]. 2024 Feb 12 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-arab-monetary-fund-reinforce-cooperation-to-support-regional-financial-and-economic-development.htm>.

¹⁴⁹ OCDE. *Securing Medical Supply Chains in a Post-Pandemic World*. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Feb 23]. Available from: <https://doi.org/10.1787/119c59d9-en>.

abordagens colaborativas que equilibrem as medidas mais bem empreendidas pelo setor privado com aquelas mais adequadamente gerenciadas pelos governos ou supranacionais.

Assim, o relatório culmina na recomendação de duas linhas de ação principais: a primeira consiste na melhora da visibilidade e aproveitamento das informações em toda cadeia de suprimentos a fim de antecipar e, quando possível, evitar a escassez mais prontamente; já a segunda se concentra em abordar as causas básicas da escassez, para mitigar (ou reduzir a exposição) os riscos de insuficiências. Para além disso, a cooperação internacional entre os setores privados e públicos e o estabelecimento de processos para definir listas de produtos críticos específicos para diferentes situações de emergência e o monitoramento de fluxos internacionais e regionais desses produtos são também mecanismos recomendados pela organização intergovernamental.

Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da Reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024

Fonte: [Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da reunião de ministros de Relações Exteriores do G20 – Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024](#)

Postado em: 21/02/2024 15:04

Senhoras e senhores Ministros de Relações Exteriores, Representantes de Organizações Internacionais, Chefes de Delegação, Senhoras e senhores:

Gostaria, antes de mais nada, de dar as boas-vindas a todos ao Brasil para a primeira Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20 deste ano.

O Rio de Janeiro ocupa um lugar especial no coração de todos os brasileiros. Espero que suas agendas permitam algum tempo para visitar esta bela cidade durante sua estada no país.

Como anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula de Líderes de Nova Delhi em setembro passado, a Presidência do Brasil no G20 tem como foco três prioridades principais: 1) o combate à fome, pobreza e desigualdade; 2) o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental); e 3) a reforma da governança global.

Nesta reunião, a Presidência Brasileira do G20 propõe que nos concentremos na terceira prioridade estabelecida pelo Presidente Lula: a reforma da governança global.

Antes de prosseguirmos com esse tema, permitam-me apenas reiterar a importância que o Brasil atribui à promoção da inclusão social, ao combate à fome e à pobreza e à realização do desenvolvimento sustentável, que serão abordados mais a fundo em outras reuniões.

Em particular, gostaria de fazer um apelo a todos vocês para que prestem especial atenção e deem apoio às discussões em curso com o objetivo de lançar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma prioridade-chave de nossa presidência no G20. Meu país gostaria de contar com o apoio de todos os membros, países convidados e organizações internacionais para que, na Cúpula de Líderes do Rio de Janeiro, em novembro próximo, as vinte maiores economias do mundo possam anunciar uma contribuição efetiva para erradicar a fome no mundo.

Prezados colegas,

Esta reunião terá dois itens de agenda. Hoje discutiremos o papel que o G20 pode desempenhar no tratamento das tensões internacionais em curso e amanhã nos aprofundaremos no tema da reforma da governança global.

Iniciaremos agora a primeira sessão. De acordo com a prática do G20, os membros da troika falarão primeiro, seguidos pelos outros membros do G20, pelos países convidados e pelas organizações internacionais. Em cada um desses grupos, a palavra será dada em ordem alfabética, de acordo com o nome em inglês de cada país ou organização.

Peço a colaboração de todos para observarmos o tempo de cinco minutos para as intervenções dos países membros do G20 e de três minutos para os países e as organizações internacionais convidadas.

Passo agora à minha intervenção em capacidade nacional.

Senhoras e senhores Ministros e representantes de Organizações Internacionais,

O G20 é um fórum internacional de crescente relevância. Hoje, questões das mais diversas naturezas integram os debates do grupo.

Como todos sabemos, as Nações Unidas foram criadas como a organização que, por excelência, deve lidar com questões de paz e segurança. O G20, por sua vez, foi concebido como um fórum privilegiado para discussões sobre questões financeiras e de desenvolvimento, com legitimidade e ferramentas para lidar com tais desafios.

Diante do quadro que vivemos, no entanto, este grupo é hoje, possivelmente, o foro internacional mais importante onde países com visões opostas ainda conseguem se sentar à mesa e ter conversas produtivas, sem necessariamente carregar o peso de posições arraigadas e rígidas que têm impedido avanços em outros foros, como o Conselho de Segurança.

Na nossa visão, o G20 pode e deve desempenhar um papel fundamental para a redução das tensões internacionais, bem como no avanço da agenda de desenvolvimento sustentável.

Caros colegas,

O Brasil está profundamente preocupado com a situação internacional atual no tocante a paz e segurança. Segundo algumas estimativas, atingimos um número recorde de conflitos em andamento no mundo – mais de 170 –, enquanto as tensões geopolíticas também estão aumentando.

O Brasil ocupa um lugar no mundo que nos permite discutir essas mesmas tensões internacionais em qualquer foro internacional. Nossas posições sobre os casos ora em discussão no G20, em particular a situação na Ucrânia e na Palestina, são bem conhecidas e foram apresentadas publicamente nos foros apropriados, como o Conselho de Segurança da ONU e a Assembleia Geral da ONU.

As instituições multilaterais, contudo, não estão devidamente equipadas para lidar com os desafios atuais, como demonstrado pela inaceitável paralisia do Conselho de Segurança em relação aos conflitos em curso. Esse estado de inação implica diretamente perdas de vidas inocentes.

O Brasil não aceita um mundo em que as diferenças são resolvidas pelo uso da força militar. Uma parcela muito significativa do mundo fez uma opção pela paz e não aceita ser envolvida em conflitos impulsionados por nações estrangeiras. O Brasil rejeita a busca de hegemonias, antigas ou novas. Não é do nosso interesse viver em um mundo fraturado.

Em nossa região, um exemplo claro de abordagens divergentes no campo de paz e segurança vem do fato de que o norte está unido em torno de uma aliança militar, enquanto o sul é coberto por diversas camadas e zonas de paz e cooperação, como a ZOPACAS, a OPANAL, a África desnuclearizada sob resolução da ONU, a própria União Africana e muitos outros exemplos.

A situação absolutamente extraordinária em que todo o Hemisfério Sul do planeta optou por permanecer desnuclearizado é pouco destacada sob a narrativa predominante.

Os casos bem-sucedidos de cooperação pacífica da América Latina, África, Sudeste Asiático e Oceania fazem com que as vozes dessas regiões devam ser ouvidas nos foros relevantes com especial cuidado e atenção.

Prezados colegas,

Sem paz e cooperação, será extremamente difícil alcançarmos a prometida mobilização em larga escala dos recursos necessários para enfrentar as ameaças existenciais que enfrentamos, em particular o combate à pobreza e à desigualdade e a proteção do meio ambiente.

Não é minimamente razoável que o mundo ultrapasse - e muito – a marca de US\$ 2 trilhões em gastos militares a cada ano. A título de comparação, os programas de ajuda da Assistência Oficial ao Desenvolvimento permanecem estagnados em torno de US\$ 60 bilhões por ano – menos de 3% dos gastos militares. Os desembolsos para combater mudanças climáticas, sob o amparo do Acordo de Paris, mal conseguem alcançar os compromissos de US\$ 100 bilhões por ano, portanto menos de 5% dos gastos militares.

Se a desigualdade e mudanças climáticas de fato constituem ameaças existenciais, não consigo evitar a sensação de que nos faltam ações concretas sobre tais questões.

Temos problemas urgentes a resolver no tocante ao desenvolvimento e à luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade; temos desafios gigantescos em relação às mudanças climáticas e ao meio ambiente; temos uma responsabilidade coletiva de liderar o mundo rumo à prosperidade para todos e todas. Essas são as guerras que devemos travar em 2024.

Em todos esses esforços, é de fundamental importância termos um sistema multilateral moderno, eficaz e eficiente, guiado por normas e princípios rigorosamente seguidos por todos os países, com as Nações Unidas em seu centro.

Não podemos ignorar o fato de que a governança global precisa de profunda reformulação. Nossas diferenças devem ser resolvidas ao amparo do multilateralismo e das Nações Unidas, utilizando como métodos o diálogo e a cooperação, e nunca por meio de conflitos armados – questões essas que serão discutidas com mais profundidade amanhã, na sessão dedicada à reforma da governança global.

À medida que o G20 avança nas discussões sobre seu papel diante das tensões internacionais em curso, encorajo todos os países a iniciarem o diálogo reiterando seus compromissos sob a Carta das Nações Unidas e rejeitando publicamente o uso da força, a intimidação, as sanções unilaterais, a espionagem, a manipulação em massa de mídias sociais e quaisquer outras medidas incompatíveis com o espírito e as regras do multilateralismo como meio de lidar com as relações internacionais.

O Brasil incentiva de modo enfático que todos os membros do G20 mudem o foco do debate para a busca de respostas concretas, centrados no que temos em comum, e que adotem medidas para a construção de confiança. Falamos desses temas por experiência e vivências próprias, não por idealismo. O Brasil está pronto para contribuir com ideias e propostas concretas nesse sentido.

Muito obrigado a todas e a todos.

Viagem de Lula ajuda a fortalecer a integração do Egito e Etiópia no BRICS

Lula's journey helps strengthen the integration of Egypt and Ethiopia into BRICS

Claudia Hoirisch

Abstract. *President Lula met in February with Egyptian President Abdel al-Sisi in Cairo and announced agreements on technical cooperation, bioenergy, S,T&I and agriculture, a visit that strengthens Egypt's integration into the BRICS alliance. In the area of S,T&I, the two presidents signed an MoU to reinforce cooperation between the two countries and encourage collaboration between universities, research institutes and companies, including joint R,D&I projects, RRHH exchanges and seminars. They discussed ways to improve bilateral relations, cooperation in internal forums and Egypt's membership in the BRICS. They considered topics such as climate change, the current configuration of the UNSC and the reform of international organizations. Egypt will participate in the G20 meeting at the invitation of the Brazilian government, which will hold the bloc's presidency until December this year. Egypt's rapprochement with BRICS dates back to 2021, year in which the Arab country became a member of the NDB. After visiting Egypt, Lula had an agenda in Addis Ababa, the capital of Ethiopia, with Ethiopian PM Abiy Ahmed. Like Egypt, Ethiopia recently joined the BRICS. Lula and Ahmed debated topics such as development cooperation and trade promotion. On February 17, Lula attended the opening of the 37th African Union Summit, in Addis Ababa an entity that brings together 55 countries and which is now part of the G20. At the African Summit, he addressed priority themes for the Brazilian presidency of the G20 such as energy transition, combating inequality and hunger, sustainable development and reform of global governance institutions. Regarding hunger and poverty, the idea was to take advantage of the presence of several heads of state in the region to garner support for the proposal to create the Global Alliance Against Hunger and Poverty and accelerate efforts to achieve the SDGs/UN. In promoting sustainable development, as part of its social pillar, the Brazilian president announced the expansion of health cooperation with the African continent, which includes the creation of a Fiocruz representation in Addis Ababa to strengthen the public health system. Brazil will extend its partnership to health by working with CDC/Africa to tackle neglected tropical diseases. The goal will be to expand access to medicines. To this end, Brazil will create an outpost of cooperation with the AU in sectors such as health, S&T, education, agricultural research and environment. The diplomatic representation in Addis Ababa will have employees from ABC, Embrapa and Fiocruz, R&D bodies in health and agriculture.*

Keywords: *Health cooperation. Cooperation in S,T&I. Development cooperation. Egypt. Ethiopia. BRICS. 37th African Union Summit. Global Alliance Against Hunger and Poverty in Africa. SDGs. CDC/Africa. Fiocruz representation in Ethiopia. Cooperation with UA.*

Resumo. *O presidente Lula reuniu-se em fevereiro com o presidente egípcio Abdel al-Sisi no Cairo e anunciou acordos em cooperação técnica, bioenergia, C,T&I e agricultura, uma viagem que fortalece a integração do Egito na aliança BRICS. Na área de C,T&I, os dois presidentes assinaram um MdE para reforçar a cooperação entre os dois países e incentivar a colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e empresas, incluindo projetos conjuntos de P,D&I, intercâmbio de pessoal e seminários. Discutiram formas de melhorar as relações bilaterais, a cooperação em fóruns internos e a adesão do Egito aos BRICS. Conversaram sobre temas como mudança climática, a atual configuração do CSNU e a reforma das organizações internacionais.*

O Egito participará do encontro do G20 a convite do governo brasileiro, que ocupará a presidência do bloco até dezembro deste ano. A aproximação do Egito com o BRICS data de 2021; ano em que o país árabe se tornou membro do Banco dos BRICS (NBD). Após visitar o Egito, Lula teve agenda em Adis Abeba, capital da Etiópia, com o PM etíope Abiy Ahmed. Assim como o Egito, a Etiópia ingressou recentemente no BRICS. Lula e Ahmed discutiram temas como a cooperação para o desenvolvimento e a promoção do comércio. No dia 17 de fevereiro, Lula compareceu à abertura da 37ª Cúpula da União Africana em Adis Abeba, entidade que reúne 55 países e que passou a integrar o G20. Na Cimeira africana Lula abordou temas prioritários da presidência brasileira no G20: transição energética, combate à desigualdade e à fome, desenvolvimento sustentável e reforma das instituições da governança global. No quesito fome e pobreza, a ideia foi aproveitar a presença de diversos chefes de Estado da região para angariar apoio à proposta de criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e acelerar os esforços para atingir os ODS definidos pela ONU. Na promoção do desenvolvimento sustentável, em seu pilar social, o presidente brasileiro anunciou a ampliação da cooperação em saúde com o continente africano, o que inclui a criação de uma representação da Fiocruz em Adis Abeba para o fortalecimento do sistema público de saúde. O Brasil irá estender sua parceria para a área da saúde ao trabalhar com o CDC/África para enfrentar doenças tropicais negligenciadas. A meta será ampliar o acesso a medicamentos. Para tanto, o Brasil criará um posto avançado de cooperação junto à UA em setores como saúde, C&T, educação, pesquisa agrícola e meio ambiente. A representação diplomática em Adis Abeba contará com pessoal da ABC, Embrapa e a Fiocruz, órgãos de P&D em saúde e agropecuária.

Palavras-chave: Cooperação em saúde. Cooperação em C,T&I. Cooperação para o desenvolvimento. Egito. Etiópia. BRICS. 37ª Cúpula da União Africana. Aliança Global contra a Fome e a Pobreza na África. ODS. CDC/África. Representação da Fiocruz na Etiópia. Cooperação com UA.

Lula embarcou em uma viagem pela África que incluiu Egito e Etiópia, recém ingressos no BRICS

África é uma parte do mundo que pode crescer muito e os países ricos precisam acreditar no investimento que tem que fazer no continente africano¹⁵⁰
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, presidente do Brasil

O presidente Lula se encontrou dia 15/2/2024 com o presidente egípcio Abdel Fattah al-Sisi no Cairo onde anunciaram acordos em agricultura, cooperação técnica, bioenergia e ciência, tecnologia e inovação¹⁵¹, uma viagem que fortalece a integração do Cairo na aliança BRICS.

¹⁵⁰ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/na-etioopia-lula-exalta-uniao-entre-brasil-e-africa-durante-coletiva-de-imprensa#:~:text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%BAblica%2C%20Luiz,cinco%20dias%20no%20continente%20africano.>

¹⁵¹ <https://leiaisso.net/pshr6/>

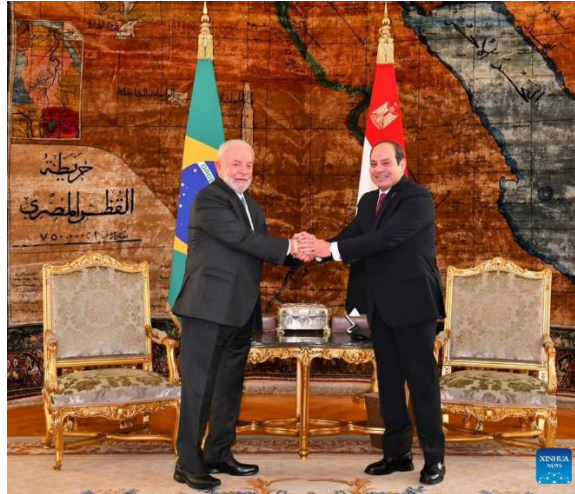


Foto: O presidente egípcio Sisi se reúne com o Lula no Egito, em 15/2/2024

Fonte: Presidência Egípcia, Divulgação Xinhua

Os dois presidentes assinaram um MdE para reforçar a cooperação bilateral em C&T e incentivar a colaboração entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, incluindo projetos conjuntos de investigação, desenvolvimento e inovação, intercâmbio de pessoal e seminários.

Discutiram formas de melhorar as relações bilaterais, a cooperação em fóruns internos e a sua adesão aos BRICS¹⁵². Trataram de temas como mudança do clima, a atual configuração do Conselho de Segurança da ONU e a reforma das organizações internacionais.

O Egito participará do G20 a convite do governo brasileiro, que ocupará a presidência do bloco até dezembro.

A aproximação do Egito com o BRICS data de 2021. Naquele ano o país árabe tornou-se membro do **Novo Banco de Desenvolvimento** (NBD), que passou a incluir Bangladesh, Uruguai e Emirados Árabes Unidos.

Não há, no momento, projetos aprovados para o Egito por parte do NBD, mas isso não quer dizer que o país árabe não possa fazer uso da instituição como fonte de financiamento alternativa às organizações internacionais dominadas pelo G7, como é o caso do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Após visitar o Egito, Lula teve agenda em Adis Abeba, capital da Etiópia.

Lula aproveitou sua passagem para participar da 37ª **Cúpula da União Africana**, que ocorreu nos dias 17 e 18 de fevereiro. Composta por 55 países da região e 1,5 bilhão de habitantes, a União Africana tornou-se membro permanente do G20¹⁵³ em 2023, com a ajuda do Brasil. As nações africanas enfrentam muitos desafios semelhantes ao Brasil.

¹⁵² <https://www.al-monitor.com/originals/2024/02/brazils-lula-signs-cooperation-deals-egypt-visit-will-head-ethiopia-next>

¹⁵³ O G20 já contava com as dezenove maiores economias do mundo, mais a UE e fará uma reunião de chefes de Estado em novembro desse ano no Brasil¹⁵³.



Lula em reunião com o PM da Etiópia, Abiy Ahmed, 16/2/2024

Crédito: Palácio do Planalto / Ricardo Stuckert

No encontro da entidade africana, Lula defendeu uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza^{154,155} no âmbito da ONU. Lançada por Lula em reunião do G20, a ideia é criar uma força-tarefa específica do G20 para adotar medidas emergenciais contra a fome e a pobreza no mundo, principalmente em países africanos. Na cúpula africana, o Brasil apresentou uma proposta de funcionamento da aliança global, com medidas práticas e modelos de combate à pobreza a partir de iniciativas já testadas com sucesso, como o Bolsa Família no Brasil. A criação da Aliança busca acelerar os esforços para atingir as medidas dos ODS definidos pela ONU. O Brasil espera concretizar a aliança global dentro do G20 até novembro de 2024, durante a cúpula da entidade no RJ. Já na coletiva de imprensa em Adis Abeba, o presidente citou o programa federal Mais Alimentos, que fomenta a produção de alimentos e incrementa a produtividade da agricultura familiar, com financiamento e assistência técnica. Segundo Lula, será discutida a expansão do programa para o continente africano.

Voltando à Cimeira, o presidente brasileiro também anunciou a ampliação da cooperação em saúde com o continente africano, o que inclui a criação de uma representação da Fiocruz em Adis Abeba.

A abertura da nova representação da Fiocruz, a segunda na África, vem a partir da experiência bem-sucedida em Moçambique, onde a Fundação vem atuando de forma estruturante para o fortalecimento do sistema público de saúde local.

O Brasil irá estender sua parceria para a área da saúde ao trabalhar com o Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (CDC/África) para enfrentar doenças tropicais negligenciadas. A meta será a ampliação do acesso a medicamentos, evitando a falta de vacinas tal como a que ocorreu na Covid-19. Para tanto, o Brasil criará um posto avançado de cooperação junto à União Africana em setores como saúde, ciência e tecnologia, educação, pesquisa agrícola e meio ambiente. A representação diplomática em Adis Abeba contará com funcionários da Agência Brasileira de Cooperação, Embrapa e a Fiocruz, órgãos de P&D em saúde e agropecuária.

¹⁵⁴ <https://g1.globo.com/politica/post/2024/02/15/lula-chega-a-capital-da-etioopia-para-reunioes-e-participacao-na-cupula-da-uniao-africana.ghtml>

¹⁵⁵ <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2024/02/13/em-viagem-a-africa-lula-e-wellington-dias-vaao-tratar-da-criacao-da-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza.ghtml>

Na reunião dos MS da UA, a Fiocruz foi apresentada como parceira do continente. Jean Kaseya, diretor geral do CDC África, destacou a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde dos países do continente, por meio da formação de quadros profissionais em saúde pública e do aumento da produção local. A ampliação da produção deve ir do desenvolvimento e a realização de estudos clínicos, passando por aspectos regulatórios e produção. Espera-se que haja transferência de tecnologia por parte do Brasil¹⁵⁶.

Segundo o diretor geral do CDC África, a força de trabalho é o ponto mais frágil do continente. A Fiocruz pode contribuir com sua capacidade de formação pessoal, com os programas de pós-graduação em saúde pública e em ciências biológicas, tanto recebendo alunos africanos na Fundação como na organização de programas na África – iniciativas que têm sido bem-sucedidas em Moçambique¹⁵⁷.

O desdobramento esperado da viagem é a consolidação do projeto de colaboração por meio de um documento firmando os compromissos a ser assinado na AMS em maio deste ano, em Genebra.

¹⁵⁶ <https://portal.fiocruz.br/print/186124>

¹⁵⁷ <https://portal.fiocruz.br/print/186124>

Passeio do “Tio Sam” pela América do Sul: velhos parceiros, novos interesses?

Gira del “Tío Sam” por América del Sur: ¿viejos socios, nuevos intereses?

**Samia de Brito
Miryam Minayo
Sebastian Tobar**

Resumen. *En esta edición de nuestro informe, presentamos el panorama político reciente de la región latinoamericana, con los principales temas que han sido objeto de la agenda regional. Asimismo, destacamos las principales actividades de la CEPAL, como el lanzamiento del Observatorio de Desarrollo Digital y del Anuario Estadístico de la CEPAL 2023, que ofrece un conjunto de estadísticas regionales sobre los tres pilares del desarrollo. También observamos las agendas de organizaciones regionales relacionadas con la salud y el desarrollo, tales como: las acciones en áreas de Salud Digital y combate al Cáncer del ORAS-CONHU; la promoción de acciones en áreas de Salud Digital, Salud en las fronteras y control de enfermedades no transmisibles por parte de la COMISCA; la realización del Foro sobre Cooperación Internacional en Desastres liderado por la SELA; la participación de la OTCA como invitada en la reunión de cancilleres del G20 y la Jornada Latinoamericana y Caribeña de Integración de los Pueblos.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Integración regional. G20.*

Resumo. Nesta edição de nosso informe, trazemos o panorama político recente da região latino-americana, com os principais temas que foram objeto da agenda da região. Igualmente, destacamos as principais atividades da CEPAL, como foi o lançamento do Observatório de Desenvolvimento Digital e do Anuário Estatístico da CEPAL 2023, que oferece um conjunto de estatísticas regionais sobre os três pilares do desenvolvimento. Também observamos as agendas de organizações regionais ligadas a saúde e desenvolvimento como: as ações nas áreas de Saúde Digital e combate ao Câncer do ORAS-CONHU; a promoção de ações nas áreas de Saúde Digital, Saúde nas fronteiras e controle de doenças não transmissíveis pela COMISCA; a realização do Fórum sobre Cooperação Internacional em Desastres liderado pela SELA; a participação da OTCA como convidada na reunião dos chanceleres do G20 e a Jornada Latino-Americana e Caribenha de Integração dos Povos.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Integração regional. G20.

Panorama político internacional da região

A declaração do presidente brasileiro comparando as ações militares do governo de Israel na Faixa de Gaza ao holocausto repercutiu também nas relações latino-americanas. Alguns países da região como Colômbia, Bolívia, Cuba e Venezuela manifestaram seu apoio à fala de Lula e ao posicionamento brasileiro diante da que guerra na Palestina.

A declaração de Lula ocorreu no encerramento de sua viagem à Etiópia para participação na 37ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da União Africana, poucos dias antes da reunião de chanceleres do G20 e países e instituições convidados, que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 22 de fevereiro.

Na ocasião esteve presente o Secretário de Estado estadunidense Antony Blinken. O chefe da diplomacia americana disse discordar profundamente da comparação feita por Lula, mas minimizou a polêmica dizendo que divergências fazem parte da relação entre ‘amigos’. Segundo Blinken, *“nós temos diferenças em alguns problemas e em como abordamos esses problemas, e nesta questão em particular da comparação de Gaza com o Holocausto, nós discordando profundamente. Mas isso é também algo que amigos fazem.”*¹⁵⁸

A resposta de Blinken tem muito a ver com as disputas de liderança, influência e alinhamento entre China e os Estados Unidos na região. A declaração morna do americano indica não haver interesse em criar indisposições com um país e um mercado tão importante na região como é o Brasil, que vem retomando substancialmente sua presença internacional.

Com relação ao encontro dos chanceleres do G20, vale destacar o saldo positivo do encontro, emplacando nas pautas temas chaves da agenda internacional, como as reformas da arquitetura financeira internacional e da governança global, sobretudo a questão do direito ao veto e o assento permanente no Conselho de Segurança, combate ao aquecimento global e promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social e combate à fome e à pobreza – além das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza¹⁵⁹.

Sob o lema *“O Brasil está de volta”*, o Presidente Lula tem desdobrado importante diplomacia e atuação internacional. Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos propósitos da Presidência Pro Tempore do G-20 do Brasil é analisar questões de as bases, mostrando como as questões globais dialogam diretamente com o cotidiano das pessoas, especialmente as mais vulneráveis, vítimas da fome, da pobreza e do racismo ambiental. Contribuindo para a democratização da política externa, o Brasil busca promover a participação social e fomentar o diálogo e a sinergia entre os diferentes grupos de compromisso do bloco¹⁶⁰.

O chefe da diplomacia estadunidense participou da reunião do G20 e, em seguida, viajou para Buenos Aires para reunir-se com o Presidente da Argentina Javier Milei. O objetivo do encontro era estabelecer boas relações com o novo governo argentino e avançar estrategicamente na América Latina. Ambos os países exibiram maior harmonia quanto à agenda internacional do que o fizeram Lula e Blinken.

No atual contexto geopolítico, apesar das diferenças ideológicas e políticas entre Joseph Biden e Milei, a Casa Branca está interessada em fortalecer a liderança de Javier Milei, apoiando a revitalização da economia, não obstante, buscam assegurar o compromisso com os direitos humanos e a democracia.

¹⁵⁸ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/22/no-rio-secretario-de-estado-dos-eua-discursa-em-evento-a-parte-do-g20.ghtml>

¹⁵⁹ A embaixadora Maria Luisa Escorel destacou que as pautas apontadas como prioritárias pelo Brasil na presidência do G20 são consenso entre os participantes, com destaque ao tema da reforma da governança global. "À luz da situação do mundo em termos geopolíticos, da questão dos conflitos que vêm se multiplicando e se agravando, não há como escapar de uma reforma da governança global, seja do Conselho de Segurança da ONU, seja das organizações financeiras. É preciso encontrar soluções para que a comunidade internacional esteja mais preparada para lidar com essas questões tão sensíveis que vem afetando o mundo inteiro". Vide: <https://noticias.r7.com/brasil/reuniao-de-chanceleres-do-g20-foi-positiva-para-brasil-apontam-especialistas-24022024>

¹⁶⁰ <https://latinoamerica21.com/es/potencialidades-y-limites-del-g20-bajo-la-presidencia-de-brasil/>

Blinken abordou diversos temas durante seu encontro, incluindo o crescimento econômico sustentável, o compromisso com os direitos humanos e a democracia, questões relacionadas a minérios críticos, bem como melhorias no comércio e investimento. Sua visita à Argentina reflete o desejo de obter uma compreensão direta da situação do país e expressar apoio, porém, questões cruciais para os Estados Unidos, como direitos humanos e mudanças climáticas, destacam-se. Eles buscam garantias de que as reformas ocorram dentro de um contexto democrático, preservando os direitos humanos.^{161 162 163}

Da Sala Oval da Casa Branca observa-se com preocupação a aproximação do Brasil e da Colômbia com a China e a Rússia, em especial os investimentos chineses nas compras de lítio, na Hidrovia Paraná-Paraguai¹⁶⁴, bem como no setor energia na região.

A China tem buscado avançar nas suas relações diplomáticas e comerciais com a América Latina também em contraponto ao apoio dos países da região a Taiwan¹⁶⁵. Sete países latino-americanos reconhecem Taiwan como um Estado soberano: Guatemala, Paraguai, Haiti, Belize, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas.

O presidente do México López Obrador, embora queira alinhar-se ideológica e politicamente com as tendências dos países da América Latina, tem ao norte forte motivação econômica (80% das suas exportações se destinam aos Estados Unidos) e longas décadas de intensa colaboração em diversos assuntos que emergem de suas fronteiras.

Enquanto isso, sete países da Região: Cuba, Panamá, Venezuela, Peru, Chile, Uruguai e Brasil têm o país asiático como principal destino de suas exportações. Além disso, a presença de Pequim, que já era importante, ganha ainda mais vulto em países como Argentina, Colômbia e Equador.

Além disso, ultimamente, novos países asiáticos têm contribuído para diversificar as relações da América Latina. Durante a recente conferência do Mercosul, em dezembro do ano passado no Rio de Janeiro, Singapura assinou um acordo de comércio livre com o Mercosul. Contudo, dois fatores são geopoliticamente relevantes: por um lado, Singapura tem o segundo porto mais importante do mundo, pelo que é fundamental para se inserir nos fluxos comerciais globais que passam cada vez mais pela Ásia e, por outro, não é descabido pensar neste tratado

¹⁶¹ <https://www.infobae.com/politica/2024/02/23/javier-milei-recibe-al-secretario-blinken-en-la-casa-rosada-para-consolidar-su-relacion-politica-con-biden/>

¹⁶² O presidente argentino, Javier Milei, recebeu nesta sexta-feira, 23 de fevereiro, em Buenos Aires o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, para “aprofundar os laços” e “aumentar o comércio” entre os dois países, como destacou este último. uma conferência de imprensa na Casa Rosada. <https://www.youtube.com/watch?v=CGkinCZOZow>

¹⁶³ https://www.state.gov/translations/spanish/relaciones-de-ee-uu-con-argentina/?utm_medium=email&utm_source=govdelivery

¹⁶⁴ A Hidrovia Paraná-Paraguai é um acordo regional entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai para facilitar o comércio exterior e interno. É uma das maiores vias navegáveis naturais do mundo, medindo 3.442 km de extensão.

¹⁶⁵ Historicamente, Taiwan tem procurado na América Latina um bastião de apoio diplomático na sua disputa com a República Popular da China (RPC), especialmente durante a Guerra Fria, quando Taipé utilizou o anticomunismo para impulsionar as suas relações internacionais. Mas, nas últimas décadas, o peso político e econômico do gigante asiático impôs a sua política de “uma só China”, excluindo as relações com as nações que reconhecem a ilha. Como consequência, nos últimos 20 anos, Taiwan perdeu o reconhecimento de 6 países da região, incluindo a Nicarágua, o Panamá e a República Dominicana.

como um possível prelúdio para outro, de maior alcance, com a Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual Singapura faz parte.

Por sua parte, os Estados Unidos enviarão a sua Embaixadora Linda Thomas-Greenfield, representante do país nas Nações Unidas, a Georgetown, Guiana, de 24 a 26 de fevereiro, para chefiar a participação da delegação do país na Quadragésima Sexta Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM)¹⁶⁶.

Os temas da Agenda do CARICOM¹⁶⁷ incluem mudanças climáticas e financiamento para enfrentá-las, transporte regional, questões globais e hemisféricas, como os recentes acontecimentos no Oriente Médio. A reunião vai se focar no aprofundamento da integração regional e na melhor promoção dos interesses do Caribe na arena internacional¹⁶⁸.

Entre os temas chaves que serão abordados na Reunião do Caricom, está a disputa sobre o Essequibo entre Venezuela e a Guiana, particularmente o recente atrito sobre a presença militar nesta área. O Brasil sediará uma nova reunião – após a primeira em San Vicente e Granadinas – para promover o entendimento entre Guiana e Venezuela.

O Embaixador dos Estados Unidos Thomas-Greenfield se reunirá com o Presidente da Guiana, Mohammed Irfaan Ali, para discutir o compromisso dos Estados Unidos com a soberania e integridade territorial da Guiana, bem como as prioridades do país no Conselho de Segurança da ONU para o seu mandato eleito e reafirmar alianças bilaterais sobre prioridades compartilhadas, como a segurança alimentar, a migração e as mudanças climáticas.

Thomas-Greenfield também promoverá uma série de objetivos de política regional da Administração Biden-Harris no âmbito da Parceria EUA-Caribe para Enfrentar a Crise Climática (PACC 2030) e da Iniciativa de Segurança da Bacia do Caribe (CBSI)¹⁶⁹, incluindo temas como tráfico de armas de fogo, governança global, energia, comércio, resiliência climática e desenvolvimento sustentável.

Ao sul do Caribe, na Venezuela, a decisão do Supremo Tribunal da Venezuela de desqualificar a candidatura presidencial da líder da oposição María Corina Machado, contrariando o Acordo de Barbados (Acordos para Promoção dos Direitos Políticos e Garantias Eleitorais e para Garantia dos Interesses Vitais da Nação¹⁷⁰), assinado em outubro do ano passado, levou a repercussões internacionais negativas - principalmente do governo dos EUA.

Em resposta, os Estados Unidos reimplementaram oficialmente sanções contra a Venezuela. O Departamento do Tesouro dos EUA anunciou a revogação da licença concedida à empresa estatal de mineração venezuelana, Compañía General de Minería de Venezuela C.A,

¹⁶⁶<https://www.state.gov/translations/spanish/nota-para-los-medios-la-embajadora-linda-thomas-greenfield-encabezara-la-delegacion-de-ee-uu-a-la-cumbre-de-la-caricom-en-georgetown-guyana/>

¹⁶⁷ O Caricom é um grupo de 20 países, 15 deles membros e cinco associados, e seu território abriga cerca de 16 milhões de cidadãos.

¹⁶⁸ A segurança alimentar e nutrição, energia, crime e segurança pública, o avanço do Mercado Único e a Economia Única do Caribe são algumas das questões a serem abordadas na busca de consenso e possíveis soluções. <https://www.prensalatina.com.br/2024/02/25/quadragesima-sexta-reuniao-ordinaria-do-caricom-e-aberta-na-guiana/>

¹⁶⁹ O Sistema Regional de Segurança (SRS, RSS em inglês) é um acordo internacional para a defesa da região oriental das Caraíbas, criado como resposta às ameaças de segurança que afetavam a estabilidade da região em finais da década de 1970 e início da década de 1980.

¹⁷⁰ Nele o governo de Maduro se comprometia, entre outros pontos, com um cronograma para realização de eleições livres no país.

conhecida como Minerven. O Departamento do Tesouro ressaltou que o país também não renovará uma licença geral para o setor de petróleo e gás da Venezuela, a menos que haja progresso político entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição, cuja validade expira em abril. Essas medidas vêm após um alívio temporário das sanções petrolíferas em outubro, quando o governo Maduro concordou com a realização de eleições presidenciais livres e justas em 2024.

Outra medida controversa do governo de Maduro foi anunciada pelo ministro das Relações Exteriores, Yvan Gil. Ele informou, em 16 de fevereiro, que funcionários do Alto Comissariado de Direitos da Organização das Nações Unidas deveriam deixar o país. A medida foi anunciada após eles terem divulgado um relatório no qual afirmaram que o programa do governo venezuelano de combate à fome é ineficiente e suscetível a influências políticas. Para o governo venezuelano, os funcionários da ONU agiram como advogado de “golpistas” e “terroristas”.¹⁷¹

A falta de transparência política e no processo eleitoral na Venezuela levanta preocupações sobre uma tendência de regimes políticos autoritários a buscar a permanência no poder indefinidamente. A Venezuela, em 2009, durante o terceiro mandato de Hugo Chávez, reformou a Carta Magna sob o argumento de que a reeleição indefinida é um direito humano. Quando o Supremo Tribunal de Justiça analisou o caso, foi mencionado que a eliminação do controle de temporalidade não implicava uma mudança no regime ou na forma do Estado, mas sim na ampliação dos direitos dos cidadãos de decidir. Com esta decisão abriu-se a porta para o chavismo se consolidar no poder por tempo

Nesse mesmo caminho, Nicarágua sob o governo de Ortega (2009)¹⁷²; Equador sob o governo de Correa¹⁷³ (2015); na Bolívia o partido Movimento ao Socialismo (MAS)¹⁷⁴ procuraram

¹⁷¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/funcionarios-da-onu-deixam-a-venezuela-apos-ordem-do-governo/>

¹⁷² Durante o primeiro mandato de Daniel Ortega no século XXI, a Câmara Constitucional do Supremo Tribunal abriu caminho para a reeleição por tempo indeterminado com o mesmo argumento de ser um direito humano. Porém, ao contrário da Venezuela, Ortega já havia subjogado o Poder Judiciário: graças a uma reforma aumentou o número de magistrados do mais alto tribunal, que, estando próximos dele, declararam a constitucionalidade do projeto. Consequentemente, o regime de Ortega permaneceu no poder ininterruptamente desde 2006. Os pesos e contrapesos foram eliminados e a Nicarágua está a avançar para um modelo autocrático. Durante a segunda década deste século, mais três países aderiram à reeleição indefinida. Em 2015 foi a vizinha Honduras, quando a Câmara Constitucional aprovou que o então presidente, Juan Orlando Hernández, pudesse concorrer a mais um mandato. Lembremo-nos de que ele chegou ao poder através de uma guerra jurídica ou de um golpe suave contra o presidente esquerdista Juan Manuel Zelaya. <https://latinoamerica21.com/es/la-reeleccion-indefinida-sentencias-que-formaron-autocracia/>

¹⁷³ No Equador, durante o terceiro mandato do presidente Rafael Correa, os legisladores da Alianza-País aprovaram uma emenda constitucional para introduzir a reeleição indefinida. Embora a decisão tenha ido parar ao Tribunal Constitucional, este a validou, argumentando que se tratava de uma decisão que ampliava os direitos político-eleitorais dos cidadãos, pois se um presidente tivesse um bom governo, os eleitores o recompensariam. Foi em 2018 que o bloqueio temporário foi reintroduzido na Constituição.

¹⁷⁴ Entre 2017 e 2018, a Suprema Corte de Justiça adotou o artigo 23 da Carta Americana de Direitos Humanos para endossá-lo. Com este precedente, Evo Morales buscou um quarto mandato em 2019, o que gerou protestos que culminaram com sua renúncia e saída do país. <https://latinoamerica21.com/es/la-reeleccion-indefinida-sentencias-que-formaron-autocracias/>

realizar um referendo para modificar a Carta Magna e incluir a reeleição indefinida; e mais recentemente, em 2021, El Salvador¹⁷⁵ juntou-se a esta lista.

Para terminar o mais recente panorama político internacional da região, no próximo dia 1 de março acontecerá em San Vicente e Granadinas a VIII Cúpula da CELAC. Na ocasião, a presidência da Comissão será passada deste país para a República de Honduras. Os desdobramentos do encontro serão abordados no próximo informe.

CEPAL: lançamento do Observatório de Desenvolvimento Digital para contribuir com a transformação digital da América Latina e do Caribe¹⁷⁶

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) lançou o Observatório de Desenvolvimento Digital (ODD), um novo instrumento destinado a produzir, compilar e analisar dados e informações relevantes para entender e promover a transformação digital na região.

O ODD fornece mais de 100 indicadores e informações qualitativas em 12 áreas temáticas essenciais, incluindo conectividade, empresas, comércio eletrônico, habilidades digitais, governo digital e inteligência artificial.

De acordo com os dados do ODD, muitas empresas na região, especialmente as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), têm uma presença passiva na internet, com mais de 60% delas não utilizando a internet para transações. Além disso, o investimento em tecnologias digitais emergentes, como inteligência artificial, na América Latina, é significativamente baixo em comparação com outras regiões do mundo.

O observatório também aborda questões como a qualidade e penetração da banda larga, destacando as lacunas entre áreas urbanas e rurais, bem como entre lares com diferentes níveis de renda. Aponta-se a importância das agendas digitais nacionais para impulsionar transformações na região, embora seja observado um enfraquecimento desses instrumentos nos últimos anos, com falta de cronogramas concretos, responsáveis operacionais, alocação de orçamento e mecanismos de avaliação.

José Manuel Salazar-Xirinach concluiu – durante o evento de lançamento – destacando a digitalização como uma ferramenta poderosa para enfrentar problemas estruturais da região, enfatizando a necessidade de integrá-la nas agendas nacionais de desenvolvimento e políticas de desenvolvimento produtivo.

¹⁷⁵ Em 5 de fevereiro de 2024, o mundo assistiu à primeira reeleição de Nayib Bukele, apesar de a Constituição salvadorenha proibir a reeleição imediata em pelo menos 9 artigos. O caminho salvadorenho foi semelhante ao da Nicarágua. O partido Novas Ideias promoveu um projeto na Assembleia Nacional para permitir a reeleição do presidente. Depois de aprovado, 5 juízes do Supremo renunciaram e Bukele nomeou perfis próximos a ele, com os quais foi aprovado o projeto de reeleição imediata argumentando que se tratava de um direito humano. A única coisa que ficou estabelecida foi que o executivo deveria deixar o cargo com 6 meses de antecedência. <https://latinoamerica21.com/es/la-reeleccion-indefinida-sentencias-que-formaron-autocracias/>

¹⁷⁶ <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-lanzo-observatorio-desarrollo-digital-contribuir-la-transformacion-digital-america>

CEPAL: A edição 2023 do Anuário Estatístico da CEPAL oferece um conjunto de estatísticas regionais sobre os três pilares do desenvolvimento¹⁷⁷

O Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe 2023¹⁷⁸, divulgado pela CEPAL, em 21 de fevereiro, oferece um amplo panorama do desenvolvimento sociodemográfico, econômico e ambiental da região. Este relatório anual é uma referência crucial para compreender as tendências e os desafios enfrentados pelos países latino-americanos e caribenhos.

No aspecto social, destacam-se indicadores sobre pobreza, distribuição de renda, educação e saúde. O anuário revela que a porcentagem de pessoas vivendo em situação de pobreza diminuiu em 2022, alcançando níveis anteriores à pandemia. Além disso, são apresentadas análises sobre a composição dos lares, mostrando uma tendência de redução no tamanho médio das famílias e disparidades socioeconômicas na participação em educação terciária.

No âmbito econômico, são abordados temas como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), balança comercial e índices de preços. O anuário revela uma desaceleração no crescimento econômico da região em 2023, influenciada por fatores internos e externos, como um aumento nas importações e um déficit na conta corrente da balança de pagamentos.

Mais especificamente, o anuário mostra que, em 2023, as economias da região desaceleraram sua taxa de crescimento PIB, estimada em 2,2%, inferior ao 4% do ano anterior. Apesar de todas as sub-regiões terem mostrado um menor crescimento em 2023 em comparação com 2022, destaca-se a heterogeneidade entre os países. Assim, a América do Sul cresceu 1,5% (3,8% em 2022); o grupo composto pela América Central e México 3,5% (4,1% em 2022), enquanto o Caribe (excluindo a Guiana) cresceu 3,4% (6,4% em 2022).

O terceiro capítulo do anuário apresenta estatísticas ambientais, destacando a vulnerabilidade da região às mudanças climáticas e a perda contínua de cobertura florestal. Desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra, têm impactado milhões de pessoas na região, resultando em perdas econômicas significativas.

O anuário é publicado em versão impressa e digital, fornecendo uma ampla gama de tabelas, gráficos e análises para compreender melhor os dados apresentados. A versão web permite acesso fácil às informações estatísticas, facilitando a navegação e oferecendo detalhes sobre metodologia e fontes de dados utilizadas.

É importante observar que os dados apresentados no anuário são obtidos de fontes confiáveis, como escritórios nacionais de estatística e organizações internacionais, garantindo a comparabilidade entre os países e uma compreensão abrangente do desenvolvimento na região.

¹⁷⁷ <https://www.cepal.org/es/comunicados/edicion-2023-anuario-estadistico-la-cepal-ofrece-un-conjunto-estadisticas-regionales>

¹⁷⁸ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/68991-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2023-statistical-yearbook-latin>

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unamue (ORAS-CONHU) promove ações nas áreas de Saúde Digital e combate ao Câncer¹⁷⁹¹⁸⁰

No início de fevereiro, o ORAS-CONHU promoveu em parceria com o Instituto Copenhague (Dinamarca) o primeiro curso de “Privacidade e Segurança de Dados de Saúde”. A abertura do curso contou com a participação da Secretaria Executiva do ORAS-CONHU, María del Carmen Dávila, que destacou a importância de atividades formativas sobre a Saúde Digital. Segundo ela, “A Saúde Digital é o uso das tecnologias de informação e comunicação para melhorar a prevenção, o diagnóstico, o tratamento, o acompanhamento e gestão dos problemas de saúde e dos serviços relacionados à saúde”. A Secretaria executiva ainda ressaltou o potencial de transformação que a Saúde Digital pode imprimir à atenção sanitária, promovendo eficiência e reduzindo as assimetrias de acesso. O curso tratou de aspectos determinantes para o bom uso das tecnologias da informação como a identificação e autenticação dos usuários, segurança de dados, direitos e responsabilidades, privacidade dos dados entre outros.

Na segunda quinzena de fevereiro, o ORAS-CONHU lançou a campanha andina comunicacional de prevenção e detecção precoce do câncer infantil. A campanha faz parte das ações do Projeto de Cooperação entre Países em Desenvolvimento Sanitário (CCHD) coordenado pelo Comitê Andino de Prevenção e Controle do Câncer do ORAS-CONHU, que conta com a participação de pontos focais dos Ministérios de Saúde da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, e a iniciativa mundial contra o câncer infantil coordenada pela OPAS/OMS. A campanha tem como público-alvo os pais e cuidadores e busca informar sobre diagnóstico e tratamento.

O Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (COMISCA) promoveu ações nas áreas de Saúde Digital, Saúde nas fronteiras e controle de doenças não transmissíveis¹⁸¹¹⁸²¹⁸³

Na área de Saúde Digital, a Secretaria Executiva do COMISCA assinou um Memorando de Entendimento com a Rede Centroamericana de Informação em Saúde ONG (RECAINSA, ONG). O objetivo do Memorando é contribuir para o desenho e execução de ações regionais que possam ser implementadas pelos Estados Membros do SICA na área de Saúde Digital. A ação apoiará a implementação da Política Regional de Saúde do SICA 2023-2030 que busca fortalecer capacidades dos Sistemas de Saúde e gestão do Conhecimento com enfoque na equidade, eficiência, qualidade e inovação. Tanto a SE-COMISCA como a RECAINSA fazem parte do esforço global liderado pela OMS para promover e impulsionar o acesso a cobertura universal em saúde, através do desenvolvimento digital nos Estados Membros do SICA.

Já na temática saúde nas fronteiras, a Secretaria Executiva do COMISCA realizou com apoio do CDC/EUA um programa de treinamento para facilitadores de saúde nas fronteiras em El Salvador. Os objetivos do treinamento foram: capacitar uma equipe multidisciplinar e

¹⁷⁹ <https://orasconhu.org/es/oras-conhu-y-copenhague-instituto-realizan-curso-sobre-privacidad-y-seguridad-de-datos-de-salud>

¹⁸⁰ <https://orasconhu.org/es/paises-andinos-lanzan-campana-comunicacional-para-el-diagnostico-temprano-del-cancer-infantil>

¹⁸¹ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-recainsa-firman-memorando-de-entendimiento_1_133577.html

¹⁸² https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-jica-realizan-seminario-de-prevencion-y-control-de-las-enfermedades-no-transmisibles_1_133581.html

¹⁸³ https://www.sica.int/noticias/realizan-taller-nacional-master-training-program-para-facilitadores-salud-de-las-fronteras-el-salvador_1_133579.html

intersectorial de facilitadores para fortalecer a vigilância e resposta rápida a ameaças de doenças infecciosas nos pontos de entrada terrestres, aéreos e marítimos e proporcionar a replicação das ferramentas ensinadas para pessoal de apoio à nível local. O treinamento está inserido no Programa de Saúde das Fronteiras que é desenvolvido a partir do Acordo de Saúde Global entre o SE-COMISCA e o CDC/EUA e visa fortalecer as capacidades em pontos de entrada para a vigilância de doenças de origem infecciosa e a resposta frente a qualquer evento que se constitua como ameaça a saúde dos países que fazem parte do SICA. A atividade de treinamento foi apoiada e financiada pelo CDC/EUA.

Finalmente, o SECOMISCA realizou, com apoio da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), seminário virtual de Prevenção e Controle de Doenças não transmissíveis (ENT) nos Estados Membros do SICA. O objetivo do seminário foi compartilhar avanços e experiências na prevenção e controle das ENTs em níveis de primeira atenção nos Estados membros do SICA. O evento contou com mais de 120 profissionais da área de saúde da América Central e República Dominicana que atuam na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em saúde e projetos de cooperação internacional.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou como convidada da reunião ministerial do G20¹⁸⁴

A Diretora Executiva, Vanessa Grazziotin, e a Diretora Administrativa, Edith Paredes, da OTCA participaram da primeira reunião ministerial do G20, que aconteceu no Rio de Janeiro e teve como tema principal reforma na governança global. Além do tema da governança, também foram discutidos os temas de combate à fome, pobreza e o desenvolvimento sustentável.

A importância da cooperação internacional e do investimento em mudanças climáticas e combate à fome e à pobreza, além de temáticas relevantes na pauta brasileira do G20, também estão alinhados com os princípios estabelecidos na Declaração de Belém, documento firmado pelos países membros da OTCA na Cúpula da Amazônia em 2023.

A participação da OTCA ocorre ao lado de duas outras organizações internacionais, União Europeia e União Africana, que enviam representantes para participar no G20.

O Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA) organiza Foro sobre Cooperação Internacional em Desastres¹⁸⁵

O SELA em conjunto com a CEPAL e o Serviço Nacional de Prevenção e Resposta frente a Desastres do Chile (SENAPRED) estão organizando o Fórum “Avanços e desafios da cooperação internacional em desastres” que será realizado nos dias 11 e 12 de março de 2024 em Santiago do Chile.

O objetivo do evento é discutir avanços e desafios da cooperação internacional em desastres que envolvam setores públicos e privados na construção de uma infraestrutura resiliente. Além disso, busca identificar a geração de ativos resilientes capazes de prover prestação de serviços sustentáveis para que possam apoiar o funcionamento das infraestruturas sociais relacionadas a saúde, educação e serviços de emergência.

Os temas discutidos serão:

¹⁸⁴ <https://otca.org/pt/otca-participa-como-convidada-da-primeira-reuniao-ministerial-do-g20/>

¹⁸⁵ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/94172/sela-cepal-y-senapred-organizan-foro-sobre-cooperacion-internacional-en-desastres>

- As experiências da Cooperação Sul-Sul na gestão integral de riscos de desastres;
- As principais características, mandatos e objetivos do Fundo para Adaptação Climática e Resposta Integral a Desastres (FACRID) da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)
- Desafios para implementação e governança da lei 21.364 do Chile.

Outros temas relacionados a meio ambiente, alianças público-privadas, envolvimento da sociedade civil na gestão de risco também fazem parte da agenda do evento.

Jornada Latino-Americana e Caribenha de Integração dos Povos ¹⁸⁶

A Jornada Latino-Americana e Caribenha foi realizada nos dias 22 a 24/02 em Foz do Iguaçu no Brasil, organizada por sindicatos e movimentos sociais de países da região. Participaram, além da sociedade civil, personalidades políticas da região como o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica e a atual vice-presidente da Colômbia, Francia Márquez.

Os participantes da Jornada emitiram o documento final chamado “Carta aos povos pela integração América Latina e do Caribe” que destacou os seguintes tópicos:

- Crise estrutural global do sistema capitalista como produto da fase neoliberal.
- Geração de uma crise sistêmica que se manifesta nas crises alimentar, ambiental, social e econômica.
- Efeitos nocivos ao meio ambiente produzidos por corporações transnacionais
- Manifestação de solidariedade à causa palestina e a fala de Lula sobre genocídio na palestina
- Denúncias ao imperialismo na região latino-americana
- Solidariedade ao Haiti
- Apoio e defesa a autonomia dos povos indígenas das Américas
- Defesa de uma integração baseada em um modelo sustentável para os povos, que recupere o trabalho e o emprego.

¹⁸⁶ <https://www.h2foz.com.br/politica/jornada-integracao-carta-aos-povos/>

Reorganização das instituições multilaterais com maior presença do Sul Global
Reorganization of multilateral institutions with a greater presence of the Global South

Augusto Paulo Silva
Manuel Mahoche
Tomé Cá
Felix Rosenberg

Abstract. *The President of Brazil, Lula da Silva, invited to take part in the 37th African Union Summit, emphasised that without the developing countries "it will not be possible to open a new cycle of world expansion that combines growth, the reduction of difficulties and environmental preservation with the expansion of freedoms". In his speech, he announced the expansion of health co-operation with the continent, with the creation of Fiocruz Office in Addis Ababa. Fiocruz President Mario Moreira, accompanying the Brazilian presidential delegation and representing Minister of Health Nísia, took part in the African Union Health Ministers' Meeting. Three ECOWAS States announced their immediate withdrawal from the regional organisation on the grounds that their people no longer felt represented. The pandemic prevention programme in the ECOWAS region, based on One Health, was launched in Lomé. SADC and UNOCHA cooperate on coordinated responses to climate crises in southern Africa. The ZaZiBoNa initiative as a strategy for equitable access to medicines within SADC. FAO, EU and SADC co-operate for a truly sustainable agricultural policy. Eastern and Southern Africa committed to ensuring better nutrition for adolescents.*

Keywords: *African Union. Brazil. ECOWAS. SADC*

Resumo. O Presidente do Brasil, Lula da Silva, um dos convidados para participar da 37.^a Cúpula da União Africana, salientou que sem os países em desenvolvimento “não será possível a abertura de novo ciclo de expansão mundial que combine crescimento, redução das dificuldades e preservação ambiental com ampliação das liberdades”. E no seu discurso anunciou a ampliação da cooperação em saúde com o continente, com a criação de uma representação da Fiocruz em Adis Abeba, capital da Etiópia. O Presidente da Fiocruz, Mario Moreira, acompanhando a comitiva presidencial brasileira e representando a Ministra Nísia, participou da Reunião de Ministros da Saúde da União Africana. Três Estados da CEDEAO anunciaram sua retirada imediata da organização regional com a justificação de os seus povos não se sentirem mais representados. Lançado em Lomé o programa de prevenção de pandemias no espaço da CEDEAO com base na Saúde Única. A SADC e a UNOCHA cooperam para respostas coordenadas a crises climáticas na África Austral. A iniciativa ZaZiBoNa como estratégia para a equidade no acesso a medicamentos no espaço da SADC. A FAO, EU e a SADC cooperam para uma política agrícola verdadeiramente sustentável. África Oriental e Austral empenhada em garantir melhor nutrição dos adolescentes.

Palavras-chave: União Africana. Brasil. CEDEAO. SADC.

União Africana – 37ª Cúpula Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo

O Presidente do Brasil, Lula da Silva, que foi um dos convidados para participar da 37.ª Cúpula da União Africana, salientou que sem os países em desenvolvimento “não será possível a abertura de novo ciclo de expansão mundial que combine crescimento, redução das dificuldades e preservação ambiental com ampliação das liberdades”.

“Precisamos criar uma nova governança global, capaz de enfrentar os desafios do nosso tempo. A multipolaridade é um componente inexorável e bem-vindo ao século XXI”, afirmou.

“O Sul global está se constituindo em parte incontornável da solução para as principais crises que afligem o planeta. Crises que decorrem do modelo concentrador de riquezas e que atingem sobretudo os mais pobres e, entre estes, os imigrantes”, adiantou.

Para Lula da Silva, a alternativa aos efeitos negativos da “globalização neoliberal não virá da extrema-direita racista e xenófoba”. “O desenvolvimento não pode continuar sendo privilégio de poucos. Só o projeto social inclusivo nos permitirá erigir sociedades prósperas, livres, democráticas e soberanas. Não haverá estabilidade nem democracia com fome e desemprego”, antecipou.

O Presidente Lula assegurou ainda a disponibilidade do seu país em ajudar África em múltiplas áreas, como a educação, saúde, ambiente, agricultura e ciência e tecnologia, porque, destacou, “com seus habitantes e seu imenso e rico território, África tem enormes possibilidades para o futuro. O Brasil quer e precisa crescer junto com África”.

Em seguida, Lula da Silva criticou as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), considerando que “agravam muitas vezes as crises que dizem estar a resolver” e obrigam os países em desenvolvimento a garantir o serviço da dívida ao invés de investir em programas de educação e saúde. “Estas instituições já não ajudam. Pelo contrário, sufocam os países”, acusou.

Reconhecendo que o Brasil não tem todos os instrumentos que ele próprio gostaria que tivesse, e que muitos pensam que tem, como dinheiro, conhecimento científico e tecnológico e força, Lula da Silva concluiu disponibilizando “o muito ou pouco que (o seu país) tem” a África ([LUSA](#)). “Eu quero compartilhar com os países africanos porque nós temos uma dívida histórica de 300 anos de escravidão e a única forma de pagar é com solidariedade e com muito amor”, frisou.

Lula aludiu na sua intervenção à guerra na Ucrânia, a qual, considerou, “não tem solução militar”. “As suas consequências são sentidas em todo o mundo, no preço dos alimentos e de fertilizantes. Não haverá solução militar para esse conflito. É chegada a hora da política e da diplomacia”, defendeu.

A íntegra do discurso encontra-se reproduzida na sequência deste artigo.

Lula anuncia representação da Fiocruz no continente africano

Durante a reunião da 37ª Cúpula da União Africana, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a ampliação da cooperação em saúde com o continente, com a criação de uma representação da Fiocruz em Adis Abeba, capital da Etiópia. O Presidente da Fundação, Mario Moreira, acompanhou a comitiva presidencial, representando a Ministra Nísia Trindade Lima, durante o encontro de Ministros da Saúde da União Africana.

A abertura da nova representação da Fiocruz – a segunda na África - vem a partir da experiência bem-sucedida em Moçambique, onde a Fundação vem atuando de forma estruturante para o fortalecimento do sistema público de saúde local. Em seu discurso, o presidente Lula defendeu uma cooperação voltada para a equidade em saúde. Ele destacou a importância da colaboração com o Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (CDC África).

A pedido da Ministra da Saúde do Brasil, Mario Moreira¹⁸⁷ participou da reunião com os Ministros da Saúde da União Africana, coordenada pelo CDC África. O ponto forte do encontro foi a proposta de presença da instituição no continente africano, de forma articulada com os objetivos do Ministério da Saúde brasileiro e do CDC África.

“Estamos muito orgulhosos pela confiança que o governo brasileiro depositou na Fiocruz para que sejamos um ponto fundamental de cooperação com o continente africano no campo da saúde. A abertura de uma representação nossa em Adis Abeba, onde fica a sede da União Africana, reforça e aprofunda a cooperação estruturante do Brasil com a África”, disse Mario Moreira.

Na reunião de Ministros da saúde da UA, a Fiocruz foi apresentada como uma grande parceira do continente. O Diretor Geral do CDC África, Jean Kaseya, destacou a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde dos países do continente, por meio, sobretudo, do aumento da produção local e da formação de quadros profissionais para a saúde pública. Kaseya observou que essa ampliação da produção deve ir desde o desenvolvimento e a realização de estudos clínicos, até os aspectos regulatórios e da produção propriamente dita. Ele se mostrou interessado ainda na transferência de tecnologia do Brasil.

O Diretor Geral do CDC África considerou a força de trabalho o ponto mais frágil do continente. Kaseya disse que gostaria de usufruir da capacidade da Fiocruz de formação do pessoal, com os programas de pós-graduação em saúde pública e em ciências biológicas, tanto recebendo alunos africanos na Fundação como na organização de programas na África – iniciativas que têm sido bem-sucedidas em Moçambique.

O desdobramento esperado da viagem à Etiópia é a consolidação da iniciativa de colaboração através de um Memorando de Entendimento firmando os compromissos a ser assinado à margem da próxima Assembleia Mundial da Saúde em maio deste ano, em Genebra. Mário Moreira teve ainda uma reunião bilateral com Kaseya.

Cooperação com Moçambique

A Fiocruz tem um escritório em Moçambique desde 2008, num dos mais bem-sucedidos exemplos de cooperação estruturante da Fundação no continente. E uma das áreas mais ativas de cooperação tem sido na educação, com cursos de nível técnico à pós-graduação para profissionais da saúde. Somente o Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, fruto da cooperação entre a Fiocruz e o Instituto Nacional de Saúde (INS) moçambicano já formou mais de 60 mestres. No ano passado, foi lançado o Programa Educacional em Sistemas de Saúde (SIS-Saúde Brasil/Moçambique) para fortalecer os sistemas públicos de saúde no país. O Programa é um grande consórcio institucional de seis diferentes Programas de Pós-Graduação da Fundação em parceria com o INS e a Universidade Lúrio, ambos de Moçambique. A mais recente iniciativa

¹⁸⁷https://agencia.fiocruz.br/lula-anuncia-representacao-da-fiocruz-na-etiofia?utm_source=Boletim&utm_medium=AFN&utm_campaign=23defevereirode2024&utm_term=te rm&utm_content=content

prevê apoio da Fiocruz à estruturação de uma Escola Nacional de Saúde Pública vinculada ao INS.

Outra iniciativa que teve êxito foi a cooperação para a implantação dos Bancos de Leite Humano. Essa iniciativa começou com a Fiocruz auxiliando inicialmente a formação de uma rede brasileira na década de 1980 e partindo depois para a formação de redes regionais, como a que envolve os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desde 2011, foram implantados na África, com base na cooperação da Fiocruz e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), dois Bancos de Leite Humano em Cabo Verde, um em Moçambique e um em Angola, beneficiando milhares de bebês e ajudando a combater a mortalidade infantil. Essa experiência deve crescer este ano, com a ampliação do número de Bancos nos países. Estão planejadas mais aberturas de um novo Banco de Leite Humano em Cabo Verde e três novos em Moçambique. A colaboração com a União Africana ajudará agora a estabelecer essa cooperação para além dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Repercussão internacional da 37ª Cúpula da União Africana

O Jornal de Angola, na sua edição de 14 de fevereiro, em jeito de antevisão da Cúpula de Adis Abeba, fez uma extraordinária matéria que, pela sua abrangência e relevância temática, repercutimos neste 2º Caderno do Cris.

O articulista do jornal angolano mostrou a importância da agenda da Cúpula em trazer para o cerne do debate as questões relativas à paz, integração regional e ao desenvolvimento, tendo em conta os tristes acontecimentos políticos e militares derivados de golpes de Estado ocorridos no ano transato nas antigas colónias francesas da África Ocidental e Central.

Relativamente a 2023 é constatada uma convergência de ameaças à paz, segurança e estabilidade em África com os bem-sucedidos golpes militares na região do Sahel e no Gabão. O ano ainda foi marcado pelo aumento de intensidade da violência fundamentalista islâmica no Burkina Faso, Mali e Níger, além da contestação dos resultados eleitorais no Zimbábue e na RDC. Na Guiné-Bissau e República Centro-Africana os Presidentes destes dois países fizeram uma interpretação pessoal do articulado da Constituição, tornando-a um instrumento para a defesa dos seus interesses políticos.

Ao longo do ano passado multiplicaram-se as desconfianças à escala regional, com a RDC e o Ruanda à beira de protagonizarem um confronto.

Os Chefes de Estados e de Governo africanos desembarcaram em Adis Abeba carregados de sentimentos de um aumento da tensão política que ameaça a consolidação democrática e governação em várias regiões do continente, como Sudão, onde eclodiu um conflito que opõe generais rivais que antes se tinham unido para pôr cobro ao mandato de Omar al-Bashir. Os efeitos das mudanças climáticas tornaram ainda mais difícil a vida de milhões no Corno/Chifre de África, citando apenas a região mais duramente afetada,

Preparação de Angola para a presidência *pro tempore* da União Africana em 2025

O principal sinal dessa preparação é a assunção da primeira vice-presidência de mesa da 37ª Cúpula da União Africana, permitindo ao país africano de língua portuguesa dar início aos preparativos para a liderança anual da organização continental a partir de 2025, data que irá coincidir com as celebrações do 50º aniversário da independência de Angola. A candidatura de Angola ao cargo é considerada pacífica tendo sido endossada pelos Chefes de Estados e de Governo da SADC.

Saúde e conflitos foram temas centrais da 37ª Cúpula

Durante o encontro de dois dias, os chefes de Estado e de Governo da União Africana procuraram respostas para questões relacionadas com as crises que se vivem atualmente no continente. O desenvolvimento e a integração, num contexto dos ressurgentes golpes de Estado, foram discutidos juntamente com as crises globais como os conflitos na Ucrânia e em Gaza que têm afetado o fornecimento de alimentos e mercadorias também para África. A crise migratória foi outro dos temas a juntar-se aos da saúde, educação e mudanças climáticas. O Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki, citou tensões sobre o adiamento das eleições e a violência no leste do Congo, Sudão, Sahel e Líbia e pediu um renascimento do "espírito de solidariedade africana e panafricanismo" para superar os muitos desafios enfrentados pelo continente de 1,3 bilhões de pessoas.

“A África deve investir na área social, saúde e educação”

No que diz respeito à saúde e à educação, a União Africana adotou como lema para 2024 “Educar um Africano apto para o século 21”, onde a educação e a saúde permanecerão pontos focais na agenda continental. À medida que a África enfrenta múltiplas doenças e acesso a cuidados de saúde de qualidade para todos, medidas preventivas, como vacinas, também fazem parte da busca de soluções claras.

“Unificar e integrar África”

“A África tem enfrentado vários desafios, mas a prioridade urgente de hoje deve ser a integração continental, que elimine os obstáculos à mobilidade laboral e de capitais”, escreve Takele Uma Banti, ex-Ministro da Energia e Minerais da Etiópia, país anfitrião dessa Cúpula. De acordo com Uma Banti, “os líderes reunidos em Adis Abeba devem elevar-se acima do discurso habitual e enfrentar todos os desafios de frente”. Banti recorda a determinação dos fundadores da União Africana “que se uniram para aliviar os efeitos adversos do colonialismo” e com isso exorta para uma maior unificação do continente. “Unificar e integrar África requer remover barreiras e não redesenhar fronteiras”, escreveu o ex-Ministro na [Al Jazeera](#).

Para concluir, o ex-ministro etíope considerou que não estamos em 1963. Todos os Estados africanos são independentes. E com os seus 1,3 bilhões de habitantes, África tem a população que mais cresce no mundo. Mas, ainda assim, o produto interno bruto continental continua a ser muito inferior ao PIB de alguns estados dos EUA. À medida que o capital noutras partes do mundo se esgota e as regulamentações protecionistas se expandem por todo o lado, os países africanos não podem contar com o financiamento dos doadores para a sua prosperidade. As soluções também não podem vir da diplomacia da cimeira africana, que prolifera constantemente. Embora o renovado envolvimento diplomático com o continente seja bem-vindo, os líderes africanos têm de criar plataformas para procurar acordos mutuamente benéficos e garantir o interesse coletivo de todas as nações africanas.

União Africana junta-se ao G20

A última Cúpula do G20, em Nova Déli, que reuniu os 55 países membros mais observadores, confirmou a entrada da União Africana como membro permanente. Até esta altura, a África do Sul era o único país integrante neste grupo. A adesão da União Africana contou com o forte apoio do presidente do Brasil, Lula da Silva, e do presidente da Índia que assumiu a presidência rotativa do G20 em 2023. Narendra Modi aproveitou para reforçar-se como um dos líderes do Sul Global e a entrada da União Africana foi uma conquista nesse sentido.

Forte condenação ao conflito Israel-Hamas

Os líderes da União Africana aproveitaram a Cúpula em Addis Abeba para condenar em uníssono a ofensiva de Israel em Gaza e pediram o seu fim imediato. Moussa Faki, Presidente da Comissão da União Africana, disse que a ofensiva de Israel foi a violação "mais flagrante" do direito humanitário internacional e acusou Israel de estar a "exterminar" os habitantes de Gaza. Faki falou ao lado do Primeiro-ministro palestino Mohammad Shtayyeh, que também discursou na Cúpula. "Tenha certeza de que condenamos fortemente esses ataques que é sem precedentes na história da humanidade", disse Faki para aplaudir os delegados. "Queremos tranquilizá-lo da nossa solidariedade com o povo da Palestina."

Azali Assoumani, Presidente das Comores e Presidente pro tempore cessante da União Africana, elogiou o caso apresentado pela África do Sul contra Israel no Tribunal Internacional de Justiça, condenando "o genocídio que Israel está a cometer na Palestina a frente dos nossos olhos". "A comunidade internacional não pode fechar os olhos para as atrocidades cometidas, que não só criaram o caos na Palestina, mas também têm consequências desastrosas no resto do mundo", disse Assoumani.

Um quarto da população de Gaza está passar fome. Israel nega veementemente ter cometido genocídio em Gaza e diz que faz tudo o que pode para poupar civis e que só tem como alvo militantes do Hamas. Acrescenta que a tática do Hamas de se esconder em áreas civis torna difícil evitar vítimas. Durante a Cúpula da União Africana, no ano passado, um delegado israelita foi removido da sala do plenário durante uma discussão sobre o *status* de observador do país naquela organização.

Crise na presidência pro tempore da União Africana

O bloco conseguiu evitar uma crise noutra frente, ao desanuviar as tensões sobre a presidência *pro tempore* da União Africana por um ano, atualmente ocupada pelo Presidente das Comores, Azali Assoumani. A sucessão esteve durante muito tempo bloqueada por um diferendo entre Marrocos e a Argélia, pesos pesados da região do Norte de África, que se preparam para assumir a presidência este ano. Após meses de intensas negociações, o Presidente da Mauritânia, Mohamed Ould Ghazouani, vai assumir a presidência, decisão confirmada por Assoumani à AFP na sexta-feira. O episódio pôs em evidência as divisões no seio da UA, numa altura em que esta procura ter uma voz mais forte na cena mundial, incluindo no grupo G20, ao qual aderiu em setembro. Segundo os analistas, a UA tem de agir rapidamente para chegar a um consenso sobre a forma de conduzir as suas atividades no G20, que representa mais de 85% do PIB mundial. Ao aderir ao G20, "a União Africana tornar-se-á um ator na política internacional", disse Paul-Simon Handy, Diretor Regional do Instituto de Estudos de Segurança (*Institute for Security Studies, ISS*) em Adis Abeba. "Os métodos de trabalho terão de ser encontrados rapidamente", afirmou, citado pela [VOA](#).

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a Aliança dos Estados do Sahel

No domingo 28 de janeiro do corrente ano, o Burkina Faso, o Mali e o Níger anunciaram, a sua [retirada "imediate"](#) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O anúncio foi feito num comunicado de imprensa conjunto emitido pelos três países e lido nas emissoras de televisão pública pelos respectivos porta-vozes governamentais.

Lembrar que a CEDEAO foi criada em 1975 e junta 15 Estados Membros¹⁸⁸ dos quais 8 países ditos francófonos (ex-colônias da França), 5 países anglófonos (ex-colônias da Inglaterra) e 2 lusófonos (ex-colônias de Portugal)

No Comunicado Conjunto, os três (3) Chefes de Estado, “assumindo todas as responsabilidades perante a história e respondendo às expectativas, preocupações e aspirações das suas populações, decidiram, em plena soberania, retirar sem demora o Burkina Faso, o Mali e o Níger da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental”. Os três países acusam a CEDEAO de já não responder às aspirações dos seus povos. Que sob a influência de potências estrangeiras, a CEDEAO tornou-se “uma ameaça para os seus Estados Membros e para as suas populações, cuja felicidade é suposto assegurar”.

É importante lembrar que entre 2022 e 2023, 4 países da CEDEAO conheceram golpes de Estado. Primeiro o Mali, depois a Guiné Conacri, o Burkina Faso e finalmente o Níger. Em resposta aos golpes de Estado, a CEDEAO decretou sanções começando por limitar viagens e participação destes países em todas as instâncias políticas regionais e mesmo da União Africana. As sanções econômicas foram particularmente severas em alguns casos. Além das transações bancárias, fecho das fronteiras, interdições de voos comerciais e cortes no fornecimento de energia elétrica tornando muito precária a vida dos cidadãos e mesmo nos hospitais para o caso do Níger. Este último chegou a ser ameaçado de uma invasão militar da CEDEAO para restituir o Presidente derrubado.

Simultaneamente às sanções, as negociações foram sendo feitas particularmente com foco na realização das eleições para a devolução do poder aos civis. Três dos quatro países (Mali, Burkina Faso e Guiné) deveriam realizar as suas eleições ainda este ano no cumprimento do calendário das negociações para poderem sair das sanções.

As quatro razões apresentadas na sua notificação de retirada são:

- (i) a percepção de que a CEDEAO se estava a afastar dos “ideais pan-africanos dos seus pais fundadores”;
- (ii) a percepção da influência de potências estrangeiras hostis (em clara alusão à França) na CEDEAO;
- (iii) um sentimento de abandono por parte da CEDEAO na sua luta contra o terrorismo; e
- (iv) a imposição de sanções “ilegais, ilegítimas, desumanas e irresponsáveis” pela CEDEAO.

Após a notificação oficial de retirada, o Conselho Ministerial de Mediação e Segurança da CEDEAO (CMS) realizou uma sessão extraordinária em Abuja, na Nigéria, na quinta-feira, 8 de fevereiro. A sessão foi convocada para permitir que os Estados-Membros debatesses as notificações oficiais de retirada recebidas dos 3 países e analisassem as suas potenciais consequências. Apesar de muitos dos participantes da sessão terem considerado que “as razões apresentadas pelos três Estados-Membros para justificar a sua retirada não passam de uma fachada, escondendo a verdadeira razão, que é a sua intenção de não cumprir as suas obrigações”, o Conselho de Mediação e Segurança manifestou a sua profunda preocupação com a decisão dos três Estados-Membros de se retirarem da CEDEAO. Considerou as consequências desastrosas da retirada em termos de implicações socioeconómicas, políticas, de segurança e

¹⁸⁸ Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo

humanitárias para o processo de integração regional e, em especial, para os cidadãos dos três Estados-Membros. Os Ministros salientaram o espírito comunitário subjacente ao projeto da CEDEAO e consideraram que a decisão dos três Estados Membros prejudicava gravemente a solidariedade regional e a ação coletiva. O Conselho de Segurança e de Mediação instou ainda os três Estados Membros a recorrerem ao diálogo, à negociação e à mediação como os melhores instrumentos para encontrar soluções para as suas legítimas preocupações.

É preciso salientar que para além das implicações políticas e socioeconômicas, a retirada dos 3 países teria implicações graves no plano de saúde global da sub-região. A Sede da Organização da Saúde da CEDEAO ([Organização Oeste Africana da Saúde](#)) assim como o [Centro Regional de Desenvolvimento da Juventude e do Desporto](#) encontram-se no Burkina Faso e o [Centro Regional de Saúde Animal](#), no Mali. Estas instituições são responsáveis pela definição e harmonização das políticas comunitárias de saúde (humana e animal), da juventude e desporto. Seriam automaticamente obrigados a mudarem destes países e suas orientações futuras não implicariam mais esses 3 países que hoje são os principais beneficiários.

Na sequência dessa reunião do CMS, o antigo Presidente do Nigéria, um dos poucos sobreviventes entre os pais fundadores da CEDEAO, mandou uma carta aberta com 3 pontos:

- (i) o levantamento imediato de todas as sanções contra os 3 países pela CEDEAO;
- (ii) o abandono do projeto de retirada da CEDEAO pelos 3 países e
- (iii) a convocação imediata de uma Cúpula Extraordinária incluindo todos os 15 Estados Membros para discutir o Estado da União e encontrar uma saída para a crise política e resposta regional ao terrorismo.

Aldeia Akwaba da CEDEAO: um centro cultural e de integração regional pela ocasião da 34ª Edição da Copa Africana das Nações (CAN2023).

A 34ª Edição da Copa Africana das Nações conhecida como CAN23 (que deveria ter acontecido em 2023), decorreu de 13 de janeiro a 11 de fevereiro na Costa do Marfim (um dos países membros da CEDEAO).

Imagem 1: Aldeia Akwaba da CEDEAO com a Mascote da última CAN



Fonte: OOAS, 2024.

Por esta ocasião, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) através da sua representação permanente na República da Costa do Marfim, a Organização

Oeste Africana da Saúde (OOAS), o Ministério da Saúde e Higiene Pública em colaboração com os seus parceiros técnicos e financeiros, inauguram, a 12 de janeiro (um dia antes do início da CAN), a chamada Aldeia AKWABA da CEDEAO no Parque Desportivo de Abidjan. Um espaço público que reuniu um grande número de amantes do futebol de diferentes origens socioprofissionais das comunidades dos 15 Estados Membros da CEDEAO e do continente africano, a Aldeia AKWABA CEDEAO foi construída em torno do tema: "**CEDEAO: o orgulho da África Ocidental**". O objetivo é unir as comunidades em torno do futebol, que continua a ser uma paixão, e desta principal competição continental (CAN) que reuniu 10 dos 15 Estados Membros da CEDEAO para o evento deste ano. Esperando assim promover a maior integração regional, a convivência intercultural e os serviços e produtos com a marca CEDEAO.

Imagem 2: Atração gastronômica da Aldeia Akwaba



Fonte: OOAS, 2024.

Imagem 3: Atração pelo artesanato da Aldeia Akwaba



Fonte: OOAS, 2024.

Imagem 4: Espaço de torcidas na Aldeia Akwaba durante a CAN



Fonte: OOAS, 2024.

Um elemento essencial a destacar desta iniciativa é a criação de uma Casa de Saúde sob o lema: "**A saúde não tem preço, nunca é tarde**", com a supervisão da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS). A Casa de Saúde da CEDEAO/OOAS desenvolveu ao longo de toda a competição ações cruciais na promoção de consciência em matéria de prevenção, deteção precoce, cuidados, comunicação, mobilização e empenhamento das comunidades face aos desafios sanitários emergentes e re-emergentes. Além das atividades de promoção da saúde em geral, a Aldeia CEDEAO AKWABA ofereceu um programa diversificado que inclui o espaço de transmissão de jogos da CAN (Fan Zone), atividades socioculturais, espetáculos artísticos, uma rua comercial dos Estados-Membros com área gastronómica com pratos típicos das comunidades locais, um parque infantil e concursos destinados a reforçar a coesão entre os Estados Membros e a promover a abertura intercultural, a sensibilização através de palestras educativas sobre a saúde, demonstrações práticas de gestos que salvam vidas e o conhecimento da CEDEAO e da OOAS.

Prevenção de Pandemia e Resposta às Emergências: Programa de Apoio à Prevenção de Pandemias no espaço CEDEAO

A 19 de fevereiro, a Comissão da CEDEAO reuniu em Lomé (Togo) o Comité de Pilotagem do Programa Regional de Apoio à Prevenção de Pandemias na Região. O programa da Comissão da CEDEAO, ajuda a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), o Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças (*RCDCS-sigla en inglês*) e o Centro Regional de Saúde Animal (CRSA) a estabelecer um sistema regional de prevenção e controlo das pandemias, com base na abordagem "Saúde Única". Financiado pelo Governo da República Federal da Alemanha e pela União Europeia (UE), o programa está a ser implementado pela GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*).

Com o objetivo principal de proteger a população da região da CEDEAO contra as pandemias, o programa centra-se na criação de um sistema regional forte de prevenção e controlo das pandemias.

As áreas de intervenção do programa são o reforço das capacidades de deteção precoce, resposta atempada e atenuação do impacto das pandemias.

O Comité de Pilotagem é presidido pelo Diretor Geral da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) e tem por mandato análise e orientação da implementação do programa para garantir que os seus objetivos sejam alcançados a nível regional e no interior de cada Estado

Membro. Funciona como uma plataforma vital para os processos de comunicação e de orientação das decisões importantes no âmbito do programa.

O encontro de Lomé reuniu representantes das instituições e agências relevantes da CEDEAO, bem como participantes dos países e outras organizações parceiras. Durante a reunião, os participantes avaliaram a implementação dos objetivos do Programa em 2022 e formularam recomendações estratégicas a serem seguidas nos próximos 12 meses. O encontro foi também um momento oportuno para a facilitação e o fortalecimento relação/colaboração entre os países prioritários e os parceiros relevantes na coordenação e implementação do programa.

Comentando a importância da reunião em representação do seu Ministro, o Dr. Wotobe Kokou, Secretário-Geral do Ministério da Saúde, da Higiene Pública e do Acesso Universal aos Cuidados de Saúde do Togo, sublinhou os resultados satisfatórios do programa, que, através das suas inovações e boas práticas, terá um impacto positivo na segurança sanitária em todo o espaço da CEDEAO.

Por sua vez, o Diretor Geral da OOAS, Dr. Aïssi Melchior Athanase Joël Codjovi, confirma a importante contribuição do programa nos avanços significativos registrados nas capacidades regionais e nacionais em matéria de prevenção, detecção precoce, controlo das epidemias. Apelou à continuação e à intensificação dos esforços conjuntos para melhor proteger a saúde e o bem-estar da população da CEDEAO.

A Coordenadora da Agência de Cooperação Alemã (GIZ) junto da CEDEAO, afirma que reconhecem a importância de um investimento sustentado, da cooperação e do compromisso de todas as partes interessadas para criar resiliência e garantir a segurança sanitária para todos. Por isso e para isso, sua agência continuará a ser um parceiro forte e ainda mais empenhada em apoiar e fazer avançar os objetivos de prevenção e controlo das pandemias na região da CEDEAO.

Encerramento da ação da União Europeia intitulada "Apoio ao Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças (CRSCM) na zona da CEDEAO

Dando seguimento ao encontro anual do Comité de Pilotagem, a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), em parceria com a representação da União Europeia, organizou nos dias 20 e 21 de fevereiro em Lomé (Togo), a reunião de encerramento do Projeto "Ação da União Europeia: Apoio ao Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças na zona CEDEAO".

O projeto "Ação da União Europeia", tem como objetivo reforçar, no espaço CEDEAO, o sistema de preparação e de resposta às epidemias de doenças infecciosas a nível regional e nacional, com base na abordagem Saude Única. A sua implementação foi também coordenada pela GIZ.

O encontro de encerramento da Ação da UE (01/2019 - 08/2021 & 07/2023 - 02/2024), serviu de plataforma para reconhecer a importância do financiamento concedido pela União Europeia, mas também para refletir sobre as realizações, os desafios e as lições aprendidas para poder traçar o caminho a seguir nos esforços de prevenção e resposta às recorrentes epidemias de doenças infecciosas na região da CEDEAO.

Os recursos da EU alocados ao projeto foram fundamentais no reforço do sistema regional de prevenção e controlo das epidemias na região. Através de esforços de colaboração e da partilha de experiências, foram feitos progressos significativos na proteção das pessoas

contra as ameaças epidémicas, lançando as bases para uma maior resiliência e preparação para futuros desafios.

O evento reuniu representantes da Comissão da CEDEAO, da OOAS, do Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças (RCDCS), da União Europeia, do Centro Regional de Saúde Animal (RAHC), bem como participantes dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, dos Ministérios da Saúde dos países membros e de outras organizações parceiras.

Ao analisar os resultados do apoio do projeto, a Embaixadora da União Europeia na Nigéria e junta da CEDEAO realçou o papel desempenhado pelas instituições da CEDEAO, em especial o seu Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças (CRVCD), no estabelecimento de uma abordagem regional sólida em matéria de prevenção das epidemias e preparação para as pandemias. E lançou um apelo a demais instituições da CEDEAO para continuarem a apoiar este esforço em benefício dos povos da região da CEDEAO.

Enquanto isso, o Embaixador da União Europeia no Togo afirmou que "Com a Ação da EU: Apoio ao Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças na zona da CEDEAO", deu-se, em conjunto, passos importantes e houve progressos na criação de sistemas de saúde nacionais e regionais resilientes, capazes de enfrentar os desafios colocados pelas pandemias e de proteger a população da região contra as crises sanitárias. Manifestou sentir particularmente satisfeito por ver o apoio dado ao Ministério da Saúde togolês para desenvolver as suas próprias estruturas de prevenção das epidemias e preparação para as pandemias.

Coordenação Entre SADC e UNOCHA na Mitigação dos Efeitos Humanitários da Crise Climática e El Niño na África Austral¹⁸⁹

Em 21 de fevereiro, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), representada pela Sra. Angele Makombo N'Tumba, e o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Ajuda Humanitária (UNOCHA), representado pela recém-nomeada Coordenadora da Crise Climática para a Resposta ao El Niño/La Niña, Sra. Reena Ghelani, reuniram-se em Gaborone, Botswana, para discutir sobre as respostas coordenadas aos impactos humanitários emergentes da crise climática e do fenômeno El Niño na região.

Este encontro destacou a nomeação da Sra. Ghelani, em 15 de janeiro, como um passo estratégico para fortalecer a capacidade de resposta a emergências complexas e desastres naturais. Também, foi enfatizada a importância de desenvolver estratégias eficazes e coordenadas para mitigar os impactos adversos do El Niño e La Niña, que ameaçam os meios de subsistência, revertem os ganhos de desenvolvimento e comprometem a qualidade de vida na região.

A reunião explorou a necessidade de uma colaboração mais estreita entre a SADC e o UNOCHA para enfrentar os desafios apresentados pela crise climática. Foi reconhecida a necessidade de fortalecer a resposta humanitária regional, através da exploração de estratégias para integrar os esforços humanitários com as atividades de desenvolvimento e garantir um melhor acesso ao financiamento para ações relacionadas a mudanças climáticas.

Ambas as partes concordaram na importância de renovar o Memorando de Entendimento assinado em 2014, para racionalizar esforços e assegurar uma resposta eficaz aos

¹⁸⁹ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-unocha-discuss-responses-humanitarian-impacts-climate-crisis-and-el-nino>

desastres na região. Este acordo serve como uma base sólida para a gestão eficiente do risco de desastres e iniciativas de assistência humanitária.

A Sra. Makombo N'Tumba destacou a vulnerabilidade da região da SADC a desastres devido ao El Niño e às mudanças climáticas, chamando a atenção para crises humanitárias emergentes, como ondas de calor severas, ciclones, incêndios florestais, inundações, secas, chuvas erráticas e epidemias de saúde. Ela instou o UNOCHA a colaborar estreitamente com a SADC, especialmente na geração de evidências para enfrentar esses desafios.

Como parte de suas intervenções estratégicas, a SADC e o UNOCHA são parceiros no Projeto de Fortalecimento da Gestão do Risco de Desastres na África Austral (DRMSS), financiado pela União Europeia. Este projeto é crucial para reduzir os impactos de perigos naturais e antropogênicos, fortalecendo a gestão do risco de catástrofes e a capacidade de preparação, aumentando a resiliência na região.

Impacto da Iniciativa ZaZiBoNa na Qualidade e Acessibilidade de Medicamentos nos Estados-Membros da SADC¹⁹⁰

A iniciativa ZaZiBoNa, lançada em 2013 e formalmente endossada pelos Ministros da Saúde da SADC em 2014, comemorou seu 10º aniversário em um seminário realizado em Cape Town, África do Sul, nos dias 26 e 27 de outubro de 2023. Este marco representa uma década de contribuições significativas para a harmonização regulatória de medicamentos na região da SADC, visando assegurar a disponibilidade e acessibilidade de medicamentos seguros, eficazes e de boa qualidade. A ZaZiBoNa destaca-se como uma iniciativa colaborativa de registro de medicamentos, com foco na avaliação de dossiês e inspeções de boas práticas de fabricação, sob a égide da harmonização do registro de medicamentos da SADC.

Durante o seminário, foram discutidos os sucessos da iniciativa, incluindo a realização de 44 sessões conjuntas de avaliação e a análise de mais de 350 produtos farmacêuticos, um número recorde em comparação a outras iniciativas de harmonização regional no continente africano. Estas avaliações e inspeções conjuntas facilitaram significativamente o processo de registro de medicamentos para fabricantes e requerentes, permitindo a entrada simultânea nos mercados dos nove estados-membros participantes da SADC, reduzindo os custos de entrada e o tempo de espera para o registro de medicamentos.

Destaca-se também o papel da ZaZiBoNa na capacitação de mais de 150 funcionários das Autoridades Reguladoras Nacionais de Medicamentos (NMRAs, em inglês), incluindo avaliadores, inspetores, auditores de Sistemas de Gestão da Qualidade (QMS, em inglês) e gerentes de laboratório. Esta formação contribuiu para o aumento da capacidade das autoridades reguladoras em conduzir avaliações e inspeções de boas práticas de fabricação.

O seminário também foi uma oportunidade para reafirmar o plano estratégico quinquenal de 2023 a 2027 da ZaZiBoNa, reforçando seu compromisso com a melhoria contínua na harmonização das exigências regulatórias para produtos farmacêuticos na região da SADC. O financiamento e apoio de parceiros internacionais, como a Fundação Bill & Melinda Gates, a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), a União Europeia e o Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, foram cruciais para alcançar os marcos da ZaZiBoNa e prometem continuar a apoiar o seu desenvolvimento futuro.

¹⁹⁰<https://www.sadc.int/latest-news/sadc-helps-increase-availability-quality-assured-medicines-patients-region>

Avanços e legados do Projeto STOSAR na Política Agrícola da SADC: Caminho para a Sustentabilidade¹⁹¹

O projeto "Apoio à Operacionalização da Política Agrícola Regional da SADC" (STOSAR, em inglês), financiado pela União Europeia (UE) através do Fundo Europeu de Desenvolvimento, concluiu suas atividades com um workshop realizado em Gaborone, Botsuana, de 20 a 21 de fevereiro. O evento marcou a culminação dos esforços colaborativos entre a SADC e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) desde o início do projeto em 2018, destacando as conquistas, melhores práticas e lições aprendidas ao longo da implementação do projeto.

O STOSAR focou em três pilares essenciais: melhoria dos sistemas de gestão de informação agrícola, combate a doenças transfronteiriças dos animais e pragas agrícolas, e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. A implementação bem-sucedida do projeto proporcionou soluções inovadoras, inclusivas e sustentáveis para desafios críticos na produção alimentar, produtividade e competitividade do setor agrícola na região da SADC.

Durante o workshop, destacou-se o papel vital do STOSAR na transformação positiva do setor agrícola da região, enfatizando a necessidade de manter o ímpeto alcançado. O Ministro da Agricultura do Botswana, Fidelis Molao, e a Secretária Executiva Adjunta para a Integração Regional da SADC, Angele Makombo N'Tumba, ressaltaram os progressos significativos feitos na melhoria da produtividade agrícola e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

José Becerra, da Delegação da UE, anunciou o desenvolvimento do programa sucessor, STOSAR II, que visa contribuir para o desenvolvimento industrial e a integração de mercado através de um setor agrícola transformado que adota a gestão sustentável do ambiente. Além disso, o Dr. Patrice Talla, da FAO, elogiou a dedicação dos parceiros do projeto, que possibilitou aos Estados Membros da SADC desenvolver capacidades para análises de risco de pragas e cumprir requisitos de importação internacionais, protegendo seus territórios e acessando mercados globais.

Este workshop serviu como uma plataforma para reunir representantes dos Estados Membros da SADC, parceiros de desenvolvimento internacional, centros de excelência, academia, sindicatos de agricultores e o setor privado, reafirmando o compromisso com a integração regional e o desenvolvimento agrícola sustentável. O legado do STOSAR e as bases estabelecidas para o futuro STOSAR II representam etapas importantes para um setor agrícola mais resiliente e próspero na região da SADC.

Avanços na nutrição de adolescentes através da Estratégia Regional de Advocacia na ECSA¹⁹²

A região da Comunidade de Saúde da África Oriental e Austral (ECSA, em inglês) abriga cerca de 56 milhões de adolescentes, representando aproximadamente 26% dos seus 250 milhões de habitantes. Reconhecendo a importância crítica de atender às necessidades nutricionais dessa faixa etária, foi lançada a Estratégia Regional de Advocacia para Nutrição Adolescente durante a Conferência de Ministros da Saúde em fevereiro de 2023. Esta estratégia visa melhorar o bem-estar dos adolescentes, enfatizando o *design* de programas, o combate à

¹⁹¹ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-fao-hold-end-eu-funded-stosar-project-workshop-share-achievements-best>

¹⁹² <https://ecsahc.org/dissemination-of-the-ecsa-regional-adolescent-nutrition-advocacy-strategy-dodomatanzania/>

má nutrição em todas as suas formas, o aumento do financiamento para iniciativas de nutrição e a conscientização sobre doenças não transmissíveis entre os adolescentes.

A reunião de divulgação realizada em 7 de fevereiro em Dodoma, Tanzânia, destacou-se como um marco importante na implementação da estratégia. O Dr. Ntuli Kapologwe, Diretor de Serviços Preventivos, enfatizou a prioridade da nutrição adolescente na Tanzânia e reconheceu os esforços colaborativos da ECSA Health Community (HC) e da *Nutrition International* no desenvolvimento da estratégia.

O Prof. Yoswa Dambisya, Diretor Geral da ECSA HC, ressaltou a crescente importância da nutrição adolescente e a necessidade de abordar as mudanças dietéticas e o descaso político que afetam este grupo demográfico. Ele comprometeu-se a apoiar planos de ação específicos para o país, visando a melhoria da saúde e nutrição dos jovens na região.

Joel Spicer, Presidente da *Nutrition International*, destacou o impacto positivo das colaborações entre a ECSA e os governos no combate à má nutrição e promoveu a campanha de advocacia "*She'll Grow Into It*", visando superar barreiras que impedem as meninas de acessar nutrição adequada. Ele apelou por ações globais, continentais e nacionais para garantir o suporte nutricional necessário para as meninas alcançarem seus sonhos.

Este encontro reuniu partes interessadas, incluindo Ministérios da Saúde, o Centro de Alimentação e Nutrição da Tanzânia (TFNC), Ministérios setoriais, ECSA HC, *Nutrition International* e outros parceiros implementadores, ressaltando o compromisso coletivo com a abordagem dos desafios nutricionais dos adolescentes e a importância da colaboração multissetorial para alcançar resultados positivos para os jovens na região.

Discurso do presidente Lula durante a abertura da 37ª Cúpula da União Africana

Íntegra do discurso lido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura da 37ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia), no dia 17 de fevereiro de 2024

Fonte: [Discurso do presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana — Planalto \(www.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br)

Publicado em 17/02/2024 08h01

É com grande alegria que volto pela vigésima primeira vez à África, agora novamente como presidente do Brasil, para me dirigir aos líderes da União Africana. Venho para reafirmar a parceria e o vínculo do nosso país e do nosso povo com este continente irmão.

A luta africana tem muito em comum com os desafios do Brasil. Mais da metade dos 200 milhões de brasileiros se reconhecem como afrodescendentes. Nós, africanos e brasileiros, precisamos traçar nossos próprios caminhos na ordem internacional que surge.

Precisamos criar uma nova governança global, capaz de enfrentar os desafios do nosso tempo.

Já não vigoram as teses do Estado mínimo. Planejar o desenvolvimento agrícola e industrial voltou a ser parte das políticas públicas em todos os quadrantes.

As transições energética e digital demandam o incentivo e a orientação dos governos.

Tentativas de restituir um sistema internacional baseado em blocos ideológicos não possuem lastro na realidade. A multipolaridade é um componente inexorável e bem-vindo do século XXI. A consolidação do BRICS como principal espaço de articulação dos países emergentes é um avanço inegável.

Sem os países em desenvolvimento não será possível a abertura de novo ciclo de expansão mundial, que combine crescimento, redução das desigualdades e preservação ambiental, com ampliação das liberdades.

O Sul Global está se constituindo em parte incontornável da solução para as principais crises que afligem o planeta.

Crises que decorrem de um modelo concentrador de riquezas, e que atingem sobretudo os mais pobres – e entre estes, os imigrantes. A alternativa às mazelas da globalização neoliberal não virá da extrema direita racista e xenófoba. O desenvolvimento não pode ser privilégio de poucos.

Só um projeto social inclusivo nos permitirá erigir sociedades prósperas, livres, democráticas e soberanas. Não haverá estabilidade nem democracia com fome e desemprego.

O momento é propício para resgatar as melhores tradições humanistas dos grandes líderes da descolonização africana.

Ser humanista hoje implica condenar os ataques perpetrados pelo Hamas contra civis israelenses, e demandar a liberação imediata de todos os reféns. Ser humanista impõe igualmente o rechaço à resposta desproporcional de Israel, que vitimou quase 30 mil palestinos em Gaza – em sua ampla maioria mulheres e crianças – e provocou o deslocamento forçado de mais de 80% da população.

A solução para essa crise só será duradoura se avançarmos rapidamente na criação de um Estado palestino. Um Estado palestino que seja reconhecido como membro pleno das Nações Unidas.

De uma ONU fortalecida e que tenha um Conselho de Segurança mais representativo, sem países com poder de veto, e com membros permanentes da África e da América Latina. Há dois anos a guerra na Ucrânia escancara a paralisia do Conselho. Além da trágica perda de vidas, suas consequências são sentidas em todo o mundo, no preço dos alimentos e fertilizantes.

Não haverá solução militar para esse conflito. É chegada a hora da política e da diplomacia.

Senhoras e senhores, com seus 1 bilhão e 500 milhões de habitantes, e seu imenso e rico território, a África tem enormes possibilidades para o futuro. O Brasil quer crescer junto com a África, mas sem ditar caminhos a ninguém.

O povo brasileiro está recuperando sua soberania política e econômica. Estamos adotando um projeto de transformação ecológica, que nos permitirá dar um salto histórico. Estamos resgatando nossa democracia, tornando-a cada vez mais participativa.

Com o Bolsa Família e outras políticas públicas bem-sucedidas voltaremos a sair do mapa da fome, retirando milhões de brasileiros da pobreza. Falar de “Educação Inclusiva”, tema desta Cúpula, é falar de futuro. No mundo, quase 250 milhões de crianças estão fora da escola. No Brasil, estamos implantando escolas em tempo integral, além do pagamento de uma poupança para os alunos mais pobres do ensino médio, como forma de reduzir a evasão escolar.

Tenho o orgulho de dizer que milhares de africanos concluíram seus estudos no Brasil. Mas vamos fazer ainda mais. Vamos ampliar o número de bolsas ofertadas para receber estudantes africanos em nossas instituições públicas de ensino superior.

Estamos dispostos a desenvolver programas educacionais na África e a promover intenso intercâmbio de professores e pesquisadores. Vamos colaborar para que a África possa se tornar independente na produção de alimentos e energia limpa.

São 400 milhões de hectares espalhados por mais de 25 países, com potencial de fazer deste continente um grande celeiro para o mundo, viabilizando políticas de combate à fome e produção de biocombustíveis.

Quero igualmente estender nossa parceria para a área da saúde. Há muito a aprender com as estratégias sanitárias de ambos os lados, e a possibilidade de estruturar sistemas públicos robustos e de alcance amplo.

Vamos trabalhar com o Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças para enfrentar doenças tropicais negligenciadas. Teremos como meta a ampliação do acesso a medicamentos, evitando a repetição do “apartheid” de vacinas que vimos na COVID-19.

Cuidar também da saúde do planeta é nossa prioridade. O imperativo de proteger as duas maiores florestas tropicais do mundo, a Amazônica e a do Congo, nos torna protagonistas na agenda climática.

Os instrumentos internacionais hoje existentes são insuficientes para recompensar de forma eficaz a proteção das florestas, sua biodiversidade e os povos que vivem, cuidam e dependem desses biomas.

Com a recuperação de áreas degradadas, podemos criar um verdadeiro cinturão verde de proteção das florestas do Sul Global. Em conjunto com parceiros africanos, o Brasil quer desenvolver e construir uma família de satélites para monitorar o desmatamento.

Para levar adiante todas essas iniciativas vamos criar um posto avançado de cooperação junto à União Africana em setores como pesquisa agrícola, saúde, educação, meio ambiente e ciência e tecnologia.

Nossa representação diplomática em Adis Abeba contará em breve com funcionários de órgãos governamentais como a Agência Brasileira de Cooperação, a EMBRAPA e a FIOCRUZ, nossos órgãos de pesquisa e desenvolvimento em agropecuária e saúde.

Senhores e senhoras, nossos caminhos vão se reencontrar no G20, no Rio de Janeiro, e na COP 30, em Belém. A presença da União Africana como membro pleno do G20 será de grande valia. Mas ainda é necessário a inclusão de mais países do continente como membros plenos. Temos agendas comuns a defender.

É inadmissível que um mundo capaz de gerar riquezas da ordem de US\$ 100 trilhões de dólares por ano conviva com a fome de mais de 735 milhões de pessoas. Estamos criando no G20 a Aliança Global contra a Fome, para impulsionar um conjunto de políticas públicas e mobilizar recursos para o financiamento dessas políticas.

Cerca de 60 países, muitos deles na África, estão próximos da insolvência e destinam mais recursos para o pagamento da dívida externa do que para a educação ou a saúde. Isso reflete o caráter obsoleto das instituições financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, que muitas vezes agravam crises que deveriam resolver.

É preciso buscar soluções para transformar dívidas injustas e impagáveis em ativos concretos, como rodovias, ferrovias, hidroelétricas, parques de energia eólica e solar, produção de hidrogênio verde e redes de transmissão de energia. Precisamos acompanhar passo a passo a evolução das novas tecnologias.

A Inteligência Artificial não pode tornar-se monopólio de poucos países e empresas. Mas podem também constituir-se em terreno fértil para discursos de ódio e desinformação, além de causar desemprego e reforçar vieses de raça e gênero, que acentuam injustiças e discriminação.

O Brasil vai promover a interação do G20 com o Painel de Alto Nível criado pelo Secretário-Geral da ONU para apoiar as discussões sobre o Pacto Digital Global.

Esperamos, com isso, contribuir para uma governança efetiva e multilateral em Inteligência Artificial e que incorpore plenamente os interesses do Sul Global.

Minhas amigas e meus amigos, quero terminar dizendo que não há Sul Global sem a África.

Retomar a aproximação do Brasil com a África é recuperar laços históricos e contribuir para a construção de uma nova ordem mundial, mais justa e solidária. Permite-nos, sobretudo, somar esforços na superação dos desafios que temos à frente.

Muito obrigado.

A União Europeia pede pausa humanitária imediata que leve a um cessar fogo sustentável em Gaza

The European Union calls for an immediate humanitarian pause that leads to a sustainable ceasefire in Gaza

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *The European Union took time, but finally moved to call for a ceasefire in the Gaza Strip, despite Hungary opposition. The war in Ukraine has completed 2 years, bringing some signs of fatigue such as the threat of US military and financial support and the disbelief of the European population in a Ukrainian victory. European security remains threatened by NATO's vulnerability, given the possibility of Trump's election in the USA. The French farmers' protests expanded to become the European farmers protests, who present complementary agendas and fight, among others, against the increase in costs brought by European environmental standards, which harm their competitiveness compared to imports.*

Keywords: *Global Health; European Union; WHO Europe.*

Resumo. A União Europeia demorou, mas finalmente se movimentou para pedir um cessar-fogo na Faixa de Gaza, apesar da oposição da Hungria. A guerra da Ucrânia completou 2 anos, trazendo alguns sinais de cansaço como a ameaça do apoio militar e financeiro dos EUA e a descrença da população europeia numa vitória da Ucrânia. A segurança europeia segue ameaçada com a vulnerabilidade da Otan, frente à possibilidade de eleição de Trump nos EUA. Os protestos dos agricultores franceses se expandiram para se tornar os protestos dos agricultores europeus, que apresentam pautas complementares e lutam, dentre outras, contra o aumento de custos trazidos pelos padrões ambientais europeus, que prejudicam sua competitividade frente aos importados.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; OMS Europa;

Tardou, mas a União Europeia finalmente apelou por um cessar-fogo em Gaza, apesar da oposição da Hungria. [Em rara cena, 26 dos 27 Estados-Membros isolaram a Hungria, emitindo sua própria declaração, apelando a "uma pausa humanitária imediata](#) que possa conduzir a um cessar-fogo sustentável" na sitiada Faixa de Gaza. As 26 nações também aprovaram uma declaração em que pedem ao governo israelita que não prossiga a ação militar planejada para a cidade de Rafah, para onde fugiram mais de um milhão de palestinos.

A oposição da Hungria também impediu a aprovação de um plano da EU para aplicar sanções coletivas a colonos israelitas considerados violentos. Sob a ausência de uma posição comum, a França impôs sanções aos colonos israelitas, impedindo a entrada de 28 indivíduos em seu território. Bélgica, Irlanda e Espanha indicaram também estarem preparadas para impor suas próprias sanções contra colonos israelitas violentos, caso o impasse persista.

Em outro movimento, [os primeiros-ministros de Espanha, Pedro Sánchez, e da Irlanda, Leo Varadkar, enviaram uma carta à Comissão Europeia, solicitando uma "revisão urgente" do](#)

[acordo UE-Israel](#)¹⁹³, em função da guerra em Gaza e do agravamento da crise humanitária: “pedimos à Comissão que analise urgentemente se Israel está a cumprir as suas obrigações, nomeadamente no âmbito do Acordo de Associação UE-Israel, que faz do respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos um elemento essencial da relação”, afirmam Sánchez e Varadkar.

Josep Borrell, Chefe da diplomacia da UE, lamentou a incapacidade da UE em chegar a um acordo unânime que apele a um cessar-fogo humanitário em Gaza. “Não conseguimos chegar a uma posição unânime no Conselho Europeu, apelando a um cessar-fogo. Pelo contrário, limitámo-nos a um acordo mínimo, apelando a pausas humanitárias e a um aumento da ajuda às vítimas”, disse. “Não existe uma solução ou posição unânime, o que nos enfraquece (a UE)”, acrescentou. Comparando a posição firme da UE no apoio à Ucrânia depois da invasão da Rússia, [Borrell advertiu que o bloco pode ser acusado de ter “dois pesos e duas medidas” no que se refere a Gaza](#). “A posição clara e firme da Europa em relação à guerra na Ucrânia não é partilhada por muitos países do mundo, que nos acusam imediatamente de termos princípios geometricamente desalinhados - aquilo a que chamam “dois pesos e duas medidas””, disse o diplomata. Borrell afirmou ainda, que o fato de os países da UE apelarem sistematicamente a Israel para que respeite o direito internacional humanitário no seu ataque à Faixa de Gaza, sugere que o país não está agindo dentro dos limites da lei.

Lamentavelmente, ainda falando sobre guerra, a da Ucrânia completou 2 anos e o aniversário veio acompanhado do [13º pacote de sanções contra a Rússia](#), que agora alcança também a parceira China. Pela primeira vez, são visadas empresas da China continental, suspeitas de ajudar o Kremlin a obter artigos europeus que estão na lista de proibição de exportação para a Rússia. Empresas da Turquia e da Coreia do Norte também foram incluídas na lista.

Nesta quinzena, [a polícia dinamarquesa anunciou o encerramento de sua investigação sobre a sabotagem dos gasodutos Nord Stream no Mar Báltico, alegando que não há “bases suficientes” para um processo criminal](#). Com base na investigação, as autoridades concluíram que a sabotagem dos gasodutos foi intencional, ao mesmo tempo em que estimam não haver bases para prosseguir com uma instrução criminal na Dinamarca”, escreveu a polícia dinamarquesa em nota. O governo russo qualificou como “absurda” a não conclusão da Dinamarca: “Esta situação beira o absurdo. Por um lado, reconhecem que houve uma sabotagem intencional, por outro, não avançam”, afirmou à imprensa o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

Além da Dinamarca, Alemanha e Suécia também iniciaram investigações, todas independentes. A promotoria sueca encerrou a sua no início do mês, estimando que os fatos não são de sua jurisdição. Na Alemanha, o procedimento continua. Peskov também havia qualificado como “notável” a decisão da Suécia de encerrar sua investigação. “Será interessante

¹⁹³ Em vigor desde 2000, o Acordo de Associação UE-Israel é o principal instrumento jurídico que rege as relações bilaterais entre os dois parceiros, abrangendo o diálogo político, o comércio, a concorrência, a tecnologia, a ciência, a inovação e a luta contra o antissemitismo, a xenofobia e o racismo, entre outros assuntos. O artigo 2º estabelece que as relações “devem basear-se no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos, que orientam a sua política interna e internacional e constituem um elemento essencial do presente acordo”.

ver com que rigor as autoridades alemãs abordarão esta investigação", provocou o porta-voz no início de fevereiro.

Dos EUA, um dos suspeitos pela implosão (além de Rússia e Ucrânia), vêm uma nova maré alta a balançar as águas europeias. Na condição de candidato à presidência estadunidense pelo Partido Republicano, [Donald Trump sugeriu que iria "encorajar" a Rússia a atacar qualquer nação da Otan que não cumprisse o objetivo de gastar 2% do Produto Interno Bruto \(PIB\) na defesa](#). A reação do secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, foi dizer que não se deve minar a credibilidade da Aliança em termos da sua capacidade de dissuasão de ataques dos inimigos. "A dissuasão está na mente dos nossos adversários. Não devemos deixar (qualquer) margem para erros de cálculo ou mal-entendidos em Moscou sobre a nossa disponibilidade, o nosso compromisso e a nossa determinação em proteger todos os aliados", disse Stoltenberg. "E a razão para o fazer não é provocar um conflito, mas sim evitar um conflito, como a Otan tem feito com sucesso ao longo de 65 anos", acrescentou. Manter a Otan forte é "do interesse nacional dos Estados Unidos", acrescentou, uma vez que o país "nunca travou uma guerra sozinho", recordou Stoltenberg. O chanceler alemão, Olaf Scholz, disse que os comentários de Trump foram "irresponsáveis e perigosos", enquanto o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, falou de "declarações imprudentes" que "servem apenas os interesses de Putin".

Os comentários de Trump aumentaram os receios de que o seu possível regresso à Casa Branca possa levar à retirada dos Estados Unidos da Aliança, o que deixaria a Europa de Leste exposta à agressão russa. Mas antes deste comentário, a invasão da Ucrânia pela Rússia, já tinha exposto as fragilidades da UE, que dependem não somente da Otan, como dos EUA em matéria de defesa e segurança. [As despesas militares dos Estados-membros da UE são fragmentadas entre os vários países, que não juntam esforços nesta área](#). A sugestão do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, candidato à eleição, de que os aliados da Otan que não gastem 2% do PIB em defesa não merecem a proteção norte-americana foi recebida com choque e [contribuiu para a crescente pressão sobre a autonomia europeia na defesa](#). Em recente reunião dos ministros da defesa da Otan, os participantes também debateram o impacto destas palavras. Os membros da Aliança que também são membros da União Europeia estão cada vez mais convictos da necessidade de aumentar a autonomia em termos de defesa, o que traz um grande dilema por ter importantes implicações orçamentárias em período de difícil situação econômica.

A propósito, [a falta de ajuda dos EUA já tem impacto no campo de batalha na Ucrânia](#), conforme alerta feito por Jens Stoltenberg, secretário-geral da Otan. O impasse no Congresso dos EUA sobre o pacote de ajuda financeira à Ucrânia, está numa batalha legislativa para a aprovação de uma proposta de lei para o apoio bélico e financeiro à Ucrânia. O último projeto de lei, já aprovado pelo Senado, prevê 60 milhões de dólares para a Ucrânia em apoio militar e financeiro. Mas o apoio bipartidário na câmara alta enfrenta uma batalha difícil para ser replicado na Câmara dos Representantes, onde republicanos sob a influência do candidato à presidência Donald Trump, prometeram bloquear a medida.

Sem um caminho claro de solução, Stoltenberg apelou para que o impasse seja ultrapassado "de uma forma ou de outra" nos próximos dias, reiterando sua mensagem de que impedir a vitória de Vladimir Putin é um objetivo do interesse de todas as nações democráticas. "Se o Presidente Putin vencer na Ucrânia, é também um desafio para nós. Será uma mensagem para os líderes autoritários, não só para Putin, mas também para o Presidente Xi (da China), de que quando usam a força militar, conseguem o que querem", disse Stoltenberg. "O que acontece hoje na Ucrânia pode acontecer amanhã em Taiwan. Isto é importante para a nossa segurança e para a segurança dos EUA", concluiu.

Apesar de reconhecerem a importância de derrotar a Rússia de Putin, [apenas 10% dos europeus acreditam que a Ucrânia pode derrotar a Rússia](#), foi o que revelou recente pesquisa encomendada pela UE nas vésperas do aniversário da guerra e das eleições para o Parlamento Europeu que acontecerão em junho. No ano passado, a maioria dos europeus defendia que a Ucrânia devia recuperar todo o território perdido. Embora o apoio a Kiev continue a ser elevado entre os europeus, os inquiridos consideram que uma solução de compromisso é a solução mais provável para a guerra. Os autores do relatório defendem que, com base nestas conclusões, os políticos da UE devem adotar uma abordagem mais "realista", centrada na determinação da forma como a paz pode ser alcançada. A maioria dos europeus "está desesperada por impedir uma vitória russa", mas não acredita que a Ucrânia possa vencer militarmente. De acordo com as sondagens, os ucranianos continuam a opor-se a qualquer acordo que ceda território à Rússia.

Finalmente saindo da pauta da guerra, para falar do protesto dos agricultores franceses, movimento que ganhou força e se espalhou, para se tornar os protestos dos agricultores europeus. Isto porque as queixas expressas pelos agricultores franceses fazem parte de um movimento mais amplo de todo o setor agrícola da Europa, que protesta contra as políticas agrícolas da UE, obstáculos burocráticos e condições gerais de negócios. Tratores estão espalhados bloqueando ruas de diversos países da Europa: na Espanha, os protestos acontecem em vários pontos do país; agricultores da Chéquia, Eslováquia, Polónia e Hungria bloqueiam fronteiras em protesto conjunto; Macron enfrentou manifestantes no Salão da Agricultura de Paris, uma das maiores feiras do setor no mundo, onde dezenas de tratores bloquearam parte da cidade; na Moldávia, os agricultores bloquearam uma importante passagem de fronteira com a Romênia, exigindo compensação e subsídios do governo e o adiamento de empréstimos; protestos também foram registrados Alemanha, Bélgica, Holanda, Bulgária e Itália.

[Os protestos também chegaram à sede da União Europeia em Bruxelas, que foi cercada por barreiras de concreto e arame farpado](#). O movimento é uma nova demonstração de força dos protestos dos produtores rurais, que têm realizado manifestações nas últimas semanas contra as políticas agrárias da UE e a concorrência com produtos estrangeiros com custos mais baixos. Do outro lado das barreiras, os ministros da agricultura dos países membros tentavam demonstrar que estavam atentos às reclamações. A presidência da UE, atualmente ocupada pela Bélgica, reconhece que as preocupações dos agricultores incluem o ônus de respeitar políticas ambientais, uma queda na assistência do sistema de subsídios agrícolas e o impacto dos ataques da Rússia na oferta de grãos da Ucrânia.

Os agricultores argumentam que as regulamentações ambientais da UE, incluindo iniciativas como o Pacto Ecológico Europeu, que defendem restrições ao uso de produtos químicos e emissões de gases de efeito estufa, dificultam suas operações e tornam seus produtos menos competitivos em comparação com as importações de fora da UE. Os agricultores também pedem diesel mais barato e alertam para uma "lenta asfixia" do setor em toda a UE. As exigências dos agricultores também incluem o fim dos acordos de livre comércio, que, segundo eles, levaram a importações mais baratas de países onde os produtores enfrentam padrões ambientais menos rigorosos do que os da EU. Um palco montado no local do protesto em Bruxelas foi coberto com um [cartaz que dizia "pare o UE Mercosul"](#) — uma referência às negociações para concluir o acordo comercial com o bloco sul-americano.

[Em resposta, a Comissão Europeia apresenta medidas de simplificação para acalmar os agricultores](#), após identificar ações a curto e médio prazo que podem aliviar os encargos administrativos dos agricultores, uma das principais causas de descontentamento. O conjunto de propostas será discutido numa reunião extraordinária dos ministros da agricultura da UE

nesta segunda-feira (26 de fevereiro). Algumas das medidas apresentadas destinam-se a conceder maior flexibilidade aos agricultores no cumprimento dos rigorosos requisitos ecológicos da Política Agrícola Comum (PAC), nomeadamente no que se refere à manutenção de prados permanentes e à cobertura mínima do solo. O pacote de simplificação deverá dar início a um processo de consulta sobre a forma como são concedidos os subsídios agrícolas da UE, desejado por Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia.

E por falar nela, [Ursula von der Leyen, apresentou sua recandidatura à presidência da Comissão Europeia](#), para o próximo pleito europeu que acontecerá em junho, conforme já aqui mencionado, que pode leva-la a um segundo mandato de 5 anos. A nomeação oficial de Ursula Von der Leyen como candidata do Partido Popular Europeu (PPE), acontecerá no congresso do partido, em março, na Roménia. Com a oficialização da candidatura, von der Leyen tem boas chances porque o PPE está à frente nas sondagens e deverá manter-se como partido com maior número de assentos no Parlamento Europeu. O titular da presidência da Comissão Europeia é nomeado pelos líderes dos 27 Estados-membros da UE, tendo em conta os resultados das eleições europeias, e costuma ser atribuído ao principal candidato do partido que vences as eleições europeias. Primeira mulher a liderar o executivo comunitário, Ursula apresentou uma agenda política de mudança do paradigma económico através do Pacto Ecológico Europeu (agora questionado pelos agricultores), conduziu o bloco durante a inédita e traumática pandemia da Covid-19, enfrenta algumas crises como a migratória e a guerra da Ucrânia, para falar apenas dos temas mais relevantes.

[Um de seus concorrentes será Walter Baier, candidato da Esquerda Europeia](#). Atual presidente do partido, com pouca experiência europeia, Baier era o único candidato. Foi eleito numa assembleia à porta fechada na Eslovénia para ser "Spitzenkandidat": cabeça de lista nas eleições europeias de junho. O sistema de escolha dos candidatos "cabeças de lista", também conhecido como "Spitzenkandidaten", permite aos partidos europeus escolher o seu líder para as eleições europeias. Se o partido obtiver o maior número de lugares, o proponente torna-se o principal candidato ao cargo de Presidente da Comissão Europeia, que deverá ser nomeado por maioria qualificada no Conselho Europeu. A proposta do Conselho Europeu segue depois para o Parlamento Europeu, onde precisa de maioria absoluta para ser aprovada. As hipóteses de a esquerda ganhar a liderança da Comissão Europeia são muito reduzidas, pelo contrário, para no ar o temor de que a extrema-direita conquiste mais assentos no Parlamento.

Adentrando no campo da saúde, cabe destacar o [encontro que reuniu a UE e a OMS Europa](#), com as presenças da Comissária Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, Stella Kyriakides, a Diretora-Geral da Comissão Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, Sandra Gallina e o Diretor Regional da OMS para a Europa, Dr. Hans Kluge, juntamente com suas respectivas equipas. Na reunião, refletiram sobre o reforço de sua colaboração estratégica à luz das questões chave atuais para o campo da saúde pública. A cooperação entre as organizações implica alinhamentos políticos padrões e normas conjuntas, apoio em fóruns multilaterais como o G20 e o G7 e outras iniciativas globais sobre saúde, eventos globais e regionais conjuntos, defesa de projetos e assistência técnica e serviços nos países, o que inclui a prestação de assistência em contextos de conflito e humanitários, o desenvolvimento de capacidades de produção e regulamentares, a promoção de soluções e inovações digitais e o desenvolvimento de capacidades de diplomacia em saúde. A colaboração entre UE e OMS Europa é também financeira: os Estados-membros da UE são os principais contribuintes da OMS Europa.

Os anos de pandemia levaram à interrupção dos esquemas de imunização globalmente e como consequência o mundo vive um surto de sarampo, também experimentado pela Região

Europeia da OMS. Em 2023, mais de 58.000 pessoas em 41 dos 53 Estados-Membros da Região – abrangendo a Europa e a Ásia Central – foram infectadas com sarampo, resultando em milhares de hospitalizações e 10 mortes relacionadas com o sarampo. Os dados atualizados demonstram a urgência de uma resposta rápida e concertada aos surtos de sarampo na Região Europeia da OMS. A elevada proporção (quase metade) de casos entre crianças com menos de 5 anos de idade reflete o enorme impacto da pandemia da Covid-19 nos sistemas de saúde, incluindo os serviços de vacinação de rotina, o que resultou numa acumulação significativa de crianças susceptíveis que perderam as vacinas de rotina contra o sarampo e outras doenças evitáveis pela vacinação.

Os sistemas de saúde na Região Europeia da OMS precisam se atualizar para alcançar rapidamente os 1,2 milhões de crianças que perderam a vacina contra o sarampo entre 2020 e 2022, continuando, ao mesmo tempo, com a imunização de rotina. Hans Henri P. Kluge, Diretor Regional da OMS para a Europa, observa que “à medida que o vírus continua a se espalhar em muitas partes da Região, a detecção e a tempestiva resposta ao surto continuam a ser críticas para evitar uma nova escalada e garantir o progresso da Região na eliminação desta doença altamente contagiosa.” Considerando o aumento dos casos de sarampo a nível mundial, o risco de importação para a Região Europeia é quase inevitável. Todos os Estados-Membros afetados até agora reforçaram a vigilância para detectar rapidamente os casos e os seus contactos, intensificaram os seus serviços de vacinação de rotina e/ou realizaram atividades de vacinação de recuperação para vacinar os vulneráveis antes que o vírus os alcance.

Considerações Finais

A União Europeia demorou, mas finalmente se movimentou para pedir uma pausa humanitária imediata que leve a um cessar-fogo sustentável na Faixa de Gaza. Apesar da oposição da Hungria, os 26 países emitiram declaração com tal conteúdo. Até o chefe da diplomacia europeia, Joseph Borrel, reconhece que a diferença de postura do bloco em relação à guerra de Gaza e à da Ucrânia. É urgente um cessar-fogo em Gaza e a União Europeia não pode se furtar às violações de direitos humanos ali ocorridas. Já em relação à guerra da Ucrânia, os sinais de cansaço estão cada vez mais visíveis. O apoio militar e financeiro dos EUA está ameaçado e a população europeia apoia a Ucrânia, mas não acredita mais em sua vitória sobre a Rússia. A segurança europeia segue ameaçada com a vulnerabilidade da Otan, frente à possibilidade de eleição de Trump nos EUA.

Entendendo a estratégia dos EUA no Oriente Médio e suas consequências para a região e para o mundo

Understanding US strategy in the Middle East and its consequences for the region and the world

Lucia Marques

Resumo: Israel opera sob um clima de absoluta impunidade. A irredutibilidade de Israel em seguir com os massacres em Gaza e com as ocupações acompanhadas de violência na Cisjordânia e a irredutibilidade dos EUA em usar seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, impedindo um cessar fogo humanitário e em insistir que a resposta militar é a melhor solução para a região tem tido reflexos entre aliados regionais e além, já impactando significativamente a dinâmica geopolítica global. Embora a liberdade de navegação na mais importante hidrovía comercial, como o Mar Vermelho, seja digna de atenção, a resposta liderada às ações dos Houthis, na via, pelos EUA só piorou as coisas. As ações do grupo no Mar Vermelho são consequência das atrocidades que se desenrolam em Gaza, portanto, trabalhar num cessar-fogo humanitário e envidar esforços para diminuir as tensões parecem ser o caminho mais viável. Mas não foi o caminho escolhido pela superpotência militar de Biden. Essa resposta aponta para motivos que vão além do que os EUA estão publicizando ou que vão além de um erro de estratégia. Ações que propaguem uma crise no Mar Vermelho, ignorando a miséria palestina, claramente vão além do argumento da segurança marítima. E precisamos entender. Como chamou atenção o Secretário Geral do Médicos Sem Fronteiras, Christopher Lockyear, ao Conselho de Segurança da ONU: “a proteção de civis em Gaza não pode estar condicionada a resoluções deste Conselho que instrumentalizem o humanitarismo para ocultar objetivos políticos.”

Palavras chaves: EUA e Oriente Médio, Mar Vermelho, Gaza, Médicos Sem Fronteira

Abstract: *Israel operates under a climate of absolute impunity. Israel's irreducibility in continuing with the massacres in Gaza and the occupations accompanied by violence in the West Bank and the irreducibility of the USA in using its veto power in the UN Security Council, preventing a humanitarian ceasefire and insisting that the military response is the best solution for the region has had repercussions among regional allies and beyond, already significantly impacting global geopolitical dynamics. While freedom of navigation in the most important commercial waterway, such as the Red Sea, is worthy of attention, the US-led response to the Houthis' actions in the waterway has only made things worse. The group's actions in the Red Sea are a consequence of the atrocities unfolding in Gaza, therefore, working on a humanitarian ceasefire and making efforts to reduce tensions seems to be the most viable path. But it was not the path chosen by Biden's military superpower. This response points to reasons that go beyond what the US is publicizing or that go beyond a strategic error. Actions that propagate a crisis in the Red Sea, ignoring Palestinian misery, clearly go beyond the maritime security argument. And we need to understand. As the Secretary General of Doctors Without Borders, Christopher Lockyear, pointed out to the UN Security Council: “the protection of civilians in Gaza cannot be conditioned on resolutions of this Council that use humanitarianism to hide political objectives.”*

Keywords: *USA and Middle East, Red Sea, Gaza, Doctors Without Borders*

Por três vezes este Conselho teve a oportunidade de votar por um cessar-fogo que é tão desesperadamente necessário, e por três vezes os Estados Unidos usaram seu poder de veto, mais recentemente na última terça-feira.¹⁹⁴

Os Houthis¹⁹⁵ são um grupo paramilitar de resistência contra o sionismo que ocupa o governo no Yemen há 10 anos¹⁹⁶. E como tal, sempre atuaram no Mar Vermelho atacando com mísseis e drones navios de Israel ou destinados a Israel, apoiando as respostas dos outros grupos de resistência aos ataques de Israel, sejam nos Territórios Palestinos, no Líbano, na Síria ou no norte do Iraque.

Os Houthis declararam apoio ao Hamas no conflito contra Israel. Os rebeldes avisaram que atacariam todos os navios com destino a Israel que passassem por sua costa. Os ataques, que começaram em 3 de dezembro de 2023, forçaram pelo menos cinco grandes empresas, incluindo a petrolífera British Petroleum (BP) e as companhias marítimas MSC, CMA CGM, Maersk e Hapag-Lloyd, a utilizar outras rotas comerciais mais longas para proteger suas tripulações, navios e mercadorias, causando perturbações no transporte marítimo internacional.¹⁹⁷

Em resposta, EUA e Reino Unido lançaram ataque ordenado contra áreas controladas pelos rebeldes, no Yemen. Segundo os dois países, as investidas visam diminuir as tensões e restaurar a [estabilidade no Mar Vermelho](#). "Reiteramos o nosso aviso à liderança houthi: não hesitaremos em defender vidas e o livre fluxo de comércio em uma das hidrovias mais importantes do mundo diante de ameaças contínuas", informaram em declaração conjunta

Áreas controladas pelos rebeldes houthis

Grupo xiita mantém controle de boa parte do norte, da capital, Sanaa, e da costa do Mar Vermelho



Foto: Arte O Globo

¹⁹⁴ Christopher Lockyear, Secretário-geral de Médicos Sem Fronteiras, ao Conselho de Segurança da ONU, após o terceiro veto americano. <https://www.msf.org.br/noticias/pronunciamento-do-secretario-geral-de-msf-christopher-lockyear-ao-conselho-de-seguranca-da-onu/>

¹⁹⁵ Grupo armado iemenita da minoria muçulmana xiita do país, os zaiditas. O grupo foi formado nos anos 1990, para combater o que eles consideravam ser corrupção do então presidente do Yemen, Ali Abdullah Saleh (1942-2017). O nome do movimento vem do seu fundador, Houssein al Houthi (1959-2004). <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vkgq29jno>

¹⁹⁶ Os Houthis são os atores, apoiados pelo Irã, de uma longa guerra civil contra o grupo do governo, deposto, apoiado pela Arábia Saudita – outros principais grupos de resistência são o Hamas, o [Hezbollah](#) e a Jihad Islâmica. A guerra inconclusa levou o país, que já era extremamente pobre, a uma das piores crises humanitárias do mundo. A retomada de relações diplomáticas entre Arábia Saudita e Irã estava facilitando a retomada da paz, com a criação de um governo conjunto.

¹⁹⁷ Em [uma nota para a BBC](#), a Evergreen Line disse: "Para a segurança dos navios e da tripulação, a Evergreen Line decidiu parar temporariamente de aceitar **carga israelense** com efeito imediato e ordenou que seus navios porta-contêineres suspendessem a navegação pelo mar."

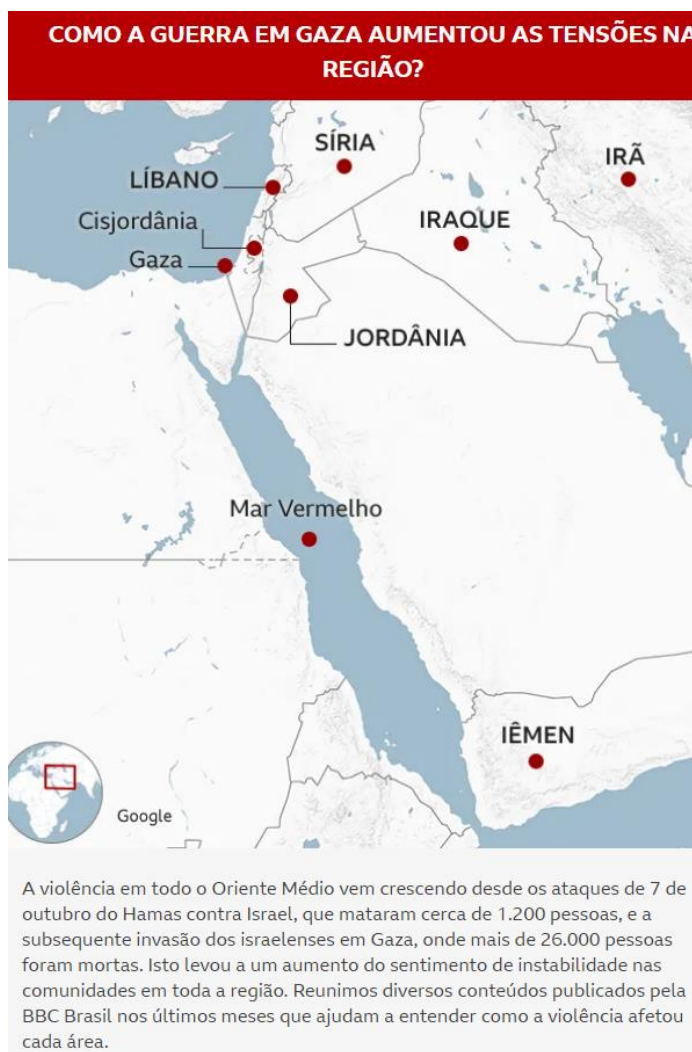
liberada após os ataques.¹⁹⁸ Os EUA lançaram diversos ataques separados contra os Houthis desde então.

O Comando Central dos Estados Unidos, responsável pelas operações militares americanas no [Oriente Médio](#), afirmou que "esses ataques lançados pelos Houthis são totalmente viabilizados pelo Irã". E com esse argumento, os EUA também lançaram bombardeios contra 85 alvos na Síria e no Iraque, em resposta a um ataque com drones a uma base na Jordânia, que matou três soldados dos Estados Unidos.

Esse é o cenário atual, para além da guerra Israel-Hamas. Embora a liberdade de navegação na mais importante hidrovia comercial, como o Mar Vermelho, seja digna de atenção, a resposta liderada pelos EUA só piorou as coisas, como escrevem Jeremy Bowen,¹⁹⁹ o editor de Internacional da BBC News, e Omar H. Rahman,²⁰⁰ analista especialista na geopolítica do Oriente Médio e na política externa americana na região. Essa resposta aponta para motivos que vão além do que os EUA estão publicizando ou que vão além de um erro de estratégia.²⁰¹

As ações dos Houthis no Mar Vermelho são consequência das atrocidades que se desenrolam em Gaza, portanto, trabalhar num cessar-fogo humanitário e envidar esforços para diminuir as tensões parecem ser o caminho mais viável. Portanto, ações que propaguem uma crise no Mar Vermelho, ignorando a miséria palestina, vão além do argumento da segurança marítima.²⁰²

Refletindo sobre os reais motivos. Um dos motivos é desviar a pressão internacional e nacional crescente sobre a forma como o presidente americano, Joe Biden, vem lidando com a questão palestina. As eleições que se aproximam e sua queda de popularidade o levam a usar



<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1jenne2qjo>

¹⁹⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vkgg29jno>

¹⁹⁹ [Conflito Israel-Hamas: 5 frentes onde guerra no Oriente Médio se expandiu além de Gaza - BBC News Brasil](#)

²⁰⁰ https://mecouncil.org/blog_posts/is-a-regional-war-inescapable/

²⁰¹ https://mecouncil.org/blog_posts/conflict-in-the-red-sea-makes-economic-waves/

²⁰² https://mecouncil.org/blog_posts/u-s-motives-in-the-red-sea-go-beyond-bringing-stability/

da velha tática de criar novas narrativas e moldar novas agendas. Portanto, EUA parecem estar usando a crise do Mar Vermelho para escapar da pressão global sobre Gaza.

Um segundo motivo seria remobilizar seus aliados usando o conflito Israel-Palestina, uma vez que as divisões entre seus aliados europeus e árabes cresceram nos últimos meses – especialmente os países árabes estão insatisfeitos com a política dos EUA apoiando as ações de Israel na Faixa de Gaza, gerando levas de refugiados para países vizinhos, causando turbulência. Divisões que já vinham crescendo desde o segundo semestre de 2022, quando a guerra na Ucrânia deixou de ser um rompante e se mostrou ser um conflito de longo prazo, obrigando aliados a se posicionarem, levando países a questionarem a hegemonia do Ocidente e do Norte Global.

Historicamente, a perda da hegemonia acontece em três estágios: produtivo, financeiro e militar.²⁰³ Os EUA perderam a hegemonia na produção, embora ainda tenham algumas áreas remanescentes de hegemonia tecnológica, inclusive naquelas relacionadas às forças armadas. O país está vendo sua hegemonia financeira ser desafiada, mesmo que isso ainda esteja nos estágios iniciais e se relacione ao status do dólar estadunidense. Ainda que os aspectos econômicos e políticos de seu declínio possam estar se acelerando, os EUA ainda detêm poder militar, o que cria para o país a tentação de tentar superar as consequências de seu declínio econômico por meios militares ou afins.

Nos anos recentes, os EUA foram confrontados por uma potência produtiva, comercial e tecnológica em ascensão, a China, por economias em crescimento no Sul Global (que ultrapassaram o PIB do Norte Global em termos de PPC em 2007), por anos de negligência no investimento de capital doméstico, pela financeirização da economia e a perda da superioridade na indústria. Não é à toa que os EUA definiram a China como concorrente estratégica.²⁰⁴ Seu programa mínimo é a contenção e o enfraquecimento econômico do país asiático em medida suficiente para garantir a hegemonia econômica perpétua dos EUA no futuro.²⁰⁵

E assim nos deparamos com mais uma motivação para a atuação militar americana no Mar Vermelho: fortalecer seu controle sobre pontos de estrangulamento marítimo, como é o caso dessa via crucial – prioridade estratégica de longa data dos EUA no Oriente Médio, como estabelecido no documento da [Estratégia de Segurança Nacional](#) dos EUA, publicada em outubro de 2022,²⁰⁶ que define uma visão para o futuro e oferece um roteiro de como os EUA pretendem atingir seus objetivos. Na Estratégia, os EUA afirmam que não permitirão que potências estrangeiras ou regionais coloquem em risco a liberdade de navegação nas vias

²⁰³ Immanuel Wallerstein, “The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalist World-Economy”, ed. Lenski, *Current Issues and Research in Macrosociology*, 1 de Janeiro de 1984, 100-108, https://doi.org/10.1163/9789004477995_008. In: **Hiperimperialismo: Um novo estágio decadente perigoso. Desenvolvido por Sul Global Insights** <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/#toc-section-1>

²⁰⁴ “Competiremos efetivamente com a República Popular da China, que é o único concorrente tanto com intenção quanto com, cada vez mais, capacidade de remodelar a ordem internacional, ao mesmo tempo em que aperta uma Rússia perigosa.” <https://www.state.gov/translations/portuguese/informativo-estrategia-de-seguranca-nacional-do-governo-biden-harris/#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20est%C3%A1%20enraizada%20em,do%20modo%20de%20vida%20Oamericano.>

²⁰⁵ <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/#toc-section-1>

²⁰⁶ Vale ler para entender os argumentos americanos nos debates sobre o Tratado Pandêmico, no âmbito da OMS – são os determinantes políticos da Saúde.

navegáveis do Oriente Médio. Vale lembrar, que a única base militar chinesa fora do território nacional fica no Djibuti, país de Chifre da África, na entrada do Mar Vermelho, exatamente onde estão ocorrendo as ações militares dos EUA e Reino Unido contra os Houthis.

A América considera que controlar o Mar Vermelho, principal corredor marítimo para os produtos chineses para Europa e norte da África, pode minar o comércio entre China, seus parceiros do Golfo e os países europeus. Mas a China já previa esse risco e desde 2013, quando estabeleceu sua iniciativa Cinturão e Rota (Nova Rota da Seda) já criava alternativas. Seus acordos com os países do Oriente Médio e da Ásia Central, principalmente, e investimentos nas vias multimodais – que incluem, inclusive, uma rota pelo Ártico -, como já sinalizamos em informes passados,²⁰⁷ mostram que a estratégia americana para o Mar Vermelho pode ser um tiro pé.

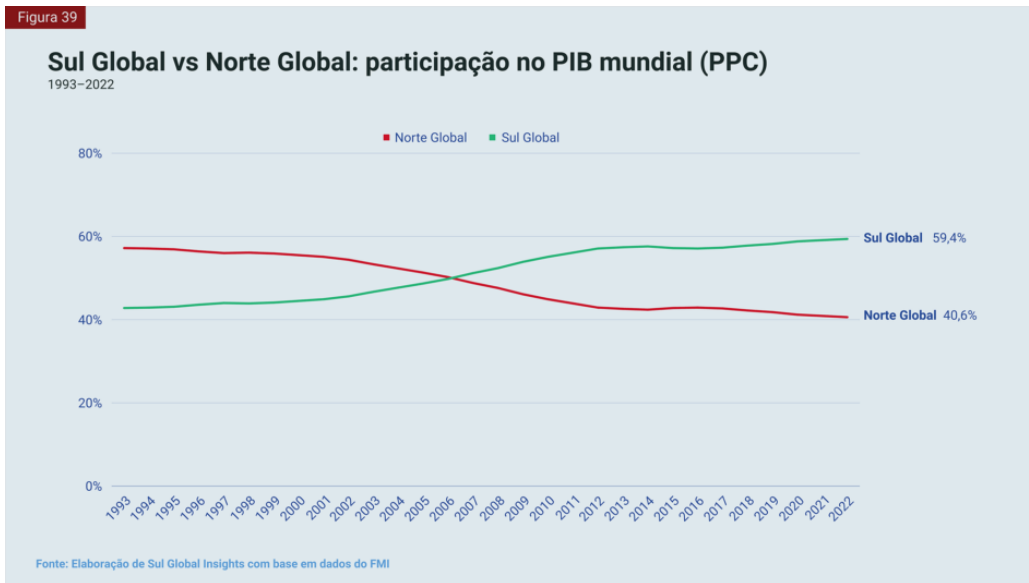
Como se pode observar, o declínio dos EUA como potência hegemônica tem levado o país a escolher o caminho militarizado - o uso efetivo do poder militar ou ameaça de uso passou a ser um pilar central da resposta dos EUA às transformações para um mundo mais multipolar. Vemos uma Europa cada vez mais submissa e igualmente militarizada. Um Norte Global que está empurrando o mundo para uma Guerra.

Por outro lado, esse cenário geopolítico abre para novas possibilidades para o Sul Global.²⁰⁸ O Sul Global, formado por ex-colônias e semicolônias – o resto do mundo – que encontra nas diferenças, as similaridades que os une.²⁰⁹ Enquanto os países do Norte Global vêm enfrentando um declínio prolongado do crescimento econômico, os países do Sul Global, sobretudo na Ásia, apresentam uma trajetória de crescimento econômico mais alta nos últimos trinta anos.

²⁰⁷ Marques, L. Fortalecimento do novo *Global Globe* e uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC. [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 13-2023, p. 149-160.](#)

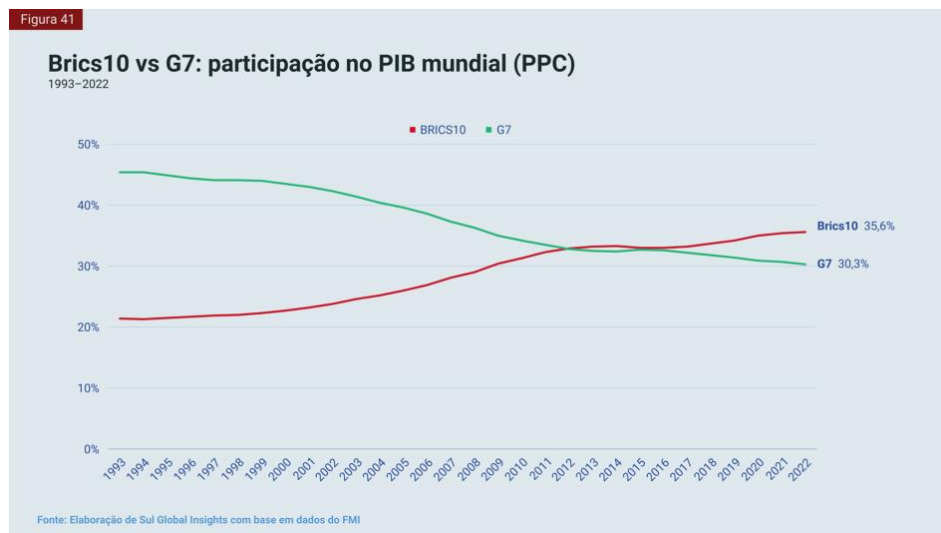
²⁰⁸ Sobre o Sul Global, ler os capítulos sobre G77+ China, Sul Global e Movimento dos Não-Alinhados, dos [Cadernos Cris](#), preparados pela Regina Ungerer.

²⁰⁹ Ver mais em Marques, L. Sai 2023, entra 2024 e avança o choque de civilizações. A profecia Huntingtoniana se concretizando. [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 1-2024, p. 259-269.](#)



<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/#toc-section-6-1>

Cabe lembrar que o G7 (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália e Japão) é o núcleo econômico do bloco do Norte Global. O BRICS+ é formado pelas 10 economias mais importantes do Sul Global.



[Hiperimperialismo: Um novo estágio decadente perigoso \(thetricontinental.org\)](https://thetricontinental.org)

Apesar das severas restrições impostas pelos EUA, a China continua crescendo mais do que o Norte Global. Por meio da Nova Rota da Seda, a China fortalece suas conexões econômicas com o Sul Global. De 2013 a 2022, o volume total de comércio da China com os países participantes da Nova Rota da Seda atingiu US\$ 19,1 trilhões, com um aumento médio anual de 6,4%.²¹⁰

²¹⁰ Xinhua, “The Belt and Road Initiative: A Key Pillar of the Global Community of Shared Future”, Escritório de Informações do Conselho de Estado, República Popular da China, 10 de outubro de 2023, http://english.scio.gov.cn/whitepapers/2023-10/10/content_116735061_5.htm In: Hiperimperialismo:

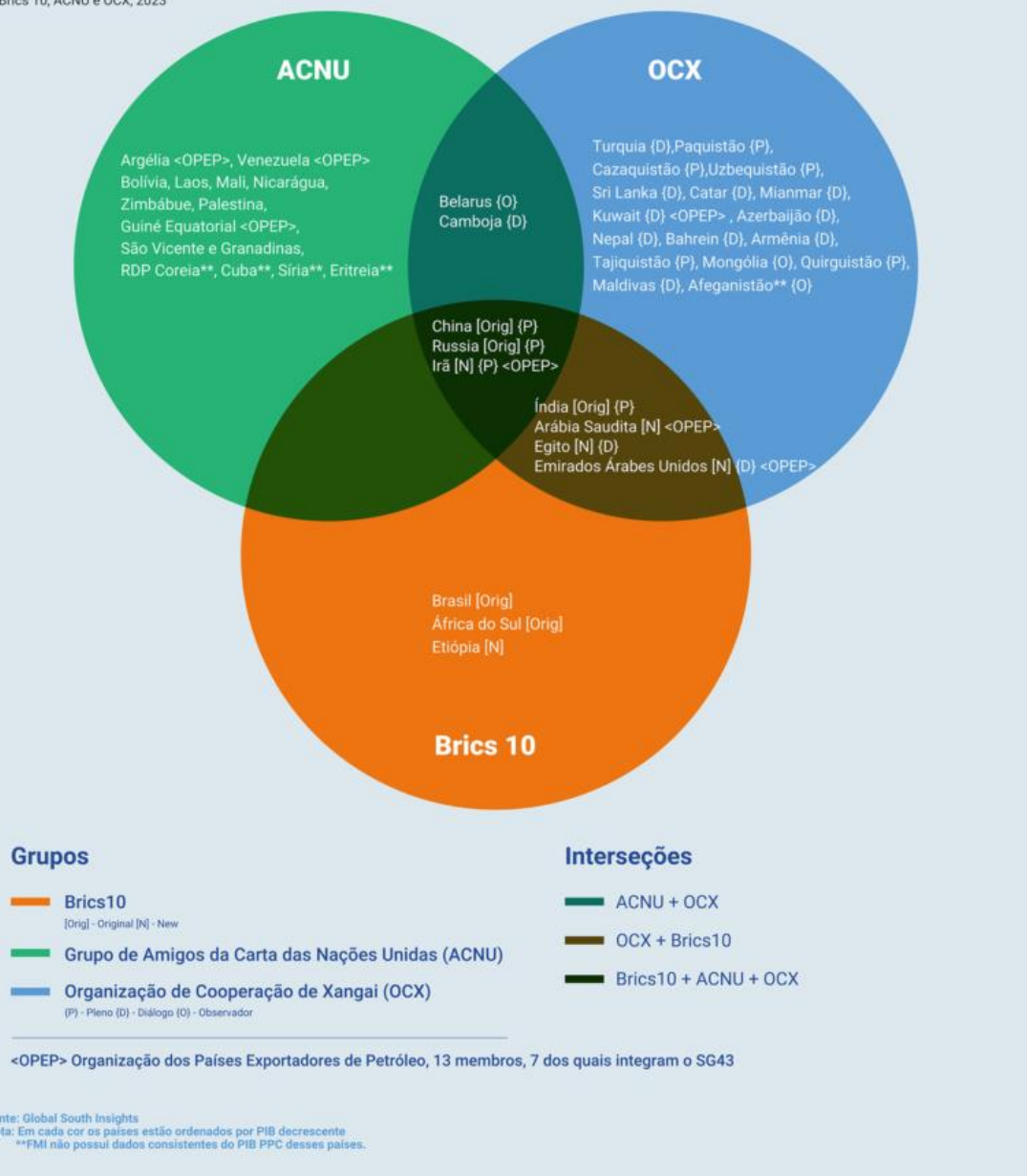
Países da Ásia Sul, Central e Sudeste, África e Oriente Médio para fugir das sanções americanas e europeias, que se acirraram nos anos recentes, estabeleceram conexões e avançaram no comércio, evitando o dólar. Os grupos BRICS + e Organização para Cooperação de Xangai (OCX) se fortaleceram com a adesão de novos países membros – do Sul Global.

Que países são esses? São uma alternativa política e econômica plausível para a ordem mundial.

Figura 51

SG43: 43 Estados-membros das organizações multilaterais emergentes do Sul Global

Brics 10, ACNU e OCX, 2023



<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/#toc-section-7>

Um novo estágio decadente perigoso. Desenvolvido por Sul Global Insights. [Hiperimperialismo: Um novo estágio decadente perigoso \(thetricontinental.org\)](https://thetricontinental.org)

Um exemplo: iniciativa do Qatar de política de Saúde Global para países de baixa e média renda

Uma iniciativa organizada pelo Conselho de Assuntos Globais do Oriente Médio, pela Fundação Bill e Melinda Gates, com apoio do Ministério das Relações Exteriores do Qatar reuniu especialistas e representantes dos Países de Baixa e Média Renda (LMICs) para definir estratégias, entender os desafios e buscar soluções para Melhorar o Acesso à Atenção Primária à Saúde no Sul Global.²¹¹ Participaram Afeganistão, Burkina Faso, Congo, Etiópia, Malawi, Moçambique, Nigéria, Somália.

O evento, que aconteceu em Doha, entre os dias 19 e 20 de fevereiro, lançou questões-chave para o debate, como a) Quais desafios os países estão enfrentando? B) Quais são as soluções utilizadas para melhorar o acesso aos serviços de saúde? Como a cooperação global para o desenvolvimento em saúde pública do Qatar está ajudando os países do Sul Global a lidarem com os gargalos? Como o Qatar pode usar sua própria experiência para melhorar o acesso à saúde pública para apoiar os países do Sul Global? O que é necessário para fortalecer a governança e a gestão de programas de serviços de Atenção Primária em Saúde?

O evento teve como objetivo o lançamento da [Iniciativa de Política de Saúde Global de Doha](#), que visa criar uma plataforma colaborativa de diálogo e aprendizagem para os países do Sul Global sobre questões que enfrentam e soluções que podem implementar para melhorar seus sistemas de saúde. Para este ano, foram escolhidos saúde da mulher, saúde neonatal e prevenção e resposta a surtos de doenças.

O Qatar tem exercido um importante papel como diplomata nas questões do Oriente Médio: foi destaque nas negociações que a China articulou para a retomada de relações diplomáticas entre Arábia Saudita e Irã e a experiência bem sucedida que reuniu plataforma tecnológica e expertises para capacitar trabalhadores da saúde do Afeganistão é um exemplo da capacidade de articulação catari.

Guerra Israel-Hamas – desrespeito ao direito humanitário e um risco para o mundo

No momento em que pronuncio estas palavras, mais de 1,5 milhão de pessoas estão encurraladas em Rafah. Pessoas que foram violentamente forçadas a irem para esta faixa de terra no sul de Gaza estão arcando com as consequências da campanha militar de Israel.²¹²

O Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) [determinou medidas provisórias contra Israel](#) após a acusação de genocídio da África do Sul. O CJI exigiu que Israel tomasse “medidas imediatas para evitar ações genocidas em Gaza; prevenir e punir o incitamento ao genocídio; permitir o acesso à ajuda humanitária; e evitar a destruição e garantir a preservação de provas de supostos crimes.” Israel devia também informar o tribunal no prazo de um mês sobre a

²¹¹ <https://mecouncil.org/events-list/the-doha-global-south-health-policy-initiative/>

²¹² Christopher Lockyear, Secretário-geral de Médicos Sem Fronteiras, ao Conselho de Segurança da ONU <https://www.msf.org.br/noticias/pronunciamento-do-secretario-geral-de-msf-christopher-lockyear-ao-conselho-de-seguranca-da-onu/>

aplicação destas medidas.²¹³ Mas as evidências e relatórios mostram que, apesar das ordens claras, houve [uma escalada da violência e aumento no número de vítimas civis a cada dia](#).

Recentemente, Israel intensificou os ataques, incluindo hospitais e abrigos humanitários, como diversas organizações governamentais e não-governamentais denunciaram. E, recentemente, com a aproximação do Ramadã, principal feriado religioso Islâmico, o governo israelense anunciou uma operação militar em larga escala em Rafah, cidade ao sul de Gaza que abriga os deslocados internos da guerra. O anúncio foi uma ameaça ao Hamas: o ataque acontecerá até 10 de março, caso os 130 reféns, que seguem em mãos do grupo terrorista, não sejam libertados.²¹⁴

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) divulgou em todas as suas redes sociais um [vídeo curto](#) no qual alerta que “um ataque em larga escala a Rafah, no sul de Gaza, teria consequências devastadoras para as 1,5 milhão de pessoas que se abrigam na cidade, antes considerada uma zona segura. Um ataque ao último refúgio em Gaza seria catastrófico. Cessar-fogo já!”

Em 22 de fevereiro, após o veto americano à resolução apresentada pela Argélia ao Conselho de Segurança da ONU (CS), em nome dos Estados árabes, o secretário-geral de MSF, Christopher Lockyear, em pronunciamento ao CS, aponta fracasso do órgão em proteger a população civil. “Reunião após reunião, resolução após resolução, este órgão não conseguiu endereçar de maneira efetiva este conflito”, disse Lockyear.²¹⁵

O pronunciamento é carregado de indignação – [leia aqui na íntegra](#). A seguir, destaques do pronunciamento de Lockyear:

- ✓ “No momento em que pronuncio estas palavras, mais de 1,5 milhão de pessoas estão encurraladas em Rafah. Pessoas que foram violentamente forçadas a ir para esta faixa de terra no sul de Gaza estão arcando com as consequências da campanha militar de Israel.”
- ✓ “Esta situação é o ponto culminante de uma guerra travada por Israel contra toda a população da Faixa de Gaza— uma guerra de punição coletiva, uma guerra sem regras, uma guerra a qualquer preço.”
- ✓ “Estas mortes, destruição e deslocamentos forçados são o resultado de escolhas políticas e militares que desrespeitam flagrantemente as vidas de civis.”
- ✓ Os militares de Israel desmantelaram hospitais, um após o outro. O que restou é tão pouco diante de tamanha carnificina que é simplesmente absurdo.
- ✓ “As leis e os princípios dos quais dependemos coletivamente para permitir a assistência humanitária estão agora corroídos ao ponto de perderem seu significado.”
- ✓ “As crianças que sobreviverem a esta guerra não vão carregar apenas os ferimentos visíveis das lesões traumáticas, mas também os invisíveis—aqueles causados pelos reiterados deslocamentos, medo constante e por testemunhar membros da família

²¹³ <https://theconversation.com/israel-isnt-complying-with-the-international-court-of-justice-ruling-what-happens-next-222350>

²¹⁴ [Israel indica Ramadã como prazo para invadir Rafah - 19/02/2024 - Mundo - Folha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/mundo/imprensa/noticias/19-02-2024-israel-indica-ramadã-como-prazo-para-invadir-rafah-19-02-2024)

²¹⁵ <https://www.msf.org.br/noticias/msf-apela-ao-conselho-de-seguranca-da-onu-por-cessar-fogo- imediato-e-sustentado-em-gaza/>

serem literalmente despedaçados diante de seus olhos. Essas feridas psicológicas têm levado crianças tão pequenas como de 5 anos nos dizer que preferiam estar mortas.”

- ✓ **“Por três vezes este Conselho teve a oportunidade de votar por um cessar-fogo que é tão desesperadamente necessário, e por três vezes os Estados Unidos usaram seu poder de veto, mais recentemente na última terça-feira.”**
- ✓ “A proteção de civis em Gaza não pode estar condicionada a resoluções deste Conselho que instrumentalizem o humanitarismo para ocultar objetivos políticos.”

O argumento do veto americano é que a resolução árabe interfere nos esforços em andamento dos EUA para estabelecer um acordo de paz entre as partes, por seis semanas, com libertação dos reféns do ataque inicial. No entanto, se nas trocas de reféns não forem incluídas as centenas de prisioneiros civis palestinos que ocupam as prisões israelenses, essa negociação não avançará, pois a justificativa do Hamas para capturar reféns israelenses é a troca de prisioneiros/reféns.

Após conversas em Paris, em busca de um acordo sobre a pausa dos combates em Gaza, os negociadores dos EUA, Egito e Qatar, se reuniram com Membros de alto escalão do gabinete israelense para discutir proposta de pausa de guerra.²¹⁶ Mas terminou sem avanço.²¹⁷

Houve a informação que o grupo militante Hamas que governa Gaza cedeu em algumas exigências. No entanto, como afirmou o Primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, “mesmo que os negociadores consigam chegar a um acordo que permita ao Hamas libertar todos os reféns israelenses restantes, entraremos (em Rafah) assim mesmo.”²¹⁸ Israel, porém, rejeita as críticas internacionais, dizendo que atacar Rafah é um passo necessário para atingir seu objetivo de destruir o Hamas.²¹⁹

Os países do Conselho de Cooperação do Golfo [condenam as ameaças](#) israelitas relacionadas para a operação militar em Rafah e alertam que estas ameaças pressagiam níveis crescentes de violência e desestabilização da estabilidade e da segurança. na região.

Enquanto isso, na Cisjordânia...

Enquanto isso, Netanyahu e seu governo conservador atraíram uma resposta furiosa dos Estados Unidos, seu aliado mais próximo, sobre os planos [de construir mais de 3.300 novas casas](#) em assentamentos na Cisjordânia ocupada por Israel.²²⁰ O governo Biden classificou os novos colonatos como "contraproducentes para alcançar uma paz duradoura" e "inconsistentes com o direito internacional". E também [restaurou uma conclusão legal dos EUA](#) que remonta a quase 50 anos de que os assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados são "ilegítimos" sob o direito internacional. Finalmente! Depois de 50 anos de ocupação!

A Liga dos Estados Árabes e a República Popular da China sublinharam a necessidade de um cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza e da proteção dos civis, bem como de uma

²¹⁶ [Autoridades israelenses se reunirão com delegação após conversas com mediadores sobre proposta de pausa na guerra de Gaza | AP Notícias \(apnews.com\)](#)

²¹⁷ <https://youtu.be/PjhUexJpxzs>

²¹⁸ [Aliados de Israel alertam contra plano de ofensiva em Rafah – DW – 20/02/2024](#)

²¹⁹ Sultan Barakat, do Think Tank da Universidade Hamad Bin Khalifa, do Qatar, [explica porque é tão difícil obter um cessar-fogo em Gaza](#).

²²⁰ [Autoridades israelenses se reunirão com delegação após conversas com mediadores sobre proposta de pausa na guerra de Gaza | AP Notícias \(apnews.com\)](#)

coordenação contínua de esforços para abrir um horizonte político e realizar uma conferência internacional para implementar a visão de a solução de dois estados, baseada nos princípios do direito internacional e nas resoluções de legitimidade internacional relevantes, acabar com a ocupação israelita e incorporar o Estado palestino independente. Soberania nos moldes de 1967, com Jerusalém Oriental como a sua capital, como o único caminho para parar o ciclo de violência e alcançar a segurança, a paz e a estabilidade na região.²²¹

Considerações finais

“As consequências de deixar que o Direito Humanitário Internacional torne-se letra morta repercutirão muito além de Gaza. Isto será um fardo duradouro em nossa consciência coletiva. Não se trata apenas de inação política, tornou-se cumplicidade política,” como bem lembrou Christopher Lockyear, Secretário Geral do MSF ao Conselho de Segurança da ONU ²²²

Israel opera sob um clima de absoluta impunidade. A irredutibilidade de Israel em seguir com os massacres em Gaza, com as ocupações acompanhadas de violência na Cisjordânia e a irredutibilidade dos EUA em usar seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, impedindo um cessar fogo humanitário, em insistir que a resposta militar é a melhor solução para a região, têm tido reflexos entre aliados regionais e além, já impactando significativamente a dinâmica geopolítica global.

O terceiro veto americano à resolução do Conselho de Segurança da ONU, apresentada em nome dos Estados Árabes pela Argélia exigindo “um cessar-fogo humanitário imediato que deve ser respeitado por todas as partes” pegou mal até mesmo entre aliados.²²³ A resolução foi apresentada mesmo sabendo que seria vetada; o objetivo era mostrar amplo apoio global para acabar com a guerra Israel-Hamas.²²⁴ A resolução foi apoiada pela maioria dos membros do CS. O argumento do veto americano é que a resolução árabe interfere nos esforços em andamento dos EUA para estabelecer um acordo de paz entre as partes, por seis semanas, com libertação dos reféns do ataque inicial. No entanto, se não forem incluídas as centenas de prisioneiros civis palestinos que ocupam as prisões israelenses, essa negociação não avançará, pois a justificativa do Hamas para capturar reféns israelenses é a troca de prisioneiros/reféns.

Enquanto Israel continuar no seu caminho atual, a indignação crescerá em toda a região. A única forma concebível de evitar a guerra regional no curto prazo, e de mitigar as consequências no futuro, é parar a campanha genocida de Israel em Gaza e abordar seriamente a questão palestina da autodeterminação. Por enquanto, porém, soluções militares parecem ser tudo o que está em jogo. E é aí que está o grande risco.

²²¹ <https://s.alarab.qa/n/1587269>

²²² <https://www.msf.org.br/noticias/pronunciamento-do-secretario-geral-de-msf-christopher-lockyear-ao-conselho-de-seguranca-da-onu/>

²²³ Na reunião de Chanceleres do G20, que aconteceu no Rio, nos dias 21 e 22 de fevereiro, os países membros, os países convidados e as organizações internacionais expressaram suas posições sobre o papel do G20 em relação às tensões em curso, incluindo os dois principais conflitos em discussão no grupo, ou seja, a Palestina e a Ucrânia. Todos declaram apoio à solução de dois Estados como sendo a única solução possível para o conflito entre Israel e Palestina

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-chanceleres-do-g20-2013-briefing-a-imprensa

²²⁴ <https://news.un.org/en/story/2024/02/1146697>

Historicamente, a perda da hegemonia acontece em três estágios: produtivo, financeiro e militar.²²⁵ Os Estados Unidos perderam a hegemonia na produção, embora ainda tenham algumas áreas remanescentes de hegemonia tecnológica, inclusive naquelas relacionadas às forças armadas. O país está vendo sua hegemonia financeira ser desafiada, mesmo que isso ainda esteja nos estágios iniciais e se relacione ao status do dólar estadunidense. Ainda que os aspectos econômicos e políticos de seu declínio possam estar se acelerando, os EUA ainda detêm poder militar, o que cria para o país a tentação de tentar superar as consequências de seu declínio econômico por meios militares ou afins.²²⁶

Qualquer solução que não envolva militarização, dificilmente será aceita ou levada adiante pelos EUA, que agoniza em sua trajetória de decadência.

²²⁵ Immanuel Wallerstein, “The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalist World-Economy”, ed. Lenski, *Current Issues and Research in Macrosociology*, 1 de Janeiro de 1984, 100-108, https://doi.org/10.1163/9789004477995_008. In: **Hiperimperialismo: Um novo estágio decadente perigoso. Desenvolvido por Sul Global Insights** <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/#toc-section-1>

²²⁶ The TriContinetal. Introdução. In: **Hiperimperialismo: Um novo estágio decadente perigoso. Desenvolvido por Sul Global Insights** <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/#toc-section-1>.
Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

China nos Cadernos CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

China at Cadernos CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Costa Lobato e Yuyun LI (Ana LI)

Abstract. *First, a general welcome introduction for students of this 2024's "Current Affairs Course in Global Health and Health Diplomacy". This briefing on China is periodically produced for the Observatory of Global Health and Health Diplomacy, following a methodology of research according to three thematic axes: diplomatic, health and socioeconomic. After the introduction, we present the current bi-weekly briefing. Next May, we will complete be 4 years of briefings.*

Keywords: *Diplomacy, Health, Socioeconomic, Methodology*

Resumo. Primeiro, uma introdução geral de boas-vindas para os alunos do “Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde” deste ano de 2024. Este caderno sobre China é produzido periodicamente para o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde a partir de uma metodologia e possui três eixos temáticos: diplomático, sanitário e socioeconômico. Após a introdução, apresentamos o caderno desta última quinzena de fevereiro. Nesse maio próximo, se completam 4 anos de cadernos e de Observatório.

Palavras-chave: Diplomacia, Sanitário, Socioeconômico, Metodologia

Introdução

• **Os cadernos** produzidos sobre a China para o Observatório são subdivididos em três eixos principais: Diplomático, Sanitário e Socioeconômico. Ocasionalmente, um único texto é submetido, como foi o caso da presidência da China no Conselho de Segurança durante o mês de novembro de 2023, “Um Abraão, Dois Estados”. Os cadernos visam também priorizar, quando for o caso, as relações bilaterais entre Brasil e China. Algumas edições são publicadas em parceria com outros pesquisadores, como no caso desta edição, que foi feita em conjunto com Yuyun LI (Ana LI), pesquisadora na Universidade de Fudan, na China, e mestranda em estudos latinos na Universidade de Oxford, Inglaterra.

• **No eixo diplomático, um Estado que se identifica como um país soberano e em desenvolvimento.** A diplomacia exercida em território chinês pode ser entendida historicamente nas disputas internas, nos estágios tecnológicos, no sistema de escrita e na transformação das principais filosofias. A relevância da história chinesa para a história global faz difícil a escolha de um período de “mudança paradigmática” que sumarie a relação da China com o mundo. Relevante e recente foi o ano de 1949, com o surgimento de um novo estado, a Nova China. Mais recentemente, a China tem publicado propostas conceituais e práticas ao redor da ideia de “humanidade de futuro compartilhado”.

Nesse momento histórico, a diplomacia se caracteriza por uma grande disponibilidade para a formação de acordos com outros países, seja no comércio, no desenvolvimento de tecnologias e no estabelecimento de noções próprias de soberania, desenvolvimento e

democracia, vis-a-vis os usos dessas categorias por agentes mais influentes na formação das regras internacionais.

Em relação ao nosso Hemisfério Ocidental, as relações da China com outros países americanos variam. No exemplo do Brasil, a conexão começa nos 1500's com as rotas marítimas do Além-mar português que conectavam o Sul da China com a costa brasileira. Neste ano se comemoraram 50 anos do reconhecimento diplomático entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, 25 anos do lançamento do primeiro satélite sino-brasileiro e 20 anos de Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

Sugestão: O site do Ministério das Relações Exteriores da China é bem atualizado, com informes nas seis línguas oficiais das Nações Unidas. <https://www.fmprc.gov.cn/>

• **No eixo sanitário, fica visível tanto a autossuficiência chinesa, sua relevância nas cadeias globais de produção, seu estágio tecnológico,** distinções dos seus sistemas de governança e os imensos esforços feitos na Pandeia do Coronavírus. Antes desse evento, a chamada ascensão chinesa já era vista com atenção e as polarizações sobre o que ocorrerá diante dessa transformação eram variadas. De qualquer forma, os aspectos socioeconômicos da China são cada vez mais determinantes para a compreensão das direções sociais e econômicas de todo o mundo. A China foi uma das protagonistas globais do combate à Pandemia de CoViD-19, cujo patógeno foi primeiro identificado em Wuhan. No âmbito externo, publicou, em várias línguas, o primeiro protocolo a recomendar o uso de máscaras, e também foi determinante para distribuição das doses iniciais de vacina para grande parte do mundo. Com isso, estudos sobre o complexo industrial de saúde da China se tornam mais relevantes. Internamente, o país ampliou e fortaleceu suas capacidades nacionais instaladas em biotecnologia e, por exemplo, discute a reorganização dos seguros de saúde numa conjuntura de nacionalização dos mercados e ressignificação da divisão campo-cidade. Existem vários níveis de governança, e a Comissão Nacional de Saúde possui uma sessão em inglês razoavelmente atualizada, assim como, por exemplo, as cidades de Pequim e Xangai.

Sugestão: A. Costa Lobato, C. M. Morel, and G. F. Gao. Brazil and China, creating healthy spaces for all. Science Bulletin, 68(20):2293–2294, Oct. 2023. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37743200/>

• **O eixo socioeconômico é, naturalmente, mais difuso.** Socialmente, civilização chinesa e o oriente muitas vezes se fundem, numa sequência histórica representada na modernidade pela República Popular da China. Um famoso exemplo dessa continuidade é o sistema de escrita. Economicamente, o território chinês apresenta imenso protagonismo histórico tendo ocorrido nele inúmeras invenções tecnológicas que marcam a história humana. Uma grande aspiração da Nova China é ser um país moderno, rejuvenescido em relação à sua própria história no teatro do mundo. Desde o estabelecimento da Nova China, o território apresenta um crescimento de difícil comparação com outros exemplos da história global. O eixo socioeconômico acompanha resultados econômicos, legais, culturais e de desenvolvimentos tecnológicos não-ligados ao setor saúde, como o programa espacial chinês.

Sugestão: Outline of the People's Republic of China 14th Five-Year Plan for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives for 2035. https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0284_14th_Five_Year_Plan_EN.pdf

Metodologia

- São monitoradas notícias sobre a China e documentos de Estado e Governo da China, de acordo com sua disponibilidade pública na internet. Entre os sites de Estado estão: Conselho de Estado, Comissão Nacional de Saúde e Ministério das Relações Exteriores da China.

- Dois jornais são monitorados periodicamente: Financial Times e Global Times. Entre as publicações especializadas em políticas chinesas estão o site de tradução do legislativo chinês *National People Observer*, e a revista de teoria do Partido Comunista da China “Qiushi”.

- Ocasionalmente, é feita uma varredura por palavras como “China” em sites brasileiros, notadamente nos domínios Uol.com,br, e Globo.com, Twitter e Google. De forma similar, os caracteres para “Brasil” (巴西) são procurados nos sites chineses mencionados e também na plataforma Baidu.com. Ocasionalmente, outros termos são adicionados, como “疫苗” (vacinas), G20, Cosban etc. Textos e materiais indisponíveis em inglês são consultados em mandarim com tradução auxiliada por computador.

Disponibilizo aqui um link para as versões em Word com os 22 cadernos produzidos ano passado. Habilitei a função de comentário na plataforma dos arquivos e disponibilizo meu e-mail para correspondência: andre.lobato@fiocruz.br.

https://drive.google.com/drive/folders/1YkR_gTgzlLOtOJPqAgdQ3SXcadzsn83J?usp=sharing

- O objetivo do caderno de China é ser conciso, raramente passando das seis páginas, mas informativo, contando normalmente de 10 a 20 referências.

- Alunos interessados em se candidatar a bolsas de residência para estudos na China são especialmente bem-vindos.



André Costa Lobato e Li Yunyun (Ana Li)

Diplomática

• Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e Ma Zhaoxu, vice-ministro das Relações Exteriores da China, se reunirão dia 20 no Rio, às margens do encontro de chanceleres do G20. Ele lembrou que este ano marca o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Brasil e uma oportunidade para aprofundar a cooperação em vários campos e levar as relações China-Brasil a um novo nível.²²⁷



• Na reunião do G20, no Rio de Janeiro, Ma Zhaoxu disse que o G20 deve manter sua missão de promover e reformar a governança econômica global, apoiando as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. Xu lembrou da Iniciativa de Segurança Global, proposta por Xi, como caminho para uma nova visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável. Sobre Gaza, disse que a situação é terrível, que a região está severamente afetada e que o Conselho de Segurança deve cumprir suas responsabilidades perante a Carta da ONU e tomar medidas imediatas, promovendo um cessar-fogo. Ele também elaborou a posição da China sobre a situação no Mar Vermelho, a crise da Ucrânia e outras questões.²²⁸

• Wang Yi e Antony Blinken, chefes das diplomacias da China e dos EUA, se encontraram às margens da Conferência de Segurança de Munique. A questão mais latente para os próximos meses da relação será o comportamento dos EUA em maio, quando tomam posse um novo legislativo e o presidente-eleito de Taiwan. Em Munique, Wang fez várias reuniões. Se encontrou com o Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, e enfatizou o papel da China como único membro permanente do Conselho de Segurança da ONU que ainda se comunica tanto com o governo de Moscou quanto com de Kiev.²²⁹²³⁰

• Representando a China na Corte Internacional de Justiça (CIJ), Ma Xinmin, Consultor Jurídico e Diretor-Geral do Departamento de Tratados e Leis do Ministério das Relações Exteriores, fez uma declaração durante a audiência oral do pedido de parecer consultivo sobre

²²⁷ Vice Foreign Minister Ma Zhaoxu Meets with Brazilian foreign minister Mauro Vieira [Internet]. Gov.cn. 2024 [cited 2024 Feb 25]. Available from: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202402/t20240221_11248051.html

²²⁸ Ma Zhaoxu Attends the G20 Foreign Ministers' meeting [Internet]. Gov.cn. 2024 [cited 2024 Feb 25]. Available from: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202402/t20240223_11248997.html

²²⁹ Global Times. China committed to possible peace talks as Ukraine crisis drags 2 years [Internet]. Globaltimes.cn. [cited 2024 Feb 25]. Available from: <https://www.globaltimes.cn/page/202402/1307252.shtml>

²³⁰ Global Times. Wang meets Blinken, calls for sound, steady, sustainable development of ties [Internet]. Globaltimes.cn. [cited 2024 Feb 25]. Available from: <https://www.globaltimes.cn/page/202402/1307155.shtml>

a questão do território palestino ocupado – outros países também se manifestaram. Em sua fala, Ma reconheceu a importância da Corte no caso, legitimou a luta palestina por autodeterminação, a aquisição ilegal de território por força estrangeira e fez apelo para uma negociação pacífica para os dois estados. Esta foi a segunda vez que a China participou de uma audiência oral perante a CIJ relacionada ao pedido de parecer consultivo, a primeira foi relacionada à independência do Kosovo, em 2009²³¹²³². O Kosovo ainda não é reconhecido por boa parte da comunidade internacional, que ainda reconhece a Sérvia. Na época do conflito, a embaixada chinesa em Belgrado foi bombardeada pela Otan.

Sanitária

• A Conferência Nacional de Trabalho em Saúde, organizada pela Comissão Nacional de Saúde, mas de caráter consultivo, realizou sua reunião anual em 11 e 12 de janeiro passado²³³. As decisões e orientações da conferência muitas vezes influenciam as políticas da Comissão Nacional de Saúde.



Atualmente, as reformas buscam mudar o foco do “tratamento de doenças” para “colocar a saúde das pessoas no centro” - se concentrando em resolver os desafios de acesso (“dificuldade em buscar tratamento médico”) e custo (“tratamento médico caro”). As reformas enfatizam as “três medicinas”: seguro médico, tratamento médico e produtos farmacêuticos.

A reunião propôs nove pontos para serem trabalhados ao longo deste ano. (tradução com auxílio de computador). Veja os pontos abaixo:

1. Promover a tarefa de aprofundar a reforma médica. Vamos aprofundar a construção da Federação Médica (comunidade) com os recursos humanos como núcleo, coordenar a

²³¹ China Participates in the Oral Proceeding Before the International Court of Justice Relating to the Request for an Advisory Opinion on the Issue of occupied Palestinian territory [Internet]. Gov.cn. 2024 [cited 2024 Feb 25]. Available from: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202402/t20240223_11249182.html

²³² English D. China counters US point by point at ICJ | Israel’s occupation of Palestine | dawn news English [Internet]. Youtube; 2024 [cited 2024 Feb 25]. Available from: <https://www.youtube.com/watch?v=LaCrM0L3YBk>

²³³ Gov.cn. [cited 2024 Feb 25]. Available from: <http://www.nhc.gov.cn/bgt/s7693/202401/b75a2979cca14aae82ee61dd6091d79c.shtml>

construção de "centros duplos" e clínicas de especialidades e tomar o exemplo da reforma feita na cidade de Sanming, em Fujian, como ponto de partida.

2. Promover a capacitação de serviços no nível de base, fortalecendo a capacidade de prevenção, tratamento e gerenciamento de saúde em nível local, expandido treinamento gratuito em centros rurais e ampliando em número esses centros que atendam aos padrões nacionais.

3. Promover o desenvolvimento equilibrado a longo prazo da população, fazendo monitoramento populacional e políticas de apoio à fertilidade.

4. Desempenhar plenamente o importante papel de apoio à inovação científica, tecnológica e de talentos.

5. Promover constantemente a implementação da Ação da China Saudável. Fortalecer a prevenção e o tratamento das principais doenças crônicas e desenvolver ativamente um sistema abrangente de prevenção e tratamento para doenças crônicas centrado no gerenciamento da saúde.

6. Promover o legado e o desenvolvimento inovador da medicina tradicional chinesa.

7. Promover o desenvolvimento de alta qualidade do sistema de controle de doenças, fortalecer a construção de um sistema inteligente de monitoramento de doenças infecciosas e alerta precoce de acionamento multiponto, melhorando a interoperabilidade dos equipamentos de laboratório das instituições de controle de doenças em todos os níveis.

8. Prevenir e resolver os principais riscos no campo da saúde. Vamos nos concentrar na prevenção e resolução das epidemias das principais doenças infecciosas, biossegurança, produção segura e outros riscos, e promover o desenvolvimento de alta qualidade e segurança de alto nível.

9. Coordenar e promover o trabalho-chave do estado de direito, de resposta a emergências e de intercâmbios internacionais. Fortalecer a construção da saúde e do estado de direito, fortalecer a popularização da lei e o cumprimento da lei, melhorar a capacidade de lidar com emergências e participar ativamente da governança global da saúde.

Socioeconômica

- O Ano do Dragão começou na China com um aumento significativo nos gastos dos consumidores e nas viagens durante o período de férias. Houve um aumento de 34% nas viagens domésticas em relação ao ano anterior e um aumento de 19% em comparação com os níveis pré-pandêmicos de 2019. Os gastos dos turistas durante o festival de ano novo lunar atingiram 633 bilhões de yuans, 47% a mais que há um ano. A demanda interna do setor de turismo, serviços e entretenimento é fundamental para um novo padrão de consumo e desenvolvimento no país. As vendas de ingressos para o cinema durante o feriado alcançaram 5,7 bilhões de yuans, quase inteiramente com grandes produções nacionais.²³⁴

- O número de patentes de invenção de alto valor depositadas no continente chinês ultrapassou o 1,66 milhão em 2023, marcando um aumento de 25,7% ano a ano, de acordo com os últimos dados revelados pela Administração Nacional de Propriedade Intelectual da China. O

²³⁴ Year of the Dragon opens on high note for China's economy. Financial Times [Internet]. [cited 2024 Feb 25]; Available from: <https://www.ft.com/content/53e66b03-9d29-4580-88cf-8090e534747b>

número de patentes desse tipo por 10.000 pessoas cresceu em quase 12%. Segundo a Administração Nacional, quase 70% das patentes de alto valor são consideradas estratégicas para indústrias emergentes. O número de patentes de inovação, que facilitam acesso a financiamentos, subiu em 37.5%.²³⁵

²³⁵Chinese mainland sees rise in number of high-value invention patents [Internet]. Gov.cn. [cited 2024 Feb 25]. Available from: http://english.www.gov.cn/archive/statistics/202402/15/content_WS65cdc606c6d0868f4e8e407e.html

Resumo

- Governo Federal dos EUA reavalia protocolos da Covid-19 à medida que a pandemia evolui. O Governo Federal dos EUA está continuamente reavaliando os protocolos da Covid-19 à medida que a pandemia evolui. Isso inclui o monitoramento de novas variantes, adaptação das medidas de controle e atualização das orientações para o público. O objetivo é garantir que as medidas em vigor sejam eficazes no combate à pandemia e na proteção da saúde da população.
- A Estratégia de Equidade em Saúde Global do CDC 2022-2027: Lutando pela Saúde para Todos. A Estratégia de Equidade em Saúde Global do CDC 2022-2027 tem como objetivo promover a saúde para todos, independentemente de sua posição social ou qualquer outra circunstância. Embora o sucesso final dependa de sua implementação, essa estratégia estabelece uma direção clara, lembrando-nos que um mundo onde todos possam alcançar seu pleno potencial de saúde não é apenas um sonho, mas um objetivo pelo qual vale a pena lutar.
- Administração Biden-Harris divulgou em 30 de dezembro um relatório Anual de Progresso de Parcerias de Segurança Global para a Saúde, demonstrando resultados dos Investimentos dos Estados Unidos. O relatório busca demonstrar o compromisso dos EUA com a segurança global para a saúde e a proteção da saúde de pessoas em todo o mundo.

Palavras-chave: Covid-19, equidade em saúde global, CDC, segurança global em saúde

Governo Federal dos EUA reavalia [protocolos da Covid-19](#) à medida que a pandemia evolui

À medida que a pandemia de Covid-19 entra em seu quarto ano, as autoridades federais dos EUA estão reavaliando os protocolos para lidar com o vírus. Com o surgimento de novas variantes e a mudança nas taxas de infecção, é essencial adaptar as estratégias para proteger a saúde pública de forma eficaz.

- Vacinação continua sendo prioridade: Apesar da diminuição das taxas de internação e mortalidade, a vacinação segue sendo a principal estratégia para conter a disseminação do vírus. As autoridades incentivam fortemente a vacinação primária e os reforços, especialmente para populações vulneráveis.
- Uso de Máscaras em ambientes fechados ganha novamente espaço: Com o surgimento de sub-variantes mais transmissíveis, como a BA.5 da Ômicron, a recomendação do uso de máscaras em ambientes fechados está sendo reavaliada em algumas regiões. A decisão deve ser baseada em taxas de transmissão local e na presença de grupos de risco.
- Testes laboratoriais e feitos em casa continuam importantes: Embora a testagem generalizada não seja mais recomendada, os testes ainda desempenham um papel crucial na identificação de casos e no rastreamento de contatos. As autoridades incentivam as pessoas a se testarem se apresentarem sintomas ou tiverem contato próximo com alguém infectado.

- Isolamento e quarentena podem ser flexíveis: As diretrizes atuais sobre isolamento e quarentena estão sendo flexibilizadas, considerando fatores como o status de vacinação e a gravidade dos sintomas. O objetivo é encontrar um equilíbrio entre a proteção da saúde pública e a minimização das interrupções na vida cotidiana.

A Estratégia de Equidade em Saúde Global do CDC 2022-2027: Lutando pela Saúde para Todos

A Estratégia de Equidade em Saúde Global do CDC 2022-2027 é um roteiro para um futuro em que todos, independentemente das circunstâncias, tenham a oportunidade de alcançar todo o seu potencial de saúde. Este plano quinquenal estabelece e aborda as disparidades de saúde em sua raiz, visando a equidade global em saúde. A seguir se apresenta um sumário dessa estratégia e de seus objetivos ambiciosos, princípios perspicazes e a cenário intrincado e cheio de desafios.

Visão: Todos podem alcançar o mais alto nível de saúde, e ninguém deve ser prejudicado desse potencial por causa de qualquer circunstância social, econômica, demográfica, geográfica ou condição física. Essa visão é guiada por cinco princípios inabaláveis:

- **Equidade:** Garantir o acesso justo aos recursos e oportunidades para a saúde, priorizando os mais desfavorecidos.
- **Inclusão:** Abraçar diversas vozes e perspectivas, engajando ativamente as comunidades na tomada de decisões.
- **Colaboração:** Promover parcerias entre setores e fronteiras, maximizando o impacto por meio de esforços combinados.
- **Tomada de decisão baseada em dados:** fundamentar as ações em evidências sólidas e medir regularmente o progresso.
- **Sustentabilidade:** Construir intervenções que perdurem, com contribuições duradouras para a equidade em saúde

Missão: Promover a equidade em saúde na ciência, intervenções, programas e políticas globais de saúde pública.

Principais Compromissos

- **Cultivar a equidade na prática científica sobre saúde:** Integrar os princípios de equidade em saúde na pesquisa, vigilância de dados e estratégias de intervenção.
- **Otimizar intervenções:** Usar intervenções baseadas nas ciências e em dados que abordem os determinantes sociais da saúde.
- **Reforçar e expandir parcerias sólidas:** colaborar com diversos parceiros para promover a equidade na saúde.
- **Melhorar a capacidade e o envolvimento da força de trabalho:** Desenvolver a capacidade interna da força de trabalho para o trabalho multidisciplinar e de práticas inclusivas.

Principais estratégias

Objetivos transversais:

- Fortalecer a capacidade e a infraestrutura para aplicar os princípios de equidade em saúde.

- Construir conhecimento baseado em evidências para promover a equidade em saúde.
- Implementar medidas padrão de equidade em saúde na coleta de dados.

Objetivos específicos do programa

- Imunização Global: Identificar e alcançar populações carentes com serviços de vacinação.
- Proteção Global da Saúde: Integrar a equidade em saúde em funções essenciais de saúde pública e abordar as disparidades no acesso a cuidados de saúde preventivos.
- HIV e TB: Reduzir o estigma e a discriminação e abordar as lacunas sistêmicas em dados, infraestrutura e força de trabalho.
- Doenças Parasitárias e Malária: Melhorar o acesso a serviços de prevenção e tratamento em comunidades carentes.

Princípios Orientadores

- Priorizar as necessidades dos mais desfavorecidos.
- Engajar populações e comunidades afetadas.
- Colaborar com parceiros externos.
- Defender os princípios dos direitos humanos.
- Implementar práticas de saúde pública excelentes e éticas.
- Cultivar uma equipe ética e bem-informada.

Áreas focais

A estratégia adota uma abordagem multifacetada, visando diferentes aspectos do cenário global da saúde:

- Fortalecimento dos Sistemas de Saúde: Este pilar se concentra na construção de infraestrutura de saúde local sólida, investimento na força de trabalho e no estabelecimento de sistemas de dados robustos. Busca estabelecer comunidades conscientes e que contem com clínicas eficientes, profissionais bem treinados e dados prontamente disponíveis para orientar as intervenções.
- Enfrentar os principais desafios da saúde: o VIH/SIDA, a tuberculose, a malária, a saúde materna e infantil e as doenças não transmissíveis, como a diabetes e o câncer, devem receber atenção especial. A estratégia preconiza intervenções baseadas em evidências adaptadas a cada um desses desafios.
- Promoção de Comportamentos Saudáveis: Enfatiza-se o incentivo a estilos de vida saudáveis, a prevenção de doenças e a garantia de acesso a serviços essenciais, como água potável e saneamento. Considera também os programas de educação comunitária, campanhas de vacinação e instalações de saúde saudáveis e acessíveis.
- Empoderar as comunidades e defender a mudança: Este elemento crucial busca envolver as comunidades na tomada de decisões, defendendo políticas que promovam a equidade e abordando os determinantes sociais da saúde. Se espera que então as comunidades sejam

empoderadas e possam impulsionar mudanças, influenciando nas políticas públicas e exigindo acesso justo aos recursos de saúde.

Pontos Fortes e Desafios Potenciais

Embora a estratégia ofereça uma justificativa louvável, também reconhece potenciais obstáculos:

- Recursos limitados: Alcançar metas ambiciosas exige financiamento e alocação de recursos adequados, exigindo parcerias inovadoras e utilização eficiente.
- Barreiras políticas e sociais: Enfrentar desigualdades profundamente enraizadas historicamente requer abordar fatores sociais e políticos complexos, exigindo colaboração e uma visão de longo prazo.
- Monitoramento e Avaliação: Medir o progresso na equidade pode ser desafiador devido a variáveis complexas. Encontrar métricas significativas e estabelecer sistemas de avaliação robustos são cruciais.
- Sustentabilidade: Compromisso de longo prazo e parcerias sustentáveis são essenciais para garantir que as intervenções e os programas perdurem além do prazo de cinco anos.

Implicações para a Saúde Global

Essa estratégia traz implicações significativas para os esforços de saúde global:

- Equidade como Princípio Central: Ressalta o papel vital de integrar considerações de equidade em todos os programas e intervenções de saúde global, indo além de uma preocupação secundária.
- Colaboração para o impacto: Alcançar as metas globais de saúde requer uma estreita colaboração entre diversas partes interessadas em todos os níveis, de pesquisadores a formuladores de políticas e líderes comunitários.
- Decisões orientadas por dados: A ênfase na coleta, análise e utilização de dados garante que as intervenções sejam baseadas em evidências e acompanhem o progresso de forma eficaz.
- Compromisso de longo prazo: Melhorias sustentáveis exigem apoio financeiro sustentado, vontade política e compromisso inabalável de todas as partes interessadas.

A Estratégia Global de Equidade em Saúde do CDC 2022-2027 oferece um plano bem estruturado, mas ambicioso. Ao reconhecer os desafios existentes e promover a colaboração, pode ser uma ferramenta poderosa na luta pela equidade em saúde global. Embora o sucesso final dependa de sua implementação, essa estratégia estabelece uma direção clara, lembrando-nos que um mundo onde todos possam alcançar seu pleno potencial de saúde não é apenas um sonho, mas um objetivo pelo qual vale a pena lutar.

Administração Biden-Harris divulgou em 30 de dezembro um [relatório Anual de Progresso de Parcerias de Segurança Global para a Saúde, demonstrando resultados dos Investimentos dos Estados Unidos](#)

A pandemia da COVID-19, assim como o HIV/AIDS, o Ebola, a varíola dos macacos e outros surtos recentes, demonstraram o impacto catastrófico que doenças infecciosas podem ter na saúde, nas economias e nas sociedades, independentemente de onde se iniciem. Os

Estados Unidos fazem parceria com países ao redor do mundo para construir uma capacidade mais forte de segurança global para a saúde - a capacidade de prevenir, detectar, responder rapidamente e se recuperar de novas e emergentes ameaças à saúde pública e impedir sua disseminação através das fronteiras. Investir em países para interromper as ameaças de doenças infecciosas na fonte, inclusive fortalecendo sistemas de saúde equitativos em seus próprios países e regiões, protege efetivamente a saúde dos americanos e das pessoas em todo o mundo.

Relatório e Investimentos

Para mostrar o impacto desses investimentos vitais, o governo Biden-Harris divulgou o relatório anual "Progresso e Impacto dos Investimentos do Governo dos EUA na Segurança Global para a Saúde". Este relatório destaca as ações ousadas da administração para acelerar a implementação da Estratégia Nacional de Biodefesa e do Plano de Implementação para Combater Ameaças Biológicas, Aprimorar a Preparação para Pandemias e Alcançar a Segurança Global para a Saúde.

Os Estados Unidos estão comprometidos em apoiar diretamente pelo menos 50 países até 2025 para fortalecer e alcançar capacidades regionais, nacionais e locais em cinco áreas críticas para prevenir, detectar e responder a ameaças de doenças infecciosas.

Os EUA empregam uma abordagem governamental abrangente, auxiliando parceiros no fortalecimento dos sistemas de saúde regionais, nacionais e locais para melhor prevenir, detectar e responder a ameaças biológicas de maneira segura, por meio dos esforços combinados do Departamento de Estado, Departamento de Saúde e Serviços Humanos, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Departamento de Defesa e outros. Para alcançar resultados mensuráveis e apoiar atividades adicionais de segurança global para a saúde multissetoriais e multilaterais, os EUA forneceram quase US\$ 800 milhões em apoio bilateral no ano fiscal de 2022, um aumento de mais de US\$ 350 milhões em relação ao ano fiscal de 2021.

Resultados

O relatório detalha os principais resultados das atividades dos países parceiros no ano fiscal de 2022, incluindo que sete países alcançaram capacidade demonstrada em cinco áreas técnicas, melhorando sua capacidade de prevenir, detectar e responder a ameaças de doenças infecciosas. Além disso, seis países estão perto de atingir esse objetivo. Em todos os países parceiros, houve progresso substancial no fortalecimento do controle de doenças zoonóticas, capacidade laboratorial nacional, preparação para emergências e comunicação de risco.

O relatório destaca o impacto dos investimentos dos EUA, como a criação de uma Ferramenta de Monitoramento de Sistemas de Países COVID-19 em 48 países para acompanhar o progresso; o desenvolvimento de procedimentos operacionais padrão para aeroportos internacionais para detecção e manejo de viajantes doentes em Burkina Faso; e a duplicação do número de unidades de saúde inscritas em uma rede nacional de vigilância de infecções associadas à assistência médica no Vietnã.

Conclusão

A segurança global para a saúde é essencial para a segurança internacional e a solidariedade, e não pode ser alcançada isoladamente. Além de expandir as parcerias bilaterais, os Estados Unidos irão:

- Incentivar outros doadores e parceiros multilaterais a agirem.
- Fortalecer e apoiar a extensão do Plano Multilateral de Segurança Global para a Saúde (GHSA) além de 2024.
- Continuar o apoio ao Fundo Pandêmico do Banco Mundial.
- Acelerar a consecução das metas do G7 estabelecidas pelos Estados Unidos e seus parceiros próximos em 2023.
- Fortalecer a arquitetura global de segurança para a saúde, incluindo o fortalecimento da OMS, e participar de negociações em curso para alterar o RSI e desenvolver um Acordo Pandêmico.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Adhemar Bahadian - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Juan Garay – Chefe da Divisão de Saúde e Parcerias Internacionais da Comissão Europeia

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert - Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Matheus dos Santos da Silveira - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **80** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

06 de março – *Panorama demográfico e sanitário global: Situação atual e tendências*

20 de março – *Sistemas de saúde: Situação e tendências globais*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 02/2024

Período de 07 a 26 de fevereiro de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024

215 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz